PROJET DE NUMERISATION
MEMOIRE DU DEPARTEMENT
D'ETUDES PORTUGAISES ET BRESILIENNES

2018 – 2021

Scan réalisé par Béatrice Pascale
Juin 2020

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Copyright Notice

Staff and students of Aix-Marseille University are reminded that copyright subsists in this extract and the work from which it was taken. This Digital Copy has been made under the terms of a CLA licence which allows you to:

- * access and download a copy
- * print out a copy

This Digital Copy and any digital or printed copy supplied to or made by you under the terms of this Licence are for use in connection with this Course of Study. You may retain such copies after the end of the course, but strictly for your own personal use.

All copies (including electronic copies) shall include this Copyright Notice and shall be destroyed and/or deleted if and when required by Aix-Marseille University.

Except as provided for by copyright law, no further copying, storage or distribution (including by e-mail) is permitted without the consent of the copyright holder.

The author (which term includes artists and other visual creators) has moral rights in the work and neither staff nor students may cause, or permit, the distortion, mutilation or other modification of the work, or any other derogatory treatment of it, which would be prejudicial to the honour or reputation of the author.

Title:

O Lugar da Criada de Servir na Sociedade Salazarista

Name of Author:

DA SILVA MARTINS Isabel

Name of Publisher:

Université de Provence

Isabel da Silva Martins

Université de Provence

Département d'Etudes Luso-Brésiliennes

Maîtrise de Portugais

O Lugar da Criada de Servir na Sociedade Salazarista

Mémoire réalisé sous la Direction de:

Ernestine CARREIRA **1998**

Agradecimentos.

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/4...

À Professora Doutora Teresa Cabrita, agradeço a preciosa orientação, disponibilidade e sempre pronto apoio científico que me foi dado ao longo de todo o trabalho.

À Professora Doutora Cláudia Oliveira, agradeço a preciosa orientação, disponibilidade e sempre pronto apoio científico que me foi dado ao longo de todo o trabalho.

À Professora Doutora Teresa Cabrita, à Ana Mafra e à Brigite, agradeço a sua ajuda.

Quero agradecer também, muito especialmente, à minha mãe e à minha irmã Cátia.

Aos meus pais

Agradecimentos.

Esta breve nota destina-se apenas a destacar o meu agradecimento às pessoas que possibilitaram a concretização deste trabalho embora não estejam aqui todas citadas.

À Doutora Ernestina Carreira, agradeço a preciosa orientação, disponibilidade e compreensão e o facto de nunca me ter faltado com o seu apoio.

À Professora Anne Roche, à Ana Maria e à Brigite, agradeço a sua ajuda.

Quero agradecer também, muito especialmente, a minha mãe e a minha família.

Índice

Índice dos Documentos Anexos p. 7

Introdução p. 8

I. O papel económico da criada de servir na esfera de produção p. 16

1.1. O panorama socio-económico salazarista p. 17

1.2. A sua situação no mercado do trabalho.

1.1.1. A sua participação no período "entre-guerras" (1926-1950) p. 20

1.1.2. A fase do após-guerra (1950-1960) p. 23

1.2. Trabalhadora: as causas da opção

1.2.1. As origens sociais e regionais p. 25

1.2.2. A ausência de formação p. 30

II. As condições de trabalho p. 41

2.1. Uma situação precária

2.1.1. Um estatuto social mal definido p. 42

2.1.2. Uma protecção social minimizada p. 47

2.1.3. Uma remuneração marginal p. 50

2.2. Uma organização de trabalho arbitrária

2.2.1. O tempo laboral p. 64

2.2.2. A delimitação das tarefas profissionais p. 70

III. A criada de servir na esfera pública: o desvio às normas p. 85

3.1. A ausência de missão social

3.1.1. O celibato: uma tradição no serviço doméstico p. 86

3.1.2. A solidão como consequência absoluta do celibato p. 90

3.1.3. A criada solteira e os preconceitos sociais p. 92

3.2. A transgressão do espaço "feminino"

3.2.1. A sua posição na divisão espacial salazarista p. 95

3.2.2. O investimento do espaço urbano p. 97

3.2.3. O seu "comportamento" social p. 99

3.3. As opções reprováveis

3.3.1. A criada "gatuna" p. 100

3.3.2. A criada: uma "mãe desnaturada"? p. 103

3.3.3. A criada e a prostituição p. 108

IV. Do estereótipo à emancipação: a evolução de uma imagem p. 115

4.1. Uma imagem redutora

4.1.1. Os significados da farda p. 116

4.1.2. A sua representação nos manuais de civilidade p. 120

4.2. Uma imagem tradicional

4.2.1. A mulher-objecto sexual p. 125

4.2.2. A "mulher-máquina" p. 130

4.2.3. Uma "actriz" p. 132

4.3. Uma imagem renovada

4.3.1. Os efeitos do mimetismo social p.135

4.3.2. Uma outra educação p. 141

4.3.3. A visão posterior de si própria p. 144

Conclusão p. 151

Bibliografia consultada p.155

Documentos Anexos p. 1

Índice dos Documentos Anexos

Documento 1. "A criada de servir": Questionário preliminar p. 2

Documento 2. Entrevista N°1 p. 5

Documento 3. Entrevista N°2 p. 24

Documento 4. Extractos de Manuais de Civilidade p. 42

Documento 5. Índices de Manuais de Civilidade p. 47

Documento 6. Artigos principais do Código Civil p. 50

Documento 7. Extracto do "Jornal da Mulher", 1909 p. 53

Documento 8. Crónica do *Diário Popular*, 1955 p. 56

Documento 9. Extracto de "A Cidade", 1956 p. 58

Documento 10. *As criadas de servir e outros versos*, 1936 p. 60

Documento 11. Artigos sobre a "Escola de Formação de Criadas", 1945 p. 63

Documento 12. Extrato de uma crónica de Maria Archer, 1940 p. 66

Documento 13. Esquema do "Círculo vicioso da pobreza" p. 68

Documento 14. Fotografia extracta do livro de Teresa Quintela p. 70

Introdução.

A decisão de iniciar o presente trabalho veio da constatação de que, apesar do recente avanço dos estudos sobre a condição feminina, não haviam sido ainda publicados estudos históricos capazes de reconstituir a evolução da condição social das criadas de servir em Portugal. Embora este trabalho não pretenda ter ambições para tanto, tenta contribuir, modestamente, para superar esta falha.

É difícil medir a importância do fenómeno que representa a classe profissional das criadas de servir e o seu peso secular na família como na sociedade. Resíduo de um grupo social cujas estruturas mudaram profundamente desde o fim do século XIX, e particularmente após a primeira Guerra Mundial, a criada de servir contemporânea, apesar de constituir um grupo dominante nas estatísticas, foi esquecida pelos historiadores e sociólogos numa época em que se deu mais atenção a uma classe que viria a ter a sua importância: o operariado.

Esta atitude não é de espantar já que desde sempre a criada de servir se caracterizou pela sua invisibilidade porque pertencia ao domínio do privado -o substantivo vem aliás do latim *domesticus*, de *domus*, isto é, casa- apesar de uma presença social incontestável. Bouniceau-Gesmon, juiz francês do fim do século passado, demonstrou que a domesticidade assentava nos dois mesmos factores que condicionaram o resto da Humanidade: mandar e obedecer. Ela seria, portanto, uma instituição tão antiga quanto o mundo[1]. Isto talvez seja uma das razões pelas quais essa instituição perdurou até recentemente.

Até à Primeira Guerra Mundial, nas sociedades europeias, a hierarquia social determinava-se pelo número de criados[2]. E a criada de servir, embora partilhando o seu peso numérico com os outros membros do grupo social ao qual pertencia (a domesticidade), já estava presente.

No período anterior à guerra, começaram a aparecer dois tipos de domesticidade: o dos castelos e dos hotéis (domesticidade diferenciada e numerosa) e o dos lares com rendimentos

---

1 O autor explica que aconteceu desde o dia primitivo em que dois homens se encontraram e que o mais forte compreendeu a necessidade de juntar as suas forças ao mais fraco para que, ambos, enfrentassem os perigos que a vida primitiva lhes impusesse. O mais fraco, quanto a ele, sentiu a necessidade de associar-se ao mais forte para diminuir a sua fraqueza.
BOUNICEAU-GESMON, *Domestiques et Maîtres*, Alphonse Lemerre, Paris, 1896, pp.14-15.

2 GUIRAL, Pierre e THUILLIER, Guy, *La vie quotidienne des domestiques en France au XIXème siècle*, Hachette, Paris, 1978, p.197.

reduzidos (empregavam apenas um lacaio e uma cozinheira ou unicamente uma criada de servir). Enquanto elemento de "prestígio social" o número dos criados era proporcional à fortuna das famílias[3] e, durante muito tempo, possuir vários criados foi um privilégio da alta burguesia ou da nobreza (cerca de trinta criados podiam servir uma mesma casa)[4].

Nestas condições existia naturalmente uma rigorosa hierarquia à imagem da domesticidade real. De facto, embora os critérios que fundavam estas hierarquias fossem confusos, a domesticidade dependia duma verdadeira unidade económica que possibilitava uma ascensão dentro do próprio grupo, obtendo-se por relações ou após ter adquirido uma certa experiência. As delimitações das funções de cada membro estavam bem definidas segundo se tratasse da cozinha, do hotel, dos apartamentos ou dos espaços externos que envolviam as serviçais[5]. Até ao início do nosso século, a domesticidade era mista e as funções mais prestigiosas eram desempenhadas por criados cuja presença era sinal de ostentação[6]. Pelo contrário, a criada de servir, sem função bem delimitada e, "apenas" mulher, baixava na hierarquia interna embora perpetuasse a existência do grupo. Gravemente criticada pelos moralistas franceses do século XVII, a domesticidade masculina ao serviço da élite feminina era um processo que se tornava urgente alterar para poder "controlar" a moralidade feminina. No entanto, é difícil avaliar se esta mudança terá ou não tido influências sobre as outras sociedades europeias porque não existe nenhuma fonte de informações publicada.

Na verdade, a estrutura deste grupo socio-profissional mudou profundamente a partir do fim do século XIX e particularmente após a primeira Guerra Mundial. A profissão começou a feminizar-se e esta mudança foi paralela à generalização do emprego, na pequena burguesia, de uma única criada de servir. Tais modificações vêm ligadas, entre outras coisas, às quedas das monarquias europeias no fim do século e ao consequente empobrecimento (ou enriquecimento) de certas classes sociais.

De facto, nos começos do século XX, Portugal estava oligarquicamente governado por uma classe de burgueses ricos (ligados aos negócios bancários, ao grande comércio e à propriedade fundiária) aliada à antiga e mais ou menos pura nobreza terratenente. No entanto, a guerra alterou

---

3 GUTTON, Jean-Pierre, *Domestiques et serviteurs dans la France de l'Ancien Régime*, Ed. Aubier, Paris, 1981, p.45.

4 *Id. Ibid.*, p.66.

5 GUIRAL, Pierre e THUILLIER, Guy, *op. cit.*, p.65.

6 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, p.73.

parte da situação da burguesia burocrática: numerosos pequenos burgueses beneficiaram de uma ascensão social ingressando a média e até a alta burguesia. Deram-lhes o nome de "novos-ricos". As causas deviam-se a circunstâncias anormais durante a guerra e a negócios irregulares. Assim, como muitos banqueiros e industriais, muitos comerciantes lucraram com a guerra e as especulações que esta última lhes permitiu. Aos poucos, os aristocratas decadentes foram cedendo o lugar aos "novos-ricos" endinheirados. A burguesia duplicou numa altura em que a população tinha aumentado apenas de 25%[7].

Se para uns a domesticidade feminina foi o último recurso para conservar um mínimo de prestígio social (a mão de obra feminina era mais barata), para outros, foi sinal de melhoramento da existência. Constatou-se então que: *Ao democratizar-se, o serviço no domicílio torna-se cada vez menos masculino e hierarquizado, e cada vez mais feminino e desvalorizado*[8]. Era o anúncio do fenómeno da generalização da única criada de servir. Pois paralelamente aos "novos-ricos", apareceu outro grupo: os "novos-pobres", que regrupava pensionistas, juristas, funcionários públicos, oficiais de exército, professores, muitos empregados comerciais e alguns operários mais abastados[9]. Este último grupo, ao querer manter a condição a que estava acostumado, contribuiu certamente para o aumento da generalização da criada de servir nos lares, pois era uma época em que a ordem social tinha um papel considerável para as distinções sociais e a extensão da domesticidade podia ser um elemento capital para mantê-la.

Encontrando-se numa posição económica vulnerável, a criada de servir comprometia-se a servir tanto os ricos como os menos ricos, desempenhando o serviço que, outrora, fora assumido por três ou quatro criados. Foi o que levou uma escritora contemporânea, Maria Archer, a comentar: *É a criada dos pobres, são as criadas dos ricos*[10]. Aliás, este fenómeno acentuou a conotação depreciativa que revestia a expressão "criada de servir" ou ainda "bonne à tout faire" em França. "Servir" e "tout faire" não compreendiam sequer uma delimitação da função. Pelo

---

7 Em 1911, a classe burguesa representava, segundo os dados de A. H. de Oliveira Marques mais de 800 000 pessoas e, em 1930, para cima de 1 200 000.
MARQUES, A. H. de OLIVEIRA, "Período Contemporâneo", in *Sociedade e Cultura Portuguesa 2*, Universidade Aberta, Lisboa, 1990, pp.280-281.

8 PERROT, Michelle, e DUBY, Georges, "O século XIX", in *História das Mulheres*, T. 4, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1994, p.483.

9 MARQUES, A.H. de Oliveira, *op. cit.*, p.281.

10 ARCHER, Maria, "Tipos Populares, a Criada de Servir", in *Revista Municipal 1940*, n°5, Lisboa, p.49.

contrário, entendia-se "criada para todo o serviço" outorgando-lhe um estatuto de ocupação em vez de profissão. Submetendo-se a trabalhar para qualquer categoria de pessoas, a criada de servir perpetuou a existência da hierarquia doméstica ao mesmo tempo que a sua presença se tornava indispensável numa civilização tecnologicamente pouco desenvolvida e com uma multiplicidade de tarefas materiais para realizar. É no quadro desta sociedade que se pretende analisar o papel da criada de servir.

De facto, as balizas cronológicas deste trabalho, embora não restritas aos períodos que lhes são imediatamente anterior e posterior, situam-se entre o final da década de 1920 e o início dos anos 60. A escolha desta unidade temporal justifica-se porque corresponde mais ou menos à duração de um regime político e porque se relaciona com o tema que se estuda. Pois a criada de servir nessa altura tornou-se uma figura popular numa sociedade que tendia a confinar a mulher em casa atribuindo-lhe um novo papel (dignificação do seu papel de Esposa e Mãe). Pareceu então significativo poder estudar a maneira como a criada de servir enfrentava este tipo de sociedade numa época em que o seu peso numérico conhecia o seu apogeu antes de vir a escassear a partir dos anos sessenta na consequência de uma leve vaga de industrialização.

Para tanto recorrer-se-á à utilização de materiais que são infelizmente escassos. Não possuímos fontes vividas, nenhumas criadas de servir portuguesas publicaram as suas memórias. A sociedade em geral interessava-se pouco pela domesticidade. Esta saía do anonimato apenas na área judiciária (infanticídios, abortos, roubos) ou profissional (estatísticas). Por outro lado, não existe em Portugal qualquer investigação aprofundada sobre o grupo[11]. Nos outros países europeus, embora em número limitado, os estudos referem-se mais particularmente à domesticidade dos séculos anteriores.

Estudar a domesticidade equivale a introduzir-se no seio da célula familiar. Isto será talvez a explicação central desta falha nos diversos estudos consagrados à população trabalhadora (assim as teorias socialistas aparecidas na Europa nos anos 1860-90 não ignoraram a operária mas não se preocuparam com a domesticidade). Fora desta realidade, o tema da criada de servir na literatura portuguesa como europeia tende a aumentar, embora escasseamente, à medida que progredimos no

11 Os estudos específicos sobre o género são limitados. Destacam-se o estudo crítico de Adelaide Carvalho, *As criadas de Servir e o Serviço Doméstico* (2° ed., Lisboa, 1956); a crónica de Maria Archer, "Tipos Populares, a Criada de Servir", in *Revista Municipal 1940* (n°5, Lisboa, 1940, pp.49-52). Além disso a criada de servir aparece na chamada "Literatura especializada", isto é, os manuais de civilidade numerosos nessa época (cf. Bibliografia).

tempo, sinal de uma evolução para uma visibilidade histórica como o explicaremos no decorrer deste trabalho. A documentação recolhida para este estudo só pode ser portanto incompleta, com as informações dispersas em artigos nos quais a criada de servir raramente constitui o tema central.

Por outro lado, devido à escassez de materiais estatísticos publicados sob a ditadura e ao carácter geral dos estudos sobre o papel das mulheres portuguesas (mais ainda sobre as criadas de servir), recorrer-se-á ao apoio de duas entrevistas consideradas como fonte oral. Estas foram realizadas a partir da interrogação de duas senhoras que trabalharam como criadas de servir na época salazarista em meio rural e urbano[12]. As suas respostas foram transcritas original e integralmente após o seu consentimento. A ideia principal resumia-se na descrição da vida delas durante os anos em que serviram. A escolha destas pessoas não foi arbitrária mas antes de tudo motivada pelo facto delas pertencerem a uma teia de relações minhas. Estavam por isso dispostas a responder honesta e integralmente às minhas perguntas. Conhecendo-as pessoalmente, evitei assim o processo preliminar de inquérito para poder descodificar as afirmações da testemunha, investigação essencial se me encontrasse perante uma pessoa estranha. Por outro lado, isso facilitou também a colocação de certas perguntas.

Convenhamos desde já que a escolha da constituição deste "arquivo oral" é um processo vulgarizado. Embora os velhos países de civilização escrita tivessem descurado desde o século XVII a chamada "história oral"[13] para construir a história "cientificamente", integraram-na novamente na segunda metade do século XX, reconhecendo-lhe todo o seu valor. Além de conter informações preciosas de que não dispõem as fontes escritas, a história oral admite duas formas: política e antropológica. Estas foram respectivamente divulgadas pelos Estados Unidos nos anos cinquenta e com os partidos de esquerda da Geração de Sessenta na Itália. A história oral antropológica veio a ser a mais determinante porque se baseia na reconstituição da cultura popular. Interessando-se pela construção da história dos excluídos, estendeu-se progressivamente a vários assuntos da vida quotidiana como o mundo do trabalho, as classes populares ao mesmo tempo que

---

12 cf. DocumentoAnexo 2 (p.5) e Documento Anexo 3 (p.24).

13 Philippe Joutard, historiador francês da "história oral", referiu durante o XVIII° Congresso Internacional das Ciências Históricas organizada em 1995 em Montreal, que existe uma ambiguidade acerca dos termos "história oral" e "arquivo oral". O primeiro é preferido porque é o mais antigo, o segundo é o mais exacto dum ponto de vista metodológico, segundo ele, porque a entrevista é uma fonte oral como qualquer outra.

JOUTARD, Philippe, *L'histoire orale: bilan d'un quart de siècle de réflexion méthodologique et de travaux*; 18th International Congress of Historical Sciences, Actes/Proceedings, Montreal, 1995, p.215.

favoreceu os povos sem história como os iletrados, os marginais e as minorias (operários, negros, mulheres); tudo através de experiências nacionais. Aos poucos deixou de constituir um complemento dos materiais escritos para se afirmar como uma verdadeira outra história, vizinha da antropologia. Passou a ser ainda considerada como uma história "alternativa" porque admitia a *vérité du peuple*[14]. Com ela atingia-se directamente a realidade (conceito dos anos oitenta) como portadora de algo específico: a Memória e a Visão. Ora, a memória é constitutiva da identidade pessoal e colectiva, ao mesmo tempo que é produtora de representações e reveladora das mentalidades. Foi a memória que permitiu então à história oral de caminhar a par com a história geral. Nesta perspectiva e porque a base oral constitui uma riqueza metodológica, optei pela utilização deste tipo de material. O estudo da condição social da criada de servir enquadra-se perfeitamente nos objectivos da história oral antropológica. Carecendo de informações precisas sobre este grupo de trabalhadoras, proponho recorrer a estas fontes orais como testemunhas de uma sociedade passada e pelo que contêm de autêntico e subjectivo (nomeadamente na quarta parte deste trabalho ao analisar a imagem da criada de servir).

O projecto inicial incluía o preenchimento (oral) de um questionário elaborado a partir de várias perguntas relativas ao espaço de trabalho e à situação pessoal[15]. No entanto, com a ajuda da Professora Anne Roche da Universidade de Provence, especialista deste tipo de discurso, voltei a realizar outra vez as entrevistas reduzindo o questionário a uma interrogação semi-dirigida, isto é, com algumas perguntas principais. O resultado foi consequente. Com o questionário, as senhoras limitaram-se a responder estritamente às interrogações amputando o seu discurso de anedotas e exemplos porque influenciadas pelas minhas perguntas que formavam já parte da resposta delas. O seu discurso pareceu-me finalmente artificial. Em contrapartida, quando somente semi-dirigidas, deixaram transparecer nas entrevistas a espontaneidade e a autenticidade discursiva que formam um discurso autónomo sem deixar de responder às perguntas do questionário inicial e embora a forma seja menos progressiva, o enrequecimento é evidente.

Assim, o empreendimento deste trabalho, a sua problemática, assim como a sua estrutura, dependeram em larga medida do tipo de material utilizado e do estado actual dos conhecimentos

---

14 *Id., Ibid.*, p. 205.

15 cf. Documento Anexo 1, p.2.

sobre este assunto.

Se existiu um período rico em experiências de organização política do estado e da sociedade, em que os ritmos de vida nacional pareceram acelerar, foi exactamente o Portugal anterior aos anos trinta em que fez uma rápida travessia pela Monarquia Constitucional, pela República e por uma ditadura militar. Consequentemente a tais movimentos, o sistema salazarista pareceu oferecer uma certa estabilidade com a proposta de novas soluções de funcionamento definidas, nomeadamente, no plano politico-ideológico, de inspiração cristã e cuja base seria a instituição familiar. Assim, foi atribuído ao homem o papel de *chefe* da família, segundo a *diferença natural dos sexos*, à mulher coube-lhe um novo papel fortemente tradicionalista: *guardiã* do lar implicando o regressso ao lar (caso fosse anteriormente empregada) e a *glorificação* da maternidade[16]. Tais disposições visavam a reagir contra a evolução da população trabalhadora feminina que, na altura, apresentava um aumento significativo no mercado de trabalho. Foi nesta perspectiva que se procurou confrontar uma entidade feminina trabalhadora -a criada de servir- com um sistema pre-estabelecido. Por isso optei intitular este trabalho como segue: *O lugar da criada de servir na sociedade salazarista*, porque o objectivo era analisar, através do exemplo complexo da criada de servir, a integração de um tipo de mulher trabalhadora neste novo sistema.

Convém salientar que o título deste trabalho inspira-se directamente do título do estudo de Anne Martin-Fugier[17] cujo objectivo foi estudar a domesticidade feminina na França de 1900, época na qual, não obstante um peso numérico significativo, as criadas de servir pouco foram estudadas. Sem pretensões de chegar ao nível científico desta historiadora, este trabalho, analisando uma época contemporânea em que o número das serviçais foi também revelador, só podia seguir o seu exemplo.

Mas a escolha tem ainda outra significação. "O lugar da criada de servir" apresenta-se como enunciado com sentidos múltiplos. Evoca principalmente a obsessão secular da classe que consistia em procurar um lugar, isto é, uma casa (era portanto um termo específico da domesticidade). Por outro lado, implica a ideia de "ordem", de arrumação, numa sociedade que, no intuito de manter a paz social, exigia a ordem social. Enfim, o lugar da criada de servir lembra "integração" e modo de

16 COVA, Anne, e PINTO, António Costa, "O Salazarismo e as Mulheres, uma abordagem comparativa", in *Revista Penelope, fazer e desfazer história*, Vol. 17, Ed. Cosmos, 1997, pp.71-72.

17 MARTIN-FUGIER, Anne, *La Place des Bonnes, la domesticité féminine en 1900*, Livre de Poche, Paris, 1979.

integração em espaços que lhe são específicos: a casa e a sociedade. Após estas considerações, será judicioso problematizar este trabalho da seguinte maneira: tendo em conta a dada sociedade e o desconhecimento relativo da classe doméstica, apesar de um peso numérico importante, qual era o grau de integração social e económico do grupo das criadas de servir e quais foram os meios de fixação que o fizeram perdurar numa sociedade organizada institucionalmente?

A consulta do índice deste trabalho poderá levar à consideração de que se optou por uma metodologia de análise temática, com a organização dos conteúdos baseada numa sucessão de quadros espaciais -esfera de produção, esfera pública, esfera privada. Nestes, pretender-se-á "integrar" a criada de servir enquanto ser profissional, ser social e ser feminino. Isto foi, todavia, apenas o resultado consequente dum raciocínio que, ao querer determinar o lugar da criada de servir numa dada sociedade (a salazarista), tinha de ser a partir de espaços que estruturavam essa mesma sociedade -fossem eles simbólicos ou não.

Deste modo, a estrutura deste trabalho havia de obedecer a um ordenamento lógico. Assim, procedeu-se, numa primeira parte, à apresentação e descrição do quadro laboral da criada de servir na perspectiva de delimitar nele o seu papel económico. Para tanto, foi preciso delinear o panorama socio-económico salazarista para poder situar a criada de servir no mercado de trabalho e destacar as causas que a levaram à escolha da opção profissional.

Numa segunda parte, no intuito de caracterizar este seu mesmo papel na esfera de produção, teve que se estabalecer as suas condições de trabalho a partir da situação e organização do serviço doméstico.

Em seguida, procurou-se apresentar os comportamentos alternativos deste estado profissional que conduziu, directa ou indirectamente, a serviçal a desviar-se das normas instituídas e a projectar-se em situações julgadas reprováveis pelos padrões oficiais. Isto é, viram-se privadas de "missão social", transgressoras do espaço "feminino" e reveladoras de atitudes extremas (criminalidade e prostituição).

Enfim, definidos os seus papéis económico e social, ficava por delinear a imagem da criada de servir na consciência colectiva, porque a todo tipo de trabalhadora corresponde uma imagem (e/ou estereótipo) que convinha avaliar a partir da sua representação quotidiana (redutora, tradicional e renovada).

I. O papel económico da criada de servir na esfera de produção.

Se a população feminina trabalhadora nunca deixou de estar presente na esfera de produção, a sua concentração num número bastante limitado de ramos de actividade sempre foi muito vincada. Eram actividades desempenhadas por uma minoria de mulheres, geralmente as mais pobres e menos qualificadas. Ao revalorizar o papel da mulher-dona de casa, a ideologia salazarista visou directamente a mão-de-obra feminina. As opções para a mulher viram-se limitadas. Cumular uma participação na vida económica com uma vida doméstica tornava-se, para ela, uma empresa tanto mais difícil que a civilização material da época era ainda bastante arcaica. Dado isto, sem outra opção de vida senão o trabalho, será que a criada de servir, enquanto trabalhadora, conseguiu preservar um papel económico? A resposta a tal problemática constitui o objecto da primeira parte deste trabalho.

Assim, proceder-se-á, em primeiro lugar, ao delineamento do panorama socio-económico das décadas salazaristas no intuito de caracterizar a sociedade na qual se iria inserir a criada de servir enquanto ser profissional.

Procurar-se-á, em seguida, em situar a criada de servir no mercado do trabalho para observar a evolução do seu grupo em relação à população feminina activa. Para tanto determinar-se-á a sua posição nos dois movimentos que conheceu a sociedade portuguesa sob o regime salazarista, isto é, o período do "entre-guerras" (1926-1950) e a fase do após-guerra (1950-1960).

Em terceiro lugar, após ter definido a sua posição no mercado do trabalho, convirá estabelecer as causas que a levaram até lá. Indicar-se-á então as suas origens sociais e regionais assim como o seu nível de instrução e a ideologia educacional do sistema salazarista porque, no fundo, eram três factores influentes no futuro profissional da criada de servir.

1.1. O panorama socio-económico salazarista.

Para abordar o nosso estudo convenientemente, impõe-se uma breve introspecção no Portugal do início do século até ao desaparecimento da figura principal desses anos: António de Oliveira Salazar.

Politicamente, o Portugal dessa época estava imobilizado num modelo de "antigo regime": uma monarquia. Esta solução tradicionalista foi substituída por uma nova proposta, não completamente antagónica mas essencialmente reformista, sob a forma de uma legislação republicana, que seria posteriormente suplantada por um novo modelo, à imagem dos sistemas europeus (italiano e espanhol) da época: uma ditadura militar, antes de enveredar por um regime autoritário formalmente conservador com uma forte personalização do poder: o Estado Novo.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 assim como a implantação do "Estado Novo" e o subsequente processo de fascização, foram a resposta restauracionista da aristocracia agrária e do clero (juntamente com a burguesia bancária e comercial) às tendências nascentes de industrialização e modernização. Em total oposição com a legislação republicana, o regime era explicitamente "antidemocrático, antiparlamentar e antiliberal". Salazar fundiu as novas ideias do fascismo mussoliniano com a doutrina social da igreja, educação religiosa e tradicional.

Baseado numa constituição promulgada em 1933, o novo sistema fazia do Estado português não somente uma república unitária, corporativa e paternalista que se baseava na família, nas corporações morais e económicas; mas também num poder forte. Altamente centralizado, este novo regime tentou organizar todo o sistema económico em grupos (grémios, sindicatos...) baseados em interesses de carácter industrial, comercial ou agrícola. Pregava ainda o nacionalismo económico, político e social, ou seja a "autosuficiência" em oposição com um desenvolvimento que teria integrado o país no lixo internacional[1]. De facto, o objectivo do sistema era o mantimento da ordem e da estabilidade, quer política quer económica. No fim da época da Ditadura (1974), enquanto a Europa se afirmava já industrializada, Portugal se revelava "isolado" e cada vez mais "anacrónico"[2] dependendo de três problemas por resolver: desenvolver, democratizar e descolonizar.

---

1 GUICHARD, François, *Géographie du Portugal*, Masson, Paris, 1990, p.59.

2 BOURDON, Albert-Alain, *Histoire du Portugal*, P.U.F., Paris, 1970, p.115.

Até meados do século XX, o estado industrial do país permaneceu, portanto, medíocre. Cortado do Ocidente por uma Espanha em atraso relativamente à Europa, Portugal pouco se submeteu à revolução industrial, iniciada tardiamente a partir de 1830. Exportando essencialmente matérias primas brutas e poucos produtos acabados, o país condenou-se, desde o célebre tratado de Methwen em 1703, ao subdesenvolvimento e à dependência em relação ao exterior prejudicando a indústria nacional. Esta foi, no entanto, uma etapa, por entre mais, num processo contínuo[3].

Muito pobre em recursos energéticos, o país ficou essencialmente virado para a agricultura. As infra-estruturas do século passado persistiam ainda com milhares de pequenas empresas artesanais de carácter familiar e com raras indústrias pesadas. Evitava-se assim a concentração do proletariado e, pela mesma, mantinham-se os salários baixos. O Estado Novo pouco quis alterar este panorama industrial. Pelo contrário, preferiu descurar o processo industrial que se movia devagar para conservar a estabilidade no país e escapar às eventuais crises do proletariado que se ia formando muito lentamente. Por outro lado, apesar de constituir uma carga excessiva que absorvia cerca de metade do orçamento nacional, Salazar concedeu mais importância ao desenvolvimento das colónias. As indústrias de consumo foram finalmente as únicas a beneficiar de qualquer desenvolvimento deixando a agricultura paralisada em estruturas arcáicas.

Em 1930, a economia portuguesa contava entre as mais atrasadas da Europa, a meio caminho entre a modernização e o sub-desenvolvimento. Concentrado essencialmente nas duas metrópoles, Lisboa e Porto (as quais não chegavam a cidades industrializadas como Londres ou Paris apesar do relativo aumento da sua população), o desenvolvimento do país condicionava uma desertificação do campo.

De facto, por um lado era um estado dominado pelas élites mercantis e pelos banqueiros, com uma poderosa burguesia terratenente e um pequeno mas crescente grupo de grandes industriais. Por outro lado, distinguiam-se a classe numerosa e maioritária dos operários fabris (concentrada nas aglomerações urbanas) e a fraca burguesia tradicional que constituia a classe média ocupada no comércio e indústrias (membros de profissões liberais, do médio e pequeno funcionalismo público). No entanto, a parte mais importante da população portuguesa vivia no campo e constituía 80% dos sete milhões de portugueses. Além de proprietários capitalistas, de

[3] GUICHARD, François, *op. cit.*, p.58.

grandes agricultores e de agricultores médios, no meio rural juntavam-se os camponeses independentes, os assalariados agrícolas e uma maioria de camponeses e trabalhadores rurais totalmente analfabeta. Estes últimos viviam miseravelmente por causa das extremas desigualdades sociais, da estagnação do nível de vida do país, das dificuldades de ascensão social e da mediocridade das possibilidades de consumo -económico, social e cultural[4].

Em 1961, a imprensa oficial do país declarou que Portugal estava sendo o país mais pobre de toda a Europa (com a maior taxa de mortalidade infantil e de mortalidade por tuberculose) e que a população estava a receber o ordenado mais baixo do continente. De facto, o panorama social era catastrófico. A mortalidade pairava entre os 19‰, quando foi instaurado o Estado Novo, passando para 15‰ em 1944, e a mortalidade infantil, elevadíssima (139‰) na mesma altura, diminuiu para 80‰ nos anos 30. No início do século, a taxa de natalidade era elevada (38‰) baixando no período salazarista para cerca de 24‰[5]. Bloqueada na sua expansão dentro do país, a população optou então por um processo tradicional para escapar ao problema interno do sobrepovoamento e do desemprego: a emigração[6].

Segundo um estudo realizado acerca da emigração portuguesa pelo Ministério dos Negócios estrangeiros, no início do século, 20 000 partidas eram registadas cada ano. Entre 1919 e 1930, registou-se uma média anual de 22 226 saídas só para o Brasil e de 46 136 saídas para os Estados Unidos, sem levar em conta a emigração clandestina. Nos primeiros anos da República, o país perdera 4% da sua população estabilizando-se a emigração entre 30 a 35 000 nos anos 20 por causa dos efeitos da crise económica mundial (muitos países tinham tomado medidas restritivas para a imigração) e mais tarde com a Segunda Guerra Mundial[7]. Esta "sangria" teve por consequências uma diminuição da reserva de mão-de-obra e o encarecimento do trabalho, facto que prejudicava os interesses da pequena e média burguesia rural além da própria indústria existente.

Nos anos 60, a situação mudou: a ditadura e a política colonial passaram a ser contestadas.

---

4 GUICHARD, François, *op. cit.*, pp.58-59.

5 Segundo Jacques Georgel, Professor francês de Ciências Políticas. Uma década depois da revolução, empreendeu demonstrar num estudo os mecanismos de fixação do Salazarismo de 1926 até 1974 e fazer um balanço final do regime ditatorial no quadro das ditaduras ibéricas.
GEORGEL, Jacques, *Le Salazarisme,* Editions Cujas, Paris, 1981, p.77.

6 BOURDON, Albert-Alain, *op. cit.*, p.110.

7 GARCIA *et al.*, *A emigração portuguesa (Uma breve Introdução)*, Ed. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de estado das Comunidades Portuguesas, Maio de 1998, pp.25-26.

Salazar não conseguiu efectuar a transição entre o Portugal da primeira metade do século e Portugal industrializado. O país encontrava-se política e ideologicamente em defasagem com o resto do mundo (desenvolveu-se porém a ideologia marxista, começada no Alentejo nos anos 40). No entanto, o estado não conseguiu travar o processo de emigração já iniciado havia muitos anos.

O panorama socio-económico no qual iria evoluir a criada de servir caracterizava-se então pela sua precaridade.

1.2. A sua situação no mercado do trabalho.

1.2.1. A sua participação no período "entre-guerras" (1926-1950).

Embora não se pretenda reduzir a reconstituição da realidade da presença socio-económica das criadas de servir a uma sucessão de referências estatísticas, estas são recursos indispensáveis para explicitar as causas profundas do seu peso numérico na sociedade salazarista e destacar, pela mesma, o seu lugar proporcionalmente aos outros grupos femininos trabalhadores existentes.

Antes de abordar convenientemente a análise dos dados, é essencial lembrar-se da escassez das estátisticas publicadas no período salazarista e do relativo problema de recenseamento intrínseco à classe doméstica devido à ambiguidade de um estatuto que pairava entre *familiar* e *profissional*[8]. Em 1900, recenseavam-se perto de 95 000 mulheres em serviço doméstico. Dez anos mais tarde, registavam-se 128 500. Em 1925, já eram mais de 160 000 só em Lisboa[9]. Desde o início do século até ao fim da República, o número das criadas de servir não deixou de avolumar-se nomeadamente na capital. As causas deste aumento deviam-se a uma multiplicidade de tarefas materiais que deviam ser cumpridas numa civilização tecnologicamente pouco desenvolvida. Explicavam-se também, em parte, pelo facto do desenvolvimento industrial do país estar concentrado essencialmente na capital. Este condicionava portanto uma desertificação do campo onde as estruturas eram arcaicas.

Aliás, a população profissional doméstica concentrada nos dois centros urbanos, Lisboa e Porto, diminuía quando comparada com a evolução da população feminina operária. Segundo o

---

8 cf. Capítulo II deste trabalho, "Um estatuto mal definido".

9 Paulo Jorge Alves Guinote apresentou uma tese de Mestrado sobre as mulheres portuguesas de todas as categorias sociais do início do século até aos anos trinta.
GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *Quotidianos Femininos, 1900-1933*, Mestrado em História, Lisboa, 1994, p.239.

censo de 1911, trabalhavam na agricultura 27,18 por mil habitantes em Lisboa e 55,51 por mil habitantes no Porto; no trabalho doméstico: 20,20 e 16,03 respectivamente e na indústria: 363,23 e 473,86 respectivamente[10]. Embora em processo de relativa descaracterização como tipo social, a domesticidade aumentava enquanto *ocupação*, em grande parte perante uma certa limitação que ia surgindo em relação ao seu ingresso em outras actividades como no sector industrial nomeadamente. Pois este recrutava uma mão-de-obra feminina barata e pouco qualificada, tal como para o serviço doméstico.

Formou-se então um processo de "cristalização" acerca das mulheres da fábrica por parte das mulheres das camadas sociais inferiores. De facto, actividade económica das mais dinámicas do país, recrutando sem exigência de qualificação, o trabalho nas fábricas era manual e portanto acessível para todos. Além disso, as suas condições de trabalho ofereciam mais vantagens do que as das tradicionais ocupações femininas. Por outro lado, o grupo operário, com uma crescente consciência de classe, tendia a ser reconhecido à medida que o seu número engrossava as estatísticas (embora a sua exploração fosse fortemente denunciada nos anos 40, com o aparecimento das ideias marxistas e comunistas).

No entanto, pouco desenvolvidas ainda, as indústrias não estavam aptas para receber parte da população feminina migrante. Apesar de Lisboa ter visto a sua população crescer com os anos, não se tornou num grande centro industrial. Em 1926, somente 17% da população lisboeta trabalhava na indústria. Segundo Miriam Halpern Pereira, *[...] a desagregação das estruturas agrárias, levando à miséria e ao desemprego milhares de camponeses, contribuiu para que estes acorressem à cidade[Lisboa] em busca de postos de trabalho que, na ausência de um processo de industrialização acelerado raramente obtinham*[11]. Nas primeiras décadas do século, era dificil apresentar o operariado feminino português como uma actividade urbana tradicional. Numa sociedade em que a agricultura empregava ainda perto de 50% da população activa, é facil entender por que a expansão da população empregada na indústria foi relativamente lenta. Em 1930 o

---

10 OLIVEIRA, César *cit.* CARQUEJA, in *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, Seara Nova, Lisboa, 1974, p.240.

11 MÓNICA, Maria Filomena *cit.* Miriam Halpern Pereira, in *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Editorial Presença/ G.I.S., Lisboa, 1978, p.73.
Maria Filomena Mónica é membro do Gabinete de Investigações Sociais e faz parte da redacção da revista *Análise Social.*

operariado correspondia a 21,8% da população activa total, em 1940 a 24,1% e em 1950 a 27,8%[12] Paralelamente a estes dados, as taxas da domesticidade aumentaram também, em número mais significativo, abrangindo parte da população profissional feminina migrante que não pudera empregar-se nas fábricas. Em 1930, entre trabalho doméstico e criadas, atingiam-se valores próximos dos 400 000 indivíduos para todo o país (as criadas por conta própria representavam 228 835 efectivos), o que significava que se deu, no espaço de uma geração, mais de uma duplicação dos efectivos[13]. Por outro lado, segundo o Censo de 1940, nas décadas de 1930 e de 1940 durante as quais as mulheres assalariadas representavam 17% do país da população activa do país, as criadas concentravam a maior taxa de mão-de-obra feminina com 35% (34% eram trabalhadoras rurais e 20% eram operárias). Em 1940, havia cerca de 200 000 criadas, estatística da qual Maria Filomena Mónica duvida muito por comportar "defeitos" e "limitações"[14]. O facto é que, nestas percentagens, tem-se apenas em consideração as criadas assalariadas excluindo-se parte de "domésticas" que trabalhavam também a servir, nas zonas rurais nomeadamente[15]. Convém então estimar estes dados pouco significativos e considerar o número das criadas como superior nessas mesmas décadas.

Nas cidades, o serviço doméstico tendia a ser cada vez mais uma actividade de transição para a trabalhadora desejosa de integrar a rede industrial. Assim, mais do que uma simples ocupação, o serviço apresentava-se como o último recurso para esta proporção de mulheres migrantes (que se encontravam geralmente sozinhas numa cidade desconhecida) oferecendo uma casa e trabalho, embora em condições menos relevantes do que teria beneficiado se tivesse ingressado o operariado, como se verificará no decorrer deste trabalho. Por outro lado, o aumento do número de mulheres que se ofereciam como criadas de servir enfraquecia os salários da domesticidade tornando-a uma mão-de-obra barata e ao alcance de quase todas as categorias sociais. Enfim, segundo as circunstâncias e perante o atraso do processo de desenvolvimento industrial, o que de início era apenas ocupação tornava-se a profissão definitiva destas mulheres.

---

12 ROSAS, Fernando *cit.* NUNES, A-B., "O Estado Novo (1926-1974)", in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, direcção de José Mattoso, Vol.7, p.63.

13 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.239.

14 MÓNICA, Maria Filomena, op. cit., p.277.

15 Nas suas entrevistas, a Fernanda e a Conceição indicaram que eram "domésticas" apenas. cf. Documento Anexo 2, p.21.

1.2.2. Na fase do após-guerra (1950-1960).

Durante o Estado Novo, as mulheres estavam a passar da esfera privada à esfera de produção[16]. Esta transição observou-se significativamente na década de cinquenta quando o processo de modernização se acelerou. Embora em situação semelhante às décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial, o serviço doméstico, segundo a nova repartição da mão-de-obra feminina por sectores de actividade, tendeu a diversificar-se.

A transformação que a indústria causou na estrutura económica portuguesa justificou as modificações da repartição da mão-de-obra feminina por sectores de actividade porque o número considerável de mulheres que tinha já ingressado no mundo do trabalho passou a ocupar uma parte maioritária no rendimento nacional[17]. Assim se explicam as flutuações do emprego feminino ocorridas entre 1950 e 1970. Segundo Isabel Romão, o número de mulheres empregadas em 1950 era de 700 936, quantidade que diminuiu para 584 240 em 1960, e passou depois para 789 370 em 1970. De 1950 a 1960, deu-se o grande êxodo do campo para a cidade e assistiu-se a uma grande vaga de emigração. As mulheres acompanharam os maridos nesses dois movimentos e 131 818 mulheres abandonaram o trabalho agrícola. Não devemos esquecer que o sector primário concentrava, em 1950, cerca de um terço das mulheres activas (33,9%). Os sectores secundário e terciário não se encontravam ainda aptos para absorver a maior parte dessa massa de trabalhadoras. Esta situação provocou uma estagnação do emprego feminino em 1960 e uma nova distribuição da população activa por grandes sectores. O aumento que se verificou de 1960 a 1970 no número total de mulheres trabalhadoras foi especialmente notável ao nível do secundário e do terciário[18] .

O aumento da população feminina activa em Portugal não coincide com o dos outros países europeus já que nestes está directamente ligado aos efeitos da Segunda Guerra Mundial: as mulheres tiveram que substituir, nas oficinas, os homens chamados para a guerra. Em Portugal, o

---

16 Segundo o que afirmou Julieta de Almeida Rodrigues, membro do Instituto Superior de Economia, num artigo sobre os papéis das mulheres urbanas portuguesas.

RODRIGUES, Julieta de Almeida, "Continuidade e Mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares", in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983, p.910.

17 Foi o que verificou a historiadora Miriam Halpern Pereira.
PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*, direcção de Joel Serrão, Livros Horizonte, Lisboa, 1979, p.38.

18 Isabel Romão faz parte da redacção dos artigos publicados nos *Cadernos da Condição Feminina*.
ROMÃO, Isabel, *Mulheres Portuguesas. Alguns dados estatísticos*, Comissão da Condição Feminina, C.C.F., Lisboa, [D.L. 1979], pp.13-14.

fenómeno foi menos acentuado. No entanto, a duração prolongada do serviço militar sob a ditadura deu o mesmo resultado. De facto, contrariamente à França ou à Alemanhã que contavam já cerca de 36% de mulheres na sua população activa em 1933, foi só a partir dos anos 60 que se produziram os efeitos semelhantes do após-guerra, constatados cerca de três décadas antes nos países mais industrializados da Europa[19].

Assistiu-se a uma verdadeira explosão do terciário em Portugal devida, em parte, à forte emigração e à falta de mão-de-obra masculina dirigida para a guerra colonial[20]. Estes dois factos proporcionaram o ingresso da população feminina burguesa no mercado do trabalho e o trabalho feminino foi-se "racionalizando". Em relação ao total das trabalhadoras, encontra-se uma percentagem de 28,4% e 44,32% de mulheres empregadas, respectivamente, na indústria e nos serviços em 1960. Nesses mesmos sectores, o número tinha aumentado em 1970 para, respectivamente, 30,8% e 47,2%[21]. A população profissional feminina operária tendia a aumentar proporcionalmente em comparação com a população profissional doméstica agora mais lenta. O processo de modernização em curso originou a rápida expansão da indústria e dos serviços e trouxe novas oportunidades. A indústria apta então para absorver uma parte da mão-de-obra feminina para substituir a masculina fez diminuir as taxas das criadas de servir. De facto, o ramo de actividade do sector terciário que concentrava o maior número de mulheres era os "serviços pessoais e domésticos" (34,4% em 1970). No entanto, em relação à população feminina activa global, as criadas de servir e afins representavam ainda 32,4% das trabalhadoras em 1960. Em 1970, passaram a abranger apenas 16,0% das trabalhadoras. Esta diminuição do número (de criada de servir e afins) não alterou em nada as taxas do sector terciário. Estas desde o início dos anos sessenta conheceram um aumento progressivo. A nova repartição do terciário falsificava os resultados. Eram os novos ramos de actividade que acolhiam a nova população trabalhadora feminina composta nomeadamente por mulheres burguesas. Estas representavam no ramo de actividade de "comércio a retalho" 7,6% do total das trabalhadoras em 1970, 4% na "administração

---

19 Em Portugal na mesma época apenas 22,7% da população activa era feminina.
COVA, Ana e PINTO, António Costa, *op. cit.*, p. 75-76.

20 O terciário empregava na década de sessenta 33,9% da população feminina.
Id., Ibid., p.75.

21 ROMÃO, Isabel, *Situação de Trabalho das Mulheres Portuguesas*, Pub. CIDM, C.C.F., 1978, p.22.

pública e defesa" e 7,7% nos "serviços sociais e similares"[22]. Assim, a queda das taxas do serviço doméstico deu-se progressivamente a partir dos anos 60, à medida que o sector terciário se foi diversificando.

1.3. Trabalhadora: as causas da opção.

1.3.1. As origens sociais e regionais.

A migração para as cidades é um fenómeno europeu quase tradicional. Símbolo de ascensão social, a migração das criadas de servir existia desde o início do século segundo a historiadora Michelle Perrot: *Todas as grandes cidades e burgos da Europa drenam as raparigas dos campos sem outra qualificação que não as suas forças e a sua juventude [...] Não há cidade na Europa que não abrigue a sua parte de migrantes pobres, criadas e celibatárias*[23]. O mito da criada provinciana não data portanto do nosso século.

Segundo os dados de Maria Filomena Mónica, viviam em meio rural cerca de 81% dos quase sete milhões de portugueses. Ora, o povo rural compunha-se de minúsculos proprietários, camponeses pobres e do proletariado agrícola. Era portanto uma sociedade pobre mesmo levando em linha de conta as suas grandes diferenças regionais[24]. A criada era obrigatoriamente originária dum meio humilde visto que a mulher trabalhava naquela época unicamente por necessidade económica. No campo, as serviçais trabalhavam nomeadamente para os proprietários agrícolas como foi o caso da Fernanda, sujeitando-se ao que lhe oferecia o seu meio de origem[25] . Mas, havia outras que preferiam migrar essencialmente para Lisboa ou, então, como a Conceição que deixou a sua freguesia de origem (Passoinhos) para uma vila (Nelas)[26]. Restavam a determinar as causas desta mobilidade.

Maria Archer, ao descrever a criada como tipo popular na Lisboa dos anos 40, referenciou que esta era originária da província:

Donde vêm as criadas de Lisboa? Dos bairros pobres da cidade? Não. Poucas sairam da

---

22 ROMÃO, Isabel, *Mulheres Portuguesas, Alguns dados estatisticos*, Comissão da Condição Femiina, C.C.F., Lisboa, [D.L.1979], p.16.

23 PERRROT, Michelle e DUBY, Georges, *op. cit.*, p.483.

24 MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, pp.231-232.

25 cf. Documento Anexo 2, p.6.

26 cf. Documento Anexo3, p.24 (mapa).

cidade. As raparigas pobres de Lisboa preferem a fábrica, a venda do peixe, a costura, o emprego nas lojas. As nossas criadas saem da província, da imensa província fecunda e prolífica[27].

Ao oferecer soldadas elevadas, os centros urbanos tornavam-se atraentes e as mulheres migravam para escapar à pobreza rural nomeadamente até aos anos 60 (quando se deu o grande êxodo para as cidades). A fuga do campo era uma maneira de subir na escala social. Uma vez na cidade, trabalhavam quer seja para os grandes comerciantes e para as mais abastadas famílias da média burguesia (mas era raro porque a domesticidade nessas casas era hierarquizada) quer seja para os pequenos funcionários públicos, os empregados de escritório... O trabalho variava conforme a casa e a família.

Além da esperança de poder economizar qualquer coisa e um vago desejo de aventura social, existiam causas mais profundas que levavam as raparigas originárias dos meios rurais pobres a migrarem para as cidades. O facto era que os pais das famílias numerosas tentavam colocar os filhos profissionalmente logo que tivessem idade para trabalhar[28]. Maria de Lurdes Santos, estudando a integração da mulher na vida social, indicou que as causas se deviam à falta de estruturas de enquadramento familiar: *[...] a mulher destas classes [pobres] faz parte de um pessoal pouco ou nada qualificado, não tem meios de se fazer auxiliar nas tarefas domésticas, não tem possibilidades de assegurar assistência aos filhos durante as suas horas de trabalho*[29]. Assim, as filhas começavam muito cedo a desempenhar as tarefas domésticas como aliás o confirma a Conceição na sua entrevista: *[...] acabávamos a escola ao meio-dia, ia com os meus pais para o campo ajudar a regar e a semear [...]*[30]. Os filhos empregavam-se no campo, as filhas, pelo contrário, tinham como vocação trabalhar fora do lar em ocupações femininas tradicionais. Estas eram, nos meios urbanos, por um lado as costureiras, as modistas, capelistas..., e por outro lado as criadas de servir e as amas. No meio rural, o *status* da mulher era essencialmente o da "doméstica", embora trabalhasse clandestinamente no campo ou a servir. Evidentemente, as tarefas desempenhadas em cada ocupação divergiam segundo o meio em que se praticavam. Eram portanto

---

27 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.49.

28 Paula Godinho afirmou que certas crianças começavam a servir aos sete anos.
GODINHO, Paula Cristina Antunes, *O Leito e as Margens. Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do alto Trás-os-Montes*, Mestrado de Cultura e Literatura Portuguesa, Lisboa, 1990, p.147.

29 SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, "Problemas da integração da mulher na vida social", in *A Mulher na Sociedade contemporânea*, Cadernos de Hoje nº8, Prelo Editora, p.66.

30 cf. Documento Anexo 3, p.34.

as mulheres de origem popular que migravam por razões essencialmente económicas. A migração era um sintoma das dificuldades do campo e um escapatório porque segundo o que afirmou Maria Filomena Mónica: *Os camponeses, explorados e miseráveis, nasciam e morriam na submissão e no silêncio*[31].

Azinhal Abelho, escritor que quis descrever a capital contemporânea, ilustrou este tipo de situação traçando (numa crónica) o percurso iniciático da criada típica, vinda da província para Lisboa. Segundo ele, a deslocalização tinha como principal motivação a questão financeira: *São as criaditas tão populares da cidade, que vieram da província procurar na capital o seu ganha-pão*[32]. Esta questão talvez viesse ligada ao desemprego feminino de que sofriam certas regiões do país. Maria Archer confirmou esta explicação ao notar que a migração das criadas para a Lisboa era motivada pela atracção dos salários urbanos: *Elas [, que] vão servir, e de preferência em Lisboa, onde se paga melhor*. Ora, as criadas desempenhavam uma ocupação que as provia das necessidades quotidianas essenciais: a comida e a dormida que constituíam a base de qualquer trabalho rural, de única sobrevivência porque desempenhado num meio pobre. O facto de elas solicitarem um ordenado parecia estranho para certas classes (foi aliás uma questão muito debatida durante anos nesta profissão). Pois em que empregavam o ordenado visto que a ocupação que cumpriam as provia das necessidades elementares? Segundo a mesma escritora o ordenado da criada de servir era-lhe necessário para constituir o seu enxoval (isto quando se tratava de criadas jovens) ou para ajudar os pais velhinhos[33].

De facto, o caso corrente era a futura criada sair de casa para aliviar os encargos da família e contribuir assim para o aumento do ordenado de casa; Azinhal Abelho explicou esta ruptura com o meio de origem da seguinte maneira: *A sua vinda para Lisboa foi um acidente, que se tornou efectivo. Lá na aldeia eram muitos irmãos, e ela teve de sair de casa para ajudar a criação dos mais novos*[34]. Maria Archer sublinhou também a inutilidade da rapariga no seio da família rural pobre: *São as raparigas a mais nas famílias aldeãs, as bocas inúteis, as que não casaram cedo, -*

31 MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.72.
32 ABELHO, Azinhal, *Lisboa num cravo de papel*, Pub. CCML, Lisboa, 1968, p.103.
33 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.49.
34 ABELHO, Azinhal, *op. cit.*, p.104.

são as que partem para a cidade, a servir[35]. Trabalhando, a rapariga pobre tornava-se assim útil. Mas a sua infância era de curta duração e as condições de trabalho difíceis para ela. A pobreza rural constituía para as criadas, como foi o caso nas sociedades rurais das gerações passadas, uma causa de migração.

Significativo também é o factor evocado por Adelaide de Carvalho, escritora cujo ponto de vista conservador prevalece no seu estudo consagrado à crítica da nova geração das criadas de servir. Ela atribuía as causas do êxodo das criadas para os centros urbanos nos anos 50, a condições de vida mais favoráveis na cidade: *Hoje, as nossas raparigas fogem dos campos, onde levam uma vida mais dura e não têm as mesmas vantagens que lhes oferece a vida das cidades; procuram-na para se colocarem e terem, por um lado, sem sobrecarga para os pais, quarto, comida e roupa lavada, além dum ordenado impossível de amealhar com o trabalho da terra. Ora tais benefícios perdê-los-iam se de raiz desaparecesse o serviço doméstico*[36]. Aliás, Jean-Pierre Gutton observava já o mesmo fenómeno ao estudar a vida quotidiana dos domésticos em França no século XVIII : *Il est clair que cet afflux de ruraux vers la ville constitue, le mimétisme social aidant, un facteur de progrès pour ceux-ci. Ils goûtent le confort relatif de la vie urbaine, profitent indirectement de la table des maîtres et peuvent recevoir au moins des rudiments d'instruction*[37]. De facto, o trabalho citadino tinha valor de ascensão social enquanto que o trabalho rural era demasiado pesado para certas mulheres que desistiam de exercê-lo. Interrogando uma criada, Maria Archer recebeu a seguinte resposta:

- Eu sou fraca de braços, não podia com o trabalho da terra. Mesmo um cântarro de água, um feixe de lenha não os levantava. Quem me daria o que eu preciso, se ficasse na terra? Casar, nem pensar nisso, que em Vilarinho só casam as raparigas que têm de seu. Não há lá rapazes, vão todos para o Brasil... E o que uma mulher ganha de sol a sol, no campo, não chega para comer e vestir. Tenho uma irmã casada, cá em Lisboa, escrevi-lhe, e ela arranjou-me uma casa[38].

As condições de trabalho nas aldeias eram portanto muito precárias para as mulheres, nomeadamente ao nível do assalariamento. Por outro lado, a migração ou emigração dos homens constituía outra motivação para a mulher migrar também. Maria Filomena Mónica escreveu a esse

---

35 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.49.

36 CARVALHO, Adelaide, *As Criadas de Servir e o Serviço Doméstico*, 2ª ed., Lisboa, 1956, p.27.

37 GUTTON, Jean-Pierre,*op. cit.*, p.79.

38 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.50.

respeito que: *Mas os piores flagelos do campo eram, como sempre, a pobreza e o desemprego que, por sua vez, provocavam uma elevada taxa de emigração (provavelmente para o Brasil e a América do Norte)*, e acrescentou que entre 1900 e 1933 se tinham registado um milhão de saídas no país[39]. Além da motivação puramente económica, a mulher camponesa migrava também porque o meio rural se tornava aos poucos um meio desertificado pelos homens e portanto a sua possibilidade de casar lá diminuía simultaneamente. Foi assim que um pretendido despovoamento das aldeias foi denunciado. De facto, o número dos trabalhadores das profissões ditas "úteis" (como as profissões agrícolas) baixava porque estes trabalhadores "migrantes" se empregavam na cidade em empregos reputados "inúteis" para a sociedade (porque serviam apenas à utilidade pessoal, como era o caso do serviço doméstico).

Por outro lado, por volta dos anos 30, quando as criadas de servir constituíam já o grupo dominante do trabalho feminino, instalou-se uma verdadeira psicose nos centros urbanos acerca das criadas de servir ditas contagiadas pelos maus costumes da cidade (roubos, prostituição). As preferências dos patrões e patroas por jovens vindas directamente da província tornaram-se efectivas e propagaram-se rapidamente. Recrutadas na terra, os patrões tentavam conservá-las longe dos vicíos citadinos e das influências da classe doméstica instalando-as imediatamente nas suas casas. Pois segundo Paulo Jorge Alves Guinote, *[...] abunda[vam] os lamentos pela falta de qualidade das raparigas disponíveis, que raramente [eram] de confiança e pouco tempo para[vam] na mesma casa*[40].

Lisboa concentrou um número importante de criadas vindas da província que Azinhal Abelho diferenciava da mulher citadina a partir de características físicas: *Há porém aquela tez corada, aquele brunir moreno que faz adivinhar a origem sadia e louçã das raizes provincianas*. Mais adiante acrescentou insistindo que eram *coradas e morenas*, e *maçoilas*. Nostalgicamente, relatou ainda que davam *cor local aos bairros* da capital mas também que eram *a nota juvenil*[41]. Isto sublinha que as criadas eram recrutadas muito jovens nas aldeias para exercer a sua actividade em condições satisfatórias nas casas citadinas. As aldeias tornaram-se então verdadeiras "reservas" de criadas aumentando este modo de recrutamento embora existissem agências especializadas

39 MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.72.

40 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.234.

41 ABELHO, Azinhal, *op. cit.*, p.104.

legais nas cidades para a colocação de criadas[42].

O número de criadas vindas do campo acabou por ser superior ao número de lugares e o fenómeno atingiu altas proporções. Já não eram tanto os patrões que buscavam as criadas. Nos jornais da época sucediam-se os anúncios em que se ofereciam criadas, cozinheiras ou amas, vindas do campo ou da cidade. O jornal *O Mundo* publicava cada dia os anúncios dizendo-lhes respeito:

Criadas, Há sempre na agência da rua Nova da Trindade, 124[43].

O recrutamento podia passar por uma agência como é o caso neste anúncio, ou endereçar-se directamente à desempregada:

Criada

Oferece-se para todo o serviço, casa de pouca família, dá boas informações. Rua Ilha Terceira, n°1, Na mesma se trata[44].

Este tipo de oferta favoreceu o desemprego na classe doméstica porque os patrões podiam escolher e mostravam-se selectivos. Aliás, Maria Archer referiu, a partir da testemunha duma criada, Sílvia, o caso de criadas oriundas de centros caritativos:

[...] No andar de cima, no meu prédio, há sempre criadas que vieram da "Protecção". Da "Protecção às raparigas", ali à Costa do Castelo. Algumas sairam dos Reformatórios da "Tutoria da Infância", e são colocadas nas casas por intermédio da "Protecção". Essas são submissas, ganham pouco, às vezes não lhes dão licença de sair à rua, e devem apresentar-se, uma vez por mês, na Sede. Mas as outras criadas não gostam delas. Sentem-se superiores[45].

Esta testemunha sublinha a origem social pobre das criadas "citadinas", mas refere sobretudo a presença da hierarquia doméstica. Perante o fenómeno da criada provinciana, a criada citadina originária de centros caritativos sentia já a ameaça de desemprego se não se submetesse às condições da casa. Numa situação de maior vulnerabilidade, eram exploradas.

1.3.2. A ausência de formação .

As causas que levavam mulheres e mais particularmente as criadas de servir, a desempenhar uma actividade profissional dependia em larga medida das suas origens sociais. A questão é de

42 Paulo Jorge Alves Guinote evocou as agências especializadas na sua tese de Mestrado mas não se possui infelizmente fonte de informações publicada acerca do seu funcionamento.
GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.237.

43 *O Mundo*, Quinta-Feira, 6 de Janeiro de 1909.

44 *O Mundo*, Terça-Feira, 12 de Janeiro de 1909.

45 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.50.

saber se esta opção resultava de uma escolha ou de uma necessidade dado que a escolaridade (até aos onze anos) foi obrigatória desde os meados do século XIX[46] e que, para as classes pobres, representava a única possibilidade de ascensão social. Para proceder a este estudo é necessário lembrar diversos factores.

Com uma sociedade ainda completamente tradicional e essencialmente rural, Portugal mantinha uma "civilização oral" na qual a palavra escrita era privilégio duma minoria[47]. A maior parte da população portuguesa era camponesa, analfabeta e pobre. Por isso, devia assegurar-se desde o nascimento uma sobrevivência física porque a própria estrutura social não lhe deixava antever qualquer possibilidade de ascensão. O trabalho apresentava-se então como a única possibilidade de subsistir. A escola além de ser cara (em roupa e livros), não era um meio para aceder ao trabalho. Para as classes desfavorecidas era muito mais importante pôr os filhos a trabalhar no próprio grupo doméstico para que aprendessem uma arte, que fossem criados ou jornaleiros, na cidade ou no campo. A Fernanda afirmou na sua entrevista que teve de desempenhar tarefas domésticas e agrícolas ainda criança vendo-se assim privada de escola para ajudar financeiramente a sua família[48]. De facto, duas opções se apresentavam aos pais das futuras criadas da altura: escolarizar as filhas (ao mesmo tempo que exerciam, em paralelo, uma actividade) ou pô-las a trabalhar muito cedo (no caso das famílias mais necessitadas).

Ao nível educacional, a situação de atraso das mulheres relativamente aos homens era significativa. Em 1930, 69,9% das mulheres eram analfabetas contra 52,8% de homens. Em 1960, essas percentagens eram, respectivamente, de 36,7% contra 24,9%. Se a diferença homens-mulheres tendia a diminuir, as taxas de analfabetismo eram ainda reveladoras e, neste domínio, Portugal situava-se na cauda a Europa[49]. No entanto, o analfabetismo feminino não era um problema novo na altura. Em 1870, o Ministro da Instrução Pública alertava para o grande atraso do ensino público feminino em relação ao masculino. Na luta constante contra o analfabetismo, os diversos regimes políticos esforçavam-se de alfabetizar pelo menos os rapazes sem tomarem uma

46 GEORGEL, Jacques, *op. cit.*, p.83.

47 As classes mais poderosas beneficiavam da escolaridade. Tais considerações podem justificar as altas taxas de analfabetismo no país. Em 1920, registavam-se 70,8% de analfabetos, segundo o Preâmbulo do Decreto-Lei nº 38 968, de 27 de Outubro de 1952.

48 cf. Documento Anexo 2, p.6.

49 COVA, Ana e PINTO, António Costa, *op. cit.*, p.76.

medida específica para o caso feminino. Por isso, em 1905, uma escritora feminista republicana, Ana de Castro Osório, revoltou-se contra as consequências que o analfabetismo engendrava em relação à mulher:

Uma das nossas maiores vergonhas nacionais é, por certo, o analfabetismo, mas o que agrava essa vergonha é que, no continente, é a grande maioria das mulheres que eleva pavarosamente a cifra dos analfabetos.

E há ainda quem lhes diga que fiquem em casa a educar os filhos, em vez de pretenderem ganhar o seu pão honestamente pelo trabalho !

Mas ensinar o quê, se elas não sabem o mais elementar, se muitas vezes nem sabem ler e escrever !?[50]

Na verdade, um aspecto que contribuía para alimentar as altas taxas de analfabetismo e, consequentemente, condicionava o tipo de inserção profissional, era a idade em que se começava a trabalhar. O Instituto Nacional de Estatística declarou, no censo de 1940, que 46% das crianças entre os 10 e os 14 anos trabalhavam, o que representava 345 000 crianças, entre as quais 72% de raparigas[51]. A precocidade com que iniciavam uma actividade profissional não significava no entanto que estas crianças não fossem escolarizadas. Este fenómeno reflectia vários aspectos de um problema grave, ou seja, o abandono dos estudos numa idade precoce, por vezes antes do fim do ensino primário, quando não iam à escola primária simplesmente. Ora, no início do século, 84,4% das criadas de servir e 90,7% das operárias não sabiam ler[52]. A inexistência ou a semi-existência de instrução não deixava de reflectir-se em toda a sua vida e as conduzia geralmente à miséria e a uma situação profissional precária porque se caracterizava, segundo o que investigou Heloísa Perista acerca da pobreza feminina, por uma desqualificação profissional, por um fraco nível remuneratório e por condições de trabalho mais duras. Estas foram as suas conclusões a partir, nomeadamente, de entrevistas semi-dirigidas sobre alguns aspectos relacionados com a pobreza: a trajectória de vida de cada uma das entrevistadas e da sua própria vivência da pobreza[53]. Aliás esta

---

50 OSÓRIO, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, Lisboa, 1905, p.50.

51 Segundo Maria Filomena Mónica não existem estatísticas sobre os trabalhadores menores de dez anos.
MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.249.

52 BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves, *Universos Femininos em Portugal, Retrato da burguesa, 1890-1930*, Doutoramento de Estudos Portugueses, 1991, p.145.

53 As entrevistas foram realizadas pela equipa de investigação do D.P.S. em 1991. A investigadora realizou o seu estudo sobre a pobreza feminina no quadro das Organizações Governamentais do Conselho Consultivo para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Nele, identificou o grupo feminino como um dos mais vulneráveis à pobreza.
PERISTA, Heloísa, *A pobreza no feminino na cidade de Lisboa*, Pub. Lisboa Organização, [D.L. 1992], p.43.

teia de causas e efeitos que determinou Heloísa Perista foi esquematizada por uma outra investigadora, Manuela Silva, que se preocupou com a pobreza urbana em Portugal nos nossos dias. No seu estudo, esta última tentou demonstrar por que razões a pobreza era um fenómeno fixo e recurrente na sociedade. Chegou às mesmas constatações que Heloísa Perista. A criada de servir, assim como qualquer outra mulher analfabeta ou semi-analfabeta, era projectada no chamado "círculo vicioso da pobreza"[54].

Além disso, o tipo de estrutura industrializada nas décadas salazaristas não exigia normalmente mão-de-obra alfabetizada. Pelo contrário, recorria com frequência à mão-de-obra infantil que representava 7,1% da população activa em 1940. Estas crianças trabalhavam em condições denunciadas em França um século atrás. Eram na maioria criadas de servir, categoria que aparecia sob a rubrica "serviços diversos" (que incluía os "serviços domésticos") com a alta taxa de 68% em 1940[55]. Na mesma década, 223 712 das 345 847 crianças que trabalhavam em todo o país eram criadas de servir[56]. Portanto, quase metade das crianças do país trabalhavam e cumulavam a sua actividade profissional com a escolaridade. As causas vinham ligadas ao deficiente processo de escolarização mas também à lei de trabalho que permitia que as crianças em idade de escolaridade primária prestassem serviços domésticos ou rurais em troca de remuneração[57]. Esta legislação estava talvez na origem da vulgarização do serviço doméstico enquanto ocupação tradicional. De facto, desempenhado no espaço doméstico permitia a uma parte pobre da população escapar ao controlo do trabalho infantil e receber, pela mesma, algum rendimento. Aliás, Heloísa Perista, referindo-se a Lisboa, indicou que a primeira ocupação das mulheres pobres *[...] foi muitas vezes no âmbito dos serviços pessoais e domésticos, a "servir", a "guardar crianças"*[58]. Por ser uma ocupação ao alcance de todos, sem exigências de qualificação especializada, o serviço doméstico representava para uma população sem recursos uma actividade de "socorro" se bem que sem qualquer reconhecimento produtivo.

---

54 cf. Documento Anexo 13, p.68.

55 As restantes crianças trabalhavam na agricultura (22%), na indústria (4%) e no comércio (1,6%).
MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, pp. 249-250.

56 *Id., Ibid.*, p.265.

57 Em 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional estabeleceu que nenhuma criança com menos de doze anos podia legalmente trabalhar.
MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.244.

58 PERISTA, Heloísa, *op. cit.*, p.51.

Se a primeira opção dos pais das criadas de servir era pô-las a trabalhar sem alfabetização, a segunda incluía a escolarização (a coexistir ou não com uma actividade profissional). Nestas condições, é notável revelar o funcionamento do sistema escolar da época. Numa sociedade que se queria organizada, este aguentava porém a coexistência do trabalho infantil.

Em total oposição com o sistema republicano que procurava reformar o ensino primário no intuito de conseguir uma educação laica, democrática e nacionalista[59], o salazarismo preferiu voltar à escola tradicional católica mas com uma concepção do sistema mais radical. Apesar de opiniões diversas conflictuarem nessa época a respeito do analfabetismo[60], o regime salazarista passou a defender a tese da alfabetização. Admitia que, tendo o Estado a autoridade política, a neutralidade da escola defendida sob a República devia ser rejeitada para assumir funções de doutrinação política. A escola ia abranger todas as classes porque ia funcionar como um aparelho de doutrinação e de "controlo das massas".

O salazarismo propunha-se eliminar era *um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança* e substituí-lo por aptidões rudimentares do *ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal*[61]. O sistema baseava-se numa nova concepção: ensinar o povo a ler para pôr "ordem nos espíritos" e assegurar assim a paz social cultivando, por um lado, a nova ideologia oficial (valores e virtudes cristãs e nacionalistas) e por outro lado, contendo a progressão da herança cultural republicana para evitar que as crianças constituissem uma ameaça à "ordem social". Os defensores destas posições receavam particularmente o destino dos camponeses analfabetas (entre os quais as futuras criadas de servir) desenraizados que afluíam aos dois principais centros urbanos. Uma vez nas cidades, perdiam imediatamente todas as suas qualidades. Longe do originário meio rural, deixavam-se influenciar pelas ideias marxistas da luta de classes. A escola tornar-se-ia então o meio ideal para civilizar as massas trabalhadoras e difundir a ideologia salazarista. Diversas medidas ocorreram neste sentido.

Ao aplicar um sistema educativo indistinto quer seja para as escolas urbanas quer seja para

---

59 A República proclamou a neutralidade do sistema escolar banindo o ensino da doutrina cristã nas escolas. CARREIRA, Henrique Medina, *As Politicas Sociais em Portugal*, Pub. Gradiva, Lisboa, 1996, p.174.

60 Passou-se de 75,1% em 1911 para 67,8% em 1930.
Id., Ibid., p.171.

61 Preâmbulo do Decreto-Lei nº 27 279, de 24 de Novembro de 1936.

as escolas e para as novas escolas rurais, Salazar revolucionou o ensino submetendo-o, como a restante sociedade, à sua ideologia. Assim se reduziu, nos anos 30, o tempo de ensino e os currículos escolares e se amplificou a acção doutrinadora, católica e política na escola[62]. O próprio período de escolaridade obrigatória foi reduzido imediatamente de cinco para três anos (em 1927) e mais tarde para quatro anos para os rapazes e três para as raparigas (em 1937). Apesar do controlo desta obrigação ser bastante laxista, os resultados no entanto foram sensíveis. Em 1930, 73% das crianças que tinham entre 7 e 11 anos de idade eram analfabetas. Em 1940, a taxa diminuiu para 46% e, em 1950, para 20%[63]. O analfabetismo começava a ser denunciado mesmo entre as camadas mais baixas da população o que explica a crescente frequentação das escolas.

Por outro lado, se os professores se viram conferir um novo estatuto (valorizado) com a República, o salazarismo preferiu-lhes o seu antigo papel de "missionário" porque os utilizava como instrumentos de doutrinação política e religiosa. Para possibilitar tal disposição, entendia convir que não soubessem muito. A escolha dos professores passou então a ser selectiva. Segundo Maria Filomena Mónica: *Em Portugal, uma percentagem substancial dos professores primários provinha tradicionalmente das camadas mais baixas do campesinato, tendência que o salazarismo reforçou até às últimas consequências*. O professorado, desta forma desvalorizado de novo e enfraquecido, só podia levar a uma instrução deficiente[64]. Assim, crianças como professores foram submetidos às novas exigências ideológicas. Na sua entrevista, a Conceição lembrou-se que no início das aulas, os alunos eram quotidianamente obrigados a cantar com a Professora uma frase para Salazar:

[...] todos os dias a professora fazia-nos cantar assim: "Salazar é o nosso chefe, o nosso chefe sem igual, Salazar é aquele homem que nos salva Portugal[65].

Este tipo de procedimento não foi o único na época. A grande inovação do sistema deu-se em 1932. Ao mesmo tempo que se impunham regras de educação moral e cívica, decretou-se a

---

62 Em 1936, segundo Maria Filomena Mónica, após a polémica entre "educar" e "instruir", o Ministério da Instrução Pública passou a denominar-se Ministério da Educação Nacional valorizando assim a função educativa da escola, a instrução sendo relegada para o segundo plano.
MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, pp.145-149.

63 Em 1930, 61,8% da população que tinha acima de 7 anos de idade era analfabeta. Em 1950, 40,4% ainda. A baixa da taxa para este grupo etário é menos sensível.
CARREIRA, Henrique Medina, *op. cit.*, p.183.

64 A censura pôs fim ao sindicato dos professores, a U.P.P. (União do Professorado Primário) em 1927.
MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.188.

65 cf. Documento Anexo 3, p.33.

inserção de frases de carácter moral nos livros de leitura, inspiradas em livros escolares italianos do período mussoliniano. A partir daí, escola assumia verdadeiramente a sua função doutrinadora.

Os principais valores que circulavam nestes livros eram virtudes tradicionais católicas, entre as quais, a obediência, a resignação e a caridade. As frases que os ilustravam procuravam, por exemplo, normalizar a conduta entre o que mandava e o que era mandado. Citamos apenas as mais significativas: *Obedece e saberás mandar*; *Na família, o chefe é o Pai; na escola, o chefe é o Mestre; no Estado, o chefe é o Governo*; *Mandar não é escravizar; é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando*; *Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida*[66] . Difícil era avaliar a que nível este tipo de doutrinação podia repercutir-se no espírito das crianças e particularmente no das futuras criadas de servir. Estas frases representavam verdadeiros "dogmas" para os espíritos da altura. Ao mesmo tempo que contribuíam para manter a hierarquia social e formar, de qualquer maneira, o espírito de "trabalhador" na criança, pretendiam também evitar o desenvolvimento das ideias de luta das classes que o salazarismo tentava neutralizar na época.

Por outro lado, além de veicular valores dignos de serem inculcados para todas as classes (como a obediência e a autoridade), expunha textos em *bipolaridade*, segundo a expressão de Maria Filomena Mónica, para permitir à criança rica ou pobre, rapaz ou rapariga de se identificar com um dos pólos. Assim, se a obediência estava no eixo das virtudes, por exemplo, no *Livro da Primeira Classe*, dos anos 30, estava escrito que: *É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades*. A autoridade nunca deixava de ser evocada. O respeito pela hierarquia social estava finalmente na base desta ideologia e representava a solução para o mantimento da "ordem". Por isso, logicamente, a resignação constituía a segunda das virtudes básicas deste ensinamento. Os pobres, representando a maioria da população portuguesa, deviam resignar-se com a sua posição social. Por exemplo, o *Livro da Terceira Classe* de 1930 avisava para: *Não querer O que não se pode haver*. Do mesmo modo, o livro para a mesma classe, oito anos mais tarde, continha o seguinte texto:

Ai! Pra o Tónio e para a pobre mãe, a vida continuava a correr com muita dureza. Orfão de pai, com pouco mais de oito anos, era só ele a auxiliar a pobre mulher, apanhando-lhe feixes de lenha e trabalhando com ela por casa dos vizinhos, quantas vezes em serviços superiores às suas

[66]MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.283.

forças e demasiado rudes para a sua idade! Como a vida lhe decorrera sempre sem um sorriso, o infeliz era naturalmente triste, mas ao mesmo tempo era bom e resignado"[67].

Mais do que uma resignação do seu estado, este tipo de texto justificava, no fundo, o trabalho infantil.

Assim, estes textos não refletiam senão a divisão hierárquia intrínseca à sociedade: por um lado os mais fortes (os mais ricos) que detinham a autoridade, por outro lado os mais humildes (e mais submissos). Era no intuito de perpetuar esta estratificação que estava sendo ameaçada com o aparecimento da ideologia marxista da luta das classes (nos anos 40), que o salazarismo actuava.

Fiel à sua idelogia conservadora, este não deixou de enaltecer, nos livros, a pobreza e o campesinato, evitando assim um eventual sentimento de exclusão por parte dum grupo social que representava 80% da população. O trabalho era uma virtude. Para o pobre que não podia ascender socialmente, melhorar a sua condição consistia em trabalhar bem e portar-se bem. A cada sexo eram ministrados ensinamentos e valores distintos conforme a diferença natural dos sexos. A filha era moldada à imagem da mãe, o filho à imagem do pai. A função principal da rapariga consistia em proporcionar ao lar uma atmosfera de bem-estar ao mesmo tempo que aprendia a substituir a mãe em muitas tarefas domésticas aceitando, gradualmente, a sua posição de subordinação feminina. Aliás, este tipo de ensinamentos ia a par com uma disposição da Constituição de 1933 que enunciava no *Quadragesimo anno* que: *É em casa antes de mais, ou nas dependências da casa, e entre as ocupações domésticas, que se encontra o trabalho das mães de família*[68]. Em 1944, o livro de leitura para a segunda classe definia este tipo de transição:

Tendo a mãe de se ausentar
Disse à filha mais velhinha:
- Fica tu em meu lugar
De guarda à minha casinha.

As raparigas aprendiam na escola a realizar alguns trabalhos domésticos (bordar, fazer malha...) embora um terço das escolas continuassem a funcionar, nos anos 40, com ambos os sexos (apesar da proibição da coeducação pelo regime)[69]. A educação da rapariga era portanto orientada em função dos papéis que estava destinada a assumir como mulher e que eram basicamente os que

---

67 *Id. Ibid.*, p. 288-291.

68 COVA, Ana e PINTO, António Costa, *op. cit.*, p.72.

69 MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.297.

decorriam das tarefas domésticas. Aliás, Eugénio Brandão, estudando os estereótipos femininos e masculinos dos livros escolares da época posterior ao salazarismo (1976), mencionou que, neles, a *profissão* para a mulher era a de *mãe* ou pelo menos que o trabalho que ela devia realizar não era *equiparado a profissão*[70]. Ivone Leal, atenta aos mesmos problemas que este investigador, concluiu no seu estudo que o trabalho que a mulher devia desempenhar não era *valorizado economicamente ou socialmente prestigiado*[71]. Portanto as funções que a mulher tinha de desempenhar a partir das imagens dos livros escolares estavam completamente estereotipadas. O serviço doméstico a partir destes ensinamentos não podia ser senão exercido pelo grupo feminino. Tanto mais que esta "segregação" conduzia a rapariga a abandonar a escola logo após o ensino primário ou antes de o completar normalmente para trabalhar ou para se casar como aconteceu no caso da Conceição[72]. Além disso, com alguns rudimentos de leitura, escritura e aritmética, quase metade das mulheres tendiam até a esquecer estes conhecimentos elementares pela ausência de prática. No caso específico das criadas de servir, existia o que se chamava a "desalfabetização" porque o tempo de trabalho dominava o resto.

Por outro lado, a formação feminina técnica ou profissional na altura era quasi-inexistente. Segundo Henrique Medina Carreira, *funcionavam diferentes tipos de escolas de ensino técnico elementar que, em 1930 e 1931, foram uniformizadas. Extinguidas, transformadas ou acrescentadas outras novas, procedeu-se a uma maior homogeneização*[73]. Algumas escolas profissionais foram criadas em vista de melhorar este panorama educacional. No entanto, só deixaram ecos nos jornais da época por fazerem parte de iniciativas caritativas e não relevando propriamente do Estado ou do Ministério da Educação (instituído em 1936). O *Diário de Notícias*, do 18 de Junho de 1945, referencia uma exposição de trabalhos apresentada pela "Escola de Formação de Criadas" e inaugurada pelo Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. O jornal indica que se tratava de uma instituição que se denominava também de "Obra de Previdência e Formação de

---

70 Eugénio Brandão interrogou-se no seu estudo a saber se os manuais escolares eram ou não discriminatórios
BRANDÃO, Eugénio, *Estereótipos em manuais escolares*, Comissão Condição Feminina, C.C.F., 1979, p.23.

71 Ivone Leal partiu da hipótese de que os manuais escolares estudados apresentavam imagens de mulheres e homens marcadas por estereótipos sexuais. Segundo ela, este facto podia constituir um obstáculo à possibilidade das raparigas participarem "plenamente na vida social".
LEAL, Ivone, *A imagem feminina nos manuais escolares*, Comissão Condição Feminina, C.C.F., 1979, p.63.

72 cf. Documentos Anexo 3, p.25.

73 CARREIRA, Henrique Medina, *op. cit.*, p.193.

Criadas" e que era patrocinada por "muitas senhoras protectoras"[74]. Esta instituição relevava de uma iniciativa caridosa organizada pela classe feminina favorecida e encorajada pela Igreja. Na verdade, era provavelmente uma organização criada pela *Opus Dei* porque Maria Carmen del Tapia no seu livro *Do Lado de Dentro. Uma Vida na Opus Dei* evocou a criação de "escolas de serviçais" (no fim dos anos cinquenta e nos anos sessenta) nos países onde a sua obra estava presente, inclusive portanto Portugal. Este exemplo, embora escasso, mostrava que não existia da parte do governo iniciativas mais concretas em matéria de formação profissional. Pelo contrário, este tipo de organização relevava apenas de instituições privadas como o verificou também Adelaide Carvalho. Esta deplorou o limitadíssimo número de *Casas de Protecção* e a falta de "escolas de preparação" destinadas a desempenhar um curso de formação e de aperfeiçoamento para as futuras criadas de servir e a ausência[75].

Mas com a valorização do papel da dona de casa começaram a afluir os manuais de civilidade como verdadeiros guias de formação e de educação destinados na sua grande maioria às raparigas e donas de casa desprovidas de experiência e prática. A abundância do número de manuais denunciava também o atraso da educação "doméstica" da própria mulher burguesa[76]. Editados em Portugal no século passado e princípio deste, os manuais de civilidade foram em grande parte objecto de frequentes reedições. Em regra geral são traduções livres ou adaptações de manuais franceses, ou cópias mais ou menos actualizadas de anteriores manuais portugueses, eles próprios já obras traduzidas. O seu objectivo é ditar as regras do saber-viver. Os mais contemporâneos representam um verdadeiro guia de *formação* das futuras donas de casa. Pois contêm um largo repositório de úteis conhecimentos de ordem geral. Visto isto, só podiam ser escritos por uma autoria feminina de classe social elevada sendo a burguesia ou a nobreza a dar os conselhos.

Finalmente, recebendo uma educação deficiente, uma falta de prática, de formação e de experiência, a criada de servir não podia desempenhar o seu papel feminino à altura das esperanças da sociedade. Era o próprio sistema que lhe impossibilitava um futuro profissional favorável.

---

74 cf. Documento Anexo 11, p.63.

75 Adelaide Carvalho realizou um estudo crítico sobre a situação das criadas de servir nos anos cinquenta com o subtítulo de "Estudo e subsídios para a sua regulamentação".
CARVALHO, Adelaide, *As criadas de servir e os serviço doméstico*, 2° ed., Lisboa, 1956, p.9.

76 cf. Documento Anexo 4, p.42.

Representando uma actividade de utilidade pessoal mais do que um trabalho produtivo, o serviço doméstico foi descurado como profissão e antes reconhecido como uma ocupação tradicional feminina de carácter transitório. Sem exigência de qualificação, estava ao alcance de todos numa sociedade fortemente marcada pela pobreza e que permitia apenas uma ascensão dentro do próprio grupo. Assim, as mulheres não podendo ingressar a rede industrial recorriam ao serviço doméstico como único meio de subsistência. Este apresentava-se então como uma actividade de "socorro". Servir para subsistir constituía o meio de fixação da classe doméstica. De facto, com um peso numérico indubitável, o serviço doméstico testemunhava das más condições de vida de uma categoria de mulheres cujo trabalho era a sua única opção de vida. Trabalhando o mais das vezes na ilegalidade, esta representava uma mão de obra barata e então explorada. Por outro lado, de entre os factores que condicionavam o tipo de inserção no mercado do trabalho, assumia uma importância significativa o nível de escolaridade e a formação profissional. Ora, representando uma actividade desqualificada profissionalmente, a criada de servir com um baixo nível de instrução via-se projectada num segmento do mercado de emprego caraterizado pela desqualificação profissional, um fraco nível remuneratório e por condições de trabalho mais duras. Tais são as características da criada de servir que se pretendem analisar em seguida porque, de facto, com o seu papel económico assim enfraquecido, era obrigadas a enfrentar uma maior vulnerabilidade e precaridade do emprego.

II. As condições de trabalho.

Devido às características da sua "inserção" no mercado do emprego, as criadas de servir eram obrigadas a aceitar condições de trabalho precárias. De facto, a ausência de formação escolar e profissional limitava, à partida, o acesso da mulher a ramos de actividade do mercado do emprego que se caracterizavam pela desqualificação profissional e por condições laborais mais difíceis. Ora, o serviço doméstico sendo uma ocupação ao alcance de todos só podia apresentar este tipo de situações. A questão é de saber quais eram os seus efeitos sobre o papel económico da criada de servir. A resposta a esta problemática queria-se analítica. Estabelecidas na primeira parte deste estudo as causas da existência económica das criadas de servir, restava ver em que condições as criadas de servir desempenhavam o serviço doméstico para poder determinar a sua posição no mercado do trabalho.

Para isso, procurou-se analisar, por um lado, a sua situação de trabalho a partir da definição do seu estatuto social em primeiro lugar porque este tinha uma influência directa sobre a sua protecção social e sobre o seu nível remuneratório.

Por outro lado, de entre as condições de trabalho assumia também particular importância a organização do serviço doméstico. Convinha então determinar o seu tempo laboral e a delimitação das tarefas profissionais para poder julgar da precaridade do seu estado.

2.1. Uma situação precária.

2.1.1. Um estatuto social mal definido.

Definir o estatuto socio-económico da criada de servir corresponde a situá-la em relação à classe social à qual pertencia.

Com uma taxa maioritária de crianças a desempenhar o serviço doméstico sem enquadramento legal, a primeira questão é delimitar se a criada de servir tinha ou não um estatuto de assalariada na sociedade salazarista. Questão tanto mais difícil que o serviço doméstico até meados do século, além de ser pouco reconhecido enquanto profissão, era designado por "ocupação" como aliás as outras ocupações femininas tradicionais da época (as costureiras, as vendedeiras...). Destacavam-se essencialmente duas causas para explicitar tal diferenciação.

Em primeiro lugar, antes do fenómeno da entrada das mulheres no mercado do trabalho a partir dos anos sessenta, as mulheres que trabalhavam fora de casa constituíam um grupo minoritário da população activa e concentravam-se num número relativamente restritos de sectores e "profissões", frequentemente pouco qualificados e mal remunerados. Sob um regime que reafirmou a apologia do "regresso ao lar" para a mulher admitia-se apenas o trabalho feminino por *uma manifesta necessidade económica*, segundo a expressão de Cecília Barreira que notou aliás o mesmo acontecimento para a mulher das primeiras décadas do século[1]. O mais das vezes, eram raparigas e mulheres que se viam lançadas, desde muito cedo, na esfera de produção para ter uma ocupação remunerada quer para prover às suas próprias necessidades (e assegurar-se um futuro familiar próprio) quer para ajudar a família. Tratava-se unicamente de mulheres de classe social inferior dado que as burguesas não podiam naquela altura assumir o desejo de trabalhar com outros motivos senão financeiros. A entrada no mundo do trabalho assalariado era portanto condicionada pelo nível da fortuna. Michelle Perrot explicou o problema do trabalho feminino na sociedade da seguinte maneira: *Enquanto jovens e solteiras, o trabalho das mulheres cumpria obrigações familiares; quando casadas e mães, era tomado como um sinal de dificuldades económicas no lar*[2].

De facto, uma das características do trabalho feminino da altura era o seu carácter transitório. Característica tanto mais acentuada na vida da criada de servir que tendia a interromper

---

1 BARREIRA, Cecília, *op. cit.*, p. 45.

2 PERROT, Michelle e DUBY, Georges, "O Século XIX", in *História das Mulheres*, t.4., Ed. Afrontamento, Lisboa, 1994, p. 468.

o serviço por duas razões principais: por um lado, quando encontrava um lugar nas fábricas, por outro lado quando se casava (o serviço doméstico era dificilmente cumulável com o casamento). Nestas condições, perigoso seria adiantar que o trabalho desempenhado pelas mulheres relevava de uma verdadeira profissão quando se tratava de uma actividade transitória antes de aceder ao que, para elas, representava uma finalidade na vida (ascender a um trabalho mais bem remunerado ou casar-se). No entanto, tal denominação não fazia senão descurar todo o carácter económico e produtivo deste tipo de trabalho. Foi o que levou Heloísa Perista a sublinhar que estas trabalhadoras encontravam-se *em formas atípicas de emprego. O trabalho no domicílio, o trabalho ocasional, o trabalho à peça ou à tarefa têm sido tradicionalmente desempenhados por mulheres, de uma forma muitas vezes clandestina, logo, sem qualquer protecção social ou sindical*[3]. Assim, o tradicionalismo destas ocupações negava às trabalhadoras o reconhecimento produtivo porque era o mais das vezes ilegal.

Além disso, o serviço doméstico era considerado como um trabalho de utilidade pessoal e não produtivo. Desempenhado na célula familiar, era uma actividade ocultada, intrínseca à esfera privada e à instituição familiar que o Estado Novo pretendia preservar e proteger. Este tipo de alienação conferia um estatuto social confuso à criada de servir, pairando entre a qualidade de *familiar* e a de *profissional.* Embora a maioria das serviçais não tivessem consciência do facto, muitas delas trabalhavam na ilegalidade nomeadamente as que tinham oficialmente o estatuto de "doméstica", isto é, "sem profissão", como o indicou a Fernanda na sua entrevista[4]. Aliás, apesar de existir um regulamento escrito no Código Civil[5] sobre os direitos e os deveres entre o patrão e a criada, o contrato de trabalho estabelecido entre eles era exclusivamente oral e em consequência fictício quer na cidade quer no campo. Os já referidos manuais de civilidade publicados naquela altura, atendendo certamente aos eventuais problemas que resultavam deste tipo de "compromissos", davam conselhos para organizar o "contrato". Uma das autoras deste tipo de literatura recomendava que: *Quando contratamos um criado devemos logo expor-lhe quais os seus deveres. Isto de um modo claro e preciso, para evitar reclamações tardias. Deve dizer-se também,*

3 PERISTA, Heloísa e DUBY, Georges, *op. cit.*, p.19.

4 cf. Documento Anexo 2, p.21.

5 cf. Documento Anexo 6, p.50.

nessa ocasião, o número e a hora das refeições[6]. O serviço doméstico baseava-se assim em convenções verbais. Era desta forma que o modo de recrutamento se tornava arcaico, sem exigência de qualificação.

O estatuto social das criadas de servir foi simplificado e reconhecido progressivamente, à medida que reclamaram o seu assalariamento e o seu reconhecimento social enquanto trabalhadoras. Foi a partir dos anos cinquenta em consequência do ingresso das mulheres na esfera de produção, que as criadas de servir sentiram a necessidade de valorizar o seu estatuto social. Tal reclamação foi aliás criticada pelas vozes conservadoras da época: *visto desejarem ser "empregadas" e sentirem-se ofendidas se lhes chamam criadas*. Através da aquisição deste estatuto social, as criadas de servir visavam, no fundo, o reconhecimento social da profissão. Porém, segundo o §1° do art. 4° da lei n° 1952, eram reconhecidos como empregados: *os colaboradores directos da entidade patronal, tais como gerentes, contabilistas, ou quaisquer profissionais de escritório, caixeiros e seus empregados, dactilógrafos e outros que desempenham funções similares*[7]. Nos anos cinquenta, as criadas de servir eram portanto ainda excluídas das disposições governamentais, talvez por falta de uma consciência de classe e da intervenção do seu próprio sindicato.

Embora os organismos sociais tivessem crescido muito com a implantação da República, a sindicalização não era obrigatória. Aliás a sindicalização da classe doméstica, naquela época, teve pouco eco em Portugal dado que o seu estatuto profissional ainda causou, em 1980, quase meio século depois uma inscrição abusiva de beneficiários ao Sistema de Seguros Obrigatórios resultando da confusão dos estatutos de "familiar" ou "profissional", que se acabou de definir. De facto, a solução de 1978 permitiu um acesso indeterminado e abusivo à inscrição de beneficiários devido às dificuldades de controle, houve assim um crescimento do número de beneficiários activos inscritos, exedendo os 210 000[8] nesse mesmo ano. O problema era que o Estado nunca definira realmente o estatuto das criadas de servir.

---

6 O manual da Condessa de Gencé foi traduzido originalmente a partir do texto francês. A sua influência (constantes reedições) percorreu a segunda metade do século XIX e abrangeu a época republicana e salazarista
GENCÉ, Condessa de, *Tratado de Civilidade e Etiqueta*, 17° ed. actualizada, Guimarães Editores, Lisboa, 1968, pp.20-21.

7 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, pp.40-41.

8 CARREIRA, Henrique Medina, *op. cit.*, p.74.

Todavia, existiam características intrínsecas à classe doméstica que acentuavam mais ainda a sua invisibilidade na conjuntura económica. A primeira das ambiguidades situava-se ao nível da sua representação na classe socio-económica a que devia pertencer. Maria Archer investigou neste sentido quando indicou as suas conclusões acerca da sindicalização da classe:

Interroguei mais de cinquenta criadas sobre as suas reclamações de classe e movimento sindical.

Compreendi isto, que aliás, é geral em todo o operariado mais inculto -as criadas não pensam sequer em agir como classe operária! Consideram-se uma dependência ou continuidade das famílias, e não uma classe de trabalhadores assalariados para o serviço das famílias. Trabalham nas casas como quem faz um estágio de serviço necessário à obtenção da sua própria casa, e é nessa futura casa sua que elas pensam.

Cartão de identidade profissional, não! Sindicato, como as fabricantas, não! Qualquer acto que marque o carácter da sua profissão lhes parece desprimoroso, quási impúdico. Acham que ser criada é ser mulher recatada, como que uma senhora menor.

- As senhoras, quando não têm criada, fazem o serviço que nós fazemos...[9].

A ausência duma consciência de classe nas criadas de servir dependia dum "facto" de mentalidade em relação ao seu futuro, à visão de si próprias e da função exercida. Assim, por um lado, desempenhar o serviço doméstico era para elas uma actividade de transição (no sentido de "treino") antes do casamento e portanto antes de possuir a sua própria casa (na qual deveriam exercer tarefas similares). Por outro lado, não consideravam a sua ocupação desprestigiosa, pelo contrário, porque desempenhada num lar e num meio familiar, achavam-na feminina por exelência e exercê-la era aproximar-se do estatuto de dona de casa.

Anne Martin-Fugier salientou, no seu estudo sobre as criadas de servir em França em 1900, as ambiguidades relativas à condição social das criadas de servir ao citar o exemplo da célebre Bécassine que adquiriu um certo verniz social ao interiorizar completamente os códigos das pessoas que servia. Segundo a autora, esta assimilação fez de Becassine uma *proletária à parte*, uma ilustração da existência de uma nova classe social *confusa*, entre o proletariado e a burguesia, e sem relações de solidariedade entre os membros. Esta confusão intrínseca à classe traduzia-se da seguinte maneira: *Pour les domestiques exister, c'est marquer la distance d'avec leurs origines en se rapprochant des puissances. On comprend alors pourquoi une conscience de classe est*

9 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.52.

quasiment impossible à acquérir dans leur cas[10]. Finalmente, perante esta assimilação perfeita dum modo de vida alheio, o proletariado e a classe dominante, concordavam implicitamente ao rejeitar a domesticidade da classe operária. Os burgueses moldavam-na à sua imagem fazendo-as mais "civilizadas", mais finas e com algo de "desclassificado" que a afastavam da sua classe sem fazê-la sair dela. Mas é difícil determinar se as criadas de servir pertenciam ou não à classe proletária, já que os grupos humanos se compõem de indivíduos que entre si se afrontam e só se definem realmente como classe ao empreenderem reivindicações colectivas. Atendendo à definição obscura de classe social, fala-se em termos de grupo:

Le groupe est une unité collective réelle, mais partielle, directement observable et fondée sur des attitudes collectives, continues et actives, ayant une oeuvre commune à accomplir, unité d'attitudes, d'oeuvres et de conduites, qui constitue un cadre social structurable et tendant vers une cohésion relative des manifestations de la sociabilité[11].

Aplicando esta definição ao caso das criadas de servir e do operariado, nota-se que não formavam de maneira nenhuma uma "unidade" nem tinham atitudes colectivas e contínuas. Pelo contrário, a própria profissão obrigava a criada de servir a interiorizar o conjunto dos códigos burgueses os quais não deixavam forçosamente de influenciá-la definitivamente, enquanto que a operária se limitava a desempenhar as suas tarefas "maquinalmente" sem poder beneficiar de qualquer forma de ascensão. Assim, a classe operária, além de ver a classe doméstica demasiado servil e, duma certa maneira, traidora das suas origens porque alienava a sua liberdade privada e social, censurava-na ao nível do "mimetismo social" (isto é, a interiorização de costumes e modos de vida alheios). Afastadas da classe operária, as criadas de servir ficavam no entanto também pelas margens do universo burguês acabando por constituir uma classe vaga, entre a operária e a burguesia (tal como as costureiras cuja situação era similar).

Sendo uma classe muito pouco agrupada, muito parcelar e muito dependente, a criada de servir pertencia portanto a um grupo socio-profissional isolado no mundo do trabalho.

---

10 MARTIN-FUGIER, Anne, *La Place des Bonnes, La domesticité féminine en 1900*, Livre de Poche, Paris, 1979, p.231.

11 Segundo a definição de G. Gurvitch.
BRÉMOND, Janine *et al.*, *Dictionnaire économique et social*, 4° ed., Hatier, Paris, 1990, p.67.

2.1.2. Uma protecção social minimizada.

Dependendo completamente do seu trabalho, as criadas de servir podiam considerar-se como muito vulneráveis aos acasos das doenças e da velhice. Ficavam desprovidas de tudo (salário, alojamento e alimentação) caso deixassem de trabalhar e se os patrões não as socorressem. A ausência de protecção social agravava mais ainda estas situações críticas.

Durante séculos a protecção social incumbiu à instituição familiar e à Igreja Católica. Até ao século XX, o problema "social" dependeu em larga medida das organizações de assistência social de iniciativa privada. A Revolução Industrial provocou a "questão social" reclamando a regulamentação da duração de trabalho dos trabalhadores, a sua protecção entre outras mais reivindicações. Segundo Henrique Medina Carreira, foi só depois da primeira Guerra Mundial, em 1918, que foram *introduzidas nas constituições de diversos países, disposições de ordem económica e social*[12]. Até então, segundo o mesmo estudioso, *reduzido à condição de vulgar mercadoria, o trabalho tornava-se um bem a utilizar segundo as regras da oferta e da procura sem qualquer intervenção do estado*[13]. Verdade é que os cidadãos não tinham também poderes para exigir qualquer assistência. Isto explicava por que o sistema de protecção social tivesse demorado tanto tempo a ser instituído em Portugal (1919). Este ia atender às exigências da classe revolucionária da época, o operariado, sem que o caso da domesticidade fosse estudado. O serviço doméstico ainda era considerado como uma "ocupação" sob a tutela da instituição familiar e não necessitava quaisquer medidas específicas. Por outro lado, como não existia consciência de classe (elemento que fazia a força do operariado para denunciar as suas condições de trabalho), mantinha-se a confusão com um estatuto que não estava definido socialmente e o grupo nunca beneficiou da lei votada, em 1913, sobre os acidentes de trabalho[14] que atendia ao problema da tuberculose e dos outros perigos ligados às condições de trabalho dos assalariados das indústrias, apesar da domesticidade sofrer dos mesmos males.

Sob a Ditadura, a situação de protecção social da classe doméstica não evoluiu muito. O Estado Novo assumiu uma função meramente supletiva embora se criassem em 1935 os "Seguros

---

12 CARREIRA, Henrique Medina, *op. cit.*, p.34.

13 *Id., Ibid.*, p.56.

14 GEORGEL, Jacques, *op. cit.*, p.77.

Sociais Obrigatórios". Estes iriam perdurar até 1975 assumindo uma sempre crescente importância. A sua função inicial era a de proteger os trabalhadores mais necessitados da indústria. No entanto, até aos anos 70, lenta e desorganizadamente, foi-se alargando, integrando trabalhadores independentes, agricultores, domésticos e até os não trabalhadores. Envolvidos num mundo laboral pouco visível os criados eram, segundo Henrique Medina Carreira, *isolados, fora dos grupos numerosos e influentes, desprovidos de capacidade de pressão social e política*[15]. Na verdade, tudo concorreu para dificultar o conhecimento do seu estatuto no mundo do trabalho para obter a parte das indispensáveis contribuições. Até aos anos setenta, por falta de comprometimento "solidário", os trabalhadores domésticos foram marginalizados dos esquemas dos seguros sociais obrigatórios. Ainda em 1967, um terço da população trabalhadora não beneficiava de segurança social[16]. A domesticidade era assim abrangida nesta proporção porque foi apenas em 1973 (quando estava em regressão) que beneficiou dum regime especial que lhe dava direito *aos subsídios de doença e de maternidade e de pensões de invalidez e de velhice*[17]. Enfim, em 1978, quase meio século depois da classe operária a que era identificado socialmente, o pessoal doméstico foi abrangido pelo regime geral[18]. Portanto, sem qualquer protecção social efectiva, as criadas de servir eram obrigadas a trabalhavar até ao limite das suas forças: *E um dia envelhecem, adoecem, inutilizam-se... candeias que se extinguem, bruxuleiam pela pedincha das ruas, pelos asilos, pelos hospitais*[19].

Frente a este panorama social, um dos dramas mais cruéis para a criada era a doença. O serviço doméstico exigia da criada uma imperturbável boa saúde física. Ora, os costumes da época e as exigências a respeito da higiene pessoal eram muitas vezes reduzidos e as criadas de servir eram as primeiras expostas. Escritores como José Agostinho preocupados em fomar convenientemente as futuras donas de casa, lamentavam que o controlo da saúde das criadas não fosse objecto de pesquisa mais estrita: *Mas -digo-o com tristeza- o que eu notei em Portugal de mais leviano na vida doméstica foi a propria escolha de criados e amas de leite. Não são*

15 CARREIRA, Henrique Medina, *op. cit.*, p.70.
16 GEORGEL, Jacques, *op. cit.*, p.239.
17 Decreto-Lei nº 81/73, de 2 de Março de 1973.
18 CARREIRA, Henrique Medina, *op. cit.*, p.74.
19 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p. 52.

inspecionados, como cumpria, por um bom médico[...][20].

Na verdade, até aos anos setenta, a sífilis e a tuberculose eram doenças ainda bastante presentes em Portugal[21]. Nos manuais de civilidade da época abundavam as recomendações acerca do controlo de saúde das criadas porque eram mais vulneráveis ao contágio. De facto, eram frequentemente expostas às doenças, por vezes infeciosas dos outros além das doenças próprias da profissão[22]. Mas a preocupação de preservar a criada da doença não era devida ao interesse pelo seu destino mas ao eventual contágio que podiam introduzir no espaço doméstico. Assim, Laura Santos lembrava às donas de casa que: *Não se esqueça que há o perigo de contágio de certas doenças, como a tuberculose. Não se deve aceitar uma criada sem que ela seja vista pelo médico da casa*[23].

A criadas de servir doentes passavam logo a ser um estorvo. Tanto podiam ser curadas em casa como mandadas para o hospital ou brutalmente licenciadas sob um pretexto qualquer. Esta inumanidade era frequente já no século passado[24]. E perdurou certamente visto que os manuais de civilidade da época viam-se obrigados a recomendar a bondade para com os criados doentes. É interessante notar que a Condessa de Gencé preconizava as atitudes mais elementares:

Quando doentes, devemos tratar deles, conforme as nossas posses, nunca os forçando a trabalhar quando queixosos. Devemos enviá-los ao médico, ou mandar chamar o médico para os ver[25].

Assim, os factos que marcavam o ciclo de vida de todas as mulheres tornavam-se acentuados para as criadas que, tal como as outras mulheres pobres, também davam à luz crianças, enfrentavam doenças, cuidavam dos filhos ou presenciavam a morte, sem dispor de recursos ou apoios como as mulheres mais bem posicionadas, trabalhadoras ou casadas. A ausência de

---

20 José Agostinho foi autor dum dos manuais de civilidade. No entanto, a sua obra destaca-se das outras por oferecer um ponto de vista masculino e porque o manual tem a forma dum romance. A sua perspectiva enquadra-se perfeitamente na moral conservadora da época. Pois o papel da mulher, segundo ele, deveria limitar-se à única "ciência o lar" (definição que ela dá à "economia doméstica").
AGOSTINHO, José, *A Mulher em Portugal*, Liv. Figueirinhas Editora, Porto, 1909, pp.252-253.

21 GÉRAC, Michel, *Portugal années 70*, Editions TD, Paris, 1971, p.199.

22 Dois autores franceses que estudaram a domesticidade do século XIX, referiram que as doenças próprias do grupo eram: os reumatismos, as nevroses das cozinheiras, varizes, sífilis, alcoolismo e as doenças mentais.
GUIRAL, Pierre e THUILLIER, Guy, *La vie quotidienne des domestiques en France au XIXème siècle*, Hachette, Paris, 1978, p. 125.

23 SANTOS, Laura, *A Perfeita Dona de Casa*, Editorial Lavores, Lisboa, [D.L. 1955], p. 39.

24 GUIRAL, Pierre e THUILLIER, Guy, *op. cit.*, p. 127.

25 GENCÉ, Condessa de, *op. cit.*, p. 20.

protecção social para o grupo das criadas de servir testemunhava da pouca importância que lhe era concedida enquanto classe trabalhadora.

2.1.3. Uma remuneração marginal.

A realidade do serviço doméstico assalariado permaneceu fundamentalmente a mesma não obstante as transformações sociais das décadas salazaristas. Devido a um estatuto social complexo, a criada de servir nem sempre era assalariada, essencialmente porque uma parte do salário era, na maioria dos casos, constituída pelo alojamento e pela alimentação que lhe asseguravam os patrões.

Jean-Pierre Gutton diferenciava para o século XVIII (em França) os criados que recebiam as *recompensas* (comida e dormida e um pouco de dinheiro de vez em quando) dos que recebiam as *soldadas* (não eram pagos geralmente ao fim do mês ou do ano, mas à expiração do serviço ou quando o desejassem)[26]. Na verdade, este tipo de distinção tendia a sublinhar que a atribuição dum salário para a criada de servir era arbitrária e dependia unicamente da boa vontade dos patrões. Tal como o contrato de trabalho, a remuneração definia-se oralmente entre o patrão e a empregada atendendo a vários factores: a idade, o espaço geográfico (meio rural ou urbano), a casa (pequena ou grande) e o estatuto da criada (profissional ou familiar).

Por entre as leis que regulavam os direitos e deveres entre o patrão e a criada, estabelecidas pelo Código Civil, destacava-se uma que assinalava que a remuneração da criada devia ser atribuída segundo diversos critérios:

Art. 1374.° -Na falta de convenção expressa acerca da retribuição que o serviçal deva receber, observar-se-á o costume da terra, segundo o sexo, a idade, e o mister do serviçal[27].

Embora estes critérios pudessem ter alguns fundamentos, era difícil estimar se eram do conhecimento dos patrões e, caso o fossem, até que ponto podiam influenciá-los. Assim, bastava o facto de muitas se encontrarem numa situação crítica para que aceitassem desempenhar o serviço sem receber rendimento nenhum. Contrariamente às outras profissões, o serviço doméstico incluía a alimentação e o alojamento. Por isso muitas das criadas de servir sacrificavam o ordenado para beneficiar apenas da casa. Por exemplo, a criada grávida ou já com um filho tinha pouca esperança

26 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, p.64.

27 cf. Documento Anexo 6, p.51.

de encontrar um lugar porque os patrões preferiam as raparigas solteiras. Consciente da urgência da sua situação, recorria à última opção que lhe ficava e que se tinha tornado vulgar no meio doméstico como o deixava supor este tipo de oferta parecida no jornal *O Mundo*:

Criada

Oferece-se para qualquer serviço não faz questão de ordenado, levando uma criança de 3 anos, não tem quem a procure e dá boas informações. Rua do Bemformoso, n°108[28].

Embora as criadas de servir se oferecessem de vontade própria, o trabalho efectuado nestas condições não passava de exploração e tendia a marginalizá-las.

Do mesmo modo, ao empregar meninas de oito, dez ou doze anos, os patrões dispunham arbitrariamente do direito de atribuir ou não um ordenado à jovem criada. De facto, estavam conscientes da situação de vulnerabilidade na qual se encontravam os pais das crianças que, ao colocar uma filha tão jovem a servir era com o único intuito de aliviar a casa de uma boca que teriam de sustentar. Por outro lado, no melhor dos casos, a filha poderia, se recebesse um ordenado, ajudar a família. Sandra Lauderdale Graham, que estudou as relações entre os patrões e as criadas no Rio de Janeiro do início do século, indicou que os amos *seguiam uma tradição vinda de Portugal, onde um dependente com menos de doze anos não podia demandar salário se o patrão o alimentasse e vestisse*[29]. O trabalho realizado não tinha nestas condições qualquer valor produtivo ao mesmo tempo que se tornava ilegal. Todavia, o caso ainda é ainda de actualidade nos países da África do Sul nomeadamente na Costa do Marfim, segundo um artigo parecido no jornal *Le Monde*, acerca das jovens criadas provincianas que vêm servir para a cidade: *Souvent, les petites domestiques ne perçoivent pas de salaire. Les employeurs invoquent les liens familiaux ou villageois pour justifier ce travail gratuit*[30]. Assim, segundo o caso, as razões invocadas pelos patrões para evitar de devolver um salário decente à criada eram múltiplas. Numerosas eram igualmente as formas de remuneração que tanto podiam corresponder à atribuição de roupa como conceder uma iniciação à costura, à leitura... Paula Godinho referenciou, numa análise sobre o agregado familiar em seis aldeias transmontanas, que a partir dos sete anos, uma criança podia

---

28 *O Mundo*, Quinta-Feira, 6 de Novembro de 1909.

29 A autora americana notou que as relações entre os amos e as criadas estavam baseadas sobre uma troca: a obediência da criada contra a protecção do patrão no intuito de preservar a harmonia doméstica.
GRAHAM, Sandra Lauderdale, *Protecção e Obediência, Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro*, 1860-1910, Companhia das Letras, 1992, p.119.

30 *Le Monde*, 2 de Junho de 1998.

tornar-se *paquete*. Isto correspondia ao primeiro grau no serviço doméstico rural da região. A criança, neste caso, só era remunerada com roupa e alimentação segundo o acordo estabelecido entre os patrões e os pais das crianças. Era só no fim da puberdade que o *paquete* se tornava criado de servir e que tinha então direito a uma soldada, *que podia ser guardada pelo patrão até à maioridade ou ser entregue aos pais do jovem*[31]. Este caso é similar com o da Conceição que testemunhou que passou a ser remunerada aos doze anos:

Mas quando comecei a trabalhar, era novita, ela não me dava nada, filha, olha, só me dava o comer e dormia lá com ela para ela não estar sozinha... fazia a louça, arrumava a mesa, fazia assim os trabalhitos mais leves... mas quando depois estava mais crescidita que tinha aí os meus doze anos mais ou menos, os meus pais disseram-me para lhe dizer que se me queria guardar havia de me pagar, porque os meus pais tinham preciso, não é, e eu podia encontrar uma casa que me desse um ordenado, pronto, não podia andar assim toda a minha vida, não é, havia mais trabalho, e eu, então, já fazia tudo sozinha em casa, e então a senhora disse-me assim: "Olha Ção, se queres ficar a trabalhar comigo dou-te quarenta escudos", não era muito mas já não era muito mal naquela altura, mas não era eu que ficava com ele, não, naquela altura até à idade de nos casarmos era para a ajuda de casa, para os irmãozitos mais novos... [32]

A adolescência fazia-lhes adquirir, então, o estatuto de assalariado.

Por outro lado, embora fosse difícil prová-lo, os salários eram desiguais segundo o espaço geográfico. Os dados de que temos conhecimento são incertos. No entanto, podem-nos dar uma pequena ideia sobre as condições de trabalho das serviçais. Para os anos 40, Maria Archer escreveu que os salários das criadas podiam variar de bastante: *A Sílvia ganha oitenta escudos. A Umbelina ganha cem. Às vezes aparece a visitá-las a Conceição, que ganha apenas 50. Veio há pouco da terra, ainda não sabe o serviço, e sujeita-se a tudo até aprender*[33]. Vejamos agora quanto a Fernanda ganhava na época em se casou, no fim dos anos cinquenta:

A começar davam-me sessenta escudos por mês, era sempre por mês, certinho, depois oitenta, depois cem e depois mais nada, já era muito. Isto quando estava já para me casar. Cem escudos já era muito naquela altura mas eu não ficava com um tostãozinho, dava sempre tudo aos meus pais, era assim minha filha, é verdade, mal recebia os sessenta escuditos ou oitenta, ia logo levá-los a casa, era assim[34].

---

31 GODINHO, Paula Cristina Antunes, *O Leito e as Margens. Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do alto Trás-os-Montes*, Mestrado de Cultura e Literatura Portuguesa, Lisboa, 1990, p.147.

32 cf. Documento Anexo 3, p.39.

33 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.45.

34 cf. Documento Anexo 2, p.19.

A Fernanda era originária do meio rural, Maria Archer, quanto a ela, referia-se à capital. Se compararmos estes dados, concedendo-lhes algumas incertezas, notamos que a diferença de salários entre o campo e a cidade era notável. A criada de servir rural tinha que esperar cerca de vinte anos para receber um ordenado equivalente ao da criada citadina. Por outro lado, a Fernanda beneficiou de um aumento gradual de salário porque este ia a par com a sua experiência na profissão e não com uma eventual tentativa de igualação entre os salários camponeses e citadinos. Aliás, nos dados da escritora aparecem as desigualdades salariais que podiam surgir numa mesma cidade entre criadas que se encontravam em situações de trabalho diferentes. A Conceição indicou um salário de quarenta escudos no início do seu serviço remunerado (aos doze anos) também por volta dos anos cinquenta. Isto correspondia a um pouco menos do ordenado da Fernanda para o mesmo período. Em contrapartida, beneficiou de um maior aumento ao longo dos anos de serviço acabando por ganhar cem escudos por mês uns anos mais tarde. Comparando estes dados com os que expôs Paula Godinho, verifica-se que na região transmontana os salários eram mais fracos relativamente à capital porque um criado "bom" de Vale de Chaves da mesma altura (1940) e nas mesmas condições de vida (mesa, cama e roupa lavada) ganhava cem escudos por mês e, em 1955, recebia dois mil escudos por ano, o que correspondia a cerca de cento e setenta escudos por mês[35]. Ora, temos que ter em conta que, na época, uma mulher recebia um pagamento inferior ao seu equivalente masculino. Assim, oferecendo o dobro do valor dum ordenado atribuído no campo para o cumprimento das mesmas tarefas (muitas vezes menos pesadas), os salários citadinos continuavam a manter-se mais elevados e, consequentemente, mais atractivos para a maioria das criadas provincianas. Além disso, representavam para a criada provinciana uma forma de ascensão social.

Por outro lado, a partir do momento em que trabalhavam em actividades com predominância feminina, as mulheres passavam obrigatoriamente por discriminações. De facto, segundo Maria Filomena Mónica, *Em todos os sectores onde competiam com os homens, as mulheres ganhavam salários mais baixos (em 1938, por exemplo, um trabalhador rural ganhava aproximadamente 7$60 e uma mulher pouco mais de metade, 4$20). E nas ocupações*

[35] GODINHO, Paula Cristina Antunes *cit.* MONTALVÃO MACHADO, *op. cit.*, p.148.

tradicionalmente femininas, de criadas a professoras, ao baixo status profissional correspondia uma remuneração igualmente baixa[37]. Constatamos que o valor dos salários femininos raramente se afastava da metade do ordenado dos homens e que este tipo de restrições tinha uma consequência directa sobre a posição social da mulher. Quanto mais o salário era fraco mais a mulher baixava na escala social.

A título comparativo, vejamos a que posição social acedia a criada de servir segundo o salário que recebia. No final dos anos cinquenta, a Fernanda referenciou que ganhava cem escudos por mês (no meio rural), o que ficava em cerca de quatro escudos por dia enquanto que as criadas, citadas por Maria Archer, ganhavam entre dois e quatro escudos por dia na Lisboa dos anos quarenta. Ora, verificou-se que uma operária da capital ganhava já o dobro do salário das serviçais no fim dos anos trinta ou seja vinte ou trinta anos antes:

[...] lavar o cabelo eram 5$00, tal como fazer um corte; ondulações ou descolorações eram 7$50 e, para as clientes mais requintadas, as "aplicações Henné" podiam ser feitas a partir de 30$00, quando o salário diário médio de uma operária têxtil, no distrito de Lisboa, eram 8$00 ou cerca de 9$00 no sector do calçado. Nos campos, dificilmente alguma assalariada rural chegaria a ganhar 5$00 diários.

Por entre os diferentes ramos de actividades femininas, a indústria parecia oferecer o maior ordenado (tendo em conta as diferenças espaciais e a distância temporal). Nestas condições, não é de espantar que muitas criadas vindas da província sonhassem com um emprego na fábrica. O salário diário duma criada de servir dos anos 40 (em Lisboa) chegava apenas para comprar meio quilo de carne sem ter em conta a inflação que se dava em dez anos[38]. De uma forma geral, os salários da população feminina eram extremamente baixos. Seguiam porém a evolução global dos salários portugueses que permaneceram no nível mais baixo de toda a Europa aumentando em média apenas de 3,5% por ano entre 1948 e 1962. No entanto, comparar o ordenado duma criada de servir com o salário de qualquer outra trabalhadora da mesma altura representa um trabalho complexo visto que uma parte do ordenado das criadas era já constituído pelo alojamento e pela alimentação, ora, 67 a 87% do salário dum trabalhador português, nos anos salazaristas, desaparecia

37 MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, p.277.

38 Segundo o que indicou Paulo Jorge Alves Guinote, "um quilo de carne de vaca custava 7$50, uma dúzia de ovos menos de 5$00, um quilo de pão de trigo 2$60, uma dúzia de ovos 1$50, um litro de vinho cerca de 1$30 e as batatas chegavam a 1$60".
GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.130-131.

na alimentação[39]. Tendo em conta os dados acima referidos, a distância temporal assim como as despesas de que estavam desobrigadas as criadas de servir (e que correspondiam a mais da metade do salário de qualquer outro trabalhador), podemos adiantar, apesar de tudo, que as criadas de servir eram "sob-pagas" relativamente às outras trabalhadoras e que, consequentemente, eram projectadas em baixo da escala social.

Não queria isto dizer que o ordenado da criada não fizesse objecto de reivindicação, pelo contrário, era um assunto complexo que a criada nunca abordava directamente com os patrões devido nomeadamente ao seu estatuto dentro de casa. Nestas condições, as criadas de servir nem sempre eram pagas legalmente pelos patrões (podiam atrasar o pagamento). As suas reclamações eram formuladas, na maioria dos casos, em situações extremas. Assim, a conselheira da coluna "O Jornal da Mulher", em resposta a uma carta escrita por uma antiga criada de servir na qual explicitava as injustiças sofridas pelas criadas de servir ao nível do ordenado, propõe um recurso legal para as criadas de servir que não vissem o seu pedido despachado:

É claro que pede o seu ordenado, como se é de justiça, mas se lho não dão, a criada bem educada não discute nem altera com palavras desagradáveis e grosseiras para haver o seu dinheiro. Tem para isso meio fácil e seguro: - vai expôr o caso às autoridades competentes, que hão-de forçosamente atendê-la se a justiça estiver do seu lado[40] .

No entanto, este recurso era sem esperança para muitas trabalhadoras se não fossem reconhecidas como profissionais (com o estatuto de "domésticas" simplesmente). Uma comédia dos anos cinquenta satirizou as relações existentes entre a patroa e a sua criada evocando o problema do salário. Dependendo da sua criada para obter os votos que lhe eram necessários nas eleições administrativas a que era candidata (o irmão da criada era um jornalista influente), a patroa (Mónica) permitiu que Maria exprimisse os seus desejos:

Maria: -Quero... 300$00 por mês.
Mónica: -É muito. É demasiado!
Maria: -Ah! Eu julgava que a senhora achasse que a nossa profissão estava, estava...
Mónica: -"Desfavorecida", sim: é verdade. E depois? [41]

Este diálogo evoca o abuso ao nível salarial de que estavam sendo vítimas as criadas de

---

39 GEORGEL, Jacques, *op. cit.*, p.133.

40 cf. Documento Anexo 7, p.55.

41 Esta comédia faz parte duma colecção destinada às senhoras e meninas. A domesticidade sendo um tema feminino por excelência é aqui posto no palco para veicular um valor: o respeito do outro.
A criada Maria, Ed. Salesianas, Teatro Educativo e Moral n°14, Adaptação F.M.A., [D.L.. 1956], p.21.

servir da época. Caso semelhante aparecia também no prefácio do romance de Aníbal Nazaré, escrito pela criada do autor sob a forma de uma carta. A criada aproveitou o espaço de umas linhas para enunciar algumas das suas reivindicações, entre as quais, o salário, logo o primeiro contestado:

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que estou muito mal paga. Com a falta de criadas boas (e eu sou) que por aí vai e com a carga de trabalhos que o patrão e os seus amigos que cá vêm a casa me dão -uma data de porcalhões que só deitam cinza para o chão e não limpam os pés no capacho!- eu bem merecia ganhar mais. Assim, estou a ver que nunca mais junto dinheiro para o enxoval do casamento e que tenho de passar o resto da vida a servir os outros! [...]

Desculpe eu escrever estas coisas todas, mas aproveito a ocasião. E fica desde já assente que o meu ordenado passa, de hoje em diante, a ser de 750$00 por mês, que é quanto ganha a daqui do lado e olhe que o patrão dela também é tão pelintra como o senhor[42].

Embora o assunto seja abordado humoristicamente pela ficção, o poder de compra da criada era bastante reduzido tanto mais que, além do alojamento e da alimentação, os patrões davam-lhes roupa, prendas e objectos diversos para evitar um eventual aumento do ordenado. A "remuneração" deste tipo era um caso vulgar que algumas criadas apreciavam como o foi o caso da Fernanda que mostrou muito entusiasma, na sua entrevista, a respeito disto.

Aliás, este facto foi sempre abordado pelos escritores que o evocaram nas suas obras. Assim, no romance de Fernando Namora, a criadita Rosinda se viu oferecer o seu primeiro par de sapatos aos dez anos[43]. Outra situação semelhante quando a patroa da Claire e da Solange, as criadas irmãs da peça de teatro de Jean Genet, tomada por uma súbita vontade de morrer lhes legava os seus vestidos que elas secretamente vestiam quando a patroa se ausentava[44]. Em contrapartida, havia criadas mais alertas e com mais experiência como a Célestine de Octave Mirbeau que reprovava tal procedimento no seu diário por considerar que desvalorizava mais ainda a serviçal relativamente aos patrões. Segundo ela, as criadas aproveitavam apenas *les défroques inutiles ou les restes gâtés* dos patrões[45]. Em todo o caso eram aquisições que, embora utilizadas, pertenciam a uma categoria social mais elevada que a deles.

---

42 A obra de Aníbal Nazaré é obscura, não possui data de edição nem de publicação. No entanto, faz parte dos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. Pelas referências temporais que contem (alusão à Amália Rodrigues, Charles Trenet e à canção "La vie en Rose"), podemos afirmar que o romance pertence à geração do entre-guerras ou do após-guerra. Sem grandes pretensões literárias, a obra quer-se humorística e satiriza os novos comportamentos das criadas de servir do "após-guerra".
NAZARÉ, Aníbal, *Maria, uma sua Criada*, C.M.L.E.O., pp.8-9.

43 NAMORA, Fernando, *Retalhos da Vida de um Médico*, Pub. Europa-América, Lisboa, 1966, pp.80-82.

44 GENET, Jean, *Les Bonnes*, Collection Folio, 1976, pp.77-78.

45 MIRBEAU, Octave, *Le Journal d'une Femme de Chambre*, Press Pocket, Paris, 1982, p.85.

Com uma "remuneração material" que a provia das necessidades essenciais (a alimentação e o alojamento e, de vez em quando, alguma roupa ou objectos úteis), resta determinar o que a criada de servir podia adquirir com o salário em dinheiro. Generalizando, a serviçal parecia empregar o dinheiro de duas maneiras:

-se ela dependesse ainda da família era geralmente forçada a dá-lo todo como recurso suplementar para a família pobre. Este foi o caso da Fernanda e da Conceição que, até ao casamento, responderam a esta obrigação;

-a jovem criada, preparando o seu futuro de mulher casada, livrada a si própria, juntava o dinheiro para formar um pequeno pecúlio e constituir o enxoval que a sua família não lhe pudera dar como era a tradição. Maria Archer indicou de que maneira um futuro casal empregava o seu salário:

A Sílvia tem o seu enxoval e o seu namorado. Ele, quando puder, compra a mobília da casa, o haver modesto duma casa de pobres. Ela, todos os meses, compra uns lençóis, umas toalhas, camisas. Assim que o recheio da casa estiver pronto, casam-se. Entretanto ela vai ganhando o seu ordenado, limpo de gastos no fim do mês, e pensando no que lhe falta para completar as suas coisas.

- De lençóis, não pode ser menos de dúzia... [46]

Ganhando menos dinheiro que o homem, a mulher devia apenas adquirir os primeiros objectos essenciais do lar assim como a roupa da casa por exemplo. A Fernanda, embora desse o seu ordenado todo aos pais, conseguia juntar o dinheiro das gorjetas para empregá-lo como a Sílvia:

[...] os tostãozitos que ganhava, nunca fiquei com um tostão, minha filha, dava-lho todo. Tudo... até ao dia do casamento, dei sempre o meu dinheiro todo e depois a minha madrinha dizia-me assim, a Carmininha: "-Ó mulher dás o dinheiro todo aos teus pais, um dia queres te casar não tens nada!", mas só que eu, vinham cá pessoas e davam-me. Uma dava-me vinte escudos, outra dava-me dez, outra dava-me cinco... mas valia muito. Vinte escudos naquela altura... valia mais vinte do que hoje valem cinco ou dez [mil], para dizer. E com vinte e cinco escudos, filha, ia a Vila Nova, quando ia levar a bateria, ia a Vila Nova, trazia dois lençóis ou três ou quatro com vinte e cinco escudos [...][47]

O poder de compra das criadas, contrariamente às outras profissões, calculava-se em matérias especificamente femininas.

Assim, apesar de toda a procura que suscitavam, as criadas de servir não recebiam

---

[46] ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.51.

[47] cf. Documento Anexo 2, p.17.

remuneração particularmente elevada. No entanto, não eram mais exploradas de que quaisquer outras mulheres de classe social inferior, a diferença com elas residia no facto de que a exploração de que eram vítimas representava a sua liberdade. Pois o salário da criada compreendia a alimentação e o alojamento, além de ser por simples comodidade do serviço, era para muitas mulheres pobres um meio para subsistir socialmente. Mas tal situação não fazia senão reforçar a sua dependência relativamente à casa em que servia. Se criada de servir recebia uma remuneração mais fraca que as restantes classes trabalhadoras porque uma parte do seu salário era constituída pela alimentação e o alojamento, resta determinar a que tipo de alimentação e de espaço correspondia essa parte do salário.

Com a multidão das tarefas que as criadas de servir tinham de desempenhar quotidianamente dispunham afinal de pouco tempo para almoçar e jantar. A Conceição evocou, na sua entrevista, que o trabalho passava antes do seu bem-estar:

Não, ela comia primeiro enquanto eu a servia, era para isso que eu estava ali, não é, servia-a e ela comia, lá se servia à vontade, e eu chegava-lhe o que ela precisava. [...] Depois, enquanto ela fazia a sesta, depois de ter almoçado, encontrava-se cansada, eu arrumava tudo, a sala porque ela gostava de comer na sala, e arrumava a cozinha, a louça, havia sempre que fazer, eu não estava parada nem um minuto, e depois, então, é que comia eu[48] .

As condições de vida das criadas variavam evidentemente segundo as casas. A criada recebia, em princípio, a comida em casa dos patrões conforme as convenções (verbais) estabelecidas entre eles. Na verdade, a maneira como era alimentada dependia, em larga medida, dos recursos dos patrões. Podia vir a ser assunto de recriminações. O tema da criada de servir que morre de fome ou que rouba para comer é clássico. A Condessa de Gencé, no seu manual de civilidade, preconizava uma alimentação equilibrada, sã e regular sem ser interrompida:

O sustento dos que nos servem deve ser abundante e são. [...]

Deve dizer-se também, [...], o número e a hora das refeições. [...]

Não devemos interromper as refeições dos criados. Se, por qualquer razão, tivermos absoluta necessidade de o fazer façamos-lhe ver que só um motivo de força maior a isso nos levou[49].

Se já que a autora insistia em aconselhar este tipo de alimentação, podemos deduzir que não era sistemático na época. Nas suas entrevistas, tanto a Conceição como a Fernanda pouco

48 cf. Documento Anexo 3, p.31.

49 GENCÉ, Condessa de, *op. cit.*, pp.20-21.

descreveram o que comiam: *Não, primeiro servia-os à mesa, depois comia eu ou a mesma coisa ou duas batatitas, era conforme. Mas nunca tive fome, graças a Deus, nunca tivemos fome, filha, nunca*[50]. Ao sublinhar que não conhecera a fome, a Fernanda evoca implicitamente a presença desta no meio dos serviçais, como aliás numa parte da população daquela época. Eram naturalmente as classes pobres as mais expostas à sub-nutrição. Nestas condições, pode-se adiantar que as criadas de servir talvez beneficiassem duma melhor alimentação do que no seu próprio meio de origem. Por outro lado, a maneira como as criadas de servir eram alimentadas dependia da única bondade dos patrões. A partir desta é que se julgavam os patrões assim como pelo lugar que concediam à sua criada dentro de casa.

As criadas de servir eram tradicionalmente alojadas nas chamadas "mansardas". Estas designavam um espécie de local situado no sótão da casa sob o madeiramento. Instaladas nesse sítio, as criadas ocupavam o lugar inútil do lar, sem impor a sua presença e rentabilizando o espaço doméstico. A tradição quis que os andares se dispusessem em função da posição social dos ocupantes. Assim ficou a criada a ocupar o cimo da hierarquia, geográfica apenas. A origem desta distribuição, encontramo-la no Paris do século XIX que concentrava, nos seus bairros mais famosos, a burguesia e a nobreza em casas elevadíssimas dentro das quais a domesticidade era relegada para os últimos andares (quarto, quinto e sexto andar) evitando assim o cansaço inútil aos patrões enquanto não se deu a vulgarização dos elevadores[51].

Daí nasceu o célebre "sexto andar" que se compunha unicamente pelas mansardas dos criados em total independência com os apartamentos dos patrões. Beneficiando de uma liberdade que poucos criados gozaram em seguida, o "sexto andar" passou a ser, por excelência, o lugar privado da domesticidade, inspirando toda a literatura realista da época. A Célestine de Octave Mirbeau descreveu-o da seguinte maneira em 1900:

J'entendais Paris respirer et vivre autour de moi... Son haleine m'emplissait le coeur de désirs nouveaux. Bien que je ne sortisse pas souvent, j'avais admiré avec un prodigieux étonnement, les rues, les étalages, les foules, les palais, les voitures éclatantes, les femmes parées... Et quand, le soir, j'allais me coucher au sixième étage, j'enviais les autres domestiques de la maison... et leurs farces que je trouvais charmantes... et leurs histoires qui me laissaient dans des surprises merveilleuses... Si peu de temps que je sois restée dans cette maison, j'ai vu là, le soir, au

---

50 cf. Documento Anexo 2, p.16.

51 MARTIN-FUGIER, Anne, *op. cit.*, p.128.

sixième, toutes les débauches, et j'en ai pris ma part, avec l'emportement, avec l'émulation d'une novice... Ah! que j'en ai nourri alors des espoirs vagues et des ambitions incertaines, dans cet idéal fallacieux du plaisir et du vice...[52]

Com efeito, o "sexto andar" era considerado como um universo de impurezas, de vícios, de doenças, de libertinagem e como local do início da prostituição clandestina e das doenças tais como a tuberculose[53]. Os manuais de civilidade da época recomendavam para que os amos se mantivessem afastados do "sexto andar" visto como um ninho de micróbios. Na realidade, os amos coabitavam com a miséria sem querer enfrentá-la. Para evitar o contacto entre os patrões e os criados, o acesso ao "sexto andar" efectuava-se estritamente pelas escadas de serviço. Aliás, a tradição parecia ter-se divulgado além das fronteiras francesas e perdurado até às décadas passadas. Aníbal Nazaré descreveu uma altercação que se produziu entre a criada de servir Maria, à procura dum lugar, e a porteira de uma casa acerca das ditas escadas de serviço:

-Mas você é criada de servir?

-Sim, senhora! Maria, uma sua criada!

A indignação pareceu asfixiar a moradora do cubículo, que sentiu uma explosão de ira profissional, enquanto exclamava:

-Então vá pela escada de serviço, que por aqui não entram criadas... Então não querem lá ver? Andam vestidas de uma maneira que a gente nem sabe se são criadas, se são patroas![54]

O mantimento da hierarquia estava na base da separação espacial da casa. Mas esta tanto se podia tornar espaço de liberdade, segundo a descrição da Célestine, como espaço de exclusão ou de solidão. A escritora conservadora Adelaide de Carvalho, numa crítica veemente contra as criadas de servir dos anos cinquenta, referiu ao que representavam para elas este tipo de espaços:

[...] pensam nas escadas de serviço, centro recreativo bem à mão, lugar de amena cavaqueira com as colegas dos outros andares ou com os namorados, com os quais prometeram encontrar-se apenas nos dias de folga, mas que, contrariamente, atendem a cada instante à porta da cozinha e muitas vezes recebem nas próprias casas, quando os patrões saem ou estão já a dormir o sono profundo [55].

Os espaços de serviço eram os únicos espaços da casa que conferiam uma "forma" de liberdade às criadas de servir se se compararem, segundo diversas descrições, com os locais nos

52 MIRBEAU, Octave, *op. cit.*, p.84.

53 MARTIN-FUGIER, Anne, *op. cit.*, p.133-134.

54 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.12.

55 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p.15.

quais dormiam.

No prelúdio deste século, Eça de Queirós retratou num romance realista o quarto da criada Juliana (em Lisboa) sublinhando nele a imagem da miséria e de decadência:

Dormia em cima, no sótão, ao pé da cozinheira. [...] O quarto era baixo, muito estreito, com o tecto de madeira inclinado; o sol, aquecendo todo o dia as telhas por cima, fazia-o abafado como um forno; havia sempre à noite um cheiro requentado de tijolo escandecido. Dormia num leito de ferro, sobre um colchão de palha mole coberto de uma colcha de chita; da barra da cabeceira pendiam os seus bentinhos e a rede enxovalhada que punha na cabeça; ao pé tinha preciosamente a sua grande arca de pau, pintada de azul, com uma grossa fechadura. Sobre a mesa de pinho estava o espelho da gavela, a escova de cabelo enegrecida e despelada, um pente de osso, as garrafas de remédio, uma velha pregadeira de cetim amarelo, e, embrulhada num jornal, a cuia de retrós dos domingos[56].

Esta descrição é semelhante à que nos faz a Célestine, na mesma altura, do quarto onde esta a escrever (em Paris):

Et j'écris ces lignes dans ma chambre, une sale petite chambre, sous les combles, ouverte à tous les vents, aux froids de l'hiver, aux brûlantes chaleurs de l'été. Pas d'autres meubles qu'un méchant lit de fer et qu'une méchante armoire de bois blanc, qui ne ferme point et où je n'ai pas la place de ranger mes affaires... Pas d'autre lumière qu'une chandelle qui fume et coule dans un chandelier de cuivre... Ça fait pitié!... Si je veux continuer à écrire ce journal, ou seulement lire les romans que j'ai apportés et me tirer les cartes, il faudra que je m'achète, de mon propre argent, des bougies... car, pour ce qui est des bougies de Madame... la peau!... comme disait M.Jean... Elles sont sous clé.

Demain, je tâcherai de m'arranger un peu... Au-dessus de mon lit, je clouerai mon petit crucifix de cuivre doré, et je mettrai sur la cheminée ma bonne vierge de porcelaine peinte, avec mes petites boîtes, mes petits bibelots et les photographies de M. jean, de façon à introduire dans ce galetas un rayon d'intimité et de joie[57].

Ambas personagens retrataram um local reduzidíssimo, insalubre, de temperatura variante conforme o tempo, sem conforto nenhum e com móveis identicamente decadentes. Ambas, também, tentaram personalizar o único lugar que era identificado como seu, com objectos pessoais, religiosos, reflectindo assim no interior da mansarda a sua personalidade. Embora fosse o único espaço íntimo da criada, era, no fundo, um lugar no qual ela ficava o menos tempo por obrigação profissional. Talvez fosse essa a razão por que a mansarda das criadas de servir fora sempre objecto

56 QUEIRÓS, Eça de, *Primo Bazílio*, 12° ed., Ed. "Livros do Brasil", Lisboa, p.72.

57 MIRBEAU, Octave, *op. cit.*, p.31.

de pouca descrição dos autores. José Rodrigues Miguéis, apesar de consagrar um romance ao destino de uma criada de servir, revelou-se bastante lacónico sobre o assunto: *Dores tinha um quartinho só para ela, um cochicho nos rebaixos da mansarda*[58]. Na realidade, não era tanto por falta de informações que as mansardas eram pouco descritas mas mais por serem espaços reduzidos, desnudados de presença. O quadro de vida das criadas era a cozinha, a rua, a casa. A mansarda era apenas o reflexo do que a criada representava em casa, isto é, uma presença que se queria escondida porque era o símbolo duma outra categoria social nessa mesma casa. Foi esta inferioridade que uma das protagonistas da peça de teatro de Jean Genet, a Solange, evocou ao descrever a pobreza a nudez do seu quarto:

Que je parle. Que je me vide. J'ai aimé la mansarde parce que sa pauvreté m'obligeait à de pauvres gestes. Pas de tentures à soulever, pas de tapis à fouler, de meubles à caresser... de l'oeil ou du torchon, pas de glaces, pas de balcon. Rien ne nous forçait à un geste trop beau [...][59].

No fundo, estas descrições pouco se distanciam da que nos deu a Fernanda que, cerca de meio século depois, foi alojada nas mesmas condições que a Célestine e a Juliana, embora num meio rural:

Dormia em cima, no último andar, num quarto... num quarto pequenino que só fizeram ultimamente porque antes de fazerem o quarto dormia no sótão, chamamos nós o sobrado, e então tinha lá uma janela, punha lá o espelho e era ali que eu me arranjava para ir para o povo. Agora não, já é tudo com mais luxo. Naquela altura vivíamos assim. Vivia ao pé da despensa, da despensa para cima e depois... arranjava-me lá sempre. Mas depois, viram que já era... uma mulher e que... vinha alguém via ali tudo no soalho, não é, e então arranjaram um quartinho, e então fiquei ali naquele quarto. É um quarto que tem um roupeiro e uma cortina verde e, depois, no tecto, tem lá uma telha daquelas de vidro, uma cama de barra branca e um lavatório e a fotografia da Nossa Senhora de Fátima, que eu era já muito amiguinha dela ... [60].

No início, a Fernanda nem quarto tinha, os patrões "arranjaram um" para preservar as aparências de casa, segundo o que nos diz. No entanto, não deixou de acrescentar que se sentia como em sua casa: *Igualmente, filha. Não me fazia diferença porque... as pessoas, quer dizer, estimavam-me bem*[61]. Por outro lado, é espantosa a similitude das descrições expostas até agora dos quartos das criadas de servir, mas como o não haveria de ser se a Fernanda, nas décadas de quarenta

---

58 MIGUÉIS, José Rodrigues, *O Milagre segundo Salomé*, 2° ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1982, p.44.

59 GENET, Jean, *op. cit.*, p.38.

60 cf. Documento Anexo 2, p.15.

61 *Id., Ibid.*

até sessenta, não conhecia ainda a electricidade nem água corrente (conforme o referencia na sua entrevista) tal como no início do século? Tal testemunha deixa entender que durante todo o período salazarista, as condições de alojamento e, por consequência, de higiene físico das criadas de servir, não diferiram muito das do século passado.

Segundo o que indicou Jacques Georgel, a precaridade do alojamento era aliás um problema comum à população portuguesa ainda nos anos 60. Assim, um quarto das famílias eram alojadas em más condições, menos da metade tinham electricidade (42%) e apenas 1/5 tinham casa de banho. Nas zonas urbanas a situação era menos catastrófica do que no campo onde a água corrente só chegava a 14% das habitações (58% em França), apenas 9% dos alojamentos tinham casa de banho, e 27% a electricidade (93% em França)[62]. Pois o quarto da criada de servir no espaço doméstico burguês era o reflexo da sua condição social humilde. De facto, embora o país sofresse de um atraso tecnológico efectivo, a verdade é que, num país como a França, tecnologicamente mais desenvolvido, Jean Genet, em 1946, descreveu ainda na sua peça de teatro as mansardas das duas criadas semelhantes às do século passado. A Claire, ao imitar a patroa, retratou o seu quarto da seguinte maneira:

[...]Évitez de me frôler. Reculez-vous. Vous sentez le fauve. De quelle infecte soupente où la nuit les valets vous visitent rapportez-vous ces odeurs? La soupente! La chambre des bonnes! la mansarde! C'est pour mémoire que je parle de l'odeur des mansardes, Claire. Là... (Elle désigne un point de la chambre.) Là, les deux lits de fer séparés par la table de nuit. Là, la commode en pitchpin avec le petit autel à la Sainte Vierge[63].

Embora esta descrição do quarto se alinhasse com os outros retratos evocados até aqui, a criada de Jean Genet, ao desempenhar o papel da *Madame*, transmitia uma visão repugnante do local onde ficavam as criadas. Aliás, na sua entrevista, a Conceição sente um sentimento similar ao evocar a cama de barra na qual dormia:

E então eu dormia lá [sala de costura], tinha lá aquelas camas antigas, eram as barras... estreititas, de ferro, a minha era branca... olha, mas ainda se vêem muitas a vender para aí, nos armazéns, deve ser moda! a milha filha gosta imenso, mas eu já não quero isso para nada, credo! não são bem iguais vá, mas já tive mais preciso do que agora, graças a Deus...[64].

As camas de barra branca foram evocadas unanimamente quer seja em Portugal, quer seja

62 GEORGEL, Jacques, *op. cit.*, p.233.

63 GENET, Jean, *op. cit.*, p.23.

64 cf. Documento Anexo 3, p.29.

em França, no século passado ou nas primeiras décadas deste século. A similitude das descrições revela que, apesar do país sofrer um atraso tecnológico, a precaridade do alojamento da criada dependia mais ainda de um facto de mentalidade que consistia em relegar para o sótão a criada de servir. Com os mesmos móveis, os mesmos costumes, o espaço reservado à criada de servir, desde as gerações passadas até às décadas salazaristas, parecia ter ficado à margem da tecnologia. Finalmente, esta falta de preocupação não fazia senão lembrar o espaço concedido à criada de servir pertencia ao "avesso" da casa.

O serviço doméstico atribuindo uma remuneração que incluía a alimentação e o alojamento tanto podia representar um meio de "socorro" (nomeadamente para uma parte de mulheres sem recursos porque oferecia as necessidades essenciais de subsistência quotidiana) como se tornar um meio de marginalização. De facto, ao desempenhar o serviço nestas condições, as criadas de servir viam-se na dependência total em relação ao seu trabalho ora, recebendo um salário que não lhes permitia viver independentemente, tornavam-se marginais dentro do próprio espaço doméstico e na sociedade.

2.2. Uma organização do trabalho arbitrária.

2.2.1. O tempo laboral.

De entre as condições de trabalho, assumiam particular importância no serviço doméstico a duração e a organização do tempo laboral. Os horários de trabalho praticados na maioria das casas, embora todos semelhantes por irem a par com as exigências materiais da época, eram definidos arbitrariamente pelos patrões.

Todos os sociólogos e historiadores concordaram sobre o facto de que, numa casa, as criadas eram as primeiras levantadas e as últimas deitadas. Pierre Guiral referia que uma criada francesa do século XIX trabalhava cerca de dezasseis horas por dia[64]. Até à década de 60, a sociedade portuguesa pouco beneficiou das aparelhagens modernas. Além disso, contrariamente à criada de quarto ou da criada especificamente de dentro ou de fora, a criada de servir era encarregada de executar sozinha todas as tarefas materiais de casa.

64 GUIRAL, Pierre e THUILLIER, Guy, *op. cit.*, p.79.

Não se possuem fontes oficiais que revelem o tempo de trabalho das criadas de servir. No entanto, as fontes literárias são as primeiras a veicular tais informações. A protagonista de José Rodrigues Miguéis, a Dores, servindo em Lisboa na época republicana trabalhava desde as seis horas da manhã até à uma hora da noite:

[...] ela ficava a trabalhar até altas horas. Mas achava natural e estava agradecida. A esperança aquecia-lhe o seio. Como os seus dedinhos mexiam depressa! Caseava na perfeição, fazia pregas e bainhas, punha rendas de bicos e entremeios, depois assentava tudo com o ferro a carvão. Quando dava por si ia na uma da manhã. Corria a meter-se na cama, às seis estava de pé, tocava a alvorada...[66].

Ficção inspirada da realidade porque, segundo Maria Izilda Santos de Matos, as mulheres imigrantes portuguesas em São Paulo nas primeiras décadas do século, quando empregadas como criadas de servir, cumpriam as suas tarefas quotidianas num mesmo espaço de tempo que a personagem: *[...] enfrentavam uma dura rotina doméstica, começavam a trabalhar desde a madrugada e, dependendo das necessidades, só paravam às altas horas da noite, ficando à disposição para serviços eventuais*[67].

Nessa época, embora não se tivesse as mesmas concepções sobre a medida do tempo do que hoje em dia, este tipo de jornada de trabalho era semelhante à do campo (de sol a sol) equivalendo a cerca de dezasseis horas por dia. No entanto, o serviço doméstico desempenhado no meio rural era de uma duração ainda superior ao do meio urbano, segundo o que testemunhou a Fernanda quando servia nos anos cinquenta:

E a minha vida era assim, lavar, passar, regar o jardim, andar no campo, ir de noite passar a ferro, levantar sempre às cinco, mais tarde era às cinco e meia, todos os dias, fosse de Verão, fosse de Inverno, fosse que hora fosse. Tinha que sempre estar levantada. Eu pouco dormia, filha, deitava-me tarde, eu pouco dormia. Uma hora da manhã, uma e meia, eu pouco dormia, filha[68].

Embora os horários pudessem diferir de algumas horas segundo o meio geográfico nomeadamente porque as tarefas se tornavam mais pesadas no campo exigindo trabalhos de fora (era o caso da Fernanda), no fundo, a duração das horas médias diárias mantinha-se. O atraso tecnológico do país relativamente aos países industrializados da Europa, como a França ou a

66 MIGUÉIS, José Rodrigues, *op. cit.*, p.45.

67 A investigadora apontou no seu estudo que no Brasil, os patrões preferiam empregar mulheres de origem portuguesa porque eram mais "dedicadas", "honestas" e trabalhadoras.
MATOS, Maria Izilda Santos de, "Quotidiano e Trabalho: Mulheres Imigrantes Portuguesas. São Paulo 1890-1930", in *O Rosto Feminino da Expansão*, Congresso Internacional, Actas II, C.C.F., Lisboa, 1994, p.146.

68 cf. Documento Anexo 2, p.9.

Almanha, era uma explicação à estabilidade dos horários na profissão, as condições de vida pouco se tinham alterado desde o início do século. As horas de dormida eram reduzidíssimas, insuficientes para recuperar de todos os esforços do dia. Aliás, a Fernanda referiu várias vezes a fatiga que lhe sobrevinha durante o dia: *Quantas vezes, minha filha, eu estava a passar a ferro e com a cabeça a quase a cair em cima da roupa com muito sono." e mais à frente: "[...] encostava a cabeça ao pilar para estar a descansar um bocadinho*[69]. A criada de servir tinha que se introduzir nas modalidades do serviço e substituir o seu próprio ritmo de vida por um ritmo de vida estrangeiro. Pois em espaço rural, a Fernanda trabalhava cerca de vinte horas por dia nos anos salazaristas. Isto demonstra que, apesar de tudo, não houve, desde a República, uma evolução das mentalidades a respeito das condições de trabalho da domesticidade.

A título comparativo com as outras classes trabalhadoras da mesma época, César Oliveira indicou, numa análise sobre o operariado nos anos da República, que: *A duração média do trabalho industrial era em 1910 de cerca de nove horas e meia por dia*, e isso, segundo ele, após a fase de cerca de 16 horas por dia no início do século[70]. A operária de 1900 tinha uma duração de trabalho equivalente à criada de servir das décadas republicanas, período no qual a empregada industrial viu a sua jornada de trabalho reduzida para pouco mais de metade. Apesar da classe doméstica estar socialmente identificada à classe operária, a duração de trabalho de uma criada de servir correspondia mais a uma jornada agrícola do que à jornada de uma trabalhadora operária. Nestas condições, ganhando mais e trabalhando menos, a situação da operária era muitas vezes ambicionada pela criada de servir porque representava para elas uma forma de ascensão social.

A criada de servir, quase meio século depois da empregada da fábrica, sob a ditadura salazarista, ainda desempenhava um horário de trabalho que correspondia ao horário das gerações domésticas dos séculos passados e ao dobro das horas de trabalho cumpridas quotidianamente por um operário, sem que alguma lei regulamentasse este estado, certamente por falta da intervenção dum sindicato da classe doméstica. A criada de servir vivia, então, na dependência total da casa que servia e, nestas condições, era obrigada a fazer abstracção da sua própria vida privada.

Como o serviço doméstico não sofria regulamentação nenhuma, circulavam publicações do

---

69 cf. Documento Anexo 2, p.7.

70 OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, Seara Nova, Lisboa, 1974, p.65.

tipo das do Secretariado Nacional de Propaganda que estabeleciam, como a de 1945, um paralelo entre o horário da dona de casa e o horário da serviçal. Isto era destinado a ajudar a dona de casa a planificar e a harmonizar os horários caseiros. Transcrevemos aqui o exemplo proposto pelo manual, começando pelo horário da dona de casa para depois fazer uma comparação com o da criada :

Das 8 às 9 horas -levantar, cuidados pessoais; das 9 às 9,30 -primeiro almoço; das 9,30 às 12, 12,30 ou 13 horas -dar as suas ordens e tratar do arranjo da casa e alimentação; das 13 às 14 horas -almoçar e descansar; das 14 às 17 -tratamento de roupas, costura, bordados, etc., e, não tendo criada, arranjos caseiros, estas horas são reservadas para cozinhar o jantar e outros arranjos caseiros. Seguidamente as horas até ao jantar são destinadas a tratar de assuntos diversos e que não se repetem diariamente como fazer compras, tratar de visitas, contas, etc.; às 19 ou 20 horas -jantar, seguidamente guarda-se o serão para a família.

O horário estabelecido para a criada de servir era o seguinte :

Das 7 às 8,15 horas -levantar, cuidados pessoais e quarto; das 8,15 às 9 -fazer o pequeno almôço e pôr a mesa; das 9 às 9,30 -primeiro almoço; das 9,30 às 10,30 -receber indicações sobre limpezas e arrumações diárias; das 10,30 às 11,15 -fazer as compras; das 11,15 às 13 -fazer o almoço e pôr a mesa; das 13 às 14 -almoço; das 14 às 15 -lavar a loiça e arrumar a cozinha; das 15 às 17 -trabalho vário conforme o dia da semana (lavar a roupa, limpeza da cozinha, passar a ferro, arear metais, etc.); das 17 ou das 17,30 às 19 ou 20 -fazer o jantar e pôr a mesa; das 20 às 21 -jantar; das 21 às 22 -arrumar a cozinha e seguidamente a esta a criada descansa ou seroa para ela[71].

Com todos os pequenos defeitos que pudesse comportar este tipo de horários, pois tratava-se apenas de teoria (na prática, as necessidades quotidianas divergiam segundo a casa, o meio físico e as exigências patronais), o caso é que a autora planificou para a criada de servir uma jornada de uma duração de cerca de 15 horas (inclusive uma hora de descanso durante o almoço), o que correspondia a uma jornada de um operário do início do século. É prova que, na década de quarenta, a mentalidade a respeito das condições de trabalho da domesticidade tinha pouco evoluído. Afinal de contas, este horário planificado concedia apenas duas horas a menos relativamente a um horário normal (cerca de dezasseis horas) sem levar em conta que (como se poderia esperar nos anos quarenta com a valorização do papel da mulher no lar) embora

---

71 Maria Manuela Calvet de Magalhães é autora dum opúsculo publicado em 1946 pelo Secretariado Nacional de Propaganda. Além de dedicar todo um conjunto de normas à maneira como a mulher devia desempenhar o seu papel doméstico, estabelecia um paralelo entre a arte de gerir a casa e a de gerir o Estado. Isto tendia a ilustrar a quase abolição das fronteiras entre o privado e o público.
MAGALHÃES,'M.M. Calvet de, "Economia Doméstica", in *Cadernos do Povo*, Edições S.N.I., Lisboa, 1946, p.11.

trabalhadora, era uma duração de trabalho diária inconciliável com uma vida familiar. Aliás, a criada, tal como era percebida nesta publicação, era considerada ainda como um familiar dentro do espaço doméstico como no início do século, desempenhando um trabalho complementar com o da ama, como foi certificado com estes horários, em vez de ser reconhecida como uma trabalhadora. A ambiguidade do seu estatuto estava novamente na origem deste outro aspecto das condições de trabalho do serviço doméstico.

Uma jornada de trabalho de cerca de dezasseis horas por dia, como na agricultura, provava que a função do serviço doméstico, numa casa, se tinha tornado indispensável e que, contrariamente ao trabalho agrícola, era repetitiva necessitando o cumprimento das tarefas quotidianamente. Daí a ideia que o tempo livre da criada de servir devia ser reduzidíssimo.

Inspirando-se da realidade, José Rodrigues Miguéis pôs a sua protagonista Dores na situação de uma criada de servir da época republicana. A primeira casa que a empregou propôs-lhe as seguintes condições, que ela exprimiu satisfeita: *-Entro já amanhã, que é dia quinze. Sete escudos ao mês, e dois domingos de saída. Nunca tive uma casa tão boa!*[72]

Em contrapartida, sob a ditadura salazarista, as criadas beneficiavam de saídas regulares aos domingos, segundo o que nos diz a Fernanda:

Nada! Ao Domingo, minha filha, ao Domingo! Assim que vinha o Domingo, íamos à missa... À pressa, à pressa, à pressa, tinha que limpar tudo para me ir embora para o povo. A minha patroa como via que eu andava à pressa, espera là que eu te vou dar mais que fazer, era, sim, filha![73]

No entanto, a Fernanda não dispunha do dia inteiro mas apenas do tempo de ir à missa e da tarde do domingo, após ter acabado o serviço de casa, até à hora marcada:

Aos Domingos, era como digo, íamos para o bailarico até às cinco horas. Ás cinco horas tinha que estar em casa, é verdade filha, porque se passasses daquela hora: "Ai! ainda está aquilo por fazer, ainda está aquilo por arrumar", e eu tinha que vir àquela hora, pronto[74] .

As horas de ausência eram censuradas, o serviço não tinha de sofrer atrasos. No meio rural, a principal diferença entre o dia de trabalho e o dia de descanso parecia residir na diferença de ritmo de andamento no cumprimento das tarefas. Isto tende a sublinhar o estado de dependência a que estava sempre sujeita a criada. Aliás, a este respeito, Jean-Pierre Gutton colocou uma questão

---

72 MIGUÉIS, José Rodrigues, *op. cit.*, p.43.

73 cf. Documento Anexo 2, p.9.

74 *Id., Ibid.*, p.12.

interessante: *Les servantes n'ont guère que les jours fériés de libre, et pas toujours. Reste à savoir si, dans les groupes sociaux venus de la campagne, cette disponibilité est ressentie comme une entrave*[75]. Num espaço tradicionalmente católico, para um amplo segmento da população, o dia de descanso era o domingo e o tempo livre aproveitado para ir à missa e dispor da tarde do domingo.

Houve uma evolução certa ao nível do tempo livre. Influenciadas pelos hábitos da cidade, as criadas urbanas manifestaram uma reivindicação do tempo de liberdade mais cedo do que no campo. Esta era talvez outra forma de ilustração do mimetismo social. No entanto, parece ter sido na década de cinquenta que este tipo de manifestações a respeito do tempo livre se fez sentir. A criada de Aníbal Nazaré, a Miquelina, na sua carta-prefácio fez do assunto das saídas, após o do salário, a sua segunda reivindicação:

Outro assunto em que quero falar é o das saídas. É certo que eu saio todos os domingos, mas não chega. Preferia trabalhar ao domingo e poder sair todos os dias da semana. Ao patrão, como é um vadio que nunca janta em casa e só vem deitar-se quando já é dia, tanto lhe faz e a mim dava-me jeito[76] .

O domingo tinha-se tornado, portanto, oficiosamente o dia de descanso da domesticidade. No entanto, apesar de não terem sindicato que as defendesse, algumas criadas tentavam evoluir nas suas reclamações. Foi outro aspecto que tentou ilustrar uma comédia "moralizadora" da década de cinquenta, ao colocar também a questão das saídas da criada em Lisboa. A criada Maria expôs à sua patroa as suas queixas:

Maria (consultando o seu caderno:) -Ah! Sim! Precisarei de algumas horas de livres à quinta feira de tarde.

Mónica: -Tens livre já o domingo todo.

Maria: -Já: o domingo!... Também os rapazinhos da escola têm livre o domingo, e no entanto ao sábado também não têm aulas. Eu sou menos do que um rapazinho da escola?... eu?...[77]

Por ser dependente das necessidades pessoais quotidianas o serviço doméstico exigia uma absoluta dedicação e disponibilidade. A conquista do tempo de "liberdade" ainda estava por adquirir.

O tempo de trabalho, isto é, a duração da estadia da criada de servir na casa, beneficiava de uma lei no regulamento escrito do Código Civil:

---

75 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, p.86.

76 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.* p.8.

77 *A criada Maria*, Ed. Salesianas, Teatro Educativo e Moral n° 14, Adaptação F.M.A., [D.L. 1956], pp.22-23.

Art. 1373.° - Na falta de convenção expressa sobre o tempo de serviço, entender-se-á que o contrato é feito por ano no serviço rústico, e por mês em qualquer outro serviço, salvo se houver costume na terra em contrário.

Sem controlo da aplicação real da lei, o tempo de trabalho era determinado por convenções verbais como o resto do contrato. Em contrapartida, o rompimento deste contrato oral por parte do patrão ou por parte do criado fazia objecto de vários artigos do regulamento (Artigo 1376.° até ao Artigo 1382.°) nomeadamente porque intervinha o caso do despedimento ou da interrupção súbita do serviço. Isto acarretava o problema das soldadas devidas e podia levar a uma certa confusão nas relações entre o patrão e o criado. O regulamento neste caso podia ser de um recurso útil.

Assim, devido às características da sua "inserção" no mercado do trabalho, as criadas de servir aceitavam quaisquer condições de horários e organização temporal do trabalho sem enquadramento legal. Conscientes da precaridade da sua situação, tentavam apesar de tudo aproximar-se sempre mais da liberdade tal como a viviam as outras classes trabalhadoras.

2.2.2. A delimitação das tarefas profissionais.

Na época salazarista, as tarefas domésticas eram, na maioria, muito diferentes do que são hoje em dia. O país encontrava-se num período de transição, a meio caminho entre a modernização e o subdesenvolvimento. Esta situação repercutia-se ao nível do serviço doméstico que se tornava, na maior parte dos casos, arcáico. Ora, era o tipo de tarefas que desempenhava a criada de servir que a fazia baixar na escala social.

Em primeiro lugar, convém delimitar, então, as funções da criada de servir no espaço doméstico. Um artigo do Código Civil estabelecia que:

Art. 1375.° -Não sendo o serviçal ajustado para certo e determinado serviço, entender-se-á que é obrigado a todo e qualquer serviço compatível com as suas forças e condição[78].

De facto, contrariamente aos outros membros da domesticidade cujas funções dentro de casa eram estritamente definidas (cozinheira, criada de quarto...), a criada de servir não tinha funções delimitadas senão as que lhe eram exigidas dentro de casa. Ao serviço doméstico correspondia o mantimento da casa. Ora, o *serviço* da criada compreendia um leque de tarefas determinadas apenas, segundo o regulamento, por dois critérios: a sua aptidão física e a sua

[78] cf. Documento Anexo 6, p.51.

condição dentro de casa (segundo o contrato estabelecido entre o patrão e a criada (Art. 1383.°)[79]). Na verdade, a presença duma única criada no lar rentabilizava a economia doméstica apesar da serviçal ver-se exigir o exercício de tarefas que, outrora, eram desempenhadas por mais criados.

Para cumprir o conjunto das tarefas domésticas, certas aptidões eram necessárias: cozinhar, fazer a limpeza, lavar, costurar... Estas representavam o "trivial", isto é, as tarefas mais comuns numa casa. No entanto, as criadas de servir recrutadas muito jovens ou vindas da província passavam obrigatoriamente por uma aprendizagem. Esta correspondia geralmente à aquisição do "trivial", ao seu aperfeiçoamento assim como à assimilação dos costumes burgueses. Azinhal Abelho evocou como as criadas vindas da província para Lisboa adquiriram este tipo de experiência:

-O que sabe fazer, menina?

-O trivial.

Mas este trivial, pouco depois, alarga-se. Dentro de meses dedica-se à mesa e à cozinha, e fica uma empregada de truz, sabendo lidar com bandejas, arranjar tapetes e jarras, preparar refeições com pratos requintados, atender visitas e cuidar de meninos[80] .

Na verdade, a patroa assumia um papel de educadora. Operava-se um processo que levava à complementaridade entre as duas mulheres. A patroa era a "representante" do trabalho efectuado em casa e a criada a "concretizadora". A Fernanda explicou, na sua testemunha, como se efectuava esta transmissão:

E a senhora quando estava a fazer um doce ou qualquer coisa, dizia: "anda cá que hás-de aprender", punha-me ao pé dela: "Agora fazes tu que é para aprenderes". Depois quando já sabia: "Agora vais fazer sozinha"[81] .

A primeira fase de aprendizagem passava, naturalmente, pela observação: *Anda cá que hás-de aprender* e, em seguida, como o notou a Fernanda, pela prática: *agora fazes tu, que é para aprenderes*. Consciente do que os patrões lhe facultaram, a Fernanda reconheceu-o: *Tudo o que sei fazer, foi a minha madrinha que me ensinou e a senhora Isabelinha*. Segundo ela foi uma aprendizagem que abrangeu a higiene. Aliás, é significativo o episódio que ela evocou no qual a tia Maria Justa foi verificar se depois de estar casada ela mantinha a sua casa limpa como lhe fora ensinado no Mógão. Na verdade, a Fernanda mostra-se orgulhosa ao receber os parabéns da patroa:

---

79 cf. Documento Anexo 6, p.52.

80 ABELHO, Azinhal, *Lisboa num cravo de papel*, Pub. Culturas da Câmara Municipal de Lisboa, 1968, p.104.

81 cf. Documento Anexo 2, pp.10-11.

Olha, estou muito contente contigo porque aprendeste os mandados que nós te ensinámos[82] . Finalmente, a Fernanda foi uma boa "aluna" porque interiorizou os "mandados", isto é, os códigos burgueses.

Aliás, uma outra forma de educação das criadas aparecia nos manuais de civilidade da época. Destinados à formação das futuras donas de casa, continham um largo repositórios de úteis conhecimentos de ordem geral. Referenciavam, no plano que mais nos interessa, um conjunto de regras que a criada (ou criado) deviam interiorizar com a ajuda da dona de casa, nomeadamente, as que diziam respeito à etiqueta do serviço à mesa. A dona de casa assumia, assim, um papel de educadora. Beatriz Nazareth, autora deste tipo de literatura especializada, enunciou, em pormenor, certas regras da arte de servir à mesa que a criada devia aprender:

Ensina-se-lhe que a primeira dama a ser servida é a que está sentada à direita do dono de casa, a segunda a que está colocada à sua esquerda, e assim sucessivamente, seguindo a ordem dos lugares. Que o primeiro conviva a servir é aquele que está à direita da dona de casa, etc. Que devem com uma mão apresentar o prato esquerda do convidado e oferecer-lhe a molheira com a outra mão. [...] O criado oferece os vinhos nomeando-os em voz baixa mas distinta[83].

Aliás, existia todo um ceremonial acerca do serviço da mesa (o pôr da mesa, a disposição dos pratos e talheres...) que os autores destes diversos manuais se esforçaram de enunciar detalhadamente[84]. Neste caso, a criada de servir, interiorizando o conjunto das regras de civilidade e etiqueta, revelava, na verdade, um papel de "actriz" que se queria transparente ao "servir" no espaço doméstico. Numa época em que o papel da mulher-dona de casa fora revalorizado, afluíu este tipo de manual porque a responsabilidade do serviço do lar pertencia à dona de casa. Ora a mulher num atraso educacional significativo viu-se de repente iniciada à "economia doméstica" (conforme a apologia salazarista "do regresso ao lar"). Assim, esta literatura formativa propugnava a nova repartição dos papéis em casa entre a ama e a criada às quais correspondia respectivamente a representação e a concretização das tarefas. Isto simbolizava a complementaridade em casa das duas mulheres.

Distinguiam-se no serviço doméstico três tipos de funções: as tarefas caseiras, as tarefas

---

82 cf. Documento Anexo2, p.11.

83 Beatriz Nazareth é a autora do célebre *Manual de Civilidade e Etiqueta* cuja primeira edição surgiu em 1898 em Lisboa. Perfilando-se na lista dos manuais de civilidade, destinava-se essencialmente às mulheres de classe social mais elevada.
NAZARETH, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta*, 10° ed., Arnaldo Bordalo, Lisboa, 1919, p.68.

84 cf. Documento Anexo 4, p.45.

exteriores e as tarefas agrícolas (concernindo apenas as criadas do meio rural). Por entre a diversidade das actividades que exigia o serviço numa casa, lavar, passar a ferro e cozinhar consumiam a maior parte das muitas horas do trabalho das criadas. A Fernanda evocou-as maquinalmente na economia do seu discurso: *lavar roupa, passar a ferro, encher os depósitos de água, fazer o jantar, pôr a mesa, arrumar a cozinha...* Estas eram as funções costumeiras exigidas numa criada dita *de dentro*, à diferença da criada *de fora* que se abstinha de cozinhar embora os limites entre as duas funções não fossem completamente rígidos. Aníbal Nazaré evocou, com humor, esta pequena diferenciação ao contar como a criada Maria deixou queimar o almoço dos patrões: *Como a Maria é criada de fora, o almoço teve que vir também de fora, do restaurante*[85].

No entanto, as funções da criada de servir variavam segundo se tratasse de uma casa grande ou pequena, com muitos ou poucos habitantes. Este aspecto do serviço foi novamente ilustrado na comédia intitulada *A criada Maria* que punha no palco as novas mentalidades que estavam a instalar-se na sociedade dos anos cinquenta. Esta foi simbolizada pela patroa, a Mónica que, com vinte e seis anos, era candidata às eleições administrativas e vivia sozinha:

Mónica: -Vejamos! vejamos!, minha filha. Reflecte, antes de tomares uma resolução tão grave. Tens assim uma tarefa tão difícil nesta casa? Vivo sozinha e, no fim de contas, não recebo ninguém. E muitas vezes janto no Hotel. O vosso serviço é assim reduzido ao mínimo.

Maria: -Isso diz a senhora! Mas é preciso no entanto fazer a cama da senhora, despejar os baldes, varrer, limpar o pó, puxar o lustro, etc.[86]

A criada de servir desempenhando o serviço para uma única pessoa, via, evidentemente, as suas tarefas alijarem-se. Aliás, a Conceição não deixou de reiterar, na sua entrevista, a diferença que sentia quando exercia o serviço para a (única) patroa e quando os filhos de casa estavam presentes.

Era sempre o mesmo andamento, quando vinham para lá os filhos e os netos, demorava mais tempo, era sempre o mesmo trabalho mas em dobro ou mais ainda, era mais pratos para lavar, mais roupa, mais camas para fazer, era mais tudo, pronto[87] .

Embora o serviço doméstico pudesse ser qualificado de domínio fixo porque as tarefas pouco evoluíam, podiam ser aumentadas ou diminuídas "quantitativamente" segundo as necessidades quotidianas. Era a criada que tinha de gerir o seu tempo de trabalho em consequência.

---

85 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.17.

86 *A criada Maria*, Ed. Salesianas, Teatro Educativo e Moral N° 14, Adaptação F.M.A., [D.L. 1956], p.19.

87 cf. Documento Anexo 3, p.38.

No entanto, às tarefas costumeiras podiam acrescentar-se tarefas específicas dum outro grupo da classe doméstica. De facto, apareceu o momento em que a Conceição assim como a Fernanda se tornaram criadas de quarto ao ajudar quotidianamente a patroa a lavar-se: *Chamava-me: -"Fernanda, anda cá, lava-me aqui os pés, olha, lava-me aqui as costas" e acrescentou logo que: "era como que ela era uma irmã minha ou como que eu fosse até filha dela*[88]. Anne Martin-Fugier referiu em relação à hierarquia interna doméstica que: *Plus une domestique est proche du corps des maîtres, mieux elle est considérée et payée*[89]. Assim, além do simples serviço doméstico, a criada de servir exercia também tarefas que relevavam do serviço pessoal. Este tendia a integrá-la mais ainda na intimidade familiar.

Do mesmo modo, a vigilância dos filhos de casa constituía, certamente, uma das tarefas mais delicadas para ela porque tocava a célula familiar. Aliás, a Fernanda revelou que, ao ter de ocupar-se da neta dos patrões, as suas relações com os outros membros de casa complicaram-se:

Era mais trabalho um bocadinho porque a menina não queria comer quando a madrinha lhe dava e eu já contei esta parte à senhora Dona Isildinha. Estava habituada comigo, "eu não quero da madrinha, quero da Fernanda". A madrinha, coitadinha, com ciúmes, via que a menina só queria comer comigo, às vezes dizia-me assim: "Vai-te embora mulher a ver se ela come comigo", eu então pegava num cântaro e ia buscar um cântaro de água... mas não comia![90]

Ao mesmo tempo que a criada devia poder substituir-se à mãe, tinha que se tornar o mais transparente possível quando esta estivesse presente. Como tinha de ser tolerante, as crianças preferiam andar com a criada embora esta fosse vítima da sua vivacidade natural. Esta foi definida pelo escritor francês, Jules Michelet, no século passado: *Elle est immolée aux enfants gâtés, singes malins, cruels petits chats, qui font d'elle juste un jouet*[91]. Embora fosse difícil provar tal carácter, a Fernanda referiu também que tinha que enfrentar as consequências desta nova função:

[...] levava-a para a Póvoa da Rainha, filha, íamos por aqui, pelas matas, pelos carreiritos, íamos à Póvoa da Rainha que o senhor Nogueira tinha lá família e depois a menina como era pequenita, eu punha-a às costas, ela era pequenita, fazia-me xixi pelas costas abaixo, tanta vez, só Nosso Senhor é que sabe![92]

A criada de servir tinha assim que assumir a ambivalência das suas funções. Estas assim

---

88 cf. Documento Anexo 2, p.10.

89 MARTIN-FUGIER, Anne, *op. cit.*, p. 86.

90 cf. Documento Anexo 2, p.21.

91 MICHELET, Jules, *La Femme*, Flammarion, Paris, 1981, p. 58.

92 cf. Documento Anexo 2, p.22.

alargadas lembravam certas funções da ama de leite ou da governanta.

Além das tarefas exteriores que surgiam devido a uma falta de modernização (sem meios para preservar os alimentos, as criadas de servir eram obrigadas a fazer as compras todos os dias), as serviçais desempenhando o serviço doméstico no meio rural viam as suas funções quotidianas duplicadas visto que ao trabalho caseiro se acrescentavam certas tarefas agrícolas. A criada de servir rural Fernanda apareceu especificamente como criada agrícola quando ia: *tupir o milho*, *regar o jardim*, *apanhar a comida para os coelhos*. Ela própria resumiu a sua actividade rural: *Era cavar, semear batatas, semear feijão, plantar cebolas, era do campo... tudo o que era do campo*[93] . A criada de servir desempenhava portanto funções extras ao leque do próprio serviço doméstico, incluindo os serviços agrícola e pessoal. Tal constatação contribui para alimentar o estereótipo da "criada para todo o serviço".

Assim, o papel da criada de servir dentro duma casa resumia-se a cumprir as tarefas que os membros dessa mesma casa se recusavam a exercer quer seja por razões sociais (numa posição social elevada, tinham dinheiro para pagar alguém para o fazer), quer seja por razões higiénicas (eram tarefas directamente ligadas à imundície). O trabalho da criada correspondia, simplificando, a limpar o que os outros sujavam. Era um trabalho completamente manual, as mãos das criadas andavam permanentemente em contacto com a imundície. Jean Genet descreveu o sentimento que inspirava à patroa o contacto da criada. Por isso, pôs a protagonista Claire (na realidade criada de servir) no papel da *Madame* e a Solange, a sua irmã, no papel da Claire na vida: *Tenez vos mains loin des miennes, votre contact est immonde*[94]. As mãos das criadas eram, finalmente, o símbolo do seu trabalho isto é um trabalho sujo, repugante que, ao exercê-lo tornava as criadas "repugantes" também, no sentido de excluídas. Foi o que sentiu a protagonista de Aníbal Nazaré, a Maria que, após ter beneficiado de uma ascensão social, tornando-se fadista, teve consciência da sua diferença no meio da alta sociedade: *A Maria estendia-lhes a mão timidamente, com receio de que nela ainda houvesse reminiscências de cheiro a cebola*[95]. Todavia, à medida que a sociedade se modernizou e que as tarefas da criada de servir se tornaram, de qualquer maneira, menos sujas (as suas mãos já não estavam em contacto directo com a imundície, os aparelhos mecanizados substituíam-nas em

---

93 cf. Documento Anexo 2, p.16.

94 GENET, Jean, *op. cit.*, p.25.

95 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.87.

grande parte), elas foram, consequentemente, menos estranhadas. As tarefas seriam, então, responsáveis pela alienação das criadas de servir.

No entanto, a própria civilização material exigia este tipo de subordinação. Esgotos e água canalizada constituíam requintes de civilização desconhecidos em muitas casas nas décadas salazaristas. A Fernanda, por exemplo, criada de servir rural, explicou como procedia em casa dos patrões para superar esta falta de modernização:

Depois, quando era uma certa hora da tarde, vinha para casa encher os depósitos de água, cada depósito levava dez cântaros de água, o de cima da casa de banho, o da cozinha outros dez, eram vinte cântaros de água por dia, era, sim, filha. Ia buscar sozinha. Levava um à cabeça, outro de lado. Com doze anos, filha, e já era bem mexida! E para se tirar a água, era com um caldeirão, chamávamos nós antigamente, a palavra mais certa é o caldeirão. A gente puxava a água do poço, tirava-a para fora com a varela, enchia o cântaro e então trazia para casa[96] .

Visto sob esta perspectiva, eram tarefas totalmente rudimentares que se tornavam bastante repetitivas e cansativas para a criada. A Conceição procedia evidentemente do mesmo modo embora o seu trabalho fosse facilitado pelos portadores da água (privilégio do meio urbano):

[...] iam lá, uma vez por semana, os portadores da água para encher os depósitos da casa, iam lá com umas dornas e enchiam os depósitos para termos água o dia inteiro, mas quando às vezes a água não chegava, ia eu buscá-la ao chafariz, cada rua tinha o seu chafariz, ia com um cântaro de casa mas tinha que andar para trás e para frente, para ter água o dia inteiro, ainda era, filha!

Predominava o lado repetitivo de tais tarefas por serem quotidianas. Tomar banho, por exemplo, representava um trabalho considerável para a criada quando a casa carecia de equipamento doméstico, segundo o que contou a Conceição:

[...] só para a senhora se lavar eram já uns quê... quatro e cinco [cântaros], tinha que a passar por água limpa... mas antes tirava a água quente do fogão de carvão, não havia outra coisa, filha, depois misturava a água quente com a água fria porque ela não podia tomar o banho com água fria, já que era doente, dava-lhe muitas vezes o bronquite e foi o que a levou mais cedo, coitadinha... Mas era assim todos os dias, todos[97] .

Além de ser símbolo dum mínimo de prestígio para a casa, a criada de servir tinha-se tornado indispensável numa sociedade ainda pouco modernizada mas na qual os hábitos de vida estavam a evoluir. De facto, a higiene de vida desenvolvia-se progressivamente. Tomar banho mais

---

96 cf. Documento Anexo 2, p.6.

97 cf. Documento Anexo 3, p.30.

regularmente adquiriu particular relevância desde o início do século, segundo Cecília Barreira, *os banhos ou aplicações de água ganham no século XIX e em princípios do século seguinte o estatuto curioso de milagreiros*[98]. Isto acarretava mais trabalho para a criada. Na mesma altura, a mulher burguesa entrava no mercado do trabalho e dificilmente cumulava a vida profissional e a vida doméstica, por isso, legava todo o trabalho de casa à criada. Conscientes deste efeito de civilização, proliferavam as publicidades sobre os benfeitos da modernização na sociedade dos anos trinta. Uma publicidade de 1937 publicada no jornal *Feminina*, testemunhava que o uso do gás e da electricidade não eram ainda vulgares nas casas. Intitulava-se significativamente o "Decálogo da Dona de Casa":

1°) Não admita que em sua casa se adopte outra cozinha que não seja o gás, como salvaguarda da sua própria comodidade.

2°) Não admita ao seu serviço criada que não saiba trabalhar economicamente com a cozinha a gás.

3°) Frequente o curso de culinária das Companhias Reúnidas Gás e Electricidade para aprender a tirar todo o partido da cozinha a gás.

4°) Mande a sua criada frequentar o mesmo curso para que não se habilite e assim, praticamente verificará que a cozinha a gás é a mais económica.

5°) Não esqueça ao instalar em sua casa um esquentador a gás com que possa preparar em poucos minutos um banho higiénico.

6°) Não esqueça também que o ambiente da sua casa deve ter a máxima confortabilidade e na época que decorre nunca poderá ser confortável se não for aquecido com um irradiador eléctrico.

7°) Ilumine a sua casa sem exagero mas com uma boa distribuição de luzes para que não estrague a vista e para que sinta a boa disposição que uma boa iluminação origina.

8°) Pense que a todo o momento, durante a noite alta mesmo, por motivo duma indisposição ou doença, pode ter necessidade de águas quentes, de preparar chá ou uma tisana, e isso só consegue facilmente dispondo de cozinha a gás.

9°) Aprecie a extrema comodidade de, sem sair do seu quarto e até talvez da cama, pode aquecer o seu chá numa chocolateira eléctrica e fazer uma óptima torrada numa torradeira eléctrica.

10°) Pense, finalmente, que o ferro de engomar eléctrico lhe evita os perniciosos males que causa o ferro a carvão, desde as inflamações dos olhos até à inflamação intestinal[99].

Este tipo de publicidade levava em conta a eventual presença duma criada de servir no lar e,

98 BARREIRA, Cecília, *op. cit.*, p. 274.

99 *Feminina*, 27 de Janeiro de 1937.

por isso, propunha que a dona de casa assim como a sua criada se adaptassem à utilização destes novos processos. Assim, além do gás e da electricidade serem símbolos de modernização na sociedade, anunciavam uma simplificação das tarefas domésticas e, portanto, do trabalho da criada.

Aliás, uma década mais tarde, num outro jornal, *Alma Feminina*, em 1946, aparecia um artigo consagrado ao mesmo tema: a conciliação da vida profissional feminina com a vida doméstica. Segundo ele, o modernismo já tinha penetrado os lares portugueses mas de forma moderada. Propunha-se então a sua vulgarização em vista de uma simplificação das tarefas caseiras para que estas não fossem um obstáculo à entrada da mulher na vida profissional:

E agora a vida doméstica. Quantas transformações não são possíveis para a tornarem mais fácil e agradável! Que benefícios não traria para as crianças e para as mães, a criação de creches e jardins infantis onde, bem cuidadas e bem alimentadas, aquelas passassem a maior parte do dia! Como se facilitaria os trabalhos da casa com lavanderias aperfeiçoadas, largo emprego da electricidade na cozinha e nas limpezas e tantas outras coisas que a técnica posta ao serviço da mulher lhe poderia oferecer! Irrealidade? Sonho? Não. Simplesmente desejo de adoptar uma vida profissional mais ou menos lucrativa para todos, com a vida doméstica tão querida e tão difícil para a mulher.

É que a mulher não quer deixar de ser nem fugir às ocupações do lar. O que ela quere é condições de vida que lhe dêm possibilidades de ser trabalhadora sem abandonar o seu papel de mãe e de dona de casa.

É esta a sua principal reivindicação[100].

Contrariamente à publicidade de 1937, este tipo de artigo queria demonstrar que, utilizando os aparelhos mecanizados em casa, a mulher poderia conciliar a sua vida doméstica com a vida profissional sem que a eventual presença duma criada de servir facilitasse tal empresa. O maquinismo seria então uma ameaça para a profissão? Segundo Adelaide Carvalho, a diminuição das criadas afectaria muito os lares portugueses pouco equipados, nos anos cinquenta, em aparelhagem electrodoméstica e embaraçados pela falta de experiência e prática necessárias às donas de casa para substituir a criadagem. A mulher moderna que tentava conciliar a actividade profissional com a actividade doméstica precisava de ajuda. No entanto, segundo um publicista da época citado, André Maurois, esta ajuda seria superficial se nos referirmos ao seu discurso sobre os benfeitos do modernismo nos Estados-Unidos e a consequente nova situação da mulher americana:

Em primeiro lugar, estas mulheres que aparentemente, não tinham servidores, na realidade

100 *Alma Feminina*, (Comissão de Coimbra), Maio de 1946, n° 15, p. 6.

possuíam-nos admiráveis : as máquinas.

Para aquecer a casa bastava-lhes diariamente, um minuto. Não tinham fogões a alimentar na cozinha ou nos quartos, nem sequer uma caldeira central a acender e a vigiar.

A cozinha moderna é de um asseio impecável. O fogão (eléctrico ou de gás) atinge, em pouco tempo, a temperatura desejada. Marmitas, sob pressão, aceleram as cozeduras.

As donas de casa dispõem de um "frigidaire" e muitas delas de um "deep-freezer" (frigorífico aperfeiçoado) de uma temperatura muito mais baixa, onde as carnes e os frutos congelados, se conservam indefinidamente.

A louça? dela se encarrega, depois das refeições, uma máquina, tão delicada em seu funcionamento, que a lava sem a quebrar.

Para as imundícies, há uma aparelho que automaticamente as pulveriza e desinfecta.

A toalha de mesa em matéria plástica, apenas exige, para a limpar, a rápida passagem de um trapo molhado. Há ainda máquinas para lavar e engomar a roupa, que delas sai pronta a ser arrumada[101] .

Nesta perspectiva idealista, o maquinismo acarreteria duas consequências para as criadas: o aleviamento das suas tarefas, ou então, a substituição e o consequente desaparecimento da classe doméstica. Adelaide Carvalho, embora criticasse com veemência, no seu estudo, o comportamento das criadas de servir, não achava ser o maquinismo o meio ideal para satisfazer todas as necessidades quotidianas caseiras. Por um lado, porque duvidava ainda muito da fiabilidade dos aparelhos mecanizados, por outro lado, porque apesar do mercado português se encontrar já abastecido por essa forma de modernismo, os lares portugueses ainda não possuíam as posses necessárias para a sua aquisição embora existisse já "a facilidade de pagamento" ou seja o crédito[102]. Na verdade, a criadagem representava uma mão-de-obra barata, que o investimento em maquinismos só a longo prazo poderia amortecer. Esta foi talvez uma das razões que fez com que a classe doméstica persistisse tanto tempo.

Assim, nos anos 60, a sociedade salazarista vivia ainda com uma tecnologia pouco desenvolvida. Sem o uso vulgarizado da electricidade, do gás e da água corrente, as criadas de servir desempenhavam as suas tarefas de modo arcaico, tornando-as penosas. Segundo a testemunha da Fernanda, o fogão de lenha era ainda um privilégio das famílias mais abastadas:

Era uma vida diferente do que é agora, agora há o gás /.../ não havia gás, não havia nada, quem tivesse um fogão de lenha, filha, ui! era rica!, é verdade, minha filha, era rica! Então, íamos

---

101 CARVALHO, Adelaide, *As Criadas de Servir e o Serviço Doméstico*, Lisboa, 1956, pp.24-26.

102 *Id., Ibid.*, p.27.

lá buscar as pinhas, punhamo-las na loja para quando se acendia o fogão de lenha, uma pinhita, duas cavacas, ali estava o fogo todo resolvido. Agora já não é preciso nada disso[103].

A manipulação destes fogões, que não estavam ao alcance de todos, só podia ter sido adquirida com o ensinamento da patroa. A Conceição, na sua entrevista, descreveu-os pormenorizadamente:

Eram daqueles fogões de lenha ou de carvão, sabes como são filha, eram bonitos, abria-se uma porteirita que tinha assim de lado, punha-se a lenha lá dentro, o carvão ou uma pinha, quando se queria poupar no carvão, para se ir queimando, depois aquecia o forno e aquecia os bicos por cima, onde fazia a comida, e do mesmo lado também havia um pequenito... um pequeno depósito, vá, onde se deitava a água que ia aquecendo também, depois a água fervida, era água fervida, filha, dava para a comida ou aproveitava-se para o banho da senhora[104].

Passar a ferro era uma tarefa igualmente desempenhada de modo arcaico. O processo era o mesmo do que com o fogão de lenha ou carvão:

[...] passava a ferro com um ferro de carvão, ou com brasas, enchia-se com as brasas do lume quando se fazia uma fogueira ou com as brasas que ficavam no fogão de lenha, mas passava-se bem, eu ia comprar o carvão à tia Carvoeira, era assim que a chamavam, enchia-se o ferro, mas eram mais pesados do que os ferros eléctricos que vieram depois, agora metemo-lhes água dentro, mas naquele tempo metiamo-lhe o carvão ou as brasas ficava mais barato, não passava mais mal mas cansávamo-nos mais, eram mais pesados, não é, e tinha que estar sempre a assoprar no buraco quando via que o carvão estava a ficar negro, era assim no tempo antigo [...][105]

A falta de electricidade e, por consequência, dos frigoríficos, levava-as a sair todos os dias para fazer as compras, o que justificava parte das suas idas e vindas nas ruas, assim como a ausência de meios de transporte levava, muitas vezes, a criada de servir a ter de percorrer quilómetros para ir buscar na vila ou cidade vizinha o que não havia na aldeia (no caso da criada de servir no meio rural). A Fernanda referencia que tinha de percorrer quilómetros a pé para mandar carregar a bateria do rádio[106].

Não se pode deixar de indicar a este nível que as duas entrevistas consultadas para este trabalho transmitiam informações "etnológicas", isto é, costumes e modos de vida hoje em dia desaparecidos. Por exemplo, um costume típico das mulheres portuguesas era o transporto das trouxas à cabeça por falta de outros meios. A Fernanda evocou-o constantemente porque,

---

103 cf. Documento Anexo 2, p.12.

104 cf. Documento Anexo 3, p.27.

105 *Id., Ibid.*, p.32.

106 cf. Documento Anexo 2, p.7.

desempenhando as tarefas agrícolas, tinha que acartar os cântaros da água para regar as laranjeiras, para as máquinas da cura mas também para encher os depósitos de casa. A Conceição, quanto a ela, não deixou de fornecer a explicação desta prática:

Estendia-se uma toalha no chão, punha-se a roupa limpa, bem embrulhadinha no meio, depois atava a toalha com as pontas, dum lado e doutro, dava um nó e já estava tudo feito. Depois, pegava num lenço ou num farrapo qualquer, era conforme, fazia uma rodilha, punha-a na cabeça que era para não me magoar e punha a trouxa em cima, quando não havia ali ninguém, ajudava-me com um murito, porque ainda era pesado... mas naquela altura era assim, as mulheres acartavam tudo à cabeça, não havia outros meios, remediávamo-nos como podíamos... até os rolos dos pinheiros se levavam à cabeça, é verdade, quantas vezes não nos magoámos as costas e o pescoço, tu sabes lá, filha, ou então quando a trouxa ou a bacia nos fugia para trás, olha que ainda era um tempo difícil, isso era. Não havia as máquinas de lavar, nada![107]

Era um meio prático de carregar pesos economizando-se várias viagens: o cântaro, o saco de pinhas ou, então, as trouxas de roupa suja à cabeça. Com efeito, enquanto as máquinas de lavar a roupa não foram de uso vulgar no espaço doméstico e que as casas careciam de uma fonte directa de água (poço ou água encanada) as criadas levavam as trouxas de roupa à cabeça para a ir bater nos tanques (nas cidades) ou nos regatos de pedras lisas (nas aldeias), perpetuando assim o trabalho das lavadeiras.

O modo de procedimento evocado por Fernanda na sua testemunha era, finalmente, o mesmo que na França dos anos sessenta, evocado por Yvonne Verdier que se interessou pelo perfil das lavadeiras duma pequena aldeia francesa:

Il faudra attendre que les machines à laver se répandent dans les années 60 pour que l'on rompe définitivement avec le principe bien établi de la triple opération: essangeage, coulage, rinçage, et que l'on cesse de se rendre au lavoir[108].

A lavagem da roupa no Inverno era uma tarefa penosa, insalubre tanto mais que a água, segundo a estação, era rentabilizada. Imaginamos que trabalhavam com água praticamente gelada nessa estação. Mas quando não havia um tanque em casa, a criada de servir tinha que ir lavar a roupa no tanque municipal como acontecia com a Conceição:

[...] era eu que ia lavar a roupa, ia ao tanque da Abeleira, chamavam-no assim. Ia lá eu e mais mulheres lavar a roupa... mulheres dali, daquele bairro, pois era assim. Íamos, então, de

---

107 cf. Documento Anexo 3, p.26.

108 VERDIER, Yvonne, *Façons de dire, façons de faire, la laveuse, la couturière, la cuisinière*, Ed. Gallimard, Paris, 1979, p.119.

manhã cedo para apanhar o lugar, senão depois juntava-se ali uma malta que já ninguém saía dali e depois a patroa não ficava contente se me demorava muito tempo para lavar meia dúzia de farrapitos. Mas se havia ali muitas mulheres, então, eu ia depressa até ao outro tanque para aproveitar o tempo[109] .

Lugar feminino por excelência o tanque era um dos únicos espaços que admitia a reunião de mulheres quer na pequena aldeia francesa quer na sociedade salazarista, aliás a mesma autora acrescentou que: *[...] cette assemblée de femmes ne peut se tenir que dans la mesure où il y a travail. Un lieu de rassemblement non lié à un travail en commun comme le café n'existe tout simplement pas pour les femmes*[110].

De facto, a presença da mulher no espaço exterior à casa só era admitido por razão económica. A criada de servir exercia então funções ingratas que as mulheres da classe social mais elevada evitavam para preservar a sua estima social. Desvalorizadas, as criadas de servir desempenhando as tarefas nestas condições acabavam por demostrar a sua submissão.

Deste modo de vida arcaico dependiam os ritmos de andamento na execução das tarefas. Estas demoravam muito tempo porque eram desempenhadas de modo arcaico. De facto, a presença do cansaço e da rapidez em ambas entrevistas testemunham da dureza do trabalho mas também da necessidade das criadas se tornarem produtivas em casa. Assim a Fernanda referenciou que: *Pois, uma vez... berraram comigo e depois eu disse: "Eu vou-me embora. Vou-me embora porque eu já não posso mais". Já estava já... pronto, queria que ainda fizesse mais que aquilo que fazia, e a idade, e a idade e... também já não aguentava muito, não é filha.* Talvez se trate aqui de um caso excepcional em que a exigência patronal se viu confrontada à ameaça de despedimento da criada. Na verdade, as criadas eram umas trabalhadoras apressadas ritmadas pelos levantar, almoçar, jantar dos amos, só as modalidades de trabalho é que evoluíam um pouco. Assim a Conceição referia que: *Mas se havia ali muitas mulheres, então, eu ia depressa até ao outro tanque para aproveitar o tempo.* E do mesmo modo, a Fernanda contou uma anedota: *[...] eu ia na minha rapidez como meu costume e escorrega o meu pé, a bateria cai-me em cima do avental.* O ritmo de andamento quotidiano da criada de servir dependia apenas da maneira que ela tinha de organizar as suas tarefas porque, finalmente, eram as mesmas quotidianamente, só variavam quantitativamente. O ritmo quotidiano era totalmente integrado fisicamente pela criada segundo o que testemunha a Fernanda:

---

109 cf. Documento Anexo 3, p.26.

110 Com efeito, a autora acrescentou ainda que "Les hommes, en bloc, sont exclus du lavoir", esta situação lembra fortemente o *slogan* dos anos trinta "o homem na praça, a mulher em casa", cada um no seu lugar.
VERDIER, Yvonne, *op. cit.*, pp.131-132.

Pois foi uma vida angustiosa porque toda a minha vida foi sempre a trabalhar e continuo na mesma coisa e chegando aquela hora, filha, eu tenho que sair da cama, fui habituada, não posso, mas é que mesmo que não tenha que fazer, tenho que me levantar. Fui habituada /.../[111]

O lado repetitivo do serviço fazia com que o corpo se habituasse a uma espécie de mecanismo, de automatismo. Aliás, a rotina do trabalho está patente nas entrevistas da Conceição e da Fernanda. Preocupadas em contar a realidade de um tempo passado, fizeram abstracção duma cronologia: no caso de Fernanda, entre os seus doze anos quando principiou o serviço e os vinte e quatro quando o acabou e no caso de Conceição, entre os seus dez anos quando iniciou o serviço e os seus dezanove anos quando morreu a patroa. Foram aliás as únicas vezes em que deram a sua idade certa, nos momentos essenciais da sua vida que Anne Roche denominou os *tournants*[112], isto é, as etapas na cronologia. Este período intemporal salientava a "rotina" do serviço, o seu lado repetitivo que Fernanda não deixou de sublinhar a todo o momento no seu discurso: *Todos os dias o mesmo trabalho, todos os dias o mesmo trabalho, todos*; *Depois a partir daí era sempre a mesma coisa* ; *E a partir daí, então, é sempre o mesmo trabalho, sempre a mesma coisa, filha*[113]. Foi como se a sua vida durante esses doze anos não tivesse sofrido nenhuma progressão, tanto mais que o dinheiro ganho era devolvido aos pais, o que acabava por tirar todo o carácter produtivo a esses anos de trabalho.

Desempenhando uma ambivalência de funções, a criada de servir tinha que revelar uma certa capacidade de adaptação e aguentar uma subordinação total. Assumia o papel duma espécie de "actriz" que tanto se tornava criada de quarto como cozinheira, lavadeira ou criada agrícola. Era uma série de "personagens" que se via obrigada a interiorizar e que devia "interpretar" em consequência.

---

111 cf. Documento Anexo 2, p.12.

112 A Professora Anne Roche propõe a reconstrução do discurso partindo do encontro da sucessão cronológica e acentuando o que ela chama os "tournants".
ROCHE, Anne, "Que faire d'un récit de vie?", in *La Revue de Belles-Lettres*, N°1, Genève, 1995, pp.82-83.

113 cf. Documento Anexo 2, p.5.

A situação de trabalho da criada de servir traduzia-se por um acumular de desvantagens que iam acentuar a sua vulnerabilidade económica. De facto, privada de determinados direitos e regalias sociais, a sua classe permanecia isolada e invisível na esfera de produção apesar de um peso numérico indubitável. Por isso a criada de servir era um ser economicamente fraco com um papel económico desconhecido que um estatuto social ambíguo, uma protecção social minimizada, uma remuneração marginal, um alojamento precário, uma duração de trabalho estabelecida arbitrariamente e umas funções quotidianas não determinadas acabavam por concretizar. Na medida em que dispunha de menos recursos e de uma menor protecção social, vivia com maior intensidade a sua situação de pobreza. Sem a autonomia financeira que lhe permitisse a sua independência no seio da sociedade, obrigava-se a viver na dependência total do seu trabalho. Num estado de subordinação, de exploração e alienada a sua própria liberdade, não tinha possibilidades de opção face às incertezas da vida. As consequências deste estado profissional obrigavam-na a escolher soluções de vida (celibato, criminalidade ou prostituição) que se apresentavam quer como um complemento relativamente ao trabalho que desempenhava quer simplesmente como o único meio de susbistência. De qualquer maneira, eram as exigências da profissão e as consequências desta que originavam o processo de marginalização de que era vítima e que passamos a estudar.

III. A criada de servir na esfera pública: o desvio às normas.

Embora as trabalhadoras representassem uma minoria de mulheres cuja circulação na esfera pública fosse tolerada, não deixavam de ter que cumprir a missão social que ia a par com o seu papel feminino. Em consequência, qualquer tentativa de transgressão às normas instituídas era automaticamente prejudicadora. Ora, acontecia que mulheres como as criadas de servir, trabalhando ou não, se vissem um dia confrontadas a várias opções de vida como o celibato, a criminalidade ou a prostituição. No caso da criada de servir, estas "escolhas" resultavam todas duma necessidade económica mas "condenavam" o seu papel social à destruição e, pela mesma, obrigavam-na a viver à margem das normas. Como eram vividas estas situações de vida? Que tipo de estruturas a sociedade salazarista (que se queria organizada) previa para elas? Procurar-se-á, na segunda parte deste trabalho, fornecer alguns elementos de resposta a esta problemática começando por apreender as causas destas atitudes.

Por isso, partiu-se da constatação de que a missão social da criada de servir era nula. Foi o que se explicitou em primeiro lugar demonstrando como o celibato se tornou uma tradição no serviço doméstico, quais foram as consequências deste estado no quotidiano da criada de servir (a solidão) e os preconceitos sociais resultantes.

Em segundo lugar, procurou-se determinar a situação da criada de servir na esfera pública a partir da sua posição na divisão espacial salazarista para, em seguida, avaliar o seu modo de integração no espaço urbano e a sua conduta social nele.

Enfim, em terceiro lugar, convinha explicar as circunstâncias que levavam as criadas de servir a optar por atitudes extremas tal como a "gatunagem", crimes como o infanticídio ou, ainda, a prostituição como solução de rendimento financeiro.

3.1. Uma missão social ausente.

3.1.1. O celibato: uma tradição no serviço doméstico.

Na Constituição de 1933, a instituição da Família passou a ser um dos pilares do Estado Novo. Ao procurar regressar à antiga família patriarcal, Salazar atribuiu, segundo a *natureza* dos sexos, o papel de *chefe da família* ao homem. Este como único legalmente capaz devia cobrir com o seu salário as necessidades familiares e, por isso, a mulher e os filhos deviam-lhe obediência. Todavia, os salazaristas esforçaram-se por evitar que a mulher se sentisse rebaixada com o seu estatuto secundário, por isso dedicaram-se a valorizar as suas funções na família a partir da ideia de que todas as mulheres deviam desempenhar a missão essencial que Deus lhes atribuíra. Esta era: dedicar-se à casa e aos filhos, ser uma boa doméstica, uma boa esposa e uma boa mãe[1]. Definido precisamente o papel social da mulher, permanecia a questão dos outros grupos de mulheres que não detinham um *lugar* preciso neste sistema organizado: as trabalhadoras e as solteiras por exemplo. Já vimos que a criada de servir enquanto trabalhadora não tinha um papel de relevo na esfera de produção, resta-nos determinar, então, a sua situação social quando era solteira.

Diversos factores inerentes à profissão limitavam a possibilidade para um futuro casamento. Jean-Pierre Gutton dizia : *Le monde des serviteurs et des servantes est celui du célibat*. O facto de pertencer a uma casa bastava para ter de corresponder às expectativas dos patrões. Estes preferiam empregar uma criada solteira porque tendo que encarregar-se de todas as tarefas caseiras, era necessária uma total dedicação à casa sem perigos de expor a intimidade familiar ao exterior. Fazendo abstracção da sua vida privada, a criada podia assim desempenhar convenientemente a sua "missão". Por outro lado, *Des serviteurs mariés, les maîtres redoutent des pertes de temps et rapines destinées à nourrir la famille*[2] e resultava ainda o problema da colocação de um casal numa casa, a probabilidade para que o marido e a mulher fossem empregados juntos era mínima. Na verdade, era difícil para a criada dedicar-se a duas famílias, isto é, cumular cerca de dezasseis horas de serviço com uma vida familiar.

De facto, como já foi evocado, as criadas de servir eram, na esmagadora maioria, originárias

---

1 Segundo Julieta de Almeida Rodrigues, "Era um modelo semelhante à mulher dos três KKK: Kinder, Kuche, Kirche (filhos, cozinha, igreja), de inspiração nazi e fascista".
RODRIGUES, Julieta de Almeida, "Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares", in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983, p.910.

2 GUTTON, Jean-Pierre, op. cit., p. 88.

de famílias modestas que não podiam prendar as filhas com uma dote para que pudessem pretender a um casamento futuro. Foi nesta perspectiva que João de Pina Cabral concluiu, num estudo consagrado à análise do grupo feminino do alto Minho, que: *As filhas sem dote, iam servir para a cidade ou ficavam "solteironas"*[3]. Na verdade, as raparigas provinciais eram colocadas muito jovens a servir, em primeiro lugar, para aliviar a casa de uma carga suplementar e, em segundo lugar, quando não era para ajudar a família às despesas de casa, era para que elas constituíssem o que esta não lhes podiam oferecer: a dote. Assim, pode-se pensar que estas raparigas começavam a trabalhar com a perspectiva de que o serviço doméstico seria apenas uma transição antes do casamento, isto é, antes de possuir a sua própria casa. A criada de servir Josefa, interlocutora de Maria Archer, servindo há cinco anos, tinha na fé de que, com o casamento, o seu futuro seria diferente:

A Josefa, que vive há cinco anos na mesma casa, uma casa rica e afável, diz-me:

- Eu bem sei que o Francisco nunca poderá ganhar mais de dez escudos diários... É claro, eu preciso de ajudar... Terei que andar pelas casas, a dias, e que cuidar do marido, ainda por cima... Mas mesmo que viva numa trapeira, ou numa cave, com ele, sempre é o meu marido, e o que tivermos é nosso... bem nosso...[4]

Sob a responsabilidade do marido, a criada, apesar de possuir o seu próprio lar, não deixava para tanto de trabalhar (visto o trabalho da mulher ser indispensável num lar modesto), embora interrompesse o serviço doméstico. Foi o caso da Fernanda que, na sua entrevista, descreveu o seu quotidiano de mulher casada e mãe de família, fora do trabalho que exercia enquanto mulher a dias:

Depois de casada mesmo, andava com a senhora Bárbara do senhor Vasco, a vida era assim: levantar-me de manhã cedo, fazia o comer, deixava-o ficar no tacho feito, embrulhado numas toalhas ou numas camisolas de lã, para ir ganhar. Ao meio dia vinha, comia, era lavar roupa, era arrumar o vivo, era deixar o pequeno já arrumado, ficava entregue com a minha sogra, pequenito, minha filha, arrumar tudo e então deixava ficá-lo e ia-me embora outra vez até à noite, à noite vinha outra vez lavar roupa, porque havia um tanque no Moledo lavava lá a roupa, de noite havia lá a luz[5] .

As tarefas caseiras exercidas por Fernanda, após o seu casamento, acrescentadas ao trabalho que desempenhava fora do lar, levavam-lhe, no fundo, o mesmo tempo que estando a servir numa

---

3 CABRAL, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho", in *Análise Social*, Vol. XX (80), 1984, p.106.

4 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.52.

5 cf. Documento Anexo 2, p.

casa. É fácil entender então, porque o serviço doméstico era inconciliável com uma vida privada familiar e como se tornava uma ocupação transitória (em vez de uma verdadeira profissão) uma espécie de fase de aprendizagem antes da rapariga assumir o seu papel de mulher casada.

Esta transição representava uma fase na vida das criadas. No caso da Conceição e da Fernanda o seu período de "aprendizagem" da vida doméstica foi interrompido respectivamente pela morte da patroa e pelo casamento se nos referirmos aos seus discursos. Estes constituem outros *tournants* (que podiam ser de natureza biológica, familiar, social) particularmente interessantes das suas entrevistas. Em ambos discursos são de ordem familiar: no caso da Conceição, a partida de casa para uma casa alheia (simbolizada pelo choro da sua mãe) e a morte da patroa que pôs um ponto final à sua carreira profissional no serviço doméstico. No discurso da Fernanda, destaca-se singularmente o *tournant* que corresponde ao seu casamento porque apresenta duas soluções de sinal oposto: o fim do serviço doméstico (libertação) e a conquista do alvo tão perseguido por toda a mulher celibatária daquela altura que vivia perpetuamente em perigo de se "perder" até essa fase da vida: o casamento (dependência). Analisar o "tournant" do casamento a partir do relato da Fernanda é significativo. De facto, para ela não é tanto uma liberdade (não a evoca) mas antes de tudo o receio do "nada" relativamente à abundância dos anos em que andou a servir, um nada que representa a sua própria vida de mulher casada porque a inicia desde zero: *Ali não havia nada, minha filha, não havia nada. Era uma miséria. Aqui tão fartinha de tudo quanto é bom e rico*[6] . Este *tournant* da vida implicava, segundo Anne Roche, um *Antes* e um *Após*[7], isto é, antes do seu casamento era criada de servir, depois tornou-se dona de casa. Beneficiou portanto da ascensão esperada por toda a mulher da classe social inferior da época. O caso foi similar para a Conceição embora o casamento não tivesse sido a origem da sua "libertação".

Na verdade, após o primeiro emprego que lhes roubava geralmente a infância e adolescência, muitas criadas procuravam um outro lugar mais bem remunerado. O que explicava por que a domesticidade passou a ser exercida essencialmente por mulheres celibatárias e/ou jovens. Os casos da Josefa e o da Fernanda refletiam ainda que, com o casamento, a criada de servir substituía o serviço doméstico pela sua vida de casa e, simultaneamente, a tutela dos patrões pela

6 cf. Documento Anexo 2, p.8.

7 ROCHE, Anne, *op. cit.* p.82-83.

do marido. No estado de dependência, a mulher correspondia às expectativas conservadoras da época que pregava o ideal da mulher casada sem que a sua moralidade fosse suspeita como quando estava solteira. Aliás, Arlette Farge lembrava que: *Toute liberté hors du mariage ou du foyer paternel est dangereuse*[8]. O celibato punha-as fora do modelo tradicional do amor e do casal, nomeadamente quando se prolongava ou vinha a ser definitivo.

Distinguiam-se duas tradições no serviço doméstico: paralelamente às criadas ditas *instáveis* por interromperem o serviço a um momento da sua vida, nomeadamente ao casarem-se, actuavam as criadas *fiéis*, as que nunca deixaram de servir[9]. A literatura inspirou-se da realidade. Pode-se citar, por exemplo, a célebre *pérola das criadas*[10]. Maria de Jesus, a personagem de Júlio Dinis que durante trinta anos serviu a Doroteia, a tia da Morgadinha dos Canaviais, ou, também, como a mais recente criada Belarmina, a protagonista dum conto de José Régio, que chegando aos 70 anos, tinha servido toda a sua vida a Menina Olímpia[11]. As criadas fiéis desempenhavam uma verdadeira *profissão* segundo Arlette Farge, de *carácter permanente*. Opunham-se assim às criadas instáveis para as quais o serviço doméstico era apenas uma actividade transitória[12]. No entanto, salvo caso excepcional, exercer o serviço doméstico definitivamente implicava forçosamente o celibato definitivo e obrigava, em consequência, a uma espécie de reclusão social. De facto, segundo as normas da época, a mulher tinha um papel que devia respeitar sem transgressão. Ora, ao permanecer solteira, contribuía para alimentar parte dos preconceitos da época os quais Paulo Jorge Alves Guinote enunciou da seguinte maneira: *Pois uma mulher não casada é, pelo menos teoricamente, uma mulher sem filhos, logo uma das responsáveis pela decadência da Raça, surgindo tudo isto num encadeamento de causas e efeitos que surgem como óbvios [...]*[13]. Mas o celibato não resultava de uma escolha. Pelo contrário, era um acontecimento não voluntário que a criada tinha que suportar quer por ser um acaso da vida (aqui intervém um factor determinante: a sorte), quer por recear o despedimento, caso desobedecesse aos patrões (que podiam não a deixar

---

8 FARGE, Arlette, *Madame ou mademoiselle, Itinéraires de la solitude féminine XVIII^è-XX^è siècles*, Ed. Montalba, Paris, 1984, p.29.

9 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, pp.83-84.

10 DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto Editora, Porto, 1964, p.83.

11 RÉGIO, José, "A menina Olímpia e a sua criada Belarmina", in *Histórias de Mulheres*, 3° ed., Ed. Portugália, Lisboa, 1968.

12 FARGE, Arlette, *op. cit.*, p.81.

13 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.190.

namorar, limitar as suas saídas...). Por outro lado, era uma das consequências necessárias da sua entrada no mercado do trabalho. Servindo, a criada via-se obrigada a fazer uma abstracção total da sua vida privada. O cumprimento do seu papel de "procriadora" era negado ao mesmo tempo que o seu corpo era aniquilado, isto conduzia-a à invisibilidade.

3.1.2. A solidão como consêquencia absoluta do celibato.

O celibato tornou-se quase uma "tradição" no mundo doméstico mas não revelava um desejo de independência feminina precoce, salientava, na verdade, uma acentuada solidão. Arlette Farge definiu-a da seguinte maneira:

Multiforme, elle est à la fois inévitable -à un moment quelconque, le lot commun des femmes-, et souvent transitoire: un passage obligé qui peut se muer en état permanent, un temps inéluctable dont la durée, souvent fort longue, et l'emplacement au cours de la vie composent des itinéraires singuliers, fruits de hasard, de nécessités et de choix, dans une proportion qui échappe à la mesure[14].

Dependendo dos mesmos factores, podemos pensar que a solidão era um estado que se conjugava com o celibato. Vividas quotidianamente pela criada, o casamento parecia ser o único remédio contra este mal que, escritores como Maria Archer, definiram como a possessão do "nada", isto é, da sua própria vida:

O íntimo drama delas é a solidão. Sós, desamparadas, e vivendo no calor dos lares em que nada lhes pertence, nem da casa, nem corações! Sonham com o casamento para terem a sua casa, o seu próprio calor de lar[15] .

A solidão como o celibato não era uma escolha de vida, resultava da sua entrada no serviço doméstico. A Celestine de Octave Mirbeau exprimiu o mesmo sentimento de solidão, no ínicio do século, em França, quando deplorava gravemente o estado das criadas de servir:

Ah! qu'une pauvre domestique est à plaindre, et comme elle est seule!... Elle peut habiter des maisons nombreuses, joyeuses, bruyantes, comme elle est seule, toujours!... La solitude, ce n'est pas de vivre seule, c'est de vivre chez les autres, chez des gens qui ne s'intéressent pas à vous [...][16].

Viver em casa dos outros era, com certeza, a pior forma de solidão que o celibato acabava

---

14 FARGE, Arlette, *op. cit.*, p.298.

15 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.51.

16 MIRBEAU, Octave, *op. cit.*, p.85.

por concretizar. Ambos formavam um mal que a criada não podia partilhar com ninguém e que a podia projectar num estado de debilidade ligeira, como o referiu ainda Maria Archer:

A Amélia comprou alguns móveis e pô-los no seu quarto para se dar assim um ninho próprio, uma ilusão de casa sua. Não tem família. Veio da Santa Casa e julga-se fidalga, filhas dos condes da sua aldeia. Porque se parece com a "menina"... E pede retratos aos patrões, pede retratos de toda a família da casa, encaixilha-os, pendura-os pelas paredes do quarto. Ilude-se com eles e por eles, julga-se no meio dos "seus"... Julga assim que tem família, casa, lar, como toda a gente... Sente-se menos só, na sua solidão, com uma sombra a segui-la no deserto[17] .

Numa sociedade em que o casamento era *a origem e o fundamento da família, sendo a sua finalidade a procriação*[18], uma vida privada de marido e de filhos, no meio de uma família que não era sua constituía um paradoxo que sublinhava o isolamento da criada. A consciência que nada lhe pertencia nessa sociedade e que, em consequência, de nada dependia, projectava-a num estado de desespero. Tal como o celibato, o isolemento era o efeito de uma estructura inerente à própria profissão. A solidão parecia ser uma marca desta função. Para a criada, o casamento resumia-se então à única opção capaz de lhe oferecer um futuro melhor: acabar com a servidão, lutar contra a solidão e contra a exclusão social.

Por outro lado, embora fosse em Portugal um assunto tabu, a lésbica constituía outra testemunha do estado psìcológico de solidão das criadas de servir, os exemplos de lésbicas são raros, mas a existência verdadeira segundo o que referiu Paulo Jorge Alves Guinote[19]. Em Fança, a Célestine de Octave Mirbeau confessou ter experimentado este tipo de relação como forma de combater a solidão num momento da sua vida em que se encontrava desempregada e alojada num dormitório:

Comme nos deux lits étaient l'un près de l'autre, nous nous mîmes ensemble, dès la seconde nuit... qu'est-ce que vous voulez?... L'exemple, peut-être... et, peut-être aussi le besoin de satisfaire une curiosité qui me trottait par la tête, depuis longtemps... C'était, du reste, la passion de Cléclé... depuis qu'elle avait été débauchée, il y a plus de quatre ans, par une de ses maîtresses, la femme d'un général...[20]

O caso era portanto real mas a sua existência abafada. Numa sociedade tradicional católica

---

17 ARCHER, Maria, *op. cit.*, pp.51-52.

18 COVA, Ana e PINTO, António Costa, *op. cit.* p.73.

19 De facto, Paulo Jorge Alves Guinote consagra-lhes um capítulo intitulado significativamente "Realidade inadmissível".
GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*

20 MIRBEAU, Octave, *op. cit.*, p.210.

tal como era sob na época de Salazar, embora este tipo de relação fosse suspeito, era completamente ignorado. A mais ínfima suspeita conduziria directamente a mulher à total exclusão social. O caso na época não podia ser compreendido nem sequer pensado.

Mais de que uma finalidade na vida de cada mulher fosse, o casamento era ao mesmo título que o trabalho para o homem, a condição necessária para a sua integração na sociedade. Foi o que levou Arlette Farge a afirmar que: *Ainsi, la femme seule pourrait être réduite à la femme d'avant le mariage ou, tout au plus, à la femme hors mariage*[21]. O casamento conduzia a mulher ao reconhecimento social.

3.1.3. A criada solteira e os preconceitos sociais.

Foi assim que, numa sociedade conservadora, a autonomia da mulher solteira, em vez de ser compreendida, só pôde ser vista sob duas perspectivas: a do abandono ou a da desvergonha.

Por um lado, estas celibatárias podiam ser marginalizadas até à inexistência porque não tinham um papel específico que elas pudessem preencher satisfatoriamente. Arlette Farge adiantou a seguinte explicação:

[...] il faut, dans une société, des êtres "libres" qui circulent dans tout son tissu, des individus isolés vivant à l'ombre des groupes sociaux, que ce soient des familles ou des entreprises, et qui ont pour tâche de combler les manques et les failles de ses structures. Le service impliquerait donc la solitude puisqu'il y va d'un fonctionnement social ?[22]

Esta definição do serviço doméstico poderia servir de justificação para a sociedade quanto à presença de mulheres "livres" nas suas estruturas. Por outro lado, conferindo-lhes um papel de marginal, a sociedade assegurava a sua posição na hierarquia social. Neste caso as criadas seriam seres desprovidos de existência social, seres solitários que seriam, como a autora dissera, no início do seu estudo, postos entre "parêntesis", isto é, invisíveis.

No entanto, as criadas confinadas na invisibilidade social eram as que se obrigavam a uma disciplina extrema do seu corpo e da sua apresentação exterior na preocupação de evitar uma condenação social. De facto, a sociedade, firmada em valores tradicionais, censurava a liberdade do corpo feminino em matéria de *[...] relacionamento sexual e da satisfação de um determinado*

---

21 FARGE, Arlette, *op. cit.*, p.9.

22 *Id., Ibid.*, p.115.

conjunto de aspirações, apetências ou necessidades que uma mulher solitária só poderia reprimir ou preencher de uma maneira que, sendo publicamente conhecida, acarretava imediata condenação social[23]. Assim, a mulher solteira andava sempre sujeita a julgamentos desconfiantes.

Aliás, as criadas de servir eram as primeiras suspeitas devido à sua secular reputação de libertinagem doméstica tão repudiada pela sociedade do século passado. Passamos então à segunda etiqueta que lhes conferia a sociedade: a da desvergonha.

A interlocutora de Maria Archer, a Sílvia, dotada de valores tradicionais, estava consciente dos preconceitos sociais relacionados com a criada de servir. Por isso tinha um comportamento irrepreensível com o seu namorado: *[...] Ele vem falar-lhe à porta, junto da escada. Fica do lado de fora, ela a meio metro de distância.* Contrariamente às suas companheiras, ficou impermeável ao contacto da cidade e exprobava as novas atitudes que verificava nas outras:

Ela censura a Luíza, a criada do retrozeiro que mora à esquina, por usar meias de seda, o cabelo frisado, as faces e os lábios pintados; censura a Teresa, a criada do dentista, por sair a passear com o polícia que a namora; censura as que passam o dia à janela, com o pano de pó nas mãos, a trocar sorrisos e sinalefas com os rapazes[24].

Estes comportamentos deviam-se, na realidade, à assimilação de costumes de uma vida que inicialmente não lhes pertencia: certos códigos burgueses, os hábitos citadinos que influiram nos seus gostos, na sua mentalidade e nas suas atitudes. Eram o reflexo do que aspiravam: à ascensão social e à liberdade, como as outras raparigas. Mas, por um lado as vozes conservadoras da época denunciavam tais transformações, como o fizera Adelaide de Carvalho que repreendia gravemente a nova identidade das criadas. De facto, esta censurou o invertimento que, julgava ela, se estava operando entre ama e criada e denunciou o estado no qual eram relegadas as amas: vítimas *feitas por uma classe que está a praticar verdadeiros atentados e a proceder abusivamente em tudo, sem respeitar os direitos de quem serve, nem ter a noção exacta das suas responsabilidades*[25]. Havia, por outro lado, autores como Aníbal Nazaré que descreveram a nova geração de criadas de servir de forma humorística. Assim, através da protagonista Maria, o escritor evocou os contrastes operados nela:

[...] porque "Maria, uma sua criada", é afinal o símbolo da criada moderna, um produto

---

23 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.192.

24 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.51.

25 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p.8.

regional que a Província nos manda para Lisboa, dócil, ingénua, prestável, submissa e que a capital transforma numa criatura irascível, refilona, cheia de "bâton" barato e de reivindicações cada vez mais caras[26] .

A meio caminho entre a criada de servir antiga e a mulher emancipada, mostravam-se rebeldes, decididas a imporem-se numa sociedade que lhes negava um lugar. Fora do quadro tradicional, a criada de servir solteira era aquela que não obedecia, que rompia as ordens, o espaço, primeiro para temperar a sua solidão no convívio social e, em seguida, na esperança secreta de encontrar a pessoa capaz de a tirar da servidão. Mas as mulheres solteiras actuando sozinhas num espaço em que não tinham o seu lugar destinavam-se imediatamente à condenação social. Paulo Jorge Alves Guinote explicou qual era a razão essencial desta exclusão: *Porque as mulheres vivendo sem um homem que por elas se responsabilizasse eram um desafio ou um desvio ao modelo da sociedade burguesa que se procura construir ao longo da século XIX, e pelo menos, até à Grande Guerra*[27]. Como interpretar então comportamentos como o da Maria, a personagem de Aníbal Nazaré que, embora fictício e exagerado, inspirava-se do quotidiano da época:

E assim foi que numa semana, a nossa boa sopeira "deu sopa", como ela diz na sua linguagem pitoresca e culinária, ao rapaz do talho, ao marçano da mercearia, ao Alfredo da marcenaria da esquina e ao droguista, que quase ia dando com a casa em droga, de maluco que andava com as belezas naturais e sobrenaturais da Maria[28] .

Impregnadas pelas novas atitudes femininas, as criadas de servir pouco atendiam aos preconceitos sociais da época visto que tais comportamentos se tinham divulgado no seio dos outros grupos femininos. O facto de serem condenadas e denunciadas pela sociedade e por criadas como a Sílvia (atenta à sua moralidade), provava uma coisa essencial: actuando assim, as criadas de servir solteiras já não eram invisíveis socialmente mas visíveis negativamente.

Assim, podemos pensar que as criadas de servir representavam a mais homogénea categoria de mulheres sós pela profissão, idade e estatuto matrimonial. Pois solteiras e em consequência fora das normas, com um ordenado que não lhes permitia sequer uma autonomia financeira, as criadas de servir tinham que viver na dependência se não queriam cair na prostituição. Contrariamente à prostituta, completamente marginalizada, a criada de servir não escapava totalmente às normas pelo

26 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.9.

27 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.191.

28 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.21.

facto de depender da instituição familiar.

Segundo os dados de Ana Cova, nos últimos anos do salazarismo, 53,7% da população feminina que trabalhava fora de casa não era solteira[29]. De facto, o trabalho permanecia uma opção desta proporção -além do número de mulheres em actividades não qualificadas ser considerável e de mais de metade das solteiras activas exercerem trabalhos não especializados ou manuais. No entanto, o estado de celibato que era considerado como "normal" no serviço doméstico, era visto como "anormal" quando se tornava definitivo porque não respondia às expectativas sociais da época: o cumprimento da missão social da mulher (esposa e procriadora). Sem o preenchimento desta missão, o papel social da mulher podia ser considerado nulo e, portanto, conduzi-la à marginalização. Foi o que aconteceu com a criada de servir.

3.2. A transgressão do espaço "feminino".

3.2.1. A sua posição na divisão espacial salazarista.

Na sociedade portuguesa tradicional, de carácter machista, o velho provérbio que dizia *o homem na praça, a mulher em casa*, passou a ser o *slogan* dos anos trinta. Consciente da ameaça que representava, para a instituição familiar, o recurso à mão-de-obra feminina nas sociedades modernas, o salazarismo revalorizou o papel da mulher-dona de casa na esperança de mantê-la afastada da esfera produtiva. Reduzida a *guardiã* da harmonia social, a mulher já não podia exercer um trabalho que fosse um modo de existência ou uma maneira social de viver. Em contrapartida, a casa aparecia como um espaço tranquilizador. Manuel da Fonseca soube descrever, no conto "O Largo", a divisão espacial que se estava operando em Portugal no prelúdio do salazarismo:

A casa era para as mulheres.

No fundo das casas, escondidas da rua, elas penteavam as tranças, compridas como caudas de cavalos. trabalhavam na sombra dos quintais, sob as parreiras. Faziam a comida e as camas - viviam apenas para os homens. E esperavam-nos, submissas.

Não podiam sair sozinhas à rua porque eram mulheres. Um homem da família acompanhava-as sempre. Iam visitar as amigas, e os homens deixavam-nas à porta e entravam numa loja que ficasse perto, à espera que saíssem para as levarem para casa. Iam à missa, e os homens não passavam do adro. Eles não entravam em casas onde fossem obrigados a tirar o

---

29 Além disso, 9% eram divorciadas ou separadas, menos de 1% viúvas e apenas 36,3% eram casadas.
COVA, Ana e PINTO, António Costa, *op. cit.*, p.75.

chapéu. Eram homens que, de qualquer modo, dominavam no Largo[30].

A casa como espaço feminino por excelência pertencia à dona de casa. Ora, a criada de servir constituía, em complementaridade com a patroa, a segunda presença no mesmo espaço doméstico. A serviçal encontrava-se mais uma vez numa situação ambígua por ter de desempenhar o trabalho numa instituição revalorizada e fortemente hierarquizada (sob a tutela da mulher) o que levava a uma nova consideração da sua relação com a sua patroa. De facto, a mulher era considerada como um ser social inferior ao homem. Ora, a criada de servir como trabalhadora constituía já um ser social humilde (porque em condição servil) que devia obediência e submissão aos membros do lar no qual servia. Ao ser dirigida por um ser social que também era considerado inferior (a dona de casa sendo mulher), a criada era ainda mais inferiorizada. Além disso, enquanto que a dona de casa era a "guardiã" do lar e, por consequência, se tornava invisível na esfera pública, a criada de servir sendo o seu complemento só lhe restava o "avesso" da casa o que a tornava mais invisível. Em contrapartida, a criada de servir era obrigada, por necessidade profissional, a sair à rua sozinha para fazer as compras. Enquanto que a sua presença no espaço doméstico era ocultada pela presença da dona de casa, beneficiava de uma maior visibilidade na esfera pública do que ela porque as trabalhadoras eram as únicas mulheres que podiam "circular no espaço exterior"[31]. No entanto, não representavam o modelo ideal. As mulheres ricas, acompanhadas, distinguiam-se das mais pobres que afrontavam os "perigos" da rua sós. Ora, estar na rua sem a companhia adequada era suficiente para levantar suspeitas sobre a intenção de uma mulher e sua moral. Finalmente, a presença da criada de servir fora do espaço doméstico podia ser-lhe prejudicadora.

É que a divisão espacial da sociedade salazarista correspondia à divisão das esferas de actividade profissional predominante naquela altura[32]. Esta separação resumia-se numa visão dicotomisada do espaço: feminino e masculino. Vários autores que estudaram a mobilidade geográfica feminina na cidade de Marselha pelo facto de serem mulheres pobres e trabalhadoras, desde as gerações anteriores até aos nossos dias, concluiram que:

---

30 FONSECA, Manuel da, *O Fogo e as Cinzas*, 20° ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1981, p.26.

31 A autora analisou a reclusão feminina no século XVIII a partir dos seus papéis sociais e concluiu que a mulher era reduzida a "guardiã" do seu corpo, disso é que dependia a sua estima social.
LOPES, Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p.45.

32 RODRIGUES, Julieta de Almeida, *op. cit.*, p. 913.

[...] la coupure privé/publique, coïncidant avec la séparation marchand/non marchand, couramment évoquée, la mise en correspondance d'un sexe avec une sphère, le politique et le marchand avec les hommes, le privé et le non marchand avec les femmes. Dans l'espace urbain, la coupure a construit une conception également dichotomisée, opposant le dehors; connoté masculin, au dedans, connoté féminin. La place, l'agora, la ville, seront donc pensées, représentées et inculquées comme des lieux masculins, des espaces et des lieux d'hommes, tandis que le logement, la rue, le jardin, le lavoir, la fontaine, le marché seront pensés, représentés, inculqués comme des lieux féminins, des espaces de femmes[33] .

Se o trabalho não integrava as mulheres na sociedade, era, para o homem, a condição necessária e absoluta da sua inserção na esfera pública. O trabalho constituía então a base da diferenciação dos espaços (masculino e feminino). A ideologia salazarista estabelecia a mesma divisão espacial segundo as duas esferas de actividade homogéneas: ao homem correspondia-lhe o espaço económico (aberto), à mulher o espaço doméstico (fechado, a rua aqui corresponde a um espaço limitado, não simboliza o exterior). Ambos eram interiorizados ao nível individual ou do grupo e institucionalizados socialmente. Neste caso, como eram vistas as criadas de servir obrigadas a investir um espaço urbano conotado como masculino, e o que representava esse espaço para elas?

3.2.2. O investimento do espaço urbano.

Historiadora da condição feminina mundial, Michelle Perrot referiu que a mulher trabalhadora "existia já muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa ou da América"[34]. Este grupo de mulheres constituíra sempre uma importante força de trabalho que circulou na esfera pública mesmo quando o local de trabalho era um agregado familiar.

A rua fazia parte do quotidiano da criada de servir. O seu estatuto de trabalhadora permitia-lhe frequentar um espaço a que não tinha acesso, individual e independentemente, a mulher da élite por ser um espaço conotado "masculino".

As tarefas exteriores (as compras, os passeios com as crianças...) eram para a criada de

---

33 CENTRE D'ÉTUDES SUR LE BRÉSIL, *Les femmes dans la ville, un dialogue franco-brésilien*, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997, p.32.

34 PERROT, Michelle e DUBY, Georges, *op. cit.*, p.443.

servir pedaços de liberdade arrancados ao constrangimento permanente da sua existência. Este tipo de actividade propiciava a formação de uma teia de relações exteriores -ocasionada com o repetido contacto com vendedores, com outras criadas, com namorados...- que lhe permitia ao mesmo tempo libertar-se da solidão de casa. Por outro lado, permaneceram lugares de agrupamento profissional na rua como a feira ou a praça, lugares de encontros de amizade ou privados e também os bailes, onde as criadas, temperavam a sua solidão.

Alargado o seu espaço, fora da jurisdição da patroa, era nesse único momento que a criada podia tratar dos seus interesses. Vejamos, por exemplo, o caso da Fernanda que referiu na sua entrevista como aproveitava o tempo em que ia levar a bateria do patrão para tratar de negócios pessoais:

Eu com vinte e cinco escudos, filha, ia a Vila Nova, quando ia levar a bateria, ia a Vila Nova, trazia dois lençóis ou três ou quatro com vinte e cinco escudos [...] Chegava lá e dizia ao senhor[...] onde é hoje o fotógrafo de Vila Nova, havia lá uma loja onde vendiam tudo e ele dizia:

-Ó menina, olhe, hoje tenho cá pano do bom que a menina precisa...

-Sim, sim, mas eu não trouxe dinheiro, como é que há-de ser?

-Eu não desconfio de si[35] .

Sandra Lauderdale Graham observou a formação do mesmo tipo de relações no quotidiano das criadas de servir no Rio de Janeiro do início do século e explicou-a da seguinte maneira: "A vida das ruas propiciava a formação de um mundo social mais autêntico e íntimo entre os que se consideravam iguais"[36]. De facto, a rua tornava-se lugar de encontro para um amplo segmento da população obrigada a frequentá-la no seu quotidiano por razões diversas. Uma parte dela compunha-se dos chamados "tipos populares" (as costureiras, as vendedeiras, os polícias...), esses seres que se encontravam quotidianamente nas ruas e cuja presença já não fazia estranhar ninguém. Aliás, as criadas de servir definiam-se também como "tipos populares", nomeadamente, em Lisboa _já que nas aldeias elas tinham a sua importância. No entanto, a sua presença nas ruas da capital não era recente, Teresa Quintela, referia já, o seu vai-vem quotidiano na rua do Chiado, no prelúdio da República: "Aí, o Chiado era ainda outro, aquele em que se passeavam caleches trotando até ao Camões, aquele em que se observava o movimento da rua rica, aquele em que era vulgar encontrar as costureirinhas, as criadas e as amas com a farda devidamente engomada que passeavam as

35 cf. Documento Anexo 2, p.17.

36 GRAHAM, Sandra Lauderdale, *op. cit.*, p.65.

criancinhas de gente fina [...]"[37]. Na verdade, ao popularizarem-se num espaço que basicamente não lhes pertencia por ser tido como imoral e perigoso para a mulher, conseguiram acostumar a sua presença (feminina) no domínio masculino. Foi aliás dessa maneira que se tornaram visíveis e que talvez tivessem contribuído à integração da mulher nesse espaço.

3.2.3. O seu "comportamento" social.

Embora a presença da trabalhadora fosse tolerada no espaço público, a sua conduta nele havia de conformar-se às normas e ao estrito cumprimento das suas tarefas exteriores.

No entanto, segundo Adelaide de Carvalho, a conduta da criada de servir no espaço urbano era reprovável. Moralizadora, a autora criticava o novo gosto da serviçal pelas tarefas fora de casa:

A propósito de tudo e de nada inventam um suposto motivo de saírem à rua e irem encontrar-se com os namorados, em vários pontos que servem de prostíbulos disseminados pela cidade, a ocultas da polícia e onde muitas delas até vão nos próprios domingos, em vez de irem à missa como se lhes recomenda, vindo depois, com a maior desfaçatez, dizerem falsamente que lá foram e lá estiveram[38].

Apesar do controlo dos costumes ter sido reforçado com o Estado Novo, não eram atitudes novas, eram já existentes. Aliás, Martha de Abreu Esteves observava o mesmo fenómeno no Rio de Janeiro da *Belle Epoque*: *Domésticas, lavadeiras, costureiras e operárias namoravam em lugares muitas vezes proibidos às moças da élite. Divertiam-se e tinham encontros amorosos nas ruas, nos portões das casas, no trabalho e nas festas populares*[39]. Aparentemente, as criadas de servir sentiam-se todas em plena liberdade na rua. Mas como explicar para a mentalidade conservadora da época que certas mulheres pudessem preferir um lugar suspeito, imprevisível, sujo e perigoso ao lugar seguro e estável que representava a casa? A investigadora Sandra Lauderdale Graham, após ter chegado às mesmas conclusões que Martha de Esteves Abreu, tentou analisar tais comportamentos. Segundo ela, no espaço doméstico, as criadas de servir deviam responder a um conjunto de regras porque estavam sujeitas à autoridade patronal. Isto implicava o controlo do seu

---

37 cf. Documento Anexo 12, p. .

38 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p. 16.

39 A autora realizou um estudo aprofundado sobre a atmosfera sexual do início do século no Brasil através da pesquisa dos processos criminais de atentado ao pudor, estrupo e rapto. Assim retratou as raparigas quase todas originárias de meios desfavoracidos e quase sempre criadas de servir. Embora vivessem na miséria, eram as únicas a libertarem-se da noção do "sexo só depois do casamento".
ESTEVES, Martha de Abreu, *Meninas perdidas, os populares e o quotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle-Epoque*, Colecção Oficinas da História, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989, p.152.

trabalho, a observação do seu comportamento, e outras mais obrigações das quais se viam libertas uma vez na rua, sem falar de que podiam sofrer abuso sexual, serem acusada de roubo... Nestas condições, é difícil contradizer o que adiantou a autora:*Assim como as criadas frequentemente descobriam que as casas de seus patrões eram locais ofensivos, desrespeitosos ou perniciosos, invertendo assim a conotação usual de casa como lugar seguro, também os significados da rua podiam ser invertidos* [40]. A rua seria então para elas um lugar mais familiar e na qual gozavam de uma maior liberdade de que na própria casa em que serviam. No entanto, não escapavam por completo à vigilância dos patrões, pois fora de horas e fora de casa eram logo suspeitas na sua moral. Foi, aliás, o que se esforçou de demonstrar Adelaide de Carvalho preocupada com o futuro das criadas que se mostravam "indisciplinadas":

E nós, acima de tudo, condói-nos o coração de as vermos tomar tão extraordinárias atitudes, porque a mulher, em todas as contingência e horas, deve fugir de se abandalhar, principiando por evitar os passos que a levam a afundar-se na perdição. Não procede assim actualmente a criada de servir![41].

Ora, ao transgredir o espaço feminino, as criadas de servir eram mulheres que se tornavam visíveis, embora negativamente, num domínio onde outras se queriam invisíveis. Visto sob uma perspectiva conservadora o espaço urbano tornava-se espaço de corrupção. No entanto, num ponto de vista feminista, representava uma forma de emancipação.

3.3. As opções reprováveis.

3.3.1. A criada "gatuna".

Outra característica singular das criadas de servir era a sua participação no mundo da criminalidade. As faculdades criminosas das criadas de servir revelavam-se principalmente pelo furto doméstico, o infanticídio e o aborto.

O furto doméstico constituía um delito quase específico da domesticidade. Na Estatística judiciária de 1937, vinha referido na rubrica "crimes contra a propriedade" que num total de 519 mulheres culpadas, 98 eram criadas de servir e, entre outras mais, 200 eram domésticas. Das 98

40 GRAHAM, Sandra Lauderdale, *op. cit.*, p.64.

41 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p.17.

criadas de servir, 40 foram condenadas por furto doméstico contra apenas 3 domésticas[42] . Mas enquanto que, por um lado, existiam no seio de cada lar os quase "habituais" pequenos delitos sem muita significação, tal como Aníbal Nazaré, ao caricaturar as criadas de servir dos anos 60, quis atribuir à sua protagonista Maria. Pois, no dia do seu despedimento, a criada Maria não quis abrir a sua mala para a patroa controlar se nada tinha levado:

Depois de ela estar bem segura, a patroa abriu a mala e, no meio da roupa de Maria, encontrou apenas dois lenços pequeninos, um "bâton" que lhe desaparecera oito dias antes, uma revista também desaparecida da sala, que tinha na capa o retrato do sr. António Vilar, actor de que Maria é perdidamente "fan", e um lápis com borracha numa das pontas, que desaparecera de cima do piano da menina... Afinal coisas sem importância que nada dizem em desfavor da simpática serviçal[43].

Por outro lado, existiam os furtos de maior importância, de motivação económica. O noticiário era variado e abundante sobre o fenómeno, nomeadamente nas primeiras décadas do século com o caso excepcional de uma mulher que, passando por serviçal, se introduzia nas casas de famílias com algumas posses, para fugir algum tempo depois com alguns bens da casa. Conhecida sob o seu nome de guerra "Giraldinha", regressava, em 1915, do seu degredo em Angola, durante o qual teria ainda conseguido aumentar o seu número de crimes:

Há já perto de ano e meio que regressou do degredo em Luanda, onde mais uma vez foi cumprir sentença por vários furtos, a celebrada ladra portuguesa, Maria Rosa, a "Giraldinha", cujos ardis e subtilezas tanto têm dado que falar, tendo-a tornado uma figura lendária da nossa criminologia. Em vez de chegar regenerada, a gatuna, que já deve contar perto de 60 anos, voltou à sua má vida e sucessivos crimes tem praticado, quer nas casas onde se tem acomodado como criada de servir, quer servindo-se dos seus costumados expedientes[44].

A proliferação dos exemplos naquela altura era notável e, segundo o que escreveu Paulo Jorge Alves Guinote, ainda persistiu até aos anos salazaristas: *não se deverá deixar de passar em claro a escalada do receio em Lisboa perante as "criadas gatunas", que no início de 1915 percorre as páginas do Século, mantendo sequelas posteriores, pelo início do decénio seguinte*[45]. As "criadas gatunas" designavam as criadas criminosas que procediam como a "Giraldinha" e cujos actos vinham repertoriados quotidianamente como segue:

---

42 *Estatística Judiciária*, (I.N.E.), Impresa Nacional, Lisboa, 1937.

43 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.24.

44 *O Século*, 27 de Fevereiro de 1915.

45 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.237.

No calabouço número 2 do governo civil, está presa uma mulher chamada Maria Carlota, criada de servir, que é acusada de ter furtado um brinco de outro de grande valor, com brilhantes e pérolas, a sua ama, na rua da Palma.

Maria Carlota já tem cadastro e parece que tem feito outros furtos em várias casas onde tem estado a servir, e enfileirando com distinção na legião das criadas gatunas, émulas da conhecidas e ardilosa "Giraldinha"[46].

As duas motivações principais que levavam as criadas a furtar eram: a pobreza como principal razão e a inveja de tudo o que não podiam adquirir. Mas ao roubar, a criada expunha-se a ter de responder do seu acto judiciariamente e a ter de justificá-lo à família que servia, o que era mais prejudicativo ainda para ela e para o seu futuro profissional. Segundo o que contou Jean-Pierre Gutton, no século passado, em França: *Le vol domestique est particulièrement redouté et puni avec une grande sévérité puisque c'est la peine de mort qui est normalement appliquée. C'est qu'il s'agit plus que d'une atteinte à la propriété. Le domestique, en dérobant un objet qui appartient au chef de la famille qui l'emploie, porte atteinte à la maison qui l'abrite*[47]. De facto, o furto doméstico era severamente reprimido na época e fortemente censurado em seguida por representar, no plano moral, um abuso de confiança e uma verdadeira traição para a família porque a criada era na maioria dos casos, considerada como membro da instituição familiar. No entanto, a proliferação dos exemplos deixava adivinhar que existia uma falha nas informações que as criadas apresentavam no dia do seu recrutamento:

Na rua do Terreirinho, 70, foi há dias presa, como noticiámos, a criada de servir Maria Antónia Caeiro que, com o falso nome de Josefa Maria, entrara para casa do senhor José Ferreira Martins, na Avenida da Liberdade, 178, 3°, onde roubou joias, objectos de prata e roupas, no valor de 500 escudos, cujo paradeiro a polícia já descobriu, apreendendo-os[48].

Aliás, a escolha dos criados constituía uma permanente recomendação de prudência nos manuais de civilidade da altura, concordando todos sobre a necessidade das donas de casa desconfiarem das informações dadas pelas criadas. Assim, para Laura Santos, escolher uma criada era "dirigir-se ao desconhecido". Por isso preconizava à dona de casa para que recorresse a uma criada através de conhecimentos e que se assegurasse pessoalmente das qualificações de

46 *O Século*, 10 de Janeiro de 1915.

47 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, p.144.

48 *O Século*, 1° de Março de 1915.

empregada:

Antes, pois, de se tomar ao serviço uma criada (seja por anúncio ou por indicação de outra pessoa), é preciso colher informações. Não basta um certificado por escrito que a própria criada traga consigo; a "dona de casa", ou pessoa da sua inteira confiança, deve ir pessoalmente "tirar informações" onde a criada serviu nos últimos tempos, informar-se das suas possibilidades de trabalho, da sua honestidade e da sua fidelidade -sabendo as razões por que saiu das casas onde prestou serviço[49].

Outro exemplo de recomendação similar aparece no manual de Maria Lúcia que avisa as leitoras sobre a necessidade de proceder à "selecção" das suas criadas porque: *Quem assume responsabilidades de mãe de família tem o dever de seleccionar as pessoas que recebe em sua casa, sobretudo pela influência que essas pessoas exercem fatalmente sobre as crianças e os adolescentes*[50]. Os exemplos são múltiplos sublinhando a realidade do fenómeno das criadas desonestas na época.

No entanto, a criminalidade feminina parece ter evoluído no sentido da pacificação com a forte repressão que a Ditadura instalou no país. Paulo Jorge Alves Guinote afirmou que: *Em 1936, em parte como resultado mais ou menos directo da acção do Estado Novo no sentido da pacificação social e da manutenção da ordem nas ruas, os índices da criminalidade estão em valores cerca de 50% abaixo dos que existiam nos últimos anos da Monarquia, apesar do sobressalto experimentado entre 1933 e 1935*[51]. De facto, investidas num novo papel, tornava-se inadmissível que as mulheres (principais guardiãs da harmonia social) fossem protagonistas nas crónicas criminosas. As que agiam assim eram imediatamente condenadas à exclusão social.

3.3.2. A criada: uma "mãe desnaturada"?

Até aos anos 60, enquanto não se chegou à vulgarização dos contraceptivos no país, o infanticídio, assim como o aborto, eram crimes tidos como quase exclusivos das mulheres porque apresentavam traços femininos específicos (biológico ou socialmente naturais).

Ana de Castro Osório, escritora feminista republicana do início do século, numa obra em

---

49 Esta autora publicou uma série de manuais (economia doméstica e de formação moral) que considerava como verdadeiros cursos de "educação doméstica".
SANTOS, Laura, *A Perfeita Dona de Casa*, Editorial Lavores, Lisboa, [D.L. 1955], p.39.

50 Tal como Laura Santos, Maria Lúcia concede a este tipo de manual uma finalidade moralizadora e instrutiva.
LÚCIA, Maria, *A Mulher Dona de Casa*, 3° ed., Ed. Universo, Lisboa, 1945, p.68.

51 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.348.

que denuncia o atraso da educação feminina, revoltou-se contra a incompreensão e intolerância dos jornais da época que censuravam fortemente as criminosas que cometiam os infanticídios. Num capítulo intitulado: "Mulheres desnaturadas, mães desnaturadas", imitando os títulos censuradores dos artigos dos noticiários, a escritora tomou o partido de tais criminosas exemplificando o seu raciocínio a partir de dois casos de criadas de servir, expostos nos jornais e que passamos a transcrever:

Numa era a criada de servir que voltava da terra com o filho recém-nascido dentro duma canastra e que o atirára pela janela do vagão, em que viajava, se um empregado não evitasse o medonho crime.

A outra era um simples caso de engeitamento, por miséria, também por parte duma criada de servir[52].

Estes dois exemplos não foram escolhidos pela a autora arbitrariamente. Entre os diferentes grupos de mulheres na sociedade, a criada de servir aparecia como sendo um grupo levado a cometer os infanticídios. As razões estavam naturalmente relacionadas com a sua situação profissional. Grávidas, as criadas de servir viam-se confrontadas a vários problemas.

Por um lado, existiam causas comuns com os outros grupos femininos trabalhadores. A escritora atenuiu-lhes, aliás, as culpas enunciando implicitamente as circunstâncias que as levaram a cometer tais crimes:

Poderemos chamar a essas mulheres mães "desnaturadas", porque abandonam um filho, que já fora abandonado pelo pai? Um filho que não seria mais do que um tropeço para a sua vida de trabalho; que hoje lhes custaria a sustentar com a escassa soldada de criadas de servir e amanhã lhes custaria mais, infinitamente mais, a vestir, a alimentar e a educar?!..."[53]

Na verdade, o facto de criarem sozinhas um filho tornou-se, até ao fim da Ditadura, um caso impossível, nomeadamente por falta de recursos financeiros. A mulher trabalhadora não recebia um ordenado suficiente para pagar os meses de uma ama, sustentar o filho em seguida e, no caso da criada de servir mais particularmente possuir o seu próprio alojamento.

Por outro lado, no que diz respeito a causas tidas como exclusivas da criada de servir, no caso de infanticídio, destacava-se como causa primária e recurrente o receio de perder o lugar. Os exemplos das criadas desempregadas por causa da gravidez eram múltiplos e quase todos devidos à

52 OSÓRIO, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Liv. Viúva Tavares Cardoso, Lisboa, 1905, pp.161-162.
53 *Id., Ibid.*, p.163.

relação entre o patrão e a criada. O escritor Fernando Namora, ao contar o seu quotidiano de médico camponês nos anos quarenta, relatou um caso esquisito. Um patrão tinha abusado da sua criada deixando-a grávida. Esta foi logo despedida e levada para fora da terra para evitar escândalos. A antiga patroa, não podendo ser mãe, aproveitou a situação de vulnerabilidade da criada para lhe tirar a filha:

- Eles ficaram com a criança assim que nasceu?

- Foi. Foi mais ou menos dessa maneira. Quer dizer, quando eu apareci grávida...

- Mandaram-na embora, não?

- Levaram-me para um monte. A senhora é que queria despedir-me logo. O Sr. Acácio, às escondidas, mandou-me para uma herdade. A senhora só soube quando lhe foram dizer que eu tinha tido uma bonita criança. A minha filha é bonita desde que nasceu! -Indecisa, pôs-se de novo a destraçar as dobras do xaile, até que, numa súbita determinação, foi ao encontro do meu olhar curioso, e prosseguiu: - Como o Sr. Acácio tivesse negado, ela, um dia, apareceu lá de surpresa. Diziam também umas coisas. Nessa altura andava tudo cheio.

- O Sr. Acácio...

A rapariga acenou que sim[54].

A gravidez punha obrigatoriamente a criada de servir numa situação crítica, que ela não sabia gerir. Para evitar tais circunstâncias, as criadas faziam o que elas julgavam mais simples. O exemplo citado por Ana de Castro Osório era, no fundo, bastante vulgar:

Conheci uma criatura que, estando a servir, lançou um filho recém-nascido numa cloaca, como quem, enojado, deita fora um trapo imundo. O que a não impedia de que fosse uma pobre criatura humilde e inofensiva, e de ser para os outros filhos, senão uma boa mãe no sentido completo da palavra _o que a ignorância e a pouca inteligência lhe não permitiam_ pelo menos amoravel e dedicada, sacrificando-se para os alimentar e vestir.

O que determinou tal mulher a cometer tão repugnante crime? A circunstância ocasional de estar bem numa casa donde não queria sair e da qual seria fatalmente expulsa, conhecido que fosse o seu estado[55] .

De facto, a criada grávida tinha, no pior dos casos, duas opções: o desemprego e a prostituição como o único meio de subsitência para ela e para o filho. Perante esta realidade, e querendo livrar-se desta escolha, era preciso encontrar uma saída rápida e que desse pouco nas vistas. A outra solução era abandoná-lo à assistência mas muitas mães receavam ser vistas. De facto, a roda da Misericórdia muito utilizada nos séculos passados -era um cilindro aberto de um

54 NAMORA, Fernando, *op. cit.*, p.124.

55 OSÓRIO, Ana de Castro, *op. cit.*, p.170.

lado onde as mulheres depositavam o filho sem que a sua cara fosse vista- já não era de uso[56]. Aliás, embora fosse impossível prová-lo, a supressão das rodas naquela época talvez contribuiu para o aumento do número dos infanticídios e para a sua vulgarização no meio das criadas de servir.

De facto, sem qualquer protecção social efectiva, o primeiro reflexo da criada grávida era esconder o que podia vir perturbar o seu equilíbrio profissional e trabalhar até ao limite das suas forças. Assim procedeu a aflita Dores dos Santos, a protagonista do romance de José Rodrigues Miguéis: *Ao cabo de três ou quatro meses começou a recear que alguém notasse. O ventre crescia-lhe, era preciso escondê-lo. Apertava-se o mais que podia no corpete de paninho branco, de colchetes, depois enrolou-se em faixas. Delgada como era, o volume ia-se tornando visível: ou seria imaginação?*[57]. Este era o procedimento habitual mas rapidamente tinha que desfazer-se daquele ventre. Mas como fazer um aborto se, naquela altura, nem sempre era um sucesso e além disso tinha que se chamar pessoas especializadas? O infanticídio tornava-se então o último recurso e a mais fácil de realizar. Encontrando-se neste círculo vicioso, o parto decorria nas piores condições porque se efectuava às escondidas dos patrões e as mães se viam obrigadas a matar o filho por abafamento, estrangulamento... Os métodos eram os de mulheres aflitas. O jornal *O Mundo* de 1909 relatava um caso com um procedimento semelhante:

"O Crime do Estoril":

"Exumação do cadáver da criança e sua entrada na Morgue" :

"Deu ontem entrada na Morgue o cadáver da criança encontrada, com visíveis sinais de estrangulamento, numa carvoeira do prédio n°9 do extinto convento de Santo António do Estoril, no dia 23 do mês passado, facto que o Mundo largamente narrou. A criança, que se presume ter sido dada à luz por uma mulher de nome Eugénia Maria, cozinheira do Sr. António Ribeiro, residente num prédio contíguo aquele em que foi encontrado o cadáver, desde o referido dia 23 que se encontrava sepultado no cemitério da Guia, em Cascais, por ordem do sub-delegado de saúde daquela vila, Sr. Dr. Passos Vela, que mandou proceder ao enterramento por perigar a saúde pública. Conforme há dias dissemos, o juiz de instrução criminal mandou proceder à exumação do cadáver, operação que só ontem se fez, vindo este para a Morgue, acompanhado de um ofício do administrador do concelho de Cascais, Sr. D. Fernando Castello Branco. A autopsia do pequeno cadáver deverá assistir por parte das autoridades os habituais representantes do juiz de instrução criminal. Conforme o seu resultado, assim procederá o Chefe Sarmento, a quem o

---

56 Paula Godinho escreveu que as crianças recolhidas no século XIX em Bragança nas rodas vieram a ser depois criados de servir.
GODINHO, Paula Cristina Antunes, *op. cit.*, pp.145-146.

57 MIGUÉIS, José Rodrigues, *O Milagre segundo Salomé*, 2° ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1982, p.82.

caso está afecto[58].

Segundo Ana de Castro Osório a causa básica que levava as mulheres a cometer tais crimes relevava de uma falha na educação feminina: *Quem ensinou a essas mulheres de vinte anos, abandonadas á própria sorte, pontapeadas pela sociedade, enganadas pelos homens, servindo quem as despresa e maldiz, só toleradas porque são úteis -bestas de carga para criarem e servirem os filhos alheios- quem lhes ensinou a ser mãe?*[59]. Na verdade, parte das criadas confrontadas com este problema não tinham recebido, como foi demonstrado precedentemente, nenhum tipo de educação sexual, por isso, a miséria e a ignorância contribuíam largamente ao aumento das taxas de abortos e infanticídios.

Este aumento vinha também ligado ao facto do desemprego da criada grávida se ter tornado um automatismo da classe patronal. Além de causas meramente profissionais (o serviço exigia uma dedicação total, não tolerava atraso no cumprimento das tarefas...), existiam razões morais que podiam justificar o licenciamento. Anne Martin-Fugier descreveu com bastante realismo o que reflectia socialmente a imagem da criada grávida: *Le ventre dénonce la faute, "l'immoralité". La société bourgeoise désire qu'elle s'annihile le temps "d'effacer" son ventre de pécheresse*[60]. Estando os padrões de comportamento femininos da época violados _lembramo-nos do ideal da mulher pura_ a criada, enquanto mulher, era julgada como única responsável do seu estado. Aliás, é notável a reacção da patroa da Dores, a personagem de José Rodrigues Miguéis, ao receber a no tícia da gravidez da criada:

- Grávida?! Onde é que tu foste arranjar isso, criatura? E de cinco meses! Minha hipócrita! Enganares-me desta maneira, a mim, que tenho sido para ti como uma segunda mãe! Na minha casa há pouco mais de um ano, e vejam isto! E com quem é que tu andas metida, algum rufia, capaz de pegares uma moléstia aos meus filhos? Vais hoje mesmo para a rua, minha ingrata! Não te quero nem mais uma hora na minha casa![61]

A violência do discurso da patroa deixava presumir que para a família era mais de que uma traição, era antes de tudo uma questão de honra nomeadamente para o chefe de família que passava logo a ser suspeito. De facto, retomando o exemplo da Dores, abandonada por um homem idoso

58 *O Mundo*, Quarta-Feira, 7 de Julho de 1909.
59 OSÓRIO, Ana de Castro, *op. cit.*, p. 164.
60 MARTIN-FUGIER, Anne, *op. cit.*, p. 232.
61 MIGUÉIS, José Rodrigues, *op. cit.*, p. 85.

que mentiu a respeito da sua identidade, não foi todavia defendida pelo patrão embora estivesse consciente da sua ingenuidade:

O senhor professor pôs os olhos no prato da sobremesa e foi remexendo o café. Não queria complicações domésticas. A conversa podia degenerar em cena, e ele não era o autor daquela gravidez. E então por causa de uma reles sopeira. Criadas há muitas, que se governasse. Mas era pena, um palminho de cara e uns modos submissos... Quase que se arrependia de ter sido parvo, de não ter aproveitado. Algum espertalhão mais ousado se tinha lambido com a inocência dela... Não, lá sarilhos domésticos, não. Afinal de contas quem mandava ali era a esposa[62] .

Livradas a si próprias numa fase da vida difícil, nestas circunstâncias e noutras mais, pode-se concluir que, de facto, o serviço doméstico era incompatível com a maternidade. Assim, a sua missão social era nula. Sendo a gravidez um motivo de despedimento, esta ameaçava directamente o único bem que pertencia à criada de servir e que a fazia subsistir: o seu trabalho. A criada de servir actuava apenas em consequência.

3.3.3. A criada e a prostituição.

Criada a servir ou criada desempregada, a prostituição podia tornar-se no quotidiano da serviçal quer uma dupla actividade, quando cumulada com o serviço (eram as prostitutas clandestinas que praticavam ocasionalmente) quer a sua única actividade como meio de subsistência (eram as prostitutas ditas "toleradas": profissionais e matriculadas). Estas, à diferença das clandestinas, cumpriam preceitos higiénicos e administrativos segundo o regulamento policial[63] . Mas em ambos casos a prostituição era símbolo de vulnerabilidade.

Embora fosse difícil, durante o Estado Novo, recensear o número das prostitutas clandestinas, podemos pensar que ele era superior ao das toleradas por ser de recurso ocasional, destinado a compensar uma carência material.

Oficialmente, as estatísticas da época indicavam uma constante: por entre as prostitutas matriculadas, o grupo dominante que não sofria alteração com o tempo era o das criadas de servir. No Anuário Estatístico de 1928, aparecia que entre 1925 e 1928, 33% das matriculadas eram serviçais, 20% eram domésticas, 9% costureiras e (entre outras mais) 8% operárias[64]. José

62 *Id., Ibid.*, p. 88.

63 BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves, *Universos Femininos em Portugal, retrato da burguesa, 1890-1930*, Doutoramento de Estudos Portugueses, Lisboa, 1991, p.143.

64 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.172.

Machado Pais corroborava estes resultados citando os de Azevedo Neves que indicavam que das 924 prostitutas registadas em Lisboa em 1926, 479, ou seja, mais de 50%, tinham sido serviçais (186), domésticas (188) ou costureiras e modistas (105)[65]. E por outro lado adiantava que, no início do Estado Novo, Tovar de Lemos tinha observado que, em Lisboa, mais de 70% tinham sido criadas de servir (54,6%) ou domésticas (15,6%)[66] . Portanto, por entre os grupos femininos trabalhadores (excluindo as domésticas) as criadas de servir eram as mais expostas à prostituição.

O investigador José Machado Pais afirmou que as explicações acerca deste fenómeno (que ele achava *social*) não tinham sido muito convincentes. Pois a prostituição até aí revelou causas de ordem *não social*: moral, legislativa, psicológica. Assim, o autor referiu a análise de F. Schwalbach (estudioso da prostituição) que explicava a prostituição das costureiras, por exemplo, a partir de causas psicológicas produzindo-se o que se chamava a "psicose" de ascensão social por serem mal pagas: "o que não dá a agulha compra o corpo". Era uma explicação que se poderia, aliás, aplicar ao caso da criada de servir por estar confrontada a uma situação semelhante. No entanto, o mesmo autor citado preferiu atribuir a causa da prostituição das criadas de servir ao que José Machado Pais qualificava de *irreverente e incontrolável espírito juanista, de conquista fácil*:

É vê-las aí pelo romper das 8 da manhã, atravessarem o Rossio, [...] cabaz no braço, saia arregaçada, a caminho da praça, rindo a uma ou outra graça pesada que lhes é dirigida[67] .

Partindo de dados concretos, podemos adiantar que existiam explicações mais realistas. No já referido Anuário Estatístico de 1928, estava indicado que 29% dos casos de prostituição eram devidos à miséria, 27% ao abandono pelo amante, 8% ao abandono pela família e 3% ao aliciamento, o resto das causas sendo diversas ou desconhecidas[68]. As causas assentavam portanto em larga medida na carência material mas existiam factores e circunstâncias que a provocavam:

- A jovem seduzida, que segue um amante que depois a abandona sem meios para conseguir subsistir;

- A jovem, igualmente seduzida de forma mais ou menos ocasional, que o amante não aceita e a família rejeita, sendo obrigada a lutar pelos seus meios para sobreviver;

- A rapariga, vinda para a cidade em busca de melhores oportunidades de vida, mas que as dificuldades enfrentadas para estabilizar o seu modo de vida conduzem à prostituição, por vontade própria, na sequência de más companhias ou devido ao aliciamento de um proxeneta ou

65 PAIS, José Machado, *cit.* NEVES, Azevedo, in "A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX", in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983, p.949.

66 PAIS, José Machado, *cit.* TOVAR de LEMOS, *op. cit.*, p.949.

67 PAIS, José Machado, *cit.* SCHWALBACH, *op. cit.*, p.949.

68 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.172.

"inculcadeira";

- A mulher com uma ocupação profissional mas que, como complemento de subsistência em momentos de maior carência ou para sustentar gastos relativamente supérfluos, recorre mais ou menos sistematicamente a essa actividade;

- Uma situação de puro e simples despojamento material, para o qual não é pressentida outra hipótese de escape[69] .

Eram situações de vida nas quais se enquadravam perfeitamente as criadas de servir, por um lado, porque, estando mais concentradas nas cidades, viam-se confrontadas a um mundo difícil, de limitadas opções, que tanto as poderia fazer encontrar um lugar de serviçal numa casa de família, como permanecer dias, semanas, meses, sem ocupação, antes de serem lançadas nas ruas em busca dos últimos meios para assegurar a subsistência: a prostituição ou o roubo. Aliás, a origem geográfica das criadas de servir ia a par com o das protitutas matriculadas em Lisboa: 37% eram originárias da cidade, 33% vinham do norte do Douro (Porto, Braga, Viana, Vila Real e Bragança) e o resto dos outros distritos[70]. Embora a criada de servir provincial tentasse escapar à prostituição a partir de outros recursos, as opções escolhidas levavam ao mesmo. Foi o que demonstrou a escritora Maria Archer quando escreveu que as girls dos *bars* e dos clubes noturnos assim como os modelos-vivos dos *ateliers* eram maioritariamente criadas de servir :

Veio-me a idéia de lhe perguntar onde se recoltavam os modelos para artistas; em Lisboa. A resposta deixou-me assombrada:

- São geralmente criadas sem trabalho... [71]

Finalmente, estas outras soluções não eram senão formas de exibição que constituíam o início da prostituição. O esquema era quase sempre o mesmo: sedução, abandono, miséria, prostituição. Esquema aliás que se pode ilustrar com um texto de Jules Michelet que procurou demonstrar como tal destino acontecia de forma tão simples:

Le maître seul est bon pour elle. Il la consolerait, s'il osait. Il voit bien qu'en cet état désolé, où la petite n'a jamais un mot de douceur, elle est d'avance à celui qui lui montrerait un peu d'amitié. L'occasion en vient bientôt, madame étant à la campagne. La résistance n'est pas grande. C'est son maître, il est fort. La voilà enceinte. Grand orage. Le mari honteux baisse les épaules. Elle est chassée, et sans pain, sur le pavé, en attendant qu'elle puisse accoucher à l'hopital[72].

---

69 *Id., Ibid.*, p.168.

70 *Id., Ibid.*, p.171.

71 Cf. Documento Anexo 12, p.66.

72 MICHELET, Jules, *La Femme*, Flammarion, Paris, 1981, p.58.

Esta foi a vida que José Rodrigues Miguéis destinou à sua heroína Dores dos Santos, chegada da Província, seduzida pelo seu benfeitor que a ajudou a encontrar um lugar numa casa boa, foi rapidamente abandonada após ele ter abusado dela. Desempregada em seguida por estar grávida, não teve outra solução senão prostituir-se sob o nome de "Salomé". A passagem de um nome para outro definia-se da seguinte maneira: *As próprias prostitutas adoptam frequentemente nomes de guerra no sentido de uma certa autopersonalização*[73]. Este processo indicava ainda que era uma nova personagem que se criava nelas, conscientes da transformação que se estavam operando na sua vida. Assim com um nome de guerra era uma vida de guerra para subsistir. Era esta realidade que a proxeneta ou "inculcadeira", a senhora Engrácia, demonstrou à Dores no dia do seu recrutamento para a convincer:

- Pra qu'é que você cá binha? O qu'é que fazia com esse velho nojento? Entretê-lo, não? Gostava dele? Tinha-lhe amor? Era tudo pelos seus bonitos olhos, não? Ou por isto? (esfregou as polpas do polegar e do indicador). Talvez pensasse em casar com ele? Pássaro bateu as asas, minha rica! Guardado estava o bocado! E o que é que vai fazer agora com um filho de cinco meses na barriga? Queixar-se à polícia? Vá queixar-se, vá... A ver quem é que le dá ouvidos! Ninguém acredita em histórias. O menos que le acontece é meterem-na nalgum asilo, como vadia. Com essa idade! Se não for pior. E depois? Foge do asilo? Vai roubar? deitar-se no mar? -Adoçou a voz e continuou: - Ande, tenha juizinho, que ninguém quer o seu mal, antes ó contrário. Talvez até seja a sua felicidade. Inda que às vezes lhe custe, de começo, é pra seu bem. Olhe que a vida é curta, e enq'anto a gente é nova é que é gozar. Quem não aproveita dessa idade, o-depois... Que isto, neste mundo, nós semos uns pros outros. Vai aprendendo, vai-se habituando... Verá que não se arrepende. É um modo de vida como outro q'alquer, um ganha-pão. E tendo sorte, sabendo agradar... Com essa carinha de anjo ainda pode arranjar que le queira mito bem, quem a cubra de jóias e riquezas![74].

No entanto, intervinha um factor importante relativamente à prostituição da criada de servir que não podemos deixar de sublinhar. Convenhamos que a criada era muitas vezes vítima de abuso sexual cometido pelo patrão ou pelos filhos de casa, por ser fácil de obter visto a criada estar em situação de dependência. As consequências futuras eram para elas perigosas embora variáveis segundo a consciência dos patrões. Mas, se na pior das eventualidades, a criada ficasse grávida ou se a dona de casa viesse a saber do caso, teria que enfrentar o despedimento e assumir alternativas

---

73 PAIS, José Machado, *op. cit.*, p.940.

74 MIGUÉIS, José Rodrigues, *op. cit.*, pp.92-93.

limitadas, ficando repartidas por *trocar de emprego, casar, crime ou vício*[75]. Por outro lado, este tipo de perseguição sexual era recurrente, visto ser fácil obter o "favor" duma pessoa em situação de dependência. Nestas condições, o patrão fazia tomar consciência à criada de servir de que com o corpo podia ganhar muito mais. Indirectamente, era prostituída pelo amo como se isso fizesse parte das tarefas domésticas quotidianas. Isto valeu uma imagem à criada: a da mulher livre, que os homens podiam facilmente possuir como objecto de prazer. O "serviço" compreendia-se então sob todas as significações da palavra. Pois, na verdade, seria que o ordenado do seu serviço compreendia o direito para o patrão de abusar dela? Claro que rapidamente a criada tomava consciência desta realidade, isto é, do aniquilamento da fronteira, no próprio serviço doméstico, entre criadagem e prostituição.

O espaço no qual actuavam as criadas-prostituta era, generalizando, as chamadas casas de passe, as casas de toleradas de domicílio fixo, as hospedarias e os bordéis. Havia ainda o chamado *faire le trottoir* que tendeu a desaparecer ao mesmo tempo que as tais casas, nomeadamente após a queda da República com o aumento da repressão. Diferenciavam-se os espaços segundo o grupo social a que as mulheres pertenciam, assim: *De uma forma geral, enquanto as casas de passe eram escolhidas pelas costureirinhas, as hospedarias eram preferidas para os amores sopeirais [...]. Nas casas de passe, o mobiliário era muito melhor e, em vez da velha, aparecia uma criada ou a própria dona da casa. Por sua vez, os bordéis tinham um aspecto ainda mais miserável que as hospedarias e eram frequentados, geralmente por raparigas vindas do campo que haviam migrado para a cidade na esperança de melhores dias*[76] . As criadas de servir provincianas, sendo as mais vulneráveis no espaço urbano, actuavam nos locais mais decadentes porque tinham que se sujeitar a tudo para subsistir. Aliás, estes espaços, de aspecto interior mais ou menos ruim, correspondiam a um lugar *hierarquizado* e *fechado* mas invisível exteriormente para o resto da sociedade, isto é, para as crianças, as raparigas e as mulheres honestas[77]. Tratava-se assim de uma forma de marginalização levada ao extremo visto que os lugares eram tolerados ao mesmo tempo que eram escondidos.

---

75 GUINOTE, Paulo Jorge Alves *cit.* DUDDEN, Faye, *op. cit.*, p.239.

76 PAIS, José Machado, *op. cit.*, pp.952-953.

77 CORBIN, Alain, *Les filles de noce. Misère sexuelle et prostitution au XIXe et XXe siècles*, Flammarion, Paris, 1978, p.49 e p.81.

Finalmente, a presença no seio da sociedade de prostitutas clandestinas e matriculadas testemunhava, por um lado, de uma má situação económica para a população feminina da altura, obrigada a livrar-se, para subsistir, a uma actividade reconhecida como símbolo de decadência moral. O serviço doméstico não respondia financeiramente às necessidades das criadas de servir. Por outro lado, a presença das chamadas "toleradas" atestava que a prostituição se tinha tornado um "mal necessário" na sociedade, *que era preciso suportar como escape para as frustrações afectivas e sexuais de uma ampla parcela da população masculina*[78]. Nestas condições, as mulheres tidas como rebeldes por desviarem as normas instituídas, eram, na verdade, marginalizadas pelo próprio sistema que tentava "normalizar" a sua conduta ao mesmo tempo que justificava a sua presença "tolerando-as".

Representando as maiores taxas dos grupos de celibatárias, criminosas (furto doméstico e infanticídio) e prostitutas, as criadas de servir provavam que se encontravam numa situação mais vulnerável que os outros grupos femininos trabalhadores da época. As causas deviam-se por um lado às exigências da profissão e por outro lado às próprias consequências desta. De facto, o serviço doméstico como actividade de "socorro" para a maior parte das criadas de servir matinha-as em total exploração ao mesmo tempo que as condenava à subordinação. No intuito de conservar o seu único meio de sobrevivência, o seu *lugar*, as serviçais optavam por soluções de vida (celibato, criminalidade e prostituição) que, embora reprováveis, lhes eram necessárias para subsistir. Desta forma, era o seu papel social que se via sacrificado porque estas opções as projectavam à margem das normas e as conduziam à exclusão social. Ora, o próprio sistema tendia a marginalizá-las tolerando a sua presença nas suas estruturas e preservando assim a hierarquia social. É que a criada de servir nestas situações de vida, apresentava-se como o antimodelo da mulher ideal. No fundo, encontrava-se numa situação paradoxal: com o seu trabalho, mas sem o cimento do casamento e da procriação, só existia socialmente porque era anti-conformista. Era com comportamentos de mulher rebelde, emancipada e marginal que a criada de servir tinha acesso à visibilidade, denunciada por

78 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p. 152.

uma sociedade firmada em valores tradicionais. Assim, passava de um papel económico desconhecido na esfera de produção a um papel (social) visível negativamente na esfera pública. Assumindo a ambiguidade do seu ser social, a criada de servir reflectia uma imagem controversa na consciência colectiva intimamente dependente das transformações sociais. Isto condicionava a sua evolução como se pretende demonstrar em seguida.

IV. Do estereótipo à emancipação: a evolução de uma imagem.

Sem estatuto social e profissional preciso, a profissão da criada de servir era desconsiderada na consciência colectiva. Pairando entre o mundo burguês e o mundo proletário, a serviçal era levada a fazer escolhas, a sofrer exclusões e a assumir a ambiguidade da sua situação. Nestas condições como havia de ser representada na consciência da colectividade senão com uma imagem controversa? Numa sociedade firmada em valores tradicionais e institucionalmente organizada, os comportamentos (marginal, rebelde e emancipada) das criadas de servir outorgavam-lhe uma imagem negativa. Esta tanto derivava de estereótipos como de preconceitos. Submissas quotidianamente a observadores críticos e conformistas dentro e fora do espaço doméstico, as criadas de servir viam as suas imagens florescer à medida que a sociedade ia evoluindo. Às imagens tradicionais acrescentavam-se as modernas provando uma renovação constante da sua representação na consciência colectiva. Dado esta realidade, como evoluiu o "estereótipo" da criada de servir na época salazarista? Responder a tal questão consistirá em determinar o grau de emancipação da serviçal numa época de transição.

De facto, na época salazarista, destacavam-se três tipos de representações acerca da criada de servir. Em primeiro lugar, é interessante analisar o facto que, à serviçal, lhe correspondia uma imagem redutora a partir dos diversos significados que a sua farda reflectia no quotidiano e a partir da imagem conformista que veiculavam os manuais de civilidade (tanto na época anterior como contemporânea do salazarismo).

Em segundo lugar, predominava a sua representação tradicional (de mulher-objecto). Tanto podia ser objecto sexual do patrão, como reduzida a "mulher-máquina" para o conforto da vida burguesa, ou ainda como uma "actriz" no espaço doméstico assumindo uma diversidade de máscaras.

Enfim, em terceiro lugar, transparecia uma imagem renovada da criada. Esta devia-se aos efeitos do mimetismo social e à sua outra educação, factos que se repercutiam na visão que ela tinha de si própria.

4.1. Uma imagem redutora.

4.1.1. Os significados da farda.

O avental branco não era uma simples tradição portuguesa mas indistintamente a marca da profissão da criada de servir (ou seja o seu distintivo) que não sofreu alterações algumas com o tempo. Na época salazarista, o vestuário havia de marcar exactamente a condição. A criada de servir devia diferenciar-se da ama para se não considerar como a sua equivalente e evitar uma eventual falta de respeito ou desgosto de si própria.

As autoras dos manuais de civilidade unânimas concordavam em manter a farda. Este era um aspecto do formalismo burguês que se relacionava com a etiqueta da classe. Assim, a Condessa de Gencé, autora francesa da segunda metade do século passado, enumerou as fardas que as criadas deviam usar segundo o serviço a desempenhar (cozinhar, servir à mesa...): *Para servir à mesa devem vestir de preto, com gola e punhos bordados, de renda, ou simplesmente de piqué ou cambraia engomada, pequeninos aventais brancos, sem alças e luvas de algodão branco. Os sapatos sempre pretos*[1]. As cores recomendadas eram as da sobriedade: o branco e o preto. A serviçal fardada com o devido avental obedecia ao conformismo da etiqueta burguesa e correspondia às suas expectativas, isto é, uma presença muda e acessória apenas. Por isso havia de ser a mais transparente possível ou então tornar-se a mais clara possível (com o avental branco) sem perigos de confusão com os restantes membros de casa. De facto, o seu corpo de ser escondido pela farda para que representasse apenas a sua função. Desta forma, a sua existência limitava-se ao que refletia a sua farda. Existia através da sua máscara social (estereotipada), resumindo na consciência colectiva o seu ser e a sua vida. Por isso, o uso do avental branco era o símbolo da criada de servir como a Conceição o indicou indirectamente:

[...] Pois, então, as criadas costumavam usar o avental branco, tu bem o sabes, era o avental que metiam todas as criadas de servir naquela altura, quando íamos fazer as compras ou acompanhar a patroa, tinha sempre de andar com ele, era para a gente ver que trabalhava numa casa, mas quando íamos à missa não ou quando tinha que fazer a comida e a limpeza porque o branco sujava-se mais. Eram daqueles aventais como se vêem agora nos filmes tal e qual, alvinhos de neve! As criadas conheciam-se pelo avental, era assim [...][2] .

---

1 GENCÉ, Condessa de, *Tratado de Civilidade e Etiqueta*, 17ª ed. actualizada, Guimarães Editores, Lisboa, 1968, p.23.

2 cf. Documento Anexo 3, p.34.

O avental era de qualquer maneira a mitonímia da profissão. Na esfera pública, a criada de servir era a imagem de marca da burguesia, a representação da casa que servia. Na esfera privada (espaço doméstico), era a imagem duma classe social inferior e representava, portanto, a ordem hierárquica. Através da farda aparecia portanto a posição social da casa burguesa (média, alta) ao mesmo tempo que constituía o acessório da profissão porque permitia a identificação instantânea da função da criada de servir. De facto, segundo o que referiu a Fernanda, a criada de servir era identificada pelo traje:

Quando vinham... pessoas finas usava o branquinho, quando vinham outras pessoas punha só aqueles, mas quando ia a Vila Nova, levava sempre o avental branco, sempre filha, porque era... era o luxo das criadas, era o avental branco, era o luxo. Quando viam a criada, "olha, deve ser de uma patroa boa", quando avental branco, a patroa deve ser... alta .

O avental simbolizava então o intermediário entre duas classes sociais (proletariado, burguesia) e dois universos. Com ele, a criada era vista no seu mundo de origem (o proletariado) e representativa do mundo burguês. A sua farda tinha assim significados opostos segundo a criada se encontrasse no meio rural ou urbano.

Sendo a criada de servir no meio rural uma profissão mais reconhecida do que a da mulher do campo, era de esperar a descrição idealizada do avental branco que fez Fernanda: *[...] um avental com uma espeguilha em toda a volta e, para cima, fazia um coração e umas alças em cruz atrás e então um lançarote detrás no rabo. Era uma boneca*[3]. Este "eu" autobiográfico refletiu uma imagem idealizada de si própria, no limite do narcisismo. O avental branco distinguia-as das outras mulheres da classe social inferior (nomeadamente da mulher camponesa). Quer no campo quer na cidade, a farda permitia uma classificação hierárquica. Por isso, a Fernanda definiu o avental como sendo *o luxo das criadas*, um símbolo de promoção social relativamente às mulheres da classe pobre. Ao concluir que a criada de servir vestida com um avental branco parecia uma *boneca*, além de expor uma visão narcísica de si própria que outorgava vantagens à profissão, a Fernanda lembrava outra imagem da criada de servir: a mulher-objecto. De facto, a farda embonecava a criada ao mesmo tempo que no imaginário burguês se tornava objecto sexual.

Era por causa deste estereótipo nomeadamente que as criadas de servir urbanas influenciadas pelas reivindicações da classe operária das quais eram afastadas, condenaram o uso

---

[3] cf. Documento Anexo 2, p.18.

do avental branco a partir dos anos quarenta, no intuito de adquirir a autonomia e o reconhecimento social que até então lhes haviam sido negados. Esta era a sua forma de revolta. Estavam conscientes do facto que a sua libertação começava pela destruição do que constituía o seu estereótipo. Assim, enquanto no meio rural, o avental era marca de superioridade, no espaço urbano reflectia uma imagem aviltante como o deixava supor a seguinte reacção :

Sílvia é o tipo clássico da criada portuguesa, com os cabelos compridos enrolados no pescôço, os vestidos modestos, a face na côr natural. Gosta dos aventais de côr, mas quanto aos brancos...

- Pôr avental branco, na rua, isso nunca! Gosto muito da minha senhora, mas se me impuzesse o avental, ia-me embora. Antes a fome, lá na terra...[4].

O uniforme estava completamente estereotipado. A criada de servir tanto havia de assumir também uma imagem sexual. Em relação a esta última, a Conceição testemunhou que a imagem da criada reflectida no imaginário colectivo relacionava-se com os preconceitos que estavam ligados aos significados do verbo "servir":

[...] Mas eu, para que te diga, não gostava muito de andar com o avental na rua, havia gente muito má naquele tempo, sim muita má, minha filha, quando viam as criadas diziam assim, "olha esta anda a servir" era como quem dizia "não se sabe o que fazem lá em casa dos patrões", eram maus pensamentos, filha, e vês, eu em casa só tinha a senhora e mais ninguém, de mim não podiam dizer nem tanto como isto, mas era gente má, aquelas que andavam a servir nas casas onde havia os patrões, os filhos era uma desgraça... cada uma tinha sua fama e elas talvez sem fazer nada, filha, é verdade... Não se podia falar com ninguém senão éramos corridas às sete partidas e a senhora não queria que andasse para aí feito uma doida, não queria[5] .

A imagem estereotipada e a fama da mulher frívola deviam-se aos recurrentes episódios da criada servindo de objecto sexual para o patrão (o avental sendo elemento de fantasmas no imaginário burguês). Esta era a imagem síntese da criada de servir da qual se via prisioneira. No meio urbano a condenação do avental na rua simbolizava a libertação deste estereótipo para existir simplesmente enquanto ser feminino. Era a primeira forma de emancipação do grupo que traduzia também a evolução do seu estatuto social.

De facto, o estereótipo releva do imaginário, é percebido como uma produção ao mesmo tempo colectiva e individual na qual a experiência inicialmente pessoal interfere com o campo

4 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.51.

5 cf. Documento Anexo 3, p.35.

social e cultural. O da criada de servir como outro qualquer dependia da visão da sociedade. A literatura era a primeira a veicular uma série de imagens que eram atribuídas à criada de servir, procedendo à transposição da realidade a partir dos seus comportamentos colectivos. Quer na literatura anterior quer posterior (com um ponto de vista realista ou não), os autores concordavam todos em estereotipar a criada de servir como uma mulher frívola, mas mais especificamente em Portugal como uma mulher atraída pelos homens fardados. As criadas de servir e os policiais, guardas ou municipais, constituindo ambos uns grupos fardados, eram observados juntamente. Era um estereótipo clássico da visão que tinha dela a sociedade portuguesa. Já no século passado e princípio deste a existência desta "preferência" predominava em Lisboa:

Como mulheres, as amas de leite e as criadas de servir têm dados a vida pela ***farda****. Foram os municipais os seus primeiros amores. Se iam passear os filhos de casa, levavam sempre guarda de honra. Se saíam sós, com licença dos patrões, imediatamente lhes surgia um municipal para as acompanhar. Se um deles estava de sentinela à estação, estavam sempre defronte duas ou três criadinhas, esperando a hora do descanso para lhe disputarem a posse. Se a patroa era avisada, ou desconfiava de que a sopeira metera alguém em casa, ia passar revista ao armário da cozinha ou debaixo da cama, e lá encontravam infalivelmente um municipal*[6] .

Esta era uma das imagens recurrentes da criada de servir na consciência colectiva, evocada por vários escritores da época[7]. Isto demonstrava que as criadas eram submissas quotidianamente ao olhar crítico da sociedade e que o serviço doméstico era um terreno propício onde enraizavam os estereótipos.

Para aceder à sua própria identidade e ao reconhecimento social e profissional, a criada de servir tinha que proceder à separação entre os dois seres que a compunham: a trabalhadora e a mulher. No fundo, consistia em passar do estatuto de "escravizada" (abstracção da sua vida privada) e adquirir o estatuto de assalariada. Ora, esta transição só podia ser efectuada vencendo o que constituía o obstáculo, isto é, a sua imagem estereotipada. Esta apagava-se quando a criada não vestia a farda. Surgia em consequência uma identidade, uma mulher. Foi a tomada de consciência deste facto que levou a criada de servir a condenar o uso do avental branco. Isto era símbolo da destruição das barreiras sociais das que a serviçal era propriamente a guardiã quando estava

6 BASTOS, António Sousa, *Lisboa Velha, Sessenta anos de recordações*, 1850-1910, Lisboa, 1947, p.206.

7 ABELHO, Azinhal, *op. cit.*, p.104.
ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.51.
NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.17.

fardada. Isto perturbava a consciência colectiva porque desta forma era incapaz de distinguir a criada de servir dos outros grupos femininos. O principal receio era que a distância entre a situação da ama e a da criada reduzia-se mais um pouco. A classe burguesa sentindo-se agredida, vai reagir de formas diversas. Umas delas aparece nos manuais de civilidade.

4.1.2. A sua representação nos manuais de civilidade.

Os manuais de civilidade constituíam uma literatura completa sobre a domesticidade. No entanto, transmitiam uma imagem da serviçal pouco fiel à realidade do serviço doméstico (como todo o tipo de literatura, supunham transposição) e refletiam mais ainda a visão que tinha dela a sociedade.

Dotado de um espírito moralizador e pedagogizante, de conselhos teóricos e práticos, este tipo de literatura formativa representava um conjunto de obras especificamente destinadas a facultar indicações para as atitudes a tomar nas diversas situações passíveis de serem enfrentadas na vida familiar e em sociedade, os modelos de comportamento a adoptar na vivência quotidiana, as convenções a respeitar e os bons costumes a seguir, ou seja, os códigos burgueses. Orientado especificamente para as questões ligadas à vida doméstica, referia-se particularmente à mulher (burguesa essencialmente). Numa época em que o estatuto da mulher-dona de casa fora revalorizado, afluiu este tipo de manuais que se publicou e se reeditou com uma frequência[8] que se podia considerar surpreendente tendo em conta o limitado público leitor (70% de analfabetos no incício do salazarismo). A atribuição dum novo papel à mulher fez com que os autores se interessassem mais ainda pela educação doméstica da mulher até então descurada[9].

Através da literatura formativa aparecia a norma que devia ser seguida. A repartição escolástica dos índices dos manuais visava uma consulta simples e prática assim como uma utilização quotidiana (porque tinha um fim instrutivo). As situações repertoriadas para cada um

---

8 A título de exemplo podemos citar o *Tratado de civilidade e Etiqueta* da Condessa de Gencé que atingiu em 1968 a sua 17ª edição. Em 1933 a obra já tinha sido editada pelo nona vez.
GENCÉ, Condessa de, *op. cit.*
O manual de Beatriz Nazareth conheceu um sucesso similar. A sua primeira edição surgiu em 1898 e, em 1919, atingia já a sua 10ª em Lisboa.
NAZARETH, Beatriz, *op. cit.*

9 Foi o caso da escritora feminista Emília de Sousa Bastos Costa que introduziu uma novidade no seu manual: além de se preocupar com a educação feminina dirigia-se às mulheres de todas as classes sociais.
COSTA, Emília de Sousa Bastos, *A Mulher no lar*, 4ª ed., Porto Editora, 1944.

deles eram praticamente as mesmas. Destacavam-se dois grupos: as situações da vida quotidiana (cuidados diários de higiene, contactos habituais (família, criados...)) e situações especiais da vida mundana (*soirées*, visitas, jantares, bailes, saber receber com distinção, etiqueta das grandes cerimónias familiares (baptizado, casamento...))[10]. Consagrando um capítulo à domesticidade este tipo de guia tendia a proporcionar dela mais uma imagem idealizada do que da realista. De facto, valorizando a concepção da família-refúgio, tudo era representado numa ordem precisa e pre-estabelecida na qual estava inserida a criada de servir.

No que diz respeito às responsabilidades da dona de casa para com os seus criados pertencia-lhe dirigi-los numa atente vigilância do rigoroso cumprimento das funções de cada um deles, à conciliação dos conflitos surgidos entre eles, velar pela moralidade deles. Toda a vida dos criados sendo intrínseca ao lar devia ser inteiramente regulada pela dona de casa[11]. Para que a mulher tomasse consciência da importância do seu papel dentro do espaço doméstico, os autores recorriam à comparação da casa com uma *máquina*. A criada aparecia como seu elemento enquanto que a dona da casa seria a sua reguladora : *É-lhe preciso dirigir criados, velar pela sua moralidade, interessar-se pelos mais ínfimos detalhes, afim de que as rodas dessa grande máquina que se chama casa, não parem nunca* [12].

Enquanto a dona de casa representava explicitamente o cérebro da máquina, a criada representava o corpo. Assumia um papel de complementaridade em relação à dona de casa, a criada era percebida como um rodado dessa *máquina* e, portanto, via-se conferir um papel de ser *automatizado* desprovida de qualquer responsabilidade. Este tipo de guias reposavam idealmente sobre a obediência e submissão da criada.

De facto, os manuais anteriores à época salazarista (embora reeditados regularmente até à metade do nosso século), veiculavam em relação à criada a imagem de um ser humilde e inferior que, como tal, devia ser tratado com *humanidade* e tolerância. Segundo o que preconizavam as autoras, adivinhava-se que até então a criada era encarada como um ser desvalorizado, em total

---

10 cf. Documento Anexo5, p.47.

11 Por exemplo, no manual da Condessa de Gencé, a parte consagrada aos criados intitulada "Os nossos criados" compõe-se de sete partes: "A mesa", "O alojamento", "O pagamento", "As saídas", "O despedimento", "O traje", "Como nos devemos fazer servir" .
cf. Documento Anexo 4, pp.45-46.

12 NAZARETH, Beatriz, *op. cit.*, p.178.

desigualdade com a ama tanto social como mentalmente:

As pessoas civilizadas lastimam as fadigas de toda a gente, até as daqueles a quem pagam. Essas mesmas pessoas não se julgam desonradas, pelo contrário, por agradecer a um criado que lhes traz alguma coisa, que lhes presta um serviço directo. Sabem que o servo tem direito a um pouco de gratidão, ao mesmo tempo que aos seus ordenados. Não agradece o criado quando se lhe entrega a mensalidade ajustada? E contudo deu o seu tempo e teve sensaborias e fadigas a suportar[13].

Uma das preocupações dos manuais era a regulamentação do comportamento da dona da casa e da criada nas suas relações profissionais. A ideia era que os amos tinham o dever de tratar os criados com humanidade não só porque assim o mandava a religião, a moral e a civilização, mas também porque economicamente seriam mais rentáveis:

Um homem ou uma senhora de educação não diz nunca: "faz-me isto. Traz-me aquilo"; mas "Queira fazer isto. Traga-me aquilo, faz favor"; o criado obedece sempre prontamente e de boa vontade, quando se lhe ordena que faça uma coisa empregando um tom de doçura e de delicadeza[14].

A protecção e a consideração pelos fracos e inferiores, assim como o exercício da generosidade desinteressada, demonstrava e legitimava o exercício da dominação patronal. A noção do respeito para com o inferior constituía um tema moderno nos manuais do início do século, a condição servil das criadas era aos poucos denunciada ao mesmo tempo que se pretendia sempre preservar a hierarquia social. José Agostinho preconizava este tipo de relação a partir da harmonia entre os diferentes estratos sociais: *[...] respeito e amor para com os superiores, amor aos iguais e humildade e afecto com os inferiores*[15] A humanidade para com os criados era uma recomendação recurrente que provava o mau trato de que deviam ser vítimas muitos deles. Aliás, intriduziu-se na mesma época outra noção que aconselhava aos amos a considerar os criados essencialmente como uns *auxiliares* e a adoptar as atitudes adequadas: a humanidade, a delicadeza, a justiça, a bondade, o respeito, a consideração, o cuidado, o bem-estar, a estima e o afecto para os criados mais velhos. Por outro lado, baniu-se a assimilação do serviçal ao *escravo.* Em consequência, certas atitudes deviam ser evitadas: a humiliação, a familiaridade, a severidade e a insolência: *O criado não é um escravo, é um auxiliar que tomamos para nos evitar os mais pequenos trabalhos. Não o devemos*

13 NAZARETH, Beatriz, op. cit., p. 94.

14 *Id., Ibid.*, p. 93.

15 AGOSTINHO, José, *A Mulher em Portugal*, Liv. Figueirinhas Editora, Porto, 1909, p. 251.

humilhar[16]. A imagem dos criados estava sofrendo uma evolução positiva ao passar da imagem de *escravo* à de *auxiliar*. Esta transição evocava a ideia já mencionada de complementaridade entre a ama e a criada que tinha sido introduzida com os manuais da época salazarista e o reconhecimento da serviçal enquanto "ser humano" e "ser trabalhador". Isto traduzia ainda a evolução do seu estatuto profisional (assalariamento).

Enquanto os manuais de civilidade do século passado e princípio deste pregavam a humanidade para com os criados, os que eram editados pela primeira vez sob o salazarismo recomendavam às donas de casa para serem vigilantes na escolha da criada de servir (vista como um ser *desconhecido*[17] no espaço doméstico). A imagem da criada tendeu a evoluir na literatura formativa deixando a sua imagem de "escrava" para assumir a de "rebelde". Assim, os conselhos para tratar a criada com humanidade foram substituídos pelos conselhos para a tratar com desconfiança e vigilância. Confinando a criada numa imagem redutora, Maria Lúcia acreditava que relevava do papel da dona de casa "formar" a criada porque, enquanto ser *ignorante*, actuava despropositadamente:

As criadas, como incultas que são, possuem uma mentalidade acanhada que lhes faz encarar o mundo sob um aspecto estreito, limitado, inferior. As suas opiniões não podem ter a elevação, a sensatez que as tornariam recomendáveis[18] .

Os autores recomendavam portanto uma escolha minuciosa das criadas, encaradas com todos os seus vícios. Destacavam-se três grupos de criadas: as boas, as regulares e as más. Destas últimas enumeravam-se os seus principais defeitos: *Chamemos graves aos defeitos que realmente o são: o desregramento moral, a embriaguez, a ladroagem, a mentira, o prazer da intriga, de ouvir e contar, etc*[19]. O controlo da moralidade da criada foi outro tema dos manuais de civilidade da época salazarista. Insistia-se sobre o papel de educadora que a dona de casa devia desempenhar em relação às suas criadas. Aconselhava-se-lhe que verificasse quotidianamente as contas das compras porque se receava uma proliferação dos roubos quotidianos até chegar a um *roubo sistemático de dinheiro, géneros e objectos*[20]. A imagem da criada neste tipo de manual era negativa. Aparecia

16 GENCÉ, Condessa de, *op. cit.*, p.20.
17 SANTOS, Laura, *op. cit.*, p.38.
18 LÚCIA, Maria, *op. cit.*, p.70.
19 *Id., Ibid.*, p.68.
20 SANTOS, Laura, *op. cit.*, p.39.

como um ser perigoso moralmente.

Na verdade, estava-se numa época em que a nova geração das criadas de servir, inspirada pelas reivindicações operárias, se encontrava numa fase de transição para o reconhecimento social e profissional. Uma das autoras evocou-o indirectamente no seu manual: *[...] cada vez vai sendo mais difícil obter uma boa criada*[21]. Ameaçando a ordem social pre-estabelecida de que os manuais eram o eco, a classe das novas criadas de servir era encarada como rebelde às estruturas hierárquicas. Perante esta situação, a preocupação predominante dos manuais da altura era a necessidade de delimitar as obrigações que cabiam à ama e à criada no intuito de determinar o lugar de cada uma delas e reafirmar a estratificação social. Foi nesta perspectiva que Maria Lúcia lembrou que os deveres e os direitos dos amos e das criadas eram regulados por leis mencionando os principais artigos do Código Civil[22]. Para tanto, à dona de casa cabia-lhe *disciplinar*[23] a criada fazendo-lhe interiorizar as suas obrigações para evitar o receado "invertimento" dos papéis.

Para tanto, todos os manuais de civilidade concordavam sobre a necessidade de manter a distância adequada entre a ama e a criada e limitar o contacto entre elas:

A polidez dos amos para os servos não deve degenerar em familiaridade baixa. Por exemplo, não há nada pior do que ouvir os enredos dos seus criados. É mister certamente falar-lhes fora do serviço, mas faz-se bem em limitar a conversação a determinados assuntos. Interessamo-nos pela sua família, aconselhamo-los a fazer economias, guiamo-los tanto quanto se pode em todas as circunstâncias da vida[24] .

Impunham-se assim regras de afastamento físico ao mesmo tempo que uma atitude de reserva na comunicação. A criada era relegada ao seu mundo de origem (humilde), sem que a sua presença no círculo familiar beneficiasse do mais ínfimo lugar. Na verdade, tinha que se demarcar a distância entre os que se faziam servir e os que serviam, os que não sujavam as mãos e os que viviam de trabalho manual. Esta revelava mais ainda que a criada era considerada como estranha dentro de casa. A criada havia de ser antes vista na sua inferioridade. Por outro lado, segundo Maria Lúcia: *[...] a intimidade diminui, desprestigia a senhora. E é indispensável que esta conserve o seu prestígio e a sua superioridade. As criadas servem melhor as pessoas que respeitam e admiram, as*

---

21 *Id., Ibid.*, p. 38.

22 cf. Documento Anexo 6, p.50.

23 SANTOS, Laura, *op. cit.* , p. 40.

24 NAZARETH, Beatriz, *op. cit.*, p. 96.

pessoas que vêem num plano superior, inacessível [25]. A necessidade de limitar a conversa a determinados assuntos com a serviçal de modo a não degenerar na familiaridade, reforçava o seu papel de accessório dentro de casa. Esta era a única imagem proposta como modelo a interiorizar, excluindo, de certa maneira, a criada de outro tipo de participação na vida doméstica e contribuindo poderosamente para a sua imagem global de inferioridade.

Finalmente, os manuais de civilidade testemunhavam de dois momentos no percurso da criada de servir na sociedade: o momento em que era considerada como "escrava" e o momento em que era percebida como ser "perigoso" para a ordem social. A transição que se estava operando notava-se ao nível do seu estatuto social. A sua imagem era a primeira divulgadora desta evolução. De facto, a criada de servir estava emancipando-se e por isso destruía aos poucos a sua imagem tradicional.

4.2. A sua representação tradicional.

4.2.1. A mulher-objecto sexual.

No imaginário burguês, a criada de servir era objecto de fantasmas contraditórios que se relacionavam com o seu corpo. Tanto podia ser objecto de atracção como de repulsão. A superioridade do patrão sobre a criada legitimava as suas acções e "servir" podia abranger todo o tipo de significados inclusive o sentido sexual.

A criada vivia num paradoxo. A imagem que reflectia no espaço doméstico era a imagem da inferioridade, da submissão e da dependência, intimamente relacionada com as tarefas que exercia no espaço burguês (limpeza de casa, lavagem da roupa suja...). Ao desempenhar uma função suja, malcheirosa, tornava-se símbolo de impureza e nestas condições era sempre representada como objecto de repulsão. E a sua imagem era tanto mais repulsiva que era uma criatura submissa, o que a tornava mais degradante. Neste estado de subordinação e de exclusão, acabava por representar um objecto de fácil "aquisição" para o patrão e, portanto, de atracção. De facto, a criada reflectia ao amo a sua superioridade e a sua dominação sobre ela. No romance neo-realista *Gaibéus*, Alves

---

25 LÚCIA, Maria, *op. cit.*, p. 70.

Redol denunciou, entre outros temas, a condição da mulher. Referiu o caso de Rosa, mulher bonita, que trabalhando na ceife era desejada por muitos homens inclusive pelo patrão. Este queria-a para o serviço da sua casa mas ela sempre recusou porque estava consciente que sacrificaria a sua honra servindo de objecto sexual para o patrão. Um dia, a Rosa passou à frente dele sem o cumprimentar:

- Faltas de respeito é que não consinto. Volta aqui! Depressa!...

Ela lembrou-se de que a chamava o dono do seu destino. Dali lhe vinha o pão. Na terra havia trabalho e o Inverno não tardava. Depois lá estaria o João da loja a espreitá-la...

- Assim toda a gente entende-se. Pessoal de respeito, que eu também respeito toda a gente. Que mal te fazia eu?!... Olha que essa!... Para saberes que não sou mau, vais lá para o meu aposento. Vai lá, anda!

Ela continuou sem um movimento. Estava à frente do patrão, de mão descaída, como a tapar o sexo.

- Está lá a Maria Gadanha e ela ensina-te tudo. Vai anda! Diz-lhe que janto cá[26] .

Este extracto ilustra bem como o poder dos superiores podia mais que a necessidade dos mais pobres. A partir desse momento a honra da Rosa estava irremediavelmente perdida. A moralidade da mulher estava submissa a um severo julgamento. Estava-se num período dominado por uma sociedade hierárquica em que o poder dos patrões devia, para provar a sua superioridade e o seu reconhecimento, afirmar-se. O exercício da autoridade patronal consistia em privar a criada de servir de tudo o que lhe pudesse conferir uma identidade própria e que a constituisse enquanto personalidade livre e independente. Isto incluía a sua honra. Num romance posterior ao salazarismo, Almeida Faria retratou a personagem Piedade demonstrando que finalmente a serviçal estava na situação duma escrava ainda nos anos setenta. Desflorada pelo menino André, o filho de casa, era considerada apenas como mulher-objecto:

[...] mal e desonrada, assim aqui se diz, pelo menino André, da idade dela, menino por ser rico, "remediado" ensinaram-lhe ali em casa. André dela se serve a dobrar, como serva e fêmea, gozada, enganada pelo filho-família a querer provar-se capaz de seduzir, de surpresa tomar patega fácil, toda tremente quando a informou que desta não escapa, adeus ó cabaço, obrigado por me teres esperado, não dói em havendo saber da parte dele e dela a sorte de encontrar em cima de si um tipo como eu, civilizado, talvez não muito terno, um que nem contigo dorme, te come só e vai-se embora, mas que ao menos tem técnica, não te arranja traumatismo nenhum, não te estraga para o resto da vida, pelo contrário, a paixão não a larga, custa-lhe aceitá-lo, tudo tresanda tão a tide, romance de escada de servir, pior ainda por não ter pena dele que dona Maria, a senhora, lhe confessou em segredo andar doente, não explicou que doença, provavelmente má vida lá em

26 REDOL, Alves, *Gaibéus*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1965, p. 97.

Lísbia, com marafonas, galdérias, putéfias, mulheres de peste. Piedade não lhe perdoa, a André, o aumentar o reino da escravidão [...][27] .

Receptora das moléstias do menino André, a Piedade foi completamente desvalorizada e relegada ao estatuto de "escrava". A criada, isolada por completo do seu contexto social, era amada como "fêmea". O seu poder era estritamente de ordem sexual, existindo apenas através do seu corpo e desprovida de personalidade. É que o corpo constituía propriamente o objecto perseguido e, consequentemente, apagava o resto das qualidades da criada. Branquinho da Fonseca através de uma novela de dimensão onírica retratou a personagem de um Barão que, na sua tradição de "aproveitar-se" de todas as suas criadas, tinha desonrado uma que a levou ao suicídio: *Coitadita. era uma criança e estava como tinha saído da barriga da mãe. Até custa a acreditar. No fim ajoelhei a pedir-lhe desculpa... E de manhã deram com ela na presa do moinho... Mas foi só esta. As outras não se matavam... Só cabras...*[28]. É notável a visão do Barão pelo resto das criadas assimiladas à "fêmea" e não à mulher. Isto reforça a ideia de que a criada era para o patrão apenas um objecto de prazer logo deposto ou esquecido. Isto constituía outra forma de exploração de que as serviçais eram vítimas. Aliás, o episódio da criada de servir sofrendo o abuso sexual do patrão constitui um tema recurrente na literatura deste século (denúncia que não interveio nas gerações passadas). Certos caracteres estereotipados da profissão de criada de servir (como objecto-sexual) tinham particularmente tocado os intelectuais que não deixaram de dramatizar este tipo de situação nos seus romances. Estes recurrentes casos de desfloramento descritos na literatura inspiravam-se da realidade. Tanto a Fernanda como a Conceição testemuharam, nas suas entrevistas, de acontecimentos similares. Aliás, um caso deste tipo parecia ser pouco vulgar para a Conceição: *Aconteceu um dia que a criada do senhor Borges, um rico lá na terra, que tinha muitas quintas, diziam até que nem sabia quanto tinha dele, era rico... então o burro não fez mal à rapariga? Criada dele, vê lá tu o malandro!*[29] Em meio rural, este tipo de exploração era fortemente denunciado. Era um espaço mais conservador no qual as criadas sofriam mais pressões ao nível da sua moralidade. Aliás, a Fernanda e a Conceição tentaram rectificar os preconceitos relacionados com esta imagem estereotipada ao mesmo tempo que a corroboraram. Ambas quiseram demonstrar

---

27 FARIA, Almeida, *Trilogia Lusitana*, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, 1987, p.156.

28 FONSECA, Branquinho da, *O Barão*, 4ª ed., Ed. Portugália, Lisboa, p. 38.

29 cf. Documento Anexo 3, p.36.

onde finalmente se situava a "sua" verdade. A Fernanda insistiu sobre a noção de "pureza", um dos valores tradicionais que era prezado na época para as mulheres: *[...] eu era muito má porque quer dizer era segura*, ou então, *[...] toda a vida tive esta coisa, pronto, da pureza*[30]. A honra feminina naquela altura tinha a sua plena significação. A Conceição, quanto a ela, mostrou-se completamente segura do que adiantou: *[...] de mim não podiam dizer nem tanto como isto*[31]. Ambas defenderam-se contra a imagem que a sociedade tinha das criadas em geral, a imagem da criada frívola. Aliás, a autenticidade dos seus discursos vem pontuada pela expressão "é verdade", o que sublinha que "autenticavam" as imagems de si próprias que estavam transmitindo. Isto era uma justificação por parte de mulheres que exerciam uma profissão que a consciência colectiva considerava como degaradante (no sentido de desonrosa). A honra da criada estava constantemente ameaçada pela imagem que tinha dela a sociedade e que a levava a observá-la desconfiadamente.

Mas se até aqui foi apenas questão da criada vítima, havia por outro lado a criada amante. Esta era outra verdadeira tradição na domesticidade, nomeadamente no século passado, segundo o que indicou Anne Martin-Fugier: *Le XIXème siècle est hanté par le spectre de la domestique qui devient maîtresse*[32]. Aliás, no início do século, a Celestine no seu diário (escrito literalmente por Octave Mirbeau) escandalizou a sociedade francesa ao confessar que tinha tido relações sexuais com todos os seus patrões. Era uma situação que denunciava o avesso da burgesia, por isso queria-se ignorada.

De facto, embora o estatuto não lhe correspondesse na verdade (objecto sexual apenas), a criada era a amante do patrão. Este estado podia desacreditar a mulher burguesa e complicar as suas relações com a criada. O mais das vezes, a criada sofria com paciência tal como a protagonista de Raul Brandão, a Luísa, a "criança grávida", ignorante de tudo e "enganada" pelo patrão: *Abandonara-lhe o pobre corpo, cheirando a enfermaria, já vindo à terra com este destino amargo - ser explorada. Ele deixou-a logo e ela continuou a servi-los, com o mesmo sorriso, mais descorada e triste. Um dia acordou grávida e a patroa pô-la na rua. Remexeu-lhe a trouxa e gritou: O que tu*

30 cf. Documento Anexo 2, p.13.

31 cf. Documento Anexo 3, p.35.

32 MARTIN-FUGIER, Anne, *La Place des Bonnes. La domesticité féminine en 1900*, Livre de poche, Paris, 1979, p.190.

merecias era ir para a polícia[33]. A patroa, humilhada, não tinha outra alternativa senão despedir a criada. Este tema com algumas variantes, reaparece constantemente na literatura. Numa época em que os direitos das mulheres tinham progredido e com a tomada geral sobre a condição humana que accarretou o traumatismo de duas guerras, a exploração de um ser por outro era denunciada. Fernando Namora, no seu diário em que descreveu com compaixão e lucidez as injustiças sociais, relatou um caso semelhante ocorrido entre o senhor Acácio (rico lavrador) e a sua criada que acabou por ficar grávida. Esta era a prova inegável deste tipo de relação que fazia tomar consciência do caso à ama (e à sociedade), da sua realidade. Humilhada, a mulher do senhor Acácio aproveitou a doença da sua (antiga) criada para lhe tirar a filha (que teve com o marido). Como nunca pudera ter filhos, a patroa perpetuou a exploração da serviçal (começada pelo patrão) relegando-a a instrumento de procriação[34]. Este foi um meio de vingança ao mesmo tempo que a desvalorização da patroa não era total visto a criada ser considerada como um intermediário entre a mulher e o objecto.

Aliás, é interessante notar que num romance recente de Isabel Marie, moderno e psicológico, a imagem da criada de servir não se alterou. Esta permanece por excelência sempre o objecto sexual do patrão. Embora Sarah, a protagonista, conseguisse nos seus movimentos de avanço e recuo no espaço burguês, auto-analisar-se, a invisibilidade a que era relegada com Bernard, o seu patrão, escapava-lhe. No decorrer do romance assiste-se a um invertimento dos papéis ama-criada e apesar de tudo, a imagem da criada quer desempenhada por Sarah quer por Laura (a patroa), permanece fixa. Assim, Sarah adiantou que: *J'étais ainsi devenue la maîtresse de mon maître et ma patronne était ma servante*[35]. Mas a Sarah não representava para ele nada mais que um adversário que os punha em igualdade. Isto ilustra o facto, já referido, da criada deter um poder que se resume apenas ao sexual. Aliás, a Sarah passou a ser a amante do patrão para libertar a patroa do poder que exercia o marido sobre ela. Quando a Laura decidiu dormir num quarto separado ao do marido, este dirigiu-se automaticamente para o da criada. Esta assume então o papel

---

33 Este extrato do *Gebo* de Raul Brandão foi citado pelo Doutor Urbano Tavares Rodrigues num estudo consagrado à representação das imagens femininas na literatura portuguesa.
RODRIGUES, Urbano Tavares, "Imagens da Mulher na Literatura Portuguesa do século XX", in *A Mulher na Sociedade Contemporânea*, Cadernos de Hoje N°8, Prelo Editora, Lisboa, 1969, p.192.

34 NAMORA, Fernando, *op. cit.*, p.100.

35 MARIE, Isabel, *La Bonne*, Ed. Grasset, Paris, 1996, p.95.

de substituição da ama. Aliás, a Conceição testemunhou que o senhor Borges desflorou a criada quando a mulher estava doente[36]. O duo criada-ama funcionava em complementaridade. Ao transgridir os limites do serviço doméstico, a criada-amante alterava os papéis que se repartiam entre ela (ocupar-se pelo mantimento do espaço doméstico) e a ama (ocupar-se pelo bem-estar do marido). Isto era uma forma de libertação precoce da noção do sexo só depois do casamento ao mesmo tempo que reflectia a imagem da mulher livre e emancipada (sob o ponto de vista feminista).

4.2.2. A "mulher-máquina".

Marginalizada do círculo familiar e, no entanto, intimamente dependente dele, restava apenas à criada de servir o exercício da sua função da qual vivia e que a ritmava quotidianamente.

Nos anos quarenta, vários escritores censuraram a condição a que era relegada a criada de servir no espaço doméstico. Com o progresso dos direitos femininos, o estado de "maquinismo" da criada de servir foi denunciado pela escritora Maria Archer que viria a conquistar um lugar de certo relevo na literatura feminina portuguesa da época:

Estou escrevendo sobre a mesa que elas limparam, com os pés no tapete que elas sacudiram. Oiço, lá dentro, os passos delas, e sei que preparam o chá, o jantar, e passam a ferro a roupa lavada. Toco a campainha e elas trazem-me o lenço, o copo de água, o livro que peço. Introduzem as minhas visitas. Recebem os recados que vêm para mim, pelo telefone. Todos os seus passos, lá dentro, aqueles passos que eu oiço ressoar no lar, são elas que os dão e em serviço alheio. A sua própria vida desaparece dentro da nossa casa, como se não fosse vivida, como se fosse automatizada[37] .

A própria autora salientou no texto os pronomes, sublinhando a ambiguidade da presença muda da criada no espaço doméstico. Era neste ambiente repetitivo que a criada desaparecia enquanto ser humano para reflectir apenas a imagem duma máquina. A autora estigmatizou a criada como escrava de hábito e figura amolgada pelo trabalho. Destinada a ajudar a casa burguesa no seu funcionamento quotidiano, a criada possuía um lugar de "instrumento animado" no cenário burguês, permitindo o desenrolamento da vida burguesa no sentido prático. O seu papel "acessório" encontra neste extrato a sua plena ilustração. A criada tinha que substituir o seu modo de vida por

---

36 cf. Documento Anexo 3, p.36.

37 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.52.

um modo de vida que lhe era estranho. Envolvida num processo de apagamento (ao introduzir-se nas modalidades do outro), vivia na sombra do outro. Aliás, o seu papel no espaço doméstico tornava-se meramente "acessório" limitado à única função de servir, de obedecer "maquinalmente". Isto obrigava-a a fazer abstracção da sua vida privada, dos seus sentimentos e tornar-se impermeável ao que se passava na casa burguesa. A ambiguidade desta situação foi definida pela escritora Isabel Marie que descreveu a criada na sua função redutora: *Si les bonnes sont dans leur intimité corporelle, voyant tout, elles peuvent tout entendre: elles sont à disposition, mains, yeux, bouche, oreilles. Livrer aux domestiques l'aveu le plus cru, le déshabillage le plus total, ça ne compte pas. Ils n'ont pas d'existence, ils ne sont que des outils*[38]. Como se exigia da criada um papel acessório (instrumento de trabalho) apenas, a sua presença havia de ser transparente. Comprometia-se em existir o menos possível, em ser a sombra da patroa, escutar tudo e fingir nada ter escutado, ver tudo e fingir não ter visto nada.

O movimento neo-realista surgido no "após-guerra", atento aos problemas sociais das classes desfavorecidas, ecoou esta realidade denunciando-a directa ou indirectamente. No seu diário, Fernando Namora evocou a invisibilidade (humana) dos serviçais. Relatou o caso da Dasy que após ter feito um casamento confortável, recusava ter um filho. Ora, aconteceu que ficou grávida e para dissimular o seu estado, tomou drogas. Teve um filho que parecia um monstro e do qual se ocupou o avô, o pai do marido dela, com a única ajuda dos seus criados. Preservando o neto da marginalização na qual sociedade da altura o teria projectado e, pela mesma, a respeitabilidade da sua família, o avô dava dinheiro à Daisy para que se calasse. Este segredo nunca havia sido revelado, nem nunca constituíra objecto de ameaça por parte dos criados. Num momento em que o neto ficara doente, o avó consentiu revelar a verdade ao médico. Este sentiu-se desamparado pela situação:

Sentia os músculos pesados, os nervos lassos. Apetecia-me gritar: "não fale, não quero ouvir nada". Por outro lado, não me parecia decente que ele consentisse na presença da criada. Ou o velho financeiro desprezava de tal modo os servos que os considerava objectos sem olhos nem ouvidos, ou, de há muito, os fizera cúmplices desse enxovalho à mãe de Pedro. Creio que a segunda hipótese é a verdadeira[39] .

A criada era relegada no papel de guardiã da instituição familiar como testemunha atenta e

38 *Id., Ibid.*, p.37.

39 NAMORA, Fernando, *op. cit.*, p.194.

presente na vida dos patrões com uma vida privada aniquilada. Era ela que julgava os vícios (físico e moral) dos amos porque vivia intimamente com eles. Desta forma, representava o seu duplo, a sua sombra. Era viver na família sem participar nela. O facto da sua invisibilidade ser denunciada na literatura provava que a sua condição estava sendo reconhecida social e profissionalmente.

Aliás, Almeida Faria, num romance existencialista em que a condição humana vem metaforizada, evocou a distância que se estava estabelecendo entre a entidade patronal e a criada. Embora descrevesse a sua personagem Estela com uma vida alienada (porque estava afastada do marido e dos filhos que ficaram na terra), esta já não esta vista como um membro passivo e submisso mas como trabalhadora: *Estela, mãe sem família servindo outra família, avançando ao longo dos anos pelos quartos da casa que lhe não pertence e que não ama, serve, Estela, mulher sem casa, não mãe autêntica, não como a Mãe, arquétipo, símbolo indomável [...]*[40]. A Estela considerava a casa como um único espaço de trabalho sem interferência com os seus sentimentos (não considerava esta família como a sua). A criada migrou para o Aletenjo para adquirir um salário substitindo o papel do chefe de família. Neste romance, o estatuto de assalariada da criada é relevante. Estela tinha duas vidas distinstas (a da trabalhadora e a da mãe e esposa) que ela conseguia preservar. Ora, esta diferenciação nunca aparecera na literatura da geração precedente.

Assim, a criada de servir com o assalariamento e o consequente reconhecimento profissional, iria adquirir uma vida mais autónoma apagando o seu papel redutor de mulher-máquina e, em consequência deixaria de ser "actriz" para ser ela própria.

4.2.3. Uma "actriz".

Numa posição de dependência total, a criada de servir deixava ser ela própria e estava condenada à submissão e à invisibilidade e, muitas vezes, à hipocrisia. É que os patrões tinham da criada uma imagem formalista e tradicional quase sempre ideal à qual a criada havia de corresponder pelo menos em atitudes. Era, então, obrigada a viver através de uma diversidade de máscaras.

Ao adoptar uma máscara, a criada escondia a sua própria identidade para reflectir apenas a imagem ideal. Dessa forma, o seu próprio ser tornava-se invisível. Interiorizadas as modalidades do

---

40 FARIA, Almeida, *op. cit.* , p.127.

outro, a sua única liberdade era moral. Assim se por um lado possuía o seu mundo invisível e neste caso: *[...] o seu mundo de sonhos, o seu mundo interior, escapa-nos*; este vinha em complemento do seu mundo visível simbolizado pelo baú: *Todo o seu mundo visível se fecha no baú garrido onde guarda as roupas, baú revistado em segredo, a miúdo, pela dona de casa*[41]. O baú era um elemento da imagem estereotipada da criada de servir. Os seus significados eram diversos. Tanto podia representar o itinerário nómada de qualquer criada de servir como simbolizar uma vida submissa, escondida, reduzida (continha-se num baú) ao mesmo título que o lugar e o papel que lhe eram concedidos dentro de casa. Assim, no quotidiano, a criada de servir era obrigada a adoptar a máscara da invisibilidade. Esta imagem demonstrava que a criada sabia fazer abstracção da sua vida privada para ser de uma dedicação total à família. Este modo de viver tinha consequências psicológicas sobre a sua personalidade:

Deux conditions ou classes sociales, deux vérités, deux langages: le pouvoir absolu qui fige les structures et qui, à la manière de Mercure et d'Amphitryon, exige seulement des sujets qu'ils ne soient que les masques de ses propres injonctions ou caprices, institue une contradiction insurmontable. Faute de pouvoir s'affirmer dans son altérité, sosie, le valet est condamné à errer - et à se saisir dans cette errance- entre le "moi" qu'il croit être et le "moi" qu'ont veut qu'il soit[42].

A criada tornava-se um ser paradoxal e ambíguo porque através dele transparecia a luta entro o tipo e a pessoa, o estereótipo e a realidade. A criada estava condenada a pairar entre o "eu" que pensava ser e o "eu" que os patrões queriam que fosse. Eram as próprias estruturas socais que exigiam que actuassem pelo meio de umas máscaras.

Isto podia levar ao esquecimento de si própria. A literatura transpôs este estado psicológico. As personagens criadas de servir evoluíam sem identidade ou com uma identidade confusa. Condenada à invisibilidade dentro do próprio espaço de trabalho e de vida, a sua vida acabava por perder aos poucos as noções existenciais. Segundo a visão de Almeida Faria acerca da criada Piedade, a vida desta relacionava-se com o *seu* mundo interior:

Piedade não possui um caso, um problema grave seu que a preocupe ou persiga dia a dia, a não ser o incidente das claras em castelo, que não teve de facto coragem de bater, sem que contudo nele inteiramente creia, apenas lhe parece que sustentar a tradição daquela crença, único elo que a vincula ao seu mundo, pois se lembra de ouvi-la à tia e à avó, não à mãe que não a teve, ou não

41 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p. 49.

42 MORAUD, Yves, *La conquête de la Liberté de Scapin à Figaro. Valets, servantes et soubrettes de Molière à Beaumarchais*, P.U.F., Paris, 1981, p. 30.

se recorda tendo-a, e isso lhe dá talvez a súbita sensação de também não estar viva, de a sua vida ser igual a nada, de o seu destino ser igual a nada, de o seu destino ser simples tábua-rasa[43] .

Já não era uma forma de invisibilidade, era a negação do seu próprio ser. Esta passava primeiro por um processo de "despessoalização". A própria mentalidade da época tendia a excluí-la dessa forma: *Nós vivemos com ela e separados dela. Ela é a criada -como quem diz- um ser doutra espécie*[44]. Deixando de ser mulher para ser apenas uma criatura, a negação do seu próprio ser era total. Quanto mais mascarada estava, mais vulnerável era o seu estado. Mas o facto da sua invisibilidade ser denunciada na literatura provava que estava a ser visível socialmente.

Aliás, Eça de Queirós foi o precursor da criada protagonista de um romance. Retratou uma imagem maquiavélica da criada de servir. Através dela, pintou o avesso da burguesia. Com a sua função (indirecta) de testemunha da vida da ama, a personagem Juliana conseguiu encontrar uma prova do adultério desta. A sua reacção foi significativa: *Mas que explosão de felicidade, quando, depois de tanta espionagem, de tanta canseira, apanhou enfim a carta no "sarcófago"!*[45] A criada aproveitou a invisibilidade em que era tradicionalmente relegada para derrubar a situação para a sua vantagem. Movida por uma ambição desde há muito reprimida, adoptou a máscara da hipocrisia e procedeu com táctica para empreender o invertimento dos papéis ama-criada: *Sentia-se vagamente senhora da casa. Tinha ali fechada na mão a felicidade, o bom nome, a honra, a paz dos patrões!*[46] Desta forma, a criada encontrava-se em posição de superioridade relativamente à ama. Isto permitia-lhe passar da vida de máscara à vida real. Aliás com a ama passou a exprimir os seus próprios sentimentos e a revelar-lhe a sua verdadeira identidade. Em contrapartida, a ama assumia a diversidade das máscaras, perante o marido, o amante e a criada. Assim, até ao fim do romance, a Juliana tornou-se o espelho que prefigurou o itinerário da ama Luíza. A criada enquanto personagem lateral, accessória, tinha a dupla função de ver, de comentar os gestos e as palavras dos patrões e de anticipar sobre o futuro destes. A acção principal (o adultério da Luíza com Bazílio) desdobrou-se assim numa acção secundária (o plano maquiavélico de Juliana) com a qual estava intimamente relacionada por um jogo de interações e de reflexos. Mas o plano da Juliana falhou, morrendo inesperadamente na total invisibilidade. Por entre a diversidade das suas máscaras, não

---

43 FARIA, Almeida, *op. cit.*, p.126.

44 ARCHER, Maria, *op. cit.*, p.49.

45 QUEIRÓS, Eça de, *op. cit.*, p.248.

46 *Id. Ibid.*, p.249.

soube onde se situava a sua verdadeira identidade. De facto, tanto na ficção como na realidade, existia uma contradição patente entre a criada e a ama nos planos social e ideológico que impossibilitava o invertimento dos papéis.

Assim, as relações entre a criada e a ama eram reproduzidas simbolicamente na literatura. Tanto no plano da ficção como no plano real, à criada de servir pertencia-lhe apenas um papel "acessório" e secundário porque a projectava no avesso da casa burguesa onde trocava a diversidade das suas máscaras. A literatura neste caso reflectia a realidade (o papel acessório da criada na vida real) e podia ser um purificador, um meio para fazer cair as máscaras e tornar a criada visível.

4.3. Uma imagem renovada.

4.3.1. Os efeitos do mimetismo social.

Ao contacto com os patrões, as criadas de servir adquiriam essencialmente outros costumes de vida. Isto constituía uma forma de "mimetismo social" porque assimilavam ideias e comportamentos que lhes eram estranhos. Embora fosse natural as criadas de servir interiorizarem certos códigos burgueses (quer por dever profissional quer naturalmente) a maneira que tinham de exteriorizá-los era muito criticado. A classe burguesa receava a abolição das barreiras sociais e a classe proletária era naturalmente invejosa.

A imagem que devia reflectir a criada de servir na sociedade correspondia às exigências patronais. Ao descrever o quarto, o primeiro objecto que Fernanda citou foi o espelho, elemento importante se nos lembrarmos que reflectia a sua imagem. A criada de servir queria-se atenta à sua aparência pelo facto da patroa exigir dela uma apresentação impecável. Tanto a Conceição como a Fernanda referiram que a sua aparência física constituía uma das preocupações da dona de casa. A Fernanda exprimiu-se significativamente: *E pentear então! ui! bem arranjada, a minha madrinha se me visse... mal, não, tinha que andar sempre bem penteada.* Por causa da imagem que a criada havia de reflectir no espaço doméstico burguês, seguia-se uma alteração da sua aparência física no quotidiano.

A título de exemplo, podemos evocar um episódio descrito por Fernanda a respeito da sua aquisição de "sapatos de calcanhar aberto". Era inabitual para a mulher rural daquela altura possuir sequer uns sapatos: *[...] quem tivesse uns sapatos, filha, era feliz.* A Fernanda representava, portanto, uma profissão que beneficiava de privilégios porque adquiria objectos que os membros da sua classe não podiam possuir. É significativo notar como a Fernanda percebeu a atitude do povo perante a sua nova aquisição: *Ai, meu Deus, no povo por pouco que me iam matando!* Com este tipo de sapatos nos pés, a Fernanda reflectia a sua superioridade relativamente às mulheres da sua classe social. A criada de servir relacionada com o mundo burguês era encarada, no campo, com certo prestígio. Aliás, a visão que a Fernanda tem de si própria liga-se mais ao "tipo" do que à pessoa. Referiu que atraía por ser a "criada do Mógão": *"Olha a criada do Mógão é muito jeitozinha", outro queria a criada do Mógão, outro queria a criada do Mógão, mas é que não me podia partir ao meio.* Por outro lado, estava consciente da inveja que se criou na altura perante esta sua nova imagem: *Eu então com estes sapatos, com uma camisola que me deu o senhor Carvalho, que já morreu, e uma sainha azul às preguinhas, então era uma boneca*[47]. Descrita desta maneira, a Fernanda parecia dar uma imagem mais parecida com a da mulher burguesa do que com a da mulher camponesa. Tal era o centro de críticas tanto do lado burguês como do lado proletário.

A meio caminho entre as duas classes sociais das quais pertencia directa ou indirectamente, a criada de servir era marginalizada pelas duas. Segundo Paulo Jorge Alves Guinote, *O início do século XX marca ainda a consolidação de uma relativa democratização da moda, cujo ritmo acelera à medida que as camadas mais desfavorecidas se tornam mais rápidas na imitação dos modelos propostos pelas elegantes mais distintas*[48]. Nos anos quarenta, este fenómeno iria acelerar-se segundo o que indicou Emília de Sousa Bastos Costa no seu manual de civilidade que se destinava a todas as classes de mulheres (contrariamente à outra literatura formativa), por isso aconselhava o respeito pela sociedade de classe: *A operária, a camponesa, a criada, educadas, instruídas, honestas e asseadas, trajando simplesmente como as mulheres da sua classe, são mais interessantes do que as mascaradas de senhora, que só a elas próprias conseguem iludir*[49]. Mas as criadas de servir eram as primeiras criticadas talvez porque estavam quotidianamente em contacto

47 cf. Documento Anexo2, p.19.

48 GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *op. cit.*, p.126.

49 COSTA, Emília de Sousa Bastos, *op. cit.*, p.162.

com esse mundo das aparências. Jean-Pierre Gutton tinha notado um fenómeno similar na domesticidade francesa dos séculos passados e referiu que:

Une femme de chambre consacre à ses vêtements une somme quatre à six fois supérieure à celle que consacre une humble épouse de compagnon. [...] Ainsi, la capacité de consommation mais aussi la propension à imiter ont provoqué chez les domestiques plus tôt que parmi les autres groupes populaires le progrès du nombre, de la diversité, de la couleur et de l'accessoire. Le mimétisme social aboutit ici à un plus grand confort et à une plus grande sensibilité à la mode et au paraître[50].

Mas numa época em que a moda estava ao alcance das classes mais desfavorecidas, as criadas de servir eram as primeiras influenciadas por ela. Reproduzindo a imagem da patroa no quotidiano, a criada era alvo de críticas. De facto, a difusão das ideias marxistas sobre a luta das classes criou um receio colectivo acerca da alteração da estratificação social. Os jornalistas eram os primeiros observadores das transformações quotidianas que se estavam produzindo nas criadas de servir. Sentindo-se agredidos por esta nova imagem (que tornava a serviçal visível), adoptaram a sátira como meio ideal para denunciar as suas extravagâncias:

Usa o "bâton" da senhora, e o leite-creme de beleza. Ferra as unhas no verniz e também nas compras. E pode, de improviso, sair com o casaco de peles, por causa da traça, enquanto a patroa está de viagem[51].

De facto, as transformações ocorridas na criada de servir eram censuradas nomeadamente ao nível vestimentar e físico porque era através da sua aparência física que surgia a sua nova imagem. Ora, esta era veiculava certos aspectos culturais burgueses.

Estando directamente em contacto com os objectos burgueses, as criadas de servir adquiriam naturalmente novos gostos. Mas o mimetismo social e a situação protegida da qual beneficiavam tendiam a excluir as criadas de servir da sociedade porque acabavam por constituir um grupo fora das normas. Afastadas da sua classe, na perseguição de uma identidade no mundo das aparências, as criadas de servir tinham caído na popularidade que as desacreditava e inferiorizava. Mas estas críticas eram apenas o avesso dum receio colectivo acerca da realidade das modificações das estruturas sociais das quais as criadas de servir estavam sendo as representantes. Utilizaram inconscientemente o mimetismo social para se emancipar.

---

50 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, p.185.

51 cf. Documento Anexo 9, p.58.

Projectando uma imagem ambígua no quotidiano social, eram denunciadas. A ordem hierárquica era ainda rigorosa, o receio do invertimento dos papéis e da consequente destruição das barreiras sociais motivavam este tipo de censuras como o deixava supor o discurso de Adelaide Carvalho que criticava as criadas por *terem o propósito de imitar as suas amas no trajar e de outras já vestirem melhor que algumas donas de casa*[52]. Mas ao reproduzir (ou imitar) fisicamente a classe superior, a criada testemunhava da evolução da sociedade (modernismo). De facto, estava-se desenvolvendo um outro tipo de comércio (que permitia adquirir objectos similares aos da classe burguesa mas mais baratos) de que as criadas eram as representantes no quotidiano.

Ora, a criada de servir na consciência colectiva era encarada como um ser popular, isto é, estereotipada como sendo um membro do povo e nada mais. Em relação a esta ideia correspondia-lhe uma imagem tradicional que os seus novos gostos e atitudes estavam alterando. Por isso, a criada de servir aparecia satirizada nomeadamente nos versos populares porque era o seu tipo popular que sofria modificações: *Anda tudo à toa/ Já não é de estranhar/ Isto até nos faz rir/ Delas tanto luxar/ Mesmo em casa a servir*[53]. O afastamento da imagem da sua classe notava-se ao nível da sua aparência física o que demonstrava que o vestimento era uma forma de distinção entre os diferentes estratos sociais da época. Uns outros versos populares intitulados significativamente *As modernas criadas e patroas* reflectiam esta realidade: *E esta brincadeira/ Não está muito boa/ Trajar da sopeira/ Melhor que a patroa*[54]. As criadas de servir não faziam senão tentar aproximar-se da classe mais elevada porque era a classe mais reconhecida socialmente e a mais respeitada. A ideia era que, actuando como ela, receberiam a mesma estima social o que desencantava muito os conservadores da época. Adelaide Carvalho evocou as consequências que tal fenómeno poderia produzir no futuro: *[...] o desejo de muitas classes seria de ver chegar o Mundo a um nivelamento das pessoas, à situação de medi-las pela mesma craveira, vê-las numa igualdade que não as distinguisse*[55]. A extensão das ideias marxistas sobre a luta das classes (surgidas nos anos 40 em Portugal) era receada pela classe burguesa. Ora, estas ideias faziam a transição entre duas épocas que as criadas de servir estavam sendo as representantes. Esta evolução foi evocada por Azinhal

52 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p. 38.
53 cf. Documento Anexo 10, p.61.
54 cf. Documento Anexo 10, p.62.
55 CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p.38.

Abelho um observador nostálgico dos anos sessenta: *Com as lembranças da província, dantes amealhavam todo o ordenado para comprarem o seu cordão de oiro. Hoje possuem anéis e um fio, casacos como os das senhoras, sapatos e meias como os das damas*[56]. A transformação social que sofreu a sociedade com as ideias marxistas, permitiu à criada adquirir o estatuto de assalariada como o referiu indirectamente o escritor.

O resultado era que se tinha criado uma nova imagem da criada de servir que os diversos autores da época qualificavam de "moderna". As imagens veiculadas nos jornais talvez tivessem ajudado a construir este outro estereótipo da criada de servir que era transposto na literatura. De facto, Aníbal Nazaré, ao propor-se caricaturar a "moderna" criada, acentuou os opostos entre as duas imagens (da criada tradicional e moderna) no seu romance:

[...] "Maria, uma sua criada" é afinal o símblo da criada moderna, um produto regional que a província nos manda para Lisboa, dócil, ingénua, prestável, submissa e que a capital transforma numa criatura irascível, refilona, cheia de "bâton" barato e de reivindicações cada vez mais caras[57].

Portanto, não se tratava apenas de transformações vestimentares. A alteração da sua imagem era mais profunda também se relacionava com as suas atitudes. As criadas não se inspiravam apenas dos hábitos burgueses. Como intermediários sociais (entre duas classes), também eram influenciadas pelas reivindicações operárias que se resumiam para elas em adquirir mais autonomia no quotidiano: *Mas a época tudo transforma. Mais modernas passam a mulheres a dias, a tanto por hora. Algum quarto, numa casa de família e vivem na independência*[58]. A evolução do seu estatuto tendia assim para o assalariamento e a proletarização do grupo.

Chegaram a um grau de emancipação a contrastar com as demais classes trabalhadoras. As criadas tentavam "elevar-se" ao nível dos mais poderosos identificando-se com eles. Isto era alvo de críticas porque deixavam de corresponder à imagem tradicional que a sociedade tinha delas e que entendia conservar. De facto, a sociedade tinha-lhe consignado uma imagem e exigia que ela lhe correspondesse em carácter e em atitudes. Por isso, era denunciada nos versos populares: *As patroas são escravas/ Têm de acender o lume*[59]. Estas atitudes provavam que era uma evolução

---

56 ABELHO, Azinhal, *op. cit.*, p.104.

57 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.9.

58 ABELHO, Azinhal, *op. cit.*, pp.104-105.

59 cf. Documento Anexo 10, p.61.

tanto para uma reivindicação social como profissional. Ora, no quadro duma sociedade conformista, não podiam ser senão "extravagantes"[60].

Outra forma de reacção por parte dos que se sentiam agredidos foi a utilização do escárnio e do motejo (como o demonstraram os já mencionados versos populares) para denunciar a evolução do estatuto social da criada de servir. Vejamos a situação que imaginou Aníbal Nazaré para a personagem Maria que, tendo beneficiado de uma ascensão social tornando-se fadista, empreendeu procurar um apartamento. Segue-se a conversa com o porteiro:

Entretanto, o homem observava-a meticulosamente.

-Pode ver-se a casa? -perguntou ela.

-Mas a casa é para si ou para a sua patroa? -inquiriu o homem com cara de quem não admitia réplica.

"Ai, que este martelo matou-me!" -pensou a Maria fazendo-se de mil cores. E rodou sobre os calcanhares, sem dizer mais nada. Chorava. Passou por uma montra e mirou-se no vidro! Trazia um casaco de peles que o conde lhe dera. Os brincos brilhavam-lhe nas orelhas como duas estrelas. Pulseiras de oiro, de oiro maciço e autêntico (não eram pechisbeque, ahn?!, não lhe faltavam... Como foi, então, que aquele malandro adivinhou que ela, há pouco tempo, ainda era criada de servir?[61]

Pois o hábito não fazia o monge, a criada era sempre considerada como um elemento estranho à classe burguesa. Aliás, neste romance, o facto da Maria ter sido criada de servir podia comprometer-lhe a sua carreira de fadista. Tendo sempre beneficiado de uma imagem negativa, a criada de servir era um tipo descreditado na consciência colectiva. Ignorância e ridículo esperavam-na no mundo ao qual tentavam aceder. Era também demonstrar em que situação ridícula a criada de servir se encontrava que o *Diário Popular* publicou uma crónica ao seu respeito intitulada significativamente "Senhora Augusta". Satisfeita com o serviço da Senhora Augusta, a Tétis, a patroa desta, informada de que a criada era instável, imaginou um plano para guardá-la em sua casa. Bastou escrever-lhe uma carta de amor anonimamente para que o serviço a partir de então se tornasse irrepreensível: *Desde então à Senhora Augusta nunca mais lhe doeu a perna; anda sempre a limpar o pó e tudo é espanejado e sacudido às janelas com grande entusiasmo*[62]. No entanto, esta

60 A autora referiu que: "Estamos a ver, com assombro, a serviçal ter uma vida bem diferente do que foi e a manifestar atitudes extravagantes".
CARVALHO, Adelaide, *op. cit.*, p.6.

61 NAZARÉ, Aníbal, *op. cit.*, p.96.

62 cf. Documento Anexo 8, p.56.

era a demonstração cabal de quanto as criadas se tornavam diminuídas pelos observadores da época. Por outro lado, testemunhava da evolução do estatuto profissional da criada de servir que já não se submetia às exigências patronais. O facto de ser instável demonstrava que a criada tinha a possibilidade de escolher a casa que desejasse servir.

Finalmente, o facto de serem denunciadas pelos observadores da época tornava-as visíveis. Tal como nos manuais de civilidade, era a imagem de um ser "perigoso" para o mantimento da hierarquia social que era veiculada.

4.3.2. A sua outra educação.

Ao contacto com os patrões, a criada de servir sofria uma fase de aprendizagem dos códigos burgueses, das suas regras, dos seus costumes. Resumindo, a criada era obrigada por dever profissional a assimilar este conjunto de valores que não deixava de influenciá-la para o restante da sua vida.

Ao ter de interiorizar as regras para servir no espaço burguês, as criadas iniciavam uma formação que se repercutia nomeadamente ao nível educacional. A Fernanda resumiu a sua diferença com as outras mulheres das camadas sociais inferiores da seguinte maneira:

Pois, mais limpeza, não é minha filha, tínhamos outra maneira de vida, educação, aprendíamos a falar, aprendíamos a ser educadas para as pessoas, a recebê-las, pois, é verdade, até diziam que eu que não era de Girabolhos, pelo falar, vinham as pessoas de fora e diziam-me: "Você não é de Girabolhos", "Então porquê?", "Porque você não fala como os de Girabolhos e tem outra maneira de... pronto, de receber as pessoas[63] .

A linguagem constituía portanto outra marca da influência do mundo burguês na vida da criada de servir. De facto, a aquisição de certos códigos burgueses apareceu aqui claramente enunciada por Fernanda quando sublinhou a distância que existia entre ela e as mulheres girabolhenses ao nível da linguagem. Esta constituía nomeadamente na cidade um elemento de diferenciação entre as camadas populares e a classe burguesa segundo o que indicou Aníbal Nazaré ao estereotipar a criada provinciana em Lisboa: *Chegou da província vai para dois anos, mas tem progredido a olhos vistos. Já fala muito menos "axim", não gosta de ir à rua de avental branco e*

63 cf. Documento Anexo 2, p.20.

pinta as unhas nos dias de saída[64]. A "progressão" evocada pelo escritor referia-se à aquisição de novos hábitos culturais. Para a Fernanda a diferenciação entre as criadas e as outras mulheres da mesma classe social verificava-se de forma geral ao nível da educação: *[...] tínhamos outra maneira de vida, de educação, aprendíamos a falar, aprendíamos a ser educadas para as pessoas, a recebê-las*[65]. De facto, as criadas de servir ao trabalhar dentro do espaço burguês evoluíam noutro ambiente.

Nas suas entrevistas, a Conceição e a Fernanda indicaram a vários momentos como os patrões procederam à sua educação moral. Esta tinha como base a teologia cristã. A Fernanda lembrava-se do que lhe ensinara o patrão: *O senhor Nogueira dizia assim, agora não se fala nisso, rezem pelas almas do purgatório*[66]. Assim, a maneira de falar representava um meio de diferenciação entre as classes. Ao repreender a criada ao nível da linguagem, os patrões construíam a criada à sua imagem. Assim, a educação da criada passava por uma fase de aprendizagem com "pessoas educadas, de respeito" como as qualificou a Fernanda. Os burgueses representavam um modelo para elas. Foi nesta perspectiva que a Fernanda reproduziu o discurso do patrão: *Caminhamos todos para velhos, portanto, devemos ter educação para um dia recebermos a educação*[67]. A assimilação dos valores ensinados conduzia à sua reprodução no quotidiano como o testemunhou esta antiga criada. Finalmente, sentia orgulho pela educação que lhe fora transmitida pelos seus patrões (dizia ela: "nunca respondi") o que salientava o sucesso da transmissão dos códigos burgueses.

Além disso, esta aprendizagem abrangia certas regras de limpeza. É significativo notar a insistência tanto da parte da Fernanda como da Conceição em sublinhar que eram mulheres "limpas":

[...] estava sempre pronta para aprender, ainda hoje é o dia. Tenho muito gosto de aprender. Gosto muito da limpeza, eu para mim, meu Deus!, ando sempre com a vassoura na mão, porque não fui habituada, não é filha, a pessoa é do princípio que começa, se a gente se habitua a não fazer a limpeza, um dia não tem confura nenhuma, não é filha, é isso que eu digo. E é assim, a vida foi só... cheia de espinhos para mim .

---

64 NAZARÉ, Anibal, *op. cit.*, p.9.
65 cf. Documento Anexo 2, p.20.
66 *Id., Ibid.*, p.16.
67 *Id., Ibid.*, p.10.

A higiene constituía certamente outro meio de diferenciação entre as classes numa civilização limitada tecnologicamente neste domínio. A título ilustrativo podemos indicar aqui o episódio revelador evocado por Fernanda:

Um dia casei-me e fui viver então para o Moledo. Morreu là uma mulher que era chamada a tia Maria Justa. Ela, para ver a minha habilidade, para ver a minha limpeza, disse-me assim: "Olha, deixa-me ir lavar as mãos". "Madrinha, faça favor". Chegou ao meu quarto e disse assim: "Estás de parabéns". Se eu tivesse a casa suja, disse-me que me dava na cara, filha! É verdade! Porque ela dizia-me: "Se um dia te casares e que me vierem dizer que tens a casa porca, podes ter a certeza que te vou fazer uma surpresa". Chegou, viu a casinha limpa, foi dizer à senhora Isabelinha. A senhora Isabelinha, um dia veio-me... mandou-me cá chamar: "Olha, estou muito contente contigo porque aprendeste os mandados que nós te ensinámos". É verdade, filha. Era uma honra para casa, pois era[68].

A Fernanda mostrou-se orgulhosa ao receber os cumprimentos da patroa porque provou que tinha assimilado os "mandados", isto é, os códigos burgueses. A definição mais exacta do seu estado será certamente a que adiantou Jean-Pierre Gutton em relação aos criados dos séculos passados: *Ils ne sont donc pas seulement des métis sociaux mais aussi des métis culturels*[69]. De facto, as criadas de servir representavam o símbolo da fusão entre duas classes e duas culturas. Eram de qualquer maneira uns "intermediários sociais" entre dois universos distintos.

No entanto, resta verificar até que ponto isto era verdade assim como determinar se neste estado ambíguo não era a sua própria identidade que era sacrificada. As criadas tanto eram influenciadas por um modo de vida superior como pelas reivindicações operárias que se davam na época. Nesta confusão, havia o perigo das criadas nem sempre saberem fazer a transição. A ambiguidade aparecia ao nível da assimilação e da reprodução dos códigos sociais e isto podia conduzi-las à exclusão porque já não pertenciam a nenhuma classe. Para a sociedade a imagem da criada era a do pobre. Isto é, a criada que evolui em duas categorias sociais era vista no mundo de origem, o da pobreza. Isto privilegiava a assimilação das criadas às classes julgadas fora das normas instituídas o que reforçava o aspecto pessimista desta imagem.

---

68 *Id., Ibid..*, p.11.

69 GUTTON, Jean-Pierre, *op. cit.*, p.169.

4.3.3. A visão posterior de si própria.

A criada de servir encarava a sua condição de duas formas. Ambas relacionavam-se com a sua identificação à família que servia. Tanto podia ter uma visão realista e crítica, como exprimir uma visão narcísica de si própria (embora com certas reservas).

A mais impressionante visão e definição da criada de servir talvez tenha sido a criada de quarto Célestine que a expressou no seu diário (escrito para a literatura por Octave Mirbeau). Era uma visão lúcida, uma espécie de auto-crítica de si própria e da sua condição. Delineando a condição da doméstica, a Célestine empreendeu à análise profunda do seu "eu" através da sua própria experiência:

Un domestique ce n'est pas un être normal, un être social... C'est quelqu'un de disparate, fabriqué de pièces et de morceaux qui ne peuvent s'ajuster l'un dans l'autre... C'est quelque chose de pire un monstrueux hybride humain... Il n'est plus du peuple d'où il sort; il n'est pas, non plus, de la bourgeoisie, où il vit et où il tend... Du peuple qu'il a renié, il a perdu le sang généreux et la force naïve... De la bourgeoisie, il a gagné les vices honteux, sans avoir pu acquérir les moyens de les satisfaire... et les sentiments vils, les lâches peurs, les criminels appétits, sans le décor, et, par conséquent, sans l'excuse de la richesse... L'âme toute salie, il traverse cet honnête monde bourgeois et rien que d'avoir respiré l'odeur mortelle qui monte de ces putrides cloaques, il perd à jamais la sécurité de son esprit, et jusqu'à la forme même de son moi...[70]

Aparece novamente a ideia de que a criada era apenas uma criatura e não um ser humano porque foi corrompida. Construída a partir de duas componentes que são duas classes sociais distintas cuja fusão criou um ser "híbrido", viu-se desprovida de identidade. Marginal, passou a viver na sombra de duas classes sem conseguir fazer a transição de uma ou para outra, pelo contrário, viu-se reduzida a um único papel de acessório, de instrumento intermediário. A consciência da sua condição criava nela um desprezo por si própria tal como o sentia a sociedade. Esta imagem encontramo-la em outros extratos literários descrita aprofundadamente. Aliás, os escritores as viam assim.

Jean Genet soube traduzir através de uma peça de teatro que punha em situação duas irmãs no limite da debilidade este sentimento de auto-exclusão. Imaginou uma situação ambígua porque a criada Claire interpretava o papel da patroa quando esta estava ausente e a sua irmã Solange assumia, quanto a ela, o papel de Claire na vida. O invertimento dos papéis podia ser abordado dum

---

70 MIRBEAU, Octave, *op. cit.*, p.132.

ponto de vista psicológico, pois por esse meio caíam as máscaras, o que era um meio "purificador"[71]. Ao interpretar o papel da Madame transparecia o desprezo que sentia Claire pela sua própria condição, a consciência do seu estado aviltante.

Solange

Je voudrais t'aider. Je voudrais te consoler, mais je sais que je te dégoûte. Je te répugne. Et je le sais puisque tu me dégoûtes. S'aimer dans le dégoût, ce n'est pas s'aimer.

Claire:

C'est trop s'aimer. Mais j'en ai assez de ce miroir effrayant qui me renvoie mon image comme une mauvaise odeur. Tu es ma mauvaise odeur [...][72] .

A repugnância era a imagem que se reflectiam mutuamente a Solange e a Claire, as duas irmãs, ambas criadas. Isto significava que a criada tinha consciência da sua situação de inferioridade, da sua condição aviltante. Exteriorizando os seus sentimentos, a Claire interpretando o papel da patroa ia mais longe, autocriticava-se: *Je hais les domestiques. J'en hais l'espèce odieuse et vile. Les domestiques n'appartiennent pas à l'humanité. Ils coulent. Ils sont une exhalaison qui traîne dans nos chambres, dans nos corridors, qui nous pénètre, nous entre par la bouche, qui nous corrompt. Moi, je vous vomis*[73] . A domesticidade era assimilada ao abjecto, com o contacto contagioso e uma presença marginal por (não) pertencer a duas classes distintas. Tal como a Célestine, a criada foi encarada pelo dramaturgo como uma criatura "desumana". A exclusão é total mesmo por parte da própria criada, consciente de que representa um ser excluído. A mesma Claire exprime ainda uma outra representação da criada na consciência da patroa:

Vos gueules d'épouvantes et de remords, vos coudes plissés, vos corsages démodés, vos corps pour porter nos défroques. Vous êtes nos miroirs déformants, notre soupape, notre honte, notre lie[74] .

A imagem da criada era, portanto, encarada como o contrapeso plebeu da imagem da ama. Sem constituir uma identidade própria, a serviçal representa algo de colectivo, inspirando sempre o mesmo sentimento porque vem relacionada com o seu trabalho e nunca com a sua própria identidade. De facto, o facto de pertencer a uma casa não implicava necessariamente o de pertencer à família.

---

71 MORAUD, Yves, *op. cit.*.

72 GENET, Jean, *Les Bonnes*, Collection Folio, 1976, p.58.

73 *Id. ibid.*, p.100.

74 *Id. ibid.*, pp.100-101.

Ora, nas suas entrevistas, tanto a Conceição como a Fernanda exprimiram uma visão oposta deste estado de espírito até agora mencionado. Nelas, há, pelo contrário, a vontade de "positivar" a sua situação dentro da família e, em consequência, a imagem de si própria.

É de salientar que o recolhimento das visões das antigas criadas de servir sofreram certamente uma defasagem. No caso da Fernanda e da Conceição, a visão que exprimiram de si próprias é posterior. Tendo-se instalado uma distância temporal entre o que elas sentiam quando andavam a servir e o que elas sentem hoje em dia, as consequências sobre o seu discurso comportam certamente algumas marcas. A sua memória terá procedido a uma selecção efectiva que fez com que nos desse apenas a(s) visão(ões) que para elas seria(m) a(s) mais apropriada(s) para este tipo investigação[75] e que correspondesse(m) à esperança da locutora e dos leitores posteriores. Não nos esqueçamos que a exprobação feita a este tipo de discurso é a nostalgia do passado, o conforto autobiográfico e a saudade do passado[76], como se vê no relato da Fernanda nomeadamente que não deixou de idealizar-se quando era mais nova. Mas as duas antigas criadas fizeram a distinção entre o tipo que elas eram e representavam na altura e a sua relação com o serviço doméstico. São duas visões opostas que finalmente deixam uma visão ambígua da sua condição geral.

A primeira análise a que convém proceder nas duas entrevistas por estar mais em relevo, é a relação da antiga criada com o outro, isto é, a sua identificação à família sob um ponto de vista posterior. Ambas projectaram uma imagem idealizada do seu lugar no seio da célula familiar burguesa. No entanto, a evocação das suas relações com os patrões aparece em ambos casos de forma contraditória. Com efeito, os sentimentos das entrevistadas referenciam-se à patroa enquanto "superior" mas também enquanto mulher, e, a partir desta diferenciação, as suas opiniões divergem. Tratar-se-á de analisar aqui mais especificamente a relação da criada com a patroa e não com o patrão (embora venha a acontecer no caso da Fernanda), porque se tratava de uma relação estabelecida no espaço doméstico, espaço feminino por excelência e lembramo-nos da complementaridade entre a criada e a dona de casa que encontra aqui a sua aplicação.

É de indicar que a idade precoce em que a Conceição e a Fernanda começaram a exercer o

---

75 cf. Documento Anexo1, p.2.

76 ROCHE, Anne, "Raconter les années 30", *Raison Présente* N°118, Nouvelles Editions Rationalistes, p.13.

serviço doméstico foi um factor determinante na sua relação com a patroa. O tempo fazia com que os laços entre a criada e a ama se afirmassem. Assim, a Fernanda refere implicitamente que era bem tratada: *Também foram muitos os anos que cá estive, se fossem pessoas ruins [...] não estava cá. Gostava muito delas*[77]. O tempo ajudou a que a criada avaliasse as suas relações com a patroa. A Conceição, quanto a ela, define a sua de forma similar: *Mas lá tinha os seus dias em que andava mais calma e, então, éramos como uma mãe e sua filha, é verdade, apesar de tudo sempre a considerei como a minha segunda mãe, fui habituada com ela desde pequenina!*[78] Considerando a patroa como uma mãe, a criada esperava ser tratada como uma filha de casa. Na verdade, a relação que a criadamantinha com o outro reflectia a sua própria imagem dentro do espaço doméstico e mais especificamente o seu lugar. Tanto a Fernanda como a Conceição, apesar de fazerem vários elogios sobre as patroas, expressaram também algumas queixas. A Fernanda, por um lado, diz que a patroa fazia de propósito de lhe dar mais trabalho para ir mais tarde para o povo ao Domingo (único dia de descanso): *[...] espera lá que te vou dar mais que fazer*[79]. Ora a forma de reprodução do discurso da patroa é significativa, testemunha velhacaria. Por outro lado, confessou que a patroa reparava no seu atraso quando ia a Vila Nova: *Ó mulher demoraste-te tanto!*[80] As exprobações expressadas relacionavam-se somente com o serviço, não se tratava de uma relação de mulher a mulher. A Conceição, quanto a ela, confessa a dificuldade que tinha em suportar os defeitos da patroa: *Ela não era má mas tinha que estar ali a aturar nem me deixava fazer as coisas à minha maneira, reparava em tudo o que eu fazia, era teimosa [...]*[81]. Na verdade, a patroa controlava o seu trabalho. Finalmente, em ambos casos, transparecem as reacções das antigas empregadas perante os comportamentos patronais. A relação de superioridade-inferioridade prevalece sobre a relação de mulher a mulher. Isto, no entanto, não quer dizer que a patroa fosse boa ou ruim, mas implicava a submissão e o conformismo da criada, às vezes, a revolta. Existe portanto uma contradição entre as expectativas da criada (estabelecer uma relação de ordem familiar com os patrões) e as da patroa (conservar uma única relação profissional). A Fernanda evocou um protesto

---

77 cf. Documento Anexo 2, p.18.

78 cf. Documento Anexo 3, p.32.

79 cf. Documento Anexo 2, p.9.

80 *Id., Ibid.*, p.7.

81 cf. Documento Anexo 3, p.32.

muito evasivamente, sem responder com pormenor à pergunta. Sabe-se apenas que queria ir embora porque a patroa pedia trabalho demais: *Vou-me embora porque já não posso mais*[82], dizia ela. Pois como o sublinha a Fernanda, as criadas deviam "aguentar", isto é conformar-se à situação delas, portanto, obedecer à entidade patronal. Nestas condições, as criadas não eram consideradas como membros da família mas como empregados. É nesta perspectiva que, compreendendo o estado de dependência em que se encontravam (o mesmo que o povo pobre), destaca-se o conformismo da criada: *[...] eu tinha que me calar, quem precisava, não é filha. Naquela altura passava-se muito mal e depois eu aguentava, pois tínhamos que aguentar, não é*[83]. O discurso da Fernanda, nomeadamente, expõe esse modo de ser, de sujeitamento, na busca perpétua da aprovação do interlocutor com a introdução da interrogação: "não é". As relações deste tipo não eram familiares. Por isso, todos os estudiosos concordaram em caracterizar de ambíguas e complexas as relações que entretinham as criadas de servir com os membros da casa burguesa por estarem a meio caminho entre as relações de tipo familiar e de tipo profissional, mais autoritárias. As relações assim estabelecidas provavam que nunca seriam totalmente desprovidas de desigualdade mas sempre hierarquizadas apesar dos laços familiares serem os primeiros evocados nas duas entrevistas. Na tentativa de definir a relação da criada com o outro, reside uma ambiguidade que sublinha que, tratando-se de uma relação de empregada a patroa dentro duma célula familiar, a criada não tinha um lugar definido ao nível do círculo familiar.

No entanto, os laços que prendiam a criada aos patrões e vice versa precisavam-se nos momentos importantes da vida, por exemplo quando estavam confrontados com a doença e depois com a morte. O filho de casa licenciou a Fernanda e o marido de modo muito brutal: *Rua! rua! vão lá para casa deles, rua! esta casa é minha, rua!*[84] Tratados como estrangeiros, podemos notar que, em tal momento, o senhor Carvalho não considerava a Fernanda e o marido como membros da casa. Não conhecemos realmente a reacção dos patrões nesse momento. Sabemos apenas que a patroa sofreu da separação e que, segundo o que referiu a Fernanda, morreu mais depressa como por causa da aflição de a ter visto sair de casa. Ao evocar este episódio, a antiga criada demostrava desta forma que não era apenas criada de servir para a patroa mas privilegiava de uma posição

82 cf. Documento Anexo 2, p.12

83 *Id., Ibid.*, p.9.

84 *Id., Ibid.*, p.8.

superior. Aliás, a relação actual que mantém a criada com a sua última patroa evoluiu mas conservou o seu carácter ambíguo:

Sempre, sempre a mesma coisa, basta que já não me estima como uma criada, é como que sou filha, irmã dela... Outro dia, filha, ela é mais velha do que eu só dois ou três anos /.../ e disse assim: "Olha Fernanda, eu não te estimo como a minha caseira, estimo-te como que sejas a minha irmã", e a chorar, filha... e estas coisas tocam à gente, filha, nem que a gente, por exemplo, tivesse vontade de sair, não saíamos[85] .

Mencionar uma relação de parentesco (embora fosse uma comparação) com uma entidade patronal era para a criada de servir uma forma de valorização da sua imagem. O facto de a patroa já não a estimar como uma criada prova que houve uma evolução nas suas relações.

Contrariamente à Célesine no início do século e à visão pessimista dos escritores, as antigas criadas da época salazarista testemunharam de uma visão positiva de si próprias. Se tormarmos em conta a distância temporal e o relativo reconhecimento social e profissional da profissão (que se deu entre o momento em que trabalhavam e o momento em que foram interrogadas), notamos que o facto de se identificarem à família burguesa é um meio para elas de valorizar a sua imagem mas também a sua profissão. Desta forma outorgaram-lhe um estatuto que não possuía na época. Justificaram assim a sua presença no círculo familiar e um consequente reconhecimento profissional.

Assim, a imagem da criada de servir era a imagem de um ser ambíguo cuja condição social mal definida tornava a sua questão identitária controversa. Bloqueada entre o que a sociedade exigia dela e o que ela era realmente, a criada das décadas salazaristas empreendeu a par do seu reconhecimento social, a busca da sua identidade. Perseguindo a eterna luta contra as servidões de que fora sempre vítima, tentou vencer as imagens tradicionais e os estereótipos recurrentes que a estigmatizavam utilizando o mimestismo social para se emancipar. Este itinerário reflectiu a sua passagem não completa da alienação à libertação, do estereótipo à pessoa, da consciência dos outros à consciência de si própria. Na verdade, a criada da época salazarista sofreu a transição de

85 *Id., Ibid.*, p.22.

dois momentos da evolução da sociedade. Sendo a "guardiã" da instituição familiar, a sua estabilidade secular estava alterando-se no período salazarista testemunhando que a sociedade em geral estava em fase de transformação, passando de uma sociedade de ordem a uma sociedade de classes. Era a tomada de consciência deste facto que a levava a sociedade travar o reconhecimento social da criada de servir. Paralelamente, os escritores da época, sensibilizados sobre os problemas sociais e a condição humana após o aparecimento das ideias marxistas da luta das classes, as consequências terríveis da guerra e, num outro domínio, com o progresso dos movimentos feministas que se dava muito lentamente, contribuíram para o reconhecimento social e profissional da criada de servir. Na ficção como na realidade, esta passou da invisibilidade à visibilidade.

Conclusão geral.

Ao procurar determinar o *lugar* da criada de servir na sociedade salazarista, tornou-se claro o facto de ela se ter tornado uma *anomalia*[1] num mundo em que os papéis profissionais e sociais evoluiam. De facto, a característica desta "profissão" era o seu carácter ambíguo, o qual foi aproveitado pela criada de servir para a sua emancipação profissional e o seu consequente reconhecimento social. Invisível na época anterior ao salazarismo, com um papel económico estagnante devido ao tradicionalismo da sua função, a serviçal viu o seu papel profissional evoluir no sentido da visibilidade sob a Ditadura. Testemunhando quotidianamente da evolução das estruturas sociais numa sociedade conservadora e conformista, tornou-se uma figura perturbadora num sistema que tentava conter o progresso industrial. Ora, com o aparecimento da questão da luta das classes (com a difusão das ideias marxistas) e a tomada de consciência geral sobre a condição dos "inferiores", a posição socio-económica da classe das criadas de servir passou a constituir um problema "visível".

De facto, este estudo revelou que o serviço doméstico era uma actividade invisível no mercado de trabalho por causa da sua íntima dependência com o espaço doméstico burguês, espaço fechado sobre o exterior conforme a moral da época. Considerado de utilidade pessoal e não produtivo, o serviço doméstico outorgara à criada de servir um papel económico fraco e colocara-a num lugar isolado e, em consequência, desconhecido no mercado do trabalho. O acesso ao reconhecimento profissional e social pela criada de servir viu-se desta forma travado. Exercendo o que representava uma actividade de "socorro" para uma grande parte de mulheres de condição humilde, a serviçal submeteu-se à sua dura lei de exploração, de subordinação e de dependência - consequências óbvias dum trabalho "atípico". Afastado da classe operária, das suas reivindicações e direitos sociais, o grupo das criadas de servir constituía finalmente uma categoria "sob-proletarizada". De facto, o serviço doméstico era considerado como uma ocupação feminina tradicional, de carácter transitório, e portanto desprovido de qualquer regulamentação. Servir para subsistir representou, então, o meio de fixação do grupo sem outra alternativa senão a servidão ou

[1] Expressão de Michelle Perrot a respeito da questão da mulher trabalhadora no século XIX.
PERROT, Michelle e BUBY, Georges, *op. cit.*, p.444.

inexistência.

Posto isto, as criadas de servir, sem reconhecimento profissional efectivo, foram obrigadas a assumir as exigências da profissão e a enfrentar as suas consequências. Numa posição de maior vulnerabilidade que os outros grupos trabalhadores da época, conjugaram comportamentos encarados como reprováveis (prostituta, criminosa) difíceis de evitar na sociedade existente com situações que lhes eram necessárias (trabalhadora, solteira), desafiando a norma oficial. Fora dos modelos arquétipos de representação da Mulher (Esposa e Mãe), enquanto ser social aceite e respeitável (a norma desejada), no decurso da sua vivência quotidiana a criada de servir tornou-se uma figura rebelde (emancipada) e, portanto, visível negativamente. Ora, a percepção da sua visibilidade constituiu um problema para os moralistas da época preocupados com a sua futura integração social e mais ainda com o facto de elas reivindicarem uma existência social e profissional autónoma. Pois enquanto burgueses, preferiam manter a sua dominação sobre esta classe social.

Finalmente, adoptando modos de vida e comportamentos alternativos da sua função, a representação da criada de servir mais ou menos estereotipada na sociedade sofreu alterações. Reflectindo a imagem de um ser em "renovação", a criada de servir projectou na sociedade a imagem da futura mulher moderna, emancipada e indistinta das mulheres das outras classes, problematizando assim a estabilidade da ordem social. Ao procurar conter esta desorganização, a sociedade salazarista quis manter a criada de servir quer na marginalização quer na inferioridade. Ora, enquanto instituição social, a evolução da criada de servir não podia ser senão o espelho das próprias transformações (preocupações e estagnações) sociais. Embora o modelo ideal se mantivesse, as criadas de servir anteciparam sobre a mutação da sociedade salazarista (onde reinava a ordem) em sociedade de classes (industrializada), sociedade que só após o 25 de Abril concediria à mulher um *lugar* de relevo na esfera de produção e, consequentemente, na esfera pública. A criada de servir tornou-se de qualquer maneira uma precursora da integração das mulheres no espaço público e no da produção, expondo à sociedade o que era escondido. Neste caso reflectiu a emancipação da mulher que se daria nos anos setenta.

Diversos factores concorreram para isto. Se por um lado, no início do salazarismo a sua situação era similar à da serviçal do século passado, sob a Ditadura, a criada de servir sofreu uma

evolução positiva nomeadamente a partir dos anos 40. De facto, após o traumatismo da guerra e com a introdução das ideias marxistas e comunistas, a sociedade interessou-se mais pela condição humana. Foram os escritores os primeiros a testemunhar o seu interesse por temas populistas entre os quais o da criada de servir denunciando com compaixão a sua situação social. No século passado, a criada de servir na literatura aparecia apenas como personagem secundária (como nos romances de Júlio Dinis por exemplo). Foi Eça de Queirós, no fundo, o precursor do tema na literatura ao delinear a figura de uma criada rebelde e protagonista. Denunciando o avesso da burguesia e pela mesma estabelecendo o panorama da condição da trabalhadora doméstica (embora esta não fosse a preocupação do realismo), o escritor inovou. Em contrapartida, José Rodrigues Miguéis inspirando-se directamente da realidade da época republicana dramatizou, num romance, as infelicidades duma criada de servir. Com a sua entrada na esfera de produção, a serviçal passou da invisibilidade à visibilidade histórica da qual a literatura fazia eco (personagem).

De facto, a criada de servir tornou-se objecto de observação para a burguesia e para os escritores e objecto de estudo para os sociólogos e historiadores actuais. O interesse do século XX pelos marginais, os excluídos e os pobres fez do tema da criada de servir um fenómeno moderno. Este evoluiu a par das grandes transformações deste século que ocorreram nos países europeus. De facto, se na França a literatura e os estudos históricos fizeram prevalecer apenas o assunto após a segunda Guerra Mundial, em Portugal este revelou-se após o fim da Ditadura. Em ambos casos assistiu-se a uma tomada de consciência geral sobre a condição social das classes marginais e das relações que estas mantinham com o resto da sociedade.

Aliás, a chamada "história oral", ao aparecer de novo nas velhas civilizações de tradição escrita nos anos 50, foi reconhecida porque permitia analisar estes temas que estavam de actualidade, com a sua base antropológica. O interesse para Portugal seria então, neste caso, desenvolver a "história oral" da classe social das criadas de servir para superar a falha nos documentos escritos deste tema e completar os esforços iniciados neste sentido em certas teses.

Por outro lado, a visibilidade da criada de servir nunca deixou de acentuar-se nomeadamente quando se chegou à questão da integração da classe operária na sociedade. À margem de duas classes sociais, a serviçal da época (ao emancipar-se) salazarista estava sendo a representante da mutação duma sociedade de ordem em sociedade de classes sociais distintas. Era a

tomada de consciência do seu estado e das evoluções sociais que fez que, no crepúsculo do salazarismo, o *moderno* comportamento da criada de servir anunciou a futura mutação do grupo.

De facto, se a classe doméstica nunca deixou de existir desde a Humanidade (sendo uma instituição estável porque depende do espaço doméstico), sempre se diversificou através das gerações. Outrora era um grupo masculino que se feminizou no século XIX e se generalizou numa única criada de servir. Nas sociedades capitalistas e modernizadas de hoje são as mulheres a dias que representam o grupo dominante em peso numérico do século passado e que simbolizam a evolução do estatuto da criada de servir que se iniciou, em Portugal, sob a época salazarista. Esta última transição é a chamada *crise da domesticidade* que ocorreu na Europa após a primeira Guerra Mundial e que chegou à mesma diversificação do sector. Em todo o continente, a criada de servir beneficiou neste século duma evolução positiva embora com uma certa defasagem temporal segundo os países. De facto, a profissão quer seja em França quer seja em Portugal evoluiu no sentido do assalariamento e da proletarização à medida que foi reconhecida a sua utilidade. No fundo, a aquisição destes dois factores contribuiu para vulgarizar a "profissão" e estabilizá-la nas sociedades hoje em dia industrializadas.

Posto isto, a criada provinciana da época salazarista não será a mulher portuguesa imigrante de hoje em dia que serve de mão de obra nos países europeus mais ricos? Seria interessante estudar a perpétua "renovação" desta classe através do facto de que as mulheres imigrantes portuguesas actualmente beneficiam já de uma imagem estereotipada que traduzimos através da frase de Maria Izilda Santos de Matos (que constatava isto no São Paulo nas primeiras décadas do século): *A preferência por domésticas dessa nacionalidade se devia por serem consideradas dedicadas, honestas e com tenaz capacidade de trabalho*[2]. Tratar-se-ia assim de determinar o seu novo grau de integração nas actuais sociedades.

---

2 MATOS, Maria Izilda Santos de, *op. cit.*, p.146.

Bibliografia consultada

1- Fontes impressas.

1.1. Periódicos.

Alma Feminina, Lisboa, 1939 (N° 1 a 4), 1945 (N°14), 1946 (N°15).

ARCHER, Maria, "Tipos Populares, A Criada de Servir", in *Revista Municipal 1940*, N°5, Lisboa, 1940, pp.49 a 52.

Diário de Notícias, Lisboa, 18 de Junho de 1945.

Diário Popular, 3 de Setembro de 1955.

Feminina, Lisboa, 27 de Janeiro de 1937.

Le Monde, 2 Juin 1998.

O Mundo, Lisboa, 1909 (2, 6, 7 e 12 de Janeiro e 7 de Julho).

1.2. Materiais estatísticos.

Estatística Judicária, (I.N.E.), Imprensa Nacional, Lisboa, 1937.

Estatística Judicária, (I.N.E.), Imprensa Nacional, Lisboa, 1944.

1.3. Teatro, ficção, poesia.

ABELHO, Azinhal, *Lisboa num Cravo de Papel*, Pub. Culturas da Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pp.103 a 105.

A Criada Maria, Ed.Salesianas, Teatro educativo e moral N°14, Adaptação F.M.A., [D.L.1956].

As criadas de servir e outros versos, Lisboa (B.N.L.), Pub. 1936.

BASTOS, António de Sousa, *Lisboa Velha, Sessenta Anos de Recordações, 1850-1910*, Lisboa, 1947.

DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, 1ª ed., Porto Editora, Porto, 1964.

FARIA, Almeida, *Trilogia Lusitana*, Biblioteca de autores portugueses, Vila da Maia, 1982.

FLAUBERT, "Un coeur simple", in *Trois Contes*, Grands Ecrivains, 1984.

FONSECA, Branquinho da, *O Barão*, 4ªed., Ed. Portugália, Lisboa, 1972.

FONSECA, Manuel da, *O Fogo e as Cinzas*, 20ª ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1981.

GENET, Jean, *Les Bonnes*, Collection Folio, 1976.

MARIE, Isabel, *La Bonne*, Ed. Grasset, Le Livre de Poche, Paris, 1996.

MIGUÉIS, José Rodrigues, *O Milagre segundo Salomé*, 2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

NAMORA, Fernando, *Retalhos da Vida de um Médico*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1966.

NAZARÉ, Anibal, *Maria, uma sua Criada*, C.M.L.E.O. [sem data de publicação]

QUEIRÓS, Eça de, *Primo Bazílio*, 12ª ed., Ed."Livros do Brasil" , Lisboa.

QUINTELA, Teresa, *Chiado Meu Amor*, Pub. Lucidus, Editor Albérico Cardoso, Lisboa, 1989.

REDOL, Alves, *Gaibéus*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1965.

RÉGIO, José, *Histórias de Mulheres*, 3ª ed., Ed. Portugália, Lisboa, 1968.

1.4. Manuais de Civilidade.

AGOSTINHO, José, *A Mulher em Portugal*, Liv. Figueirinhas Editora, Porto, 1909.

COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher no Lar*, 4ª ed., Porto Ed., Porto, 1944.

GENCÉ, Condessa de, *Tratado de Civilidade e Etiqueta*, 17ª ed.actualizada, Guimarães Editores, Lisboa, 1968.

LÚCIA, Maria, *A Mulher Dona de Casa*, 3ª ed., Ed. Universo, Lisboa, 1945.

MAGALHÃES, Manuel Maria Calvet de, *Economia Doméstica*, "Cadernos do Povo", Edições Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, 1946.

NAZARETH, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta*, 10ª ed., Arnaldo Bordalo, Lisboa, 1919.

SANTOS, Laura, *A Perfeita Dona de Casa*, Editorial Lavores, Lisboa, [D.L.1955].

1.5. Memórias.

Entrevista N°1 (D. Fernanda da Silva Oliveira).

Entrevista N°2 (D. Conceição Soares dos Santos).

MIRBEAU, Octave, *Le journal d'une femme de chambre*, Press Pocket, Paris, 1982.

2- Estudos críticos.

2.1. História de Portugal.

BOURDON, Albert-Alain, *Histoire du Portugal*, P.U.F., Paris, 1970.

BREMOND, Janine *et al.*, *Dictionnaire économique et social*, 4ème ed., Hatier, Paris, 1990.

CARREIRA, Henrique Medina, *As Políticas Sociais em Portugal*, Pub. Gradiva, Lisboa, 1996.

FERRÃO, Carlos, *História da Primeira República*, Terra Livre, Lisboa, 1976.

GARCIA, José Luis *et al.*, *A Emigração Potuguesa (Uma Breve Introdução)*, Ed. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Maio de 1998.

GEORGEL, Jacques, *Le Salazarisme*, Editions Cujas, Paris, 1981.

GÉRAC, Michel, *Portugal années 70*, Editions TD, Paris, 1971.

GUICHARD, François, *Géographie du Portugal*, Masson, Paris, 1990.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. II, Palas Editores, Lisboa, 1973.

MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Editorial Presença / G.I.S., Lisboa, 1978.

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, 2ª ed., Seara Nova, Lisboa, 1974.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e Economia (Portugal nos séc.XIX e XX)*, Direcção de Joel Serrão, Livros Horizonte, Lisboa, 1979.

ROSAS, Fernando, "O Estado Novo (1926-1974)", in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, direcção de José Mattoso, Vol.VII, 1990.

TAVARES, Maria José Ferro, *Sociedade e Cultura Portuguesas, 2*, Universidade Aberta, Lisboa, 1990.

2.2. Enquadramento metodológico.

BOUNICEAU-GESMON, *Domestiques et Maîtres*, Alphonse Lemerre, Paris, 1896.

GUIRAL , Pierre et THUILLIER, Guy, *La vie quotidienne des domestiques en France au XIXème siècle*, Hachette, Paris, 1978.

GUTTON, Jean-Pierre, *Domestiques et serviteurs dans la France de l'Ancien Régime*, Ed. Aubier, Paris, 1981.

JOUTARD, Philippe, "L'Histoire orale: bilan d'un quart de siècle de réflexion méthodologique et de travaux", *18th International Congress of Historical Sciences*, Actes/Proceedings, Montreal, 1995, pp.205-221.

MORAUD, Yves, *La conquête de liberté de Scapin à Figaro. Valets, servantes et soubrettes de Molière à Beaumarchais*, P.U.F., Paris, 1981.

ROCHE, Anne, "Que faire d'un récit de vie?", in *La Revue de Belles-Lettres*, N°1, Genève, 1995, pp.73-87.

- "Raconter les années 30", Raison Présente N°118, Nouvelles Editions Rationalistes, pp.5-16.

2.3. História da Mulher.

2.3.1. Obras.

BARREIRA, Cecília Maria Gonçalves, *Universos Femininos em Portugal, Retrato da Burguesa, 1890-1930*, Doutoramento de Estudos Portugueses, Lisboa, 1991.

CARVALHO, Adelaide, *As Criadas de Servir e o Serviço Doméstico*, 2ª ed., Lisboa, 1956.

CENTRE D'ETUDES sur le BRÉSIL, *Les Femmes dans la ville, Un dialogue Franco-brésilien*, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.

CORBIN, Alain, *Les filles de noces. Misère sexuelle et prostitution au XIX et XXème siècles*, Flammarion, Paris, 1978.

DAUBIÉ, Julie-Victoire, *La femme pauvre*, T.1, Côté Femmes, Paris, 1992-1993.

ESTEVES, Martha de Abreu, *Meninas Perdidas, Os Populares e o Quotidiano do Amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*, Colecção Oficinas da História, Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette, *Madame ou Mademoiselle, Itinéraires de la solitude féminine XVIIIe - XXe siècle*, Editions Montalba, Paris, 1984.

GODINHO, Paula Cristina Antunes, *O Leito e as Margens. Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do alto Trás-os-Montes*, Mestrado de Cultura e Literatura portuguesa, Lisboa, 1990.

GRAHAM, Sandra Lauderdale, *Proteção e Obediência,Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, Companhia das Letras, 1992.

GUINOTE, Paulo Jorge Alves, *Quotidianos Femininos, 1900-1933*, Mestrado em História, Lisboa, 1994.

LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do sec. XVIII)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

MARTIN-FUGIER, Anne, *La place des bonnes, La domesticité féminine en 1900*, Livre de poche, Paris, 1979.

MICHELET, Jules, *La Femme*, Flammarion, Paris, rééd. 1981.

OSÓRIO, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, Lisboa, 1905.

PERISTA, Heloísa, *A Pobreza no Feminino na cidade de Lisboa*, Pub. Lisboa Organização, Lisboa, [D.L. 1992].

PERROT, Michelle et DUBY, Georges,"O Século XIX", in *História das Mulheres*, T.4, Edições Afrontamento, Lisboa, 1994.

SILVA, Manuela *et al.*, *Pobreza Urbana em Portugal*, C.R.C./D.P.S. e Caritas Portuguesa, Lisboa, 1989.

SILVA, Maria Regina Tavares da, *Mulheres Portuguesas*, C.I.D.M., Lisboa, [D.L.1991].

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, *As Mulheres no Trabalho*, Porto, 1975.

VERDIER, Yvonne, *Façons de dire, façons de faire, La laveuse, la couturière, la cuisinière*, Editions Gallimard, Paris, 1979.

2.2.2. Artigos publicados.

BRANDÃO, Eugénio, *Estereótipos em Manuais Escolares: Esboço Sociológico sobre a Discriminação Sexual nos Programas de Aprendizagem de Leitura*, "Cadernos da Condição Feminina", Comissão da Condição Feminina, 1979.

CABRAL, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho", in *Análise Social*, Vol.XX (80), 1984, pp.97-112.

CARLOS, Palma, "A Mulher e o Trabalho", in *A Mulher na Sociedade Contemporânea*, Cadernos de Hoje N°8, Prelo Editora, Lisboa, 1969, pp.41-60.

COVA, Ana e PINTO, António Costa, "O Salazarismo e as Mulheres, uma Abordagem Comparativa", in *Revista Penelope, Fazer e desfazer história*, Vol. XVII, Edições Cosmos, 1997, pp.71-94.

GUIMARÃES, Elina, "Evolução da situação jurídica da mulher portuguesa", in *A Mulher na Sociedade Contemporânea*, Cadernos de Hoje n°8, Prelo Editora, Lisboa, 1969, pp.9-28.

-*Mulheres Portuguesas, Ontem e Hoje*, Pub. C.I.D.M., "Cadernos Condição Feminina", 1989.

LEAL, Ivone, *A Imagem Feminina nos Manuais Escolares*, "Cadernos Condição Feminina", Comissão Condição Feminina, Lisboa, 1979.

MATOS, Maria Izilda Santos de, "Quotidiano e Trabalho: Mulheres Imigrantes Portuguesas. São Paulo 1890-1930", in *O Rosto Feminino da Expansão Feminina*, Congresso Internacional, Actas II, Comissão da Condição Feminina, Lisboa, 1994.

PAIS, José Machado, "A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX", in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983, pp.939 a 960.

RODRIGUES, Julieta de Almeida, "Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas : emergência de novas estruturas familiares", in *Análise Social*, Vol.XIX (77-78-79), 1983, pp.939 a 960.

RODRIGUES, Urbano Tavares, "Imagens na Literatura Portuguesa do Século XX", in *A Mulher na Sociedade Contemporânea*, Cadernos de Hoje N°8, Prelo Editora, Lisboa, 1969, pp.187-198.

ROMÃO, Isabel,

-*Mulheres Portuguesas, Alguns Dados Estatísticos*, "Cadernos Condição Feminina", Comissão Condição Feminina, Lisboa, [D.L.1979].

-*A Situação Demográfica da População Feminina em Portugal*, "Cadernos Condição Feminina", Pub. C.I.D.M., Lisboa, 1976.

-*Situação das Mulheres Portuguesas perante a Educação*, "Cadernos Condição Feminina", Comissão Condição Feminina, Lisboa, 1978.

-*Situação de Trabalho das Mulheres Portuguesas*, "Cadernos Condição Feminina", Pub. C.I.D.M., Lisboa, 1976.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos,

-"Problemas da integração da mulher na vida social", in *A Mulher na Sociedade Contemporânea*, Cadernos de Hoje N°8, Prelo Editora, Lisboa, 1969, pp.61-74.

-"Para a análise das ideologias da burguesia", in *Análise Social*, Vol.XIII (49), 1977, pp.7-54.

Documentos

Anexos

Documento 1.

"A criada de servir": Questionário preliminar.

A- Elementos de caracterização pessoal :

1- Como se chama ?

2- Quantos anos tem ?

3- Qual é a sua região de origem ?

4- Qual é o seu nível de instrução ?

5- Qual é a sua situação actual ?

B- O trabalho :

6- Quantos anos tinha quando começou a exercer a profissão de criada de servir ?

7- Desde que idade exerce uma actividade profissional ?

8- Por que razões começou a trabalhar com essa idade ?

9- Já executava trabalhos domésticos em casa de seus pais quando começou a servir ?

10- O que representa para si o trabalho? Uma obrigação, um meio de ganhar a vida, uma forma de valorizar, uma maneira de ajudar a família, uma forma de ser independente, uma satisfacção, outra coisa?

C- O espaço de trabalho :

11- Pode-me fazer a descrição da casa onde trabalhava, incluindo o exterior ?

12- Quais eram as tarefas que exercia ?

13- Acha que era um trabalho demasiado difícil para uma menina de dez, doze ou quatorze anos ?

14- Gostava do seu trabalho ?

15- O que mais lhe custava no serviço ?

D- As relações :

16- Quem eram os seus patrões ?

17- Que atitude adoptava a sua patroa ou o seu patrão quando procedia à verificação do seu trabalho ?

18- Como qualificaria a confiança dos seus patrões relativamente a si ?

19- Dentro de casa, que liberdade lhe era concedida ?

20- Comia antes ou depois dos seus patrões ? Era a mesma comida ?

21- Como foi alojada ?

22- Sentia-se em sua casa ?

23- Como definiria a sua relação com o espaço familiar ?

24- Era a única empregada de dentro ?

25- Obrigavam-na a vestir uma farda particular para servir ?

26- Em que empregava o seu tempo de lazer ?

27- Com este modo de vida, havia alguma relacão sentimental possível ?

28- Tinha algumas obrigações de prática religiosa ?

29- Onde é que aprendeu o catecismo ?

C- Algumas questões específicas :

30- Quantos anos serviu os seus patrões ?

31- Acha então que o casamento foi um meio de libertação ?

32- Quantas horas trabalhava por dia ?

33- Era paga ao fim do dia, da semana ou do mês ?

34- Quanto ganhava ?

35- O que é que podia comprar com um salário jornaleiro ?

36- Achava que era suficiente ?

37- Que destino tomava o seu salário ?

38- Quem é que lhe pagava ?

39- Recebia alguns privilégios ou rendas de outra natureza ?

40- Beneficiava de alguma protecção social ?

41- Tem uma visão positiva ou negativa da sua profissão ?

43- Na época, achava que a sua profissão era mais reconhecida do que qualquer outra ?

D- Aspirações e expectativas :

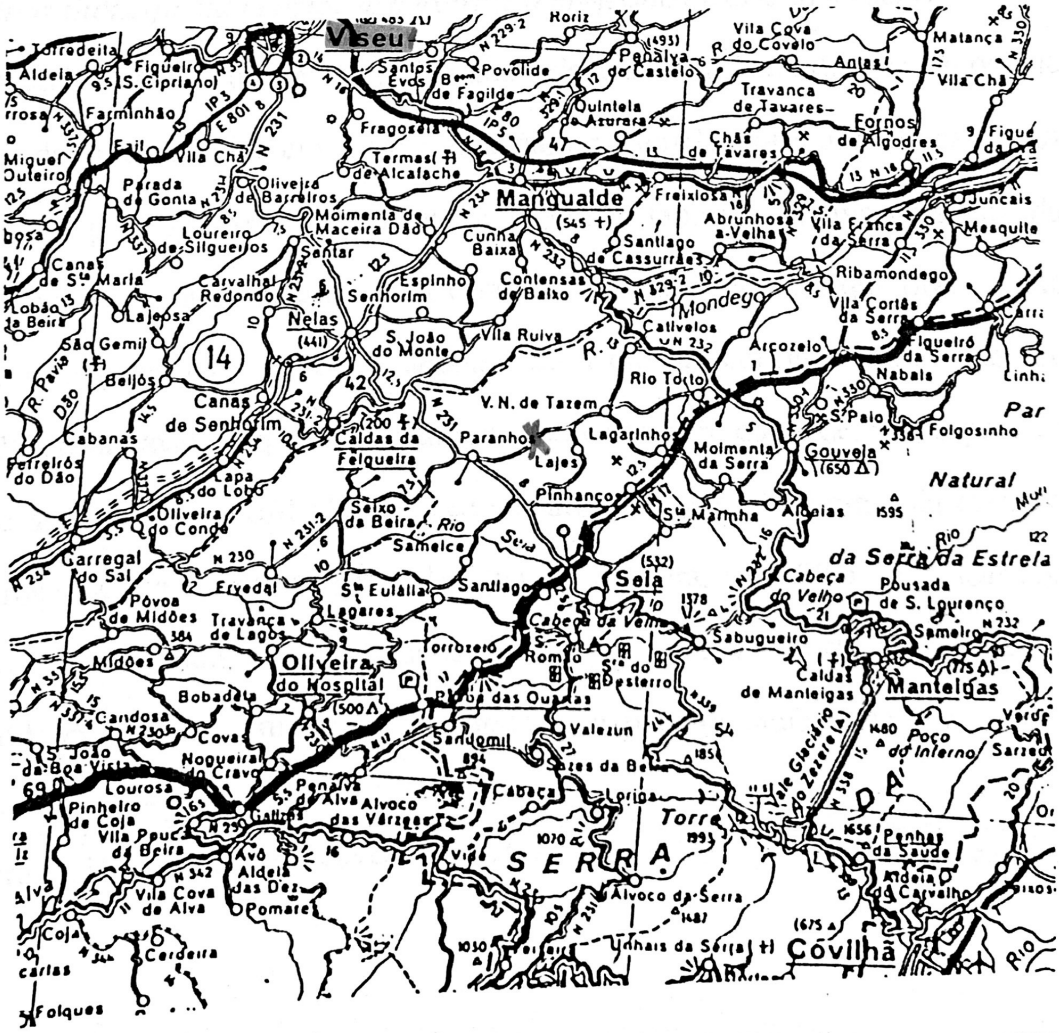
44- Teve algum arrependimento relativamente a esse emprego ?

45- Comparando a sua situação com a dos seus pais, considera que eles eram ricos, remediados, pobres ou muito pobres ?

Documento 2.

Entrevista N°1.

(D. Fernanda da Silva Oliveira, criada de servir rural)



Entrevista realizada a 21 de Agosto de 1998 em Girabolhos (Distrito da Guarda). Transcrição original do texto oral de D. Fernanda da Silva Oliveira, criada de servir rural.

- *Quantos anos tem?*

- "Tenho sessenta e quatro anos, filha, nasci a 3 de Agosto de 1934".

- *Qual é a sua região de origem?*

- "Nasci em Girabolhos, nunca saí daqui, filha, nunca".

- *Qual é o seu nível de instrução?*

- "Ainda andei umas semanitas na escola, andei, mas depois veio a minha mana, a Aida, veio a minha irmã e, pois claro, tive de ficar em casa com ela, era pequenina, a minha mãe não podia ficar ali... tinha que ir ganhar uns tostõezitos... era assim, filha, tínhamos que nos remediar como podíamos, a minha mãe não podia ficar em casa à boa vida, isso não, depois quem nos governava? Naquela altura ganhava-se pouco... o dinheiro faltava, olha, empregávamo-nos, ao menos sempre íamos ganhando alguma coisa".

- *Quantos anos tinha quando começou a exercer a profissão de criada de servir?*

- "Quando comecei a trabalhar, filha, tinha doze anos. É verdade, doze anos que eu vim para cá[1] . A partir daí a minha vida era: lavar roupa, passar a ferro... por a hora do calor! Quando depois estava fresco, ia para as terras com o senhor Nogueira também, levava uma enxada, os homens andavam a cavar e eu, atrás deles, a tupir o milho. Era tupir, como é que dizer... a tupir, é com a enxada, não é, a gente cava a terra e depois com a enxada cobria o milho que estava... que os homens andavam a cavar. Depois, quando era uma certa hora da tarde, vinha para casa encher os depósitos de água, cada depósito levava dez cântaros de água, o de cima da casa de banho, o da cozinha outros dez, eram vinte cântaros de água por dia, era, sim, filha. Ia buscar sozinha. Levava um à cabeça, outro de lado. Com doze anos, filha, e já era bem mexida! E para se tirar a água, era com um caldeirão, chamávamos nós antigamente, a palavra mais certa é o caldeirão. A gente

[1] O Mógão é o nome da quinta dos seus patrões para os quais trabalhava: o senhor Alfredo Nogueira e a D.Isabelinha. A Fernanda e o seu marido são, hoje em dia, os caseiros da D.Isildinha, a filha dos seus antigos patrões na mesma quinta.

puxava a água do poço, tirava-a para fora com a varela, enchia o cântaro e então trazia para casa. Todos os dias o mesmo trabalho, todos os dias o mesmo trabalho, todos. Depois, quando é à noite: fazer o jantar, não é... pôr na mesa, arrumar a cozinha, depois de arrumar a cozinha, a senhora dizia: "ainda podes ir passar esta roupa a ferro?", eu então... tinha que ir. Quantas vezes, minha filha, eu estava a passar a ferro e com a cabeça a quase a cair em cima da roupa, com muito sono, não é, filha, porque andava cansada com o trabalho. Ai, credo! Depois, quando o senhor Nogueira se lembrava: "Olha tens que ir a Vila Nova[2] ", então ia, pela Barroca[3] fora, filha, ia pela estrada, cortava pela Barroca, direito a Vila Nova. Um dia caí e a bateria que levava à cabeça, era uma bateria do carro, sabes o que é, filha, é uma bateria com que guia o carro, claro, era para o rádio, não havia electricidade, era para o rádio. E, então, cheguei ali aos Cócos, está lá um penedo que se chamava o "penedo dos casamentos", tinha chuvido, eu ia na minha rapidez, como o meu costume, escorrega o meu pé, a bateria cai-me em cima do avental... mas não dizia disparates, filha, não dizia, ai Maria Santíssima! Era, filha! E então, acontece que, depois, conforme caiu a bateria, assim ficou o avental todo queimado, era como que era, sei là, um líquido, era... água quente, para dizer, era sim. E depois, ia a Vila Nova em hora e meia. Em hora e meia, filha! Chegava là, via o senhor Costa: "Senhor Costa, olhe, venho com muita pressa, quando é que posso vir buscar a bateria", "Olhe, venha cá amanhã ou depois", ou quando quiser, ficava, ia a buscar, por exemplo, levava hoje, amanhã ou depois ia a buscar, marcava-me a hora e então ia. E depois, quando vinha, a minha madrinha ainda dizia: "Ai, ó mulher, demoraste-te tanto!", "Ó madrinha, como é que me demorei tanto se em hora e meia fui là e vim?" Em hora e meia, filha! Depois a partir daí era sempre a mesma coisa: regar o jardim, havia uma..., aqui ao pé da casa, não era como agora, minha filha, havia uma carreira de..., era o alambique, eram os currais dos coelhos e, então, tinha que regar aquelas laranjeiras todas que era como agora estão mas ainda era o dobro, chegavam ao cimo, onde estão os pios da cura. Regar aquelas laranjeiras todas! Cada laranjeira levava dois cântaros de água, eu tinha que os acartar, tinha que regar! É verdade, filha!

A partir daí, estive cá, então, até aos vinte e..., casei-me aos vinte e quatro... Estive cá até aos vinte e quatro anos. Estive, filha, é verdade! E, então, casei-me, fomos outra vez, então, fomos

2 Vila Nova de Tazém, a cerca de dez quilómetros de Girabolhos.

3 Nome duma quinta de Girabolhos.

para o Moledo[4] , claro, mas continuei cá sempre a trabalhar. Sempre. Só que depois veio o senhor Carvalho, o irmão da minha madrinha e vinha doidinho, coitadinho, vinha là do Congo, vinha Maluco, roubaram-lhe tudo, o homenzinho vinha doido! Um dia, também se embebedava, puxou pela pinga, diz ele: "Rua! rua! vão là para casa deles, rua! esta casa é minha, rua!" O que é que eu fiz, minha filha, disse para o Alfredo: "Pronto, vamos arranjar a nossa casa e vamos embora". Pronto, arranjámos então a cozinha do Moledo e fomos para casa. Depois, a minha madrinha, filha, quero te dizer, que ficou com... um desgosto tão grande, só por causa disso, já contei muitas vezes para a Fátima[5] , muitas vezes, porque ela tinha uma doença grave, e, então, a pessoa quando tem uma doença grave e se apanha uma aflição, mais depressa vai. Depois de casada mesmo, andava com a senhora Bárbara do senhor Vasco[6] , a vida era assim: levantava de manhã cedo, fazia o comer, deixava-o ficar no tacho feito, embrulhado numas toalhas ou numas camisolas de lã para ir ganhar. Ao meio-dia, vinha, comia, era lavar roupa, era arrumar o vivo, era deixar o pequeno já arrumado, ficava entregue com a minha sogra, pequenito, minha filha, arrumar tudo e então deixava ficá-lo e eu ia-me embora outra vez até à noite, à noite vinha, outra vez lavar roupa, porque havia um tanque no Moledo, lavava lá a roupa, de noite havia lá a luz /.../

E a partir daí, então, é sempre o mesmo trabalho, sempre a mesma coisa, filha. Lavava a roupa com uma escova, filha, aquelas colchas de linho, as colchas de fitas, as calças, as toalhas de mesa... tudo havia de ser lavado com uma escova e com sabão de potassa para ficar tudo bem limpinho e tudo bem batido, não tínhamos outra coisa, era assim. Depois, quando era no Verão, tinha que deixar a corar a roupa ao sol, para ficar bem branquinha, filha, e depois estendia-a ali fora nos fios ou então no pátio quando chovia".

- Onde é que lavava a roupa quando chovia?

- "Olha, minha fiha, tu já não viste, pois não, mas havia ali dois tanques: o de Verão e o de Inverno. O tanque de Inverno ficava ali ao fundo do quintal, agora desmancharam tudo, é uma tristeza! onde está a nora, vês, mas enchia-se com a água da ribeirita que ficava cheia com as

---

4 Bairro de Girabolhos.

5 É a sua nora.

6 Quando se casou, a Fernanda teve que deixar o senhor Nogueira e a D.Isabelinha e foi trabalhar como mulher a dias para este casal. O senhor Vasco era o barbeiro de Girabolhos e o enfermeiro.

chuvas de Novembro ou quando chuvia, era, sim, minha filha. E o tanque de Verão, enchia-se com o motor com a água do poço, era o senhor Nogueira que o enchia quando precisava. E a minha vida era assim, lavar, passar, regar o jardim, andar no campo, ir de noite passar a ferro, levantar sempre às cinco, mais tarde era às cinco e meia, todos os dias, fosse de Verão, fosse de Inverno, fosse que hora fosse. Tinha que sempre estar levantada. Eu pouco dormia, filha, deitava-me tarde, eu pouco dormia. Uma hora da manhã, uma e meia, eu pouco dormia, filha. Quando andava às vezes na cura, andavam os homens com as máquinas da cura, o que é que eu fazia, levava os cântaros à cabeça, as máquinas como eram só de mão, não eram como as de agora, de motor, era preciso muita água, quando os homens depejavam as máquinas, encostava a cabeça ao pilar para estar a descansar um bocadinho. Ai, filha, que passei tanto sacrifício! Só Deus é que sabe o sacrifício que eu passei aqui! Toda a vida, filha!"

- Tinha algum dia de descanso?

"Nada! Ao Domingo, minha filha, ao Domingo! Assim que vinha o Domingo, íamos à missa... À pressa, à pressa, à pressa, tinha que limpar tudo para me ir embora para o povo. A minha patroa como via que eu andava à pressa, "espera là que eu te vou dar mais que fazer", era, sim, filha! O que é que ela fazia? "Olha, agora vais buscar isto, agora vais buscar aquilo, agora vais dar comida aos coelhos", e eu tinha que me calar, quem precisava, não é filha. Naquela altura passava-se muito mal e depois eu aguentava, pois, tínhamos que aguentar, não é, porque... se me fosse embora, tinha que ir para outra casa, conhecer novas caras, pronto, agora já não é preciso nada disso, filha, porque já ninguém quer servir, ninguém quer servir, filha, ninguém! Quer dizer, nem responder! Há pessoas, "olha, vai fazer isto", respondem: "não vou", eu nunca respondi, minha filha, nunca, nunca respondi. O senhor Nogueira, quando me casei, o senhor Nogueira foi à igreja acompanhar-me e a Carmininha[7] foi a minha madrinha. Na igreja, no dia do meu casamento, o senhor Nogueira estava atrás de mim, filha, olha, coitadinho do homem, chorou tanto, tanto, tanto, é como que era filha dele. E, havia cá outra criada, tu não conheces minha filha, que está em Vila Nova, quando levávamos o motor à cabeça, lá em cima, para o poço de cima, chamamos nós "o poço da bomba", a Alcina ia à frente com a manga, com o chupador da manga e eu ia atrás com

7 Filha do senhor Nogueira e da D.Isabelinha.

outra parte, não, eu levava o motor à cabeça, o senhor Nogueira ia à frente com o chupador e a Alcina ia atrás dele. E, então, ela fazia pouco do senhor Nogueira, que ele caminhava assim um bocadito torto da perna e depois ela fazia pouco dele. E ele punha-se para trás: "Ah, velhaca! ah, velhaca! isso não se faz! ah, velhaca!" Chegou a casa e disse à minha madrinha: "Ponde-me esta mulher daqui para fora porque a Fernanda sempre há tanto tempo connosco, nunca fez pouco de mim", e não".

- *Não era a única criada de casa?*

- "Era sim, depois de eu me casar, continuei a trabalhar, mas veio ela... substituir o meu lugar. Ela nunca podia estar sem criada porque tinha muito que fazer, não é filha. E depois, então, fazia pouco dele, a minha madrinha quando soube que ela fazia pouco do senhor Nogueira, um dia disse: "Maria Alcina, isso não se faz porque nós caminhamos todos para o mesmo", não é minha filha? Caminhamos todos para velhos, portanto, devemos ter educação para um dia também recebermos a educação. É isso que eu fazia. Pois, coitadinho do homem, era tão meu amigo que não havia. Olha, só vendo o que ele era de boa pessoa, a senhora Isabelinha também era muito boa pessoa, e a minha madrinha nem é bom falar, filha, nem é bom. Basta ela, também tinha uma doença ruim na espinha... muito, muito ruim, coitadinha, para se baixar, para se lavar, tinha que eu a lavar. Chamava-me: "Fernanda, anda cá, lava-me aqui os pés", "Olha, lava-me aqui as costas". É como que ela era uma irmã minha ou como que eu fosse até filha dela. Era muito boa para mim, era sim. É por isso que eu, ainda hoje, tenho muita pena dela /.../ [*mostra-me a fotografia da patroa, a senhora Isabelinha*]

Pois, minha filha, a minha vida era esta. Ensinava-me a fazer o almoço ou a arranjar o jantar para as mulheres, porque andavam sempre aqui mulheres a trabalhar. Naquela altura não era como agora, minha filha, naquela altura, criávamos os porcos e depois aquela carne era cortada às talhadas, botávamos num tachinho tal como a carne de rés e depois púnhamos a mesa e então as mulheres até se consolavam com aquela carninha nem que fosse carne gorda, filha, que agora ninguém a quer /.../ Cozíamos a broa, íamos cozer ao forno que era da senhora Jesus, eu ia com o tabuleiro à cabeça e então cozíamos no forno da senhora Jesus. O pão de broa era cada um, só vendo, filha, mais nada, uma coisa é dizer, outra é... E a senhora quando estava a fazer um doce ou

qualquer coisa, dizia: "anda cá que hás-de aprender", punha-me ao pé dela: "Agora fazes tu que é para aprenderes". Depois quando já sabia: "Agora vais fazer sozinha". Vinham os senhores padres ou vinha as pessoas de visitas, vinham sempre muitas visitas, filha, muitas, muitas, muitas. Menos em quanto vinha um carro, menos em quanto vinha outro carro. Depois, a minha madrinha dizia assim: "Ai meu Deus do Céu e agora não sabemos o que é que vamos arranjar, vai là matar um coelho!" Ai, eu não mato! eu não mato, filha! Não mato nada, filha! Não mato! Então, o senhor Nogueira matava. Depois, então, ia para cima, para a cozinha, saíamos a tábua, partia, punha num tachinho e ali esperava eu. Pronto, aprendi com a minha madrinha também. Tudo o que sei fazer, foi a minha madrinha que me ensinou e a senhora Isabelinha. Um dia casei-me e fui viver então para o Moledo. Morreu lá uma mulher que era chamada a tia Maria Justa. Ela, para ver a minha habilidade, para ver a minha limpeza, disse-me assim: "Olha, deixa-me ir lavar as mãos". "Madrinha, faça favor". Chegou ao meu quarto e disse assim: "Estás de parabéns". Se eu tivesse a casa suja, disse-me que me dava na cara, filha! É verdade! Porque ela dizia-me: "Se um dia te casares e que me vierem dizer que tens a casa porca, podes ter a certeza que te vou fazer uma surpresa". Chegou, viu a casinha limpa, foi dizer à senhora Isabelinha. A senhora Isabelinha, um dia veio-me... mandou-me cá chamar: "Olha, estou muito contente contigo porque aprendeste os mandados que nós te ensinámos". É verdade, filha. Era uma honra para casa, pois era. Mas havia muitas que não queriam aprender. A madrinha dizia assim: "Olha, Alcina...", ou qualquer uma, como é que se chamavam, ou uma da Ortigueira, chamava-se Ção também: "Ó Ção faz isto!", virava a cara para o lado, não aceitava aquilo que a madrinha lhe dizia, não aceitava, filha, eu não, estava sempre pronta para aprender, ainda hoje é o dia. Tenho muito gosto de aprender. Gosto muito da limpeza, eu para mim, meu Deus!, ando sempre com a vassoura na mão, porque não fui habituada, não é filha, a pessoa é do princípio que começa, se a gente se habitua a não fazer a limpeza, um dia não tem confura[8] nenhuma, não é filha, é isso que eu digo. E é assim, a vida foi só... cheia de espinhos para mim. Depois, tínhamos muito vivo, chegámos a ter cem coelhos. Tinha que apanhar comida para aquela malta toda. Tinha que fazer tudo, encarregar-me da casa e do campo, tudo, filha, e ai de mim que não o fizesse: "Fernanda, está isto por fazer, ainda está aquilo por fazer", tudo, filha!"

---

8 Parece ser um regionalismo.

- Algum dia a sua patroa se arreliou consigo?

- "Pois, uma vez... berraram comigo e depois eu disse: "Eu vou-me embora. Vou-me embora porque eu já não posso mais". Já estava já... pronto, queria que ainda fizesse mais que aquilo que fazia, e a idade, e a idade e... também já não aguentava muito, não é filha. E até mesmo hoje é igual, trabalho, trabalho muito. Quando me levantei eram cinco da manhã, mas chega esta hora, tenho que descansar um bocadinho. Ainda hoje me levanto às cinco da manhã /.../ Quantas vezes, íamos aos carreiros, à mata, que havia muitas pinhas, antigamente, havia muitos pinheiros e eu dizia para a minha madrinha: "Madrinha, vamos aos carreiros buscar um saco de pinhas", "Ó mulher, então, como é que lá vamos?" Porque não havia com que se acender o lume, filha. Era uma vida diferente do que é agora, agora há o gás /.../ não havia gás, não havia nada, quem tivesse um fogão de lenha, filha, ui! era rica!, é verdade, minha filha, era rica! Então, íamos lá buscar as pinhas, punhamo-las na loja para quando se acendia o fogão de lenha, uma pinhita, duas cavacas, ali estava o fogo todo resolvido. Agora já não é preciso nada disso. Estas crianças, um dia, não vão saber nada do que se passa /.../ Pois foi uma vida angustiosa porque toda a minha vida foi sempre a trabalhar e continuo na mesma coisa e chegando aquela hora, filha, eu tenho que sair da cama, fui habituada, não posso, mas é que mesmo que não tenha que fazer, tenho que me levantar. Fui habituada /.../ Aos Domingos, era como digo, íamos para o bailarico até às cinco horas. Ás cinco horas tinha que estar em casa, é verdade filha, porque se passasse daquela hora: "Ai! ainda está aquilo por fazer, ainda está aquilo por arrumar", e eu tinha que vir àquela hora, pronto. Mesmo quando eu andava a namorar, "Olha, não posso estar mais tempo, que a minha patroa está à minha espera".

- Deixavam-na namorar?

- "Deixavam. Um dia, filha, namorei um, não sei se está morto ou se está no Brasil, e então chegou aqui à porteira e disse ao senhor Nogueira: "Ó senhor, o senhor dá-me licença de eu entrar?", "Então mas quem és tu?", "Eu namoro a Fernanda". E ele disse "Não. Sem ordem do pai, aqui ninguém entra dentro". É verdade, minha filha, agora é uma desgraça mas naquela altura era assim. Por exemplo, os rapazes para falar com as raparigas, se os pais dessem ordem, a gente tudo bem, se não dessem ordem, nós não podíamos falar... Não vem um dia, com esse tal rapaz, também

estava a servir eu com uma senhora[9] que... já nem existe, nem a casa nem a senhora, já tudo partiu, e então nós vivíamos lá no povo e a patroa convidou-me para eu ir para lá, fui para lá tinha uns quê, alguns dez anos mais ou menos, saí de lá e logo vim para aqui. E o rapaz falou-me e o meu pai soube-o. Eu ia sempre dar de comer lá para cima para uma quinta onde vivia um... mudo, não tinha fala, minha filha, era mudo mas eu entendia-o bem. Fui-lhe dar de comer e ele foi lá ter, foi lá ter o rapaz. O meu pai que Deus tem deu-lhe uma tareia que o homem caiu dentro da água. Depois, passado muito tempo, como o meu pai lhe bateu, nunca deixou de vir ter comigo porque aquilo era um amor de perdição, filha, era. Era um amor de perdição! Só detestava outro rapaz com ideias comigo, meteu uma machada debaixo do casaco... para o matar... "E porque a rapariga é minha, porque tu és um atrevido, porque me queres ir roubar a rapariga, porque eu...", com doze anos, filha, é verdade, com doze anos! eu era muito mexida /.../ E então depois, outra vez, também estava a servir com a mesma pessoa e fui dar a ceia ao tal mudo, levava uma garrafita na mão, levava um cestito pequenino na outra. Chego ao cimo, se calhar não sabes, havia um acipreste grande e havia um muro e, então, vinham três rapazes e vinha esse tal rapaz /.../ vinham todos os três para baixo e eu ia para cima. Um deles ia-me assim a pôr a mão no ombro. O que é que eu faço? Pego na garrafa e dei-lhe na cabeça, abri-lha. Abri-lhe a cabeça! Eu era muito má porque... quer dizer, não havia ninguém, filha... quer dizer, era segura, era na lei. Hoje não, minha filha, hoje é uma desgraça, não é /.../ Pois, então, filha, parti-lhe a cabeça, a mãe dele viu e tratou-me mal e eu só lhe respondi: "Pensa que sou alguma garota, alguma maluca para me deixar por aí apalpar?", ai isso é que não! Eu era assim, mesmo até a dançar, minha filha, o rapaz ao dançar comigo tinha que andar longe, agora não... o mundo está virado, tudo diferente, minha filha, tudo diferente... E o rapaz andava a dançar e por detrás apertava-me e eu punha-lhe a mão ao peito, ele que apertasse e eu empurrava para a frente, era filha! Eu era assim, uma pessoa muito segura, palavra de honra, eu toda a vida tive esta coisa, pronto, da... pureza! /.../"

- *Quem eram os seus patrões?*

- "O meu patrão era o Senhor Alfredo Nogueira, era um dos lavradores mais ricos dos arredores, filha, era, estava casado com a Senhora D.Isabelinha, a minha patroa, foi a senhora que

9 Antes de trabalhar no Mógão, era criada de servir da D. Marquinhas Elísia Monteiro.

viste na fotografia, viste... Quando eu vim para aqui já tinham quê... alguns sessenta e tal anos, quando comecei a trabalhar com eles, é verdade. E, então, tinham três filhos: era a minha madrinha, a Carmininha que Deus tem, foi a minha madrinha do casamento, nunca se casou, coitadinha, morreu nova... aos cinquenta anos, é verdade, filha, era tão boa, fiquei com uma pena, mal tu sabes... foi ela a minha patroa quando a senhora Isabelinha estava mais velha e que já não podia ver daquilo tudo, e então era a única que estava em casa, a senhora Isildinha tinha ido para o Congo com o marido, trabalhava com ela... Foi ela que me ensinou tudo, isso foi. Depois, então, era a menina Isildinha, que é hoje em dia a D.Isildinha do Mógão, é assim que a chamamos, tu bem sabes minha filha, que casou com o Senhor Cruz mais tarde e que teve a menina Isabelinha. Depois, também tinham um filho, o Toninho Zé que emigrou cedo para o Congo... e era assim, mas todos me queriam bem, nem se fala".

- *Pode-me fazer a descrição da casa onde trabalhava, incluindo o exterior?*

- "O quintal, como vês, já era assim, com isto tudo, com estas vinhas, oliveiras, laranjeiras, limoeiros, figueiras, aveleiras, mas o dobro ia até mais lá para o fundo e era tudo só árvores muito lindas mas que davam um trabalhão para o ano todo e ainda hoje é assim, naquela altura era o dobro e o dobro, minha filha, é verdade! No fundo do quintal, como havia lá a palheira, estava mais nova, agora está quase destruída... e o forno para cozer o pão ficava assim ao lado e o tanque mas só o fizeram mais tarde porque antes ia cozer o pão no forno da senhora Jesus, era muita amiga da minha patroa, quando uma cozia o pão, chamava a outra, era assim, filha. Depois, havia as terras todas, não é, onde trabalhavam muitos homens e muitas mulheres, aquilo era muito grande, era preciso uma malta... E, então de volta da casa, havia um jardim muito lindo, não era como agora, filha, mas era já cheio de flores com os passeios de mármore que tinha que limpar todos os dias, todos os dias tinham que limpar a terra... passava lá muita gente depois tinha que se limpar, a minha madrinha não queria que chegasse ali uma visita e visse os passeios sujos, isso não. Pois, então, a casa, ui! nem é bom falar, filha, tem tudo quanto é bom e rico! Já tinha os três andares como agora, pois claro, mas depois é que mudaram tudo. Em baixo, havia o lagar para o azeite e então a adega com muito vinho e a cozinha para fazer a comida para os animais, os coelhos, as galinhas, as cabras. Também estavam lá as arcas do milho, as batatas, tudo para o Inverno, não estavam ao ar.

Depois, no primeiro andar, havia a sala de jantar, a sala de visitas e a sala de espera, e, então, mais três lindos quartos, a cozinha e uma casa de banho. Tinha que esfregar aquele chão todo com uma escova de arame, era o soalho, sabes do tal "parqué", não é, e depois tinha que limpar aquilo que ficava ao de cima quando se esfregava e depois lavava tudo outra vez com sabão de potassa amarelo para deixar tudo amarelinho. E no sótão, havia lá a despensa, as escadas a subir para cima e depois fizeram a sala de costura, dois quartos e uma casa de banho".

- Sentia-se como em sua casa?

- "Igualmente, filha. Não me fazia diferença porque... as pessoas, quer dizer, estimavam-me bem, não é, como me estimavam bem, eu só tinha medo que o meu pai batesse na minha mãezinha[10] . E só quantas vezes, filha, eu estava no meu quarto, em cima, e punha assim o ouvido no telhado... isto é tudo passado, filha, punha o ouvido assim no telhado a ouvir, a pensar que o meu pai batia na minha mãe. Tanta vez!"

- Dormia no último andar ?

- "Dormia em cima, no último andar, num quarto... num quarto pequenino que só fizeram ultimamente porque antes de fazerem o quarto dormia no sótão, chamamos nós o sobrado, e então tinha lá uma janela, punha lá o espelho e era ali que eu me arranjava para ir para o povo. Agora não, já é tudo com mais luxo. Naquela altura vivíamos assim. Vivia ao pé da despensa, da despensa para cima e depois... arranjava-me lá sempre. Mas depois, viram que já era... uma mulher e que... vinha alguém via ali tudo no soalho, não é, e então arranjaram um quartinho, e então fiquei ali naquele quarto. É um quarto que tem um roupeiro e uma cortina verde e, depois, no tecto, tem lá uma telha daquelas de vidro, uma cama de barra branca e um lavatório e a fotografia da Nossa Senhora de Fátima, que eu era já muito amiguinha dela /.../ Pois, assim que me levantava tinha que vir lavadinha, penteada e com roupa lavadinha, pois se cá chegasse em baixo e a madrinha se levantasse e me visse... suja: "Vais te lavar e vais te pentear e depois então é que vens para baixo". Sempre, filha, queria que andasse sempre bem arranjadinha, era assim, filha. É por isso, minha filha, que num dia me falaram quatro rapazes, já contei tanta vez à Fátima. Certo. Porque era assim

10 A Fernanda tinha pena de não estar em casa dos seus pais para velar sobre a mãe.

muito uma canasca, só que é que não era maluca, filha, como já disse, sempre bem segura, mas, pronto, gostavam de mim. Uma vez até um aí do povo chegou ao pé de mim e disse: "Você parece que não liga com a gente!" Era assim, filha."

- *E dentro de casa, podia andar à vontade?*

- "Na cozinha podia receber as minhas irmãs, no resto da casa não, pois claro, tinham lá as suas coisas, não é, estavam lá sempre os velhotes, coitadinhos, e envergonhava-me, sabes, filha, gostava de arrumar, isso sim, mas depois... mal tempo tinha de andar pela casa fora, era assim, filha, não parava um segundo".

- *Comia antes ou depois dos seus patrões?*

- "Não, primeiro servia-os à mesa, depois comia eu ou a mesma coisa ou duas batatitas, era conforme. Mas nunca tive fome, graças a Deus, nunca tivemos fome, filha, nunca. Quando me casei, filha, fui para casa e disse: "Ai, Jesus! para onde é que eu venho!" Ali não havia nada, minha filha, não havia nada. Era uma miséria! Aqui tão fartinha de tudo, quanto é bom e rico, lá não havia nada /.../ Eu gostava de estar em casa mas quando as mulheres andavam no campo, gostava de ir para ao pé delas para andar a conversar com elas porque elas... uma dizia uma anedota, depois eu dizia outra e a gente... Também sempre em casa também aborrecia, era, sim, e as mulheres eram assim muitas amigas, não diziam disparates, filha, diziam anedotas e diziam coisas para a gente se rir também. Outra... chamavam-na a tia Maria do Fernando, era muito amiga de... às vezes deixar fugir uma palavra. O senhor Nogueira dizia assim: "Agora não se fala nisso, rezem pelas almas do purgatório", não queria que dissessem disparates. Agora é uma miséria, só dizem... palavrões. Palavrões, filha. Pois eu gostava muito de ir no campo, como digo, andava sempre com a enxadita na mão. O senhor Nogueira dizia-me assim: "Olha, anda cá que eu te ensino", por exemplo a semear o milho, o centeio, o trigo, "anda cá que eu te ensino", pegava na mão dele e dizia: "Olha, espalha-se assim, um dia se precisares, pois tu fazes também, se não precisares, ensinas a quem andar contigo". Quer dizer se fosses rica, não é minha filha, que não precisava, ensinava as pessoas que andavam no campo comigo. Era uma pessoa muito amiga, era sim... Era cavar, semear batatas, semear feijão, plantar cebolas, era do campo... tudo o que era do campo".

- Quais foram as razões que a levaram a deixar a casa paterna?

- "A minha mãe disse só assim: "tu queres ir para lá?" Eu disse assim: "Minha mãe, se não lhe faz diferença", "Olha, minha filha, fazes muita falta", que eu era a mais velha, eu era a primeira... os tostõezitos que ganhava, nunca fiquei com um tostão, minha filha, dava-lho todo. Tudo... até ao dia do casamento, dei sempre o meu dinheiro todo e depois a minha madrinha dizia-me assim, a Carmininha: "Ó mulher dás o dinheiro todo aos teus pais, um dia queres te casar não tens nada!", mas só que eu, vinham cá pessoas e davam-me. Uma dava-me vinte escudos, outra dava-me dez, outra dava-me cinco... mas valia muito. Vinte escudos naquela altura... valia mais vinte do que hoje valem cinco ou dez, para dizer. E com vinte e cinco escudos, filha, ia a Vila Nova, quando ia levar a bateria, ia a Vila Nova, trazia dois lençóis ou três ou quatro com vinte e cinco escudos, filha, isto é real! Ainda tenho aí pano dos lençóis, chamávamos nós "o Senhor da Hora", o pano bom, do bom! Chegava lá e dizia ao senhor, como é que se ele chamava, já não me lembra, o Ministro, onde hoje é o fotógrafo de Vila Nova, havia aí uma loja onde vendiam tudo e ele dizia: "Ó menina, olhe, hoje tenho cá pano do bom que a menina precisa", "sim, sim, mas eu não trouxe dinheiro, como é que há-de ser?", "Eu não desconfio de si", é verdade, "Eu não desconfio de si", depois quando ia para baixo, pousava a bateria e dizia-lhe assim: "Olhe, então, tem aí pano para lençol?", "Tenho, sim senhora", depois lá media então o que eu quisesse, "Já não lhe pago hoje, só cá venho ou amanhã ou depois de amanhã", quando me dessem para lá ir, não é. Juntava então aquele dinheirito das pessoas que iam a casa, chegava lá: "Faça favor", pagava, outra vez ia lá à louça, ia à louça e.. via uma louça bonita, e dizia-me assim hoje vou levar e punha de lado, até que juntei muitas coisas que tenho aí, filha, com os tostãozitos que me davam! Porque...há pessoas que não se lembram de juntar para o dia de amanhã mas a gente deve-se lembrar do dia de amanhã. Foi assim que pude constituir o meu enxoval, fora disso não podia, filha, ai, isso não! Sabes o que é o enxoval, filha, sabes, a mamã já te ensinou... No Inverno e à noite, punha-me a fazer renda e os bordados nos lençóis que comprava, à luz do candeeiro de petróleo, não havia electricidade. Chamavam-se os "serões", filha. Foi a minha mãe, aos Domingos de tarde, quando ia para o povo, que me ensinou a fazer a renda e os bordados nos lençóis para depois no dia do casamento, era muito lindo, filha. Ainda me lembro como se fosse agora, num fiz umas estrelinhas, num outro eram umas rosas... ainda devem andar para aí, era muito lindo, era. Guardava tudo na

minha malinha, guardava".

- *Como qualificaria a confiança dos seus patrões relativamente a si?*

- "Também foram muitos os anos que cá estive, se fossem pessoas ruins, não é minha filha, não estava cá. Gostava muito delas. A minha madrinha, pronto, queria-me bem, a senhora Isabelinha também, o senhor Nogueira, como disse, então não se falava que era uma pessoa boa e esta senhora[11] é igual. Minha filha, quero te dizer que ela vem de Lisboa, eu nunca vi, ajuda-nos em tudo o que pode. Só este alívio, não vamos para o povo, não vemos nada, estamos aqui sossegadinhas, não se ouve, não se diz, no povo é só ditos... E fica-me tudo entregue, tudo, estive cá sempre! Ela diz-me, para mim e para o meu Alfredo: "Fazeis de conta que o quintal é vosso". Quando foi a primeira vez construída[12] , eu só tinha o Fernando[13] e da maneira que só tinha o Fernando e a velhota[14] e não tinha mais ninguém, quando a fizeram era muito pequenina, era só pouca gente, pronto, então fizeram só dois quartos era um para a avó velhita, outro para mim e outro para o Fernando, e a cozinha, esta salinha e então o corredor e a casinha de banho mas para nós foi uma alegria grande, minha filha".

- *Obrigavam-na a vestir alguma farda particular para servir?*

- "Usava um aventalzinho branco, já disse à Fátima que hei-de dizer à senhora para nos mostrar os aventais, ainda lá estão guardados, filha. Eram muito lindos, um avental com uma espeguilha em toda a volta e, para cima, fazia um coração e umas alças em cruz atrás e então um lançarote detrás no rabo. Era uma boneca, era sim. Tinha um branco, um azul e um cor de rosa. Os aventais diferentes. Quando vinham... pessoas finas usava o branquinho, quando vinham outras pessoas punha só aqueles, mas quando ia a Vila Nova, levava sempre o avental branco, sempre filha, porque era... era o luxo das criadas, era o avental branco, era o luxo. Quando viam a criada, "olha, deve ser de uma patroa boa", quando avental branco, a patroa deve ser... alta. Punhamos sempre os aventaizinhos todos bem arrumados. E pentear então! ui! bem arranjada, a minha

---

11 Trata-se da D.Isildinha que vive em Lisboa todo o ano e entrega a quinta à Fernanda e ao seu marido.

12 A casa onde está ainda hoje em dia a viver foi mandada construir especialmente para ela e para a sua família pela D.Isildinha e o senhor Cruz.

13 O seu único filho.

14 A sua sogra.

madrinha se me visse... mal, não, tinha que andar sempre bem penteada".

- *Quanto ganhava?*

- "Pouco... mas dava mais... a mulher que andava aos dias fora ganhava, por exemplo, seis escudos ou sete, eu aqui tinha aquele dinheirinho sempre certo, sempre certo, filha. Eram seis escudos, iam agora para aqui, iam para ali, nunca juntavam nada, coitados. Mas os pais eram pobres, não podiam, o dinheiro fazia falta. A começar davam-me sessenta escudos por mês, era sempre por mês, certinho, depois oitenta, depois cem e depois mais nada, já era muito. Isto quando estava já para me casar. Cem escudos já era muito naquela altura mas eu não ficava com um tostãozinho, dava sempre tudo aos meus pais, era assim minha filha, é verdade, mal recebia os sessenta escuditos ou oitenta, ia logo levá-los a casa, era assim".

- *Quem é que lhe pagava?*

- "Era a minha madrinha que tratava de tudo comigo porque a senhora Isabelinha, coitadinha, já estava mais velhinha, então era a minha madrinha, a Carmininha que me dava o dinheiro".

- *Fora do salário, recebia outras coisas da sua patroa?*

- "A patroa dava-me muita roupa e eu então, ao Domingo, levavava um vestido /.../ e naquela altura, filha, quem tivesse uns sapatos era feliz. Como eu tinha uns sapatos para fora do povo, tinha uns chinelitos, havia umas chinelas de plástico e o plástico era o luxo das raparigas. A minha patroa foi a Vila Nova ou a Seia, já não me lembro, sei que me trouxe uns sapatos de calcanhar aberto, ai, meu Deus! no povo, por pouco que me iam matando! Antigamente eram lindos, muito jeitozinhos. Eu então com estes sapatos, com uma camisola que me deu o senhor Carvalho, que já morreu, e uma sainha azul às preguinhas, então, era uma boneca, pronto, os rapazes então era uma doidice. "Olha a criada do Mógão é muito jeitozinha", outro queria a criada do Mógão, outro queria a criada do Mógão, mas é que não me podia partir ao meio. O meu pai não me deixava namorar com ninguém, não deixava, filha, ui! Deus me acuda! Apareceu o Alfredo, como ele tinha uns bocadinhos, tinha uma casinha, tinha muitos bocadinhos de terra, o meu pai,

coitadinho, disse assim: "Pronto, olha, vê lá, se gostas dele..." Pronto".

- *Acha que lhe faltava alguma liberdade?*

- "Não, filha, era igual...do que as outras, também, coitadinhas... não podiam mais porque... estavam na casa dos pais, não é, era assim".

- *Relativamente à mulher que andava aos dias fora, qual era a diferença?*

- "Pois, mais limpeza, não é minha filha, tínhamos outra maneira de vida, educação, aprendíamos a falar, aprendíamos a ser educadas para as pessoas, a recebê-las, pois, é verdade, até diziam que eu que não era de Girabolhos, pelo falar, vinham as pessoas de fora e diziam-me: "Você não é de Girabolhos", "Então porquê?", "Porque você não fala como os de Girabolhos e tem outra maneira de... pronto, de receber as pessoas". Era a madrinha, que ela ensinava e eu aprendia tudo o que me dizia, pessoas educadas, de respeito".

- *Tinha algumas obrigações de prática religiosa impostas pela sua patroa?*

- "Não, filha, naquela altura éramos todos amigos de Deus, hoje vêem-se coisas que não haviam de existir, não é, mas o senhor Nogueira e a senhora eram muito amigos de Deus, não faltavam um Domingo à missa e eu ia com eles. Tinha que andar à pressa para ter o trabalho feito para ir à missa, era assim, filha. Depois, na igreja, ficava ao pé deles como se fosse da família, não ficava ao pé dos meus pais e das minhas irmãs, ficava ao pé deles, era assim. A catequese foi com a senhora Jesus, a mulher do senhor Albano, que me ensinou /.../ Não era a doutrina tão rigorosa como hoje. Antigamente, quem soubesse o Pai Nosso, Ave Maria, Salve Rainha, o Acto de Contrição e os Mandamentos, a Lei de Deus, pronto. Aprendíamos muito bem e as pessoas também nos ensinavam muito bem".

- *Dispunha de algum bilhete de trabalho?*

- "Não, minha filha, não era preciso nada, nada, cada pessoa que queria ir... a pessoa que tinha possibilidades chegava ao pé da pessoa que queria empregar, não é, e dizia: "Olha, tu queres vir para mim esses meses e ela dizia-lhe que sim e depois estava o tempo que queria, quer dizer,

não tínhamos o tempo marcado, os anos que estivéssemos lá é que nos pagavam, todos os meses. E no bilhete de identidade estava só escrito: "doméstica", mais nada, é, filha, mais nada".

- Ainda se considera hoja em dia como criada dela?

- "Não, não, minha filha... considero-me como é que hei-de explicar, trabalhadora dos campo... Quando me casei deixei de ser criada de servir, nunca mais meti o lindo avental, depois já nunca mais. Guardaram-no de recordação, ainda hoje o têm lá na mala, filha. Têm lá muitas fotografias minhas, aqui não há nenhuma. Até um dia, nunca tinha ido ao Mondeguinho[15] , filha, fomos ao Mondeguinho, lá em cima e então aí tiraram mais de não sei mais de quantas fotografias eu e mais a menina Isabelinha[16] , pequenina, assim ao colo, está a senhora Isabelinha, está o senhor Cruz, o senhor Carvalho, o senhor Nogueira, o senhor de Passoinhos que eram os sogros da senhora Isildinha e a senhora e uma irmã do marido da senhora Isildinha e então a menina Isabelinha e o Toninho Zé e a minha madrinha e todos, está lá a família toda na fotografia, e eu estava, a madrinha aqui, e eu estou aqui ao pé com a menina ao colo, mas ficou uma fotografia linda".

- Ocupava-se também das crianças de casa?

- "Tudo, sempre filha, com a menina Isabelinha, era. Era mais trabalho um bocadinho porque a menina não queria comer quando a madrinha lhe dava e eu já contei esta parte à senhora Dona Isildinha. Estava habituada comigo, "eu não quero da madrinha, quero da Fernanda". A madrinha, coitadinha, com ciúmes, via que a menina só queria comer comigo, às vezes dizia-me assim: "Vai-te embora mulher a ver se ela come comigo", eu então pegava num cântaro e ia buscar um cântaro de água... mas não comia! Outras vezes, eu andava a regar o jardim e ela: "quero ir com a Fernanda para me cantar a "Fonte das sete bicas"" e, depois, então, ia buscar a água e ela com um selamim, eu com um cântaro à cabeça e outro no braço, e a menina com o selamim e dizia para o avô: "eu ainda acarto mais água que a Fernanda, eu quero ajudá-la, quero acartar muita água", e andava sempre comigo para baixo e para cima e então ela dizia: "canta a "Fonte das sete bicas", canta Fernanda", era uma doidinha, sempre atrás de mim para lhe cantar a "Fonte das sete bicas",

15 Sítio na Serra da Estrela onde nasce o Rio Mondego.

16 Filha da sua actual patroa, a D.Isildinha.

ainda hoje é amiga, é amiga como que seja a sua mãe, ainda me disse para mim que não sabe se deve mais obrigação à mãe se é a mim. É verdade. Isso é que nunca disse à senhora, pode ficar ofendida, não é. Para te dizer, no outro dia, minha filha, disse: "Fernanda, tenho mais em consideração ainda a Fernanda do que mesmo a mamã porque a mamã não me acabou de criar", fui eu, levava-a para a Póvoa da Rainha, filha, íamos por aqui, pelas matas, pelos carreiritos, íamos à Póvoa da Rainha que o senhor Nogueira tinha lá família e depois a menina como era pequenita, eu punha-a às costas, ela era pequenita, fazia-me xixi pelas costas abaixo, tanta vez, só Nosso Senhor é que sabe! "Já me fez xixi a menina, depois a madrinha: "Ó velhaca que fizeste xixi!", "Vai nada, vai quentinho" dizia ela /.../"

- Tinha algumas férias possíveis?

- "Sempre, sempre, filha, até estiveram em Alcafaz os velhotes e levaram-me com eles, ainda hoje contei à menina Isabelinha, minha filha, em Alcafaz que é aqui no Mondego... é no rio Dão... no rio Douro, é no rio Douro aqui e então havia lá um lugar onde as pessoas iam para tomar banho por causa do reumatismo. Levaram-me para lá quinze dias. Quinze dias que lá estive com eles. E, então, Jesus!, era uma alegria para o senhor Nogueira e a senhora Isabelinha, estava só sentadinha ao pé dela e não... não fazia nada".

- Acha que houve uma evolução das suas relações?

- "Sempre, sempre a mesma coisa, basta que já não me estima como uma criada, é como que sou filha, irmã dela... Outro dia, filha, ela é mais velha do que eu só dois ou três anos /.../ e disse assim: "Olha Fernanda, eu não te estimo como a minha caseira, estimo-te como que sejas a minha irmã e a chorar, filha... e estas coisas tocam à gente, filha, nem que a gente, por exemplo, tivesse vontade de sair, não saíamos".

- Como é que se tratavam mutuamente?

- "Sempre por tu, Fernanda isto, Fernanda aquilo, sempre, sempre. Era o meu nome primeiro e era esse que... Por exemplo: senhor Nogueira, olhe isto ou aquilo, o que ele precisasse de fazer, à minha madrinha era "minha senhora", naquela altura ainda não era madrinha que a

chamava, a senhora Isabelinha: "minha senhora". Pronto, ela respondia-me: "o que queres?", o que era preciso fazer. Quando tinha tudo feito: "Minha senhora, o que vou fazer agora?", dizia-me "agora vais tirar estrume aos coelhos, tirar estrume, com licença, ao porco, ou fazer a cama às cabras", assim esta vida antiga, menina, é sim, minha filha".

- *Teve algum arrependimento relativamente a esse emprego?*

- "Não, filha, não, era a vida assim, não era a única, não é, ao Domingo ia ver os meus pais, as minhas irmãs, eles nunca me desprezaram, andavam cá sempre metidos, todo o bem que faziam às minhas irmãs também mo faziam e aqui todas me estimavam bem".

- *Tem uma visão positiva ou negativa da sua profissão?*

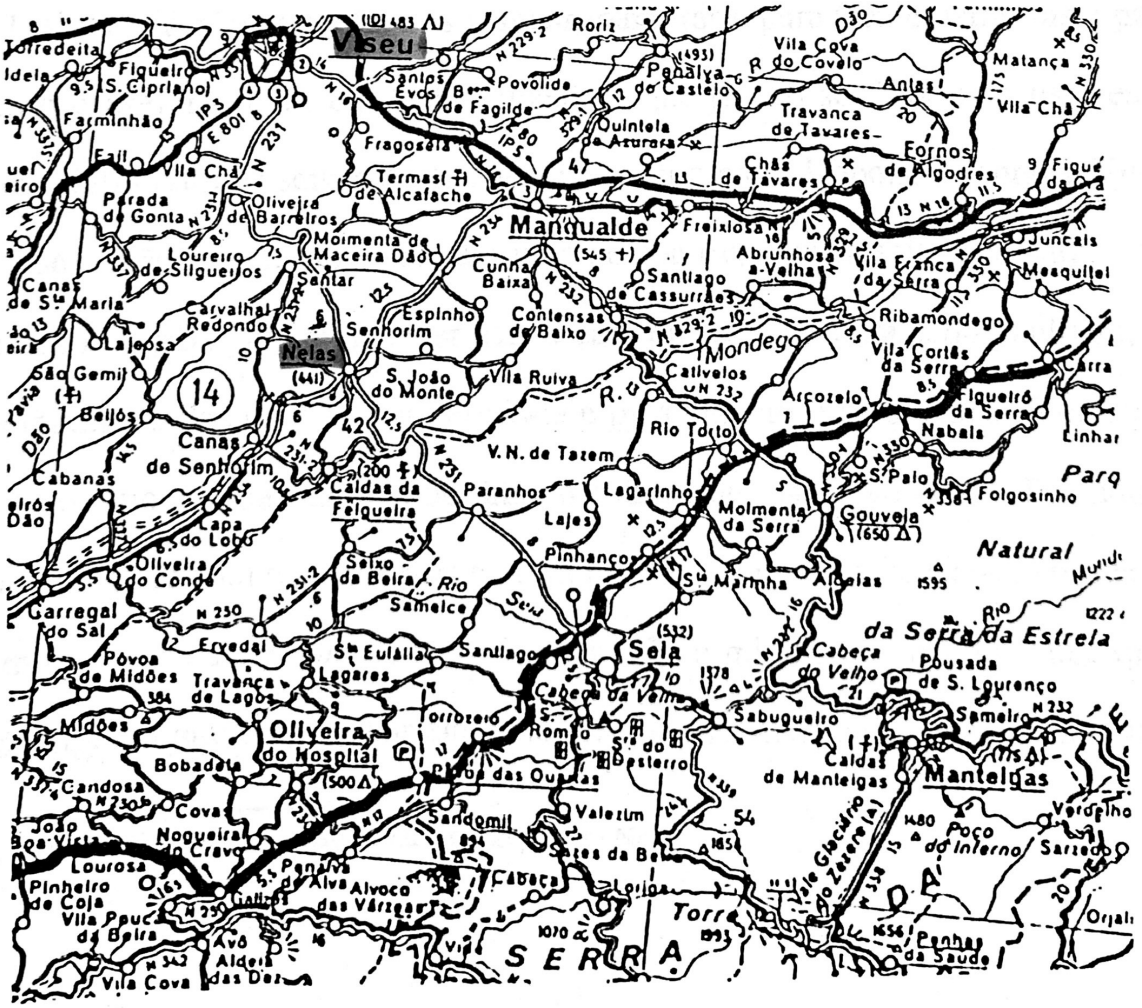
- "Soube de muitos casos daqui da aldeia muito difamatórios, é verdade, mas eu, graças a Deus, tive uns patrões muito bons, graças a Deus, não faziam mais porque não podiam. E hoje já ninguém quer servir, filha, as mulheres gostam de cozinhar, de regar o jardim... tudo o que eu fazia antigamente, filha, é verdade, só vendo a senhora, agora é ela que faz tudo em casa, é verdade, agora é ela que faz tudo sozinha /.../".

Documento 3.

Entrevista N°2.

(D. Conceição Soares dos Santos,

criada de servir em meio urbano)



Entrevista realizada a 12 de Agosto de 1998 em Girabolhos (Distrito da Guarda).

Transcrição original do texto oral de D. Maria Conceição Soares dos Santos.

- *Quantos anos tem?*

- "Vou fazer setenta anos para o mês de Dezembro [1928]".

- *Qual é a sua região de origem?*

- "Sou de Passoinhos mas estou aqui a viver porque o meu homem é daqui de Girabolhos".

- *Quantos anos tinha quando começou a exercer a profissão de criada de servir?*

- "Dez anos, filha, fui para a casa da senhora Armandinha[18] aos dez anos, tinha feito o meu exame da quarta quando os filhos desta senhora vieram pedir aos meus pais para que me deixassem ir trabalhar com a mãe, porque estava sozinha, era viúva... morreu-lhe o homem e ela ainda nova... era o senhor Prata... morreu da tuberculose, coitadinho, disse-mo ela, e depois, ela veio viver para Nelas porque tinham lá uma casa. Mas viveu muito tempo em Lisboa, filha, o senhor Prata trabalhava num banco...lá em Lisboa. Quando depois viuvou ficou a viver em casa da filha, a senhora Vitória, e com o seu genro, o senhor engenheiro... sempre lá em Lisboa. Mas depois ficou mais velhinha, coitadinha, aborreceu-se de Lisboa e quis vir outra vez para Nelas, tinha lá a sua casa... deixou Lisboa... já não aguentava as viagens, para trás e para frente, para trás e para a frente, cansava-se muito e preferiu ficar em Nelas, dizia-me que já não se dava com os ares de Lisboa. Então, veio para Nelas com os seus setenta anos, mais ou menos. Depois, a senhora Vitória, a filha dela, não quis que a mãe ficasse sozinha... era uma pessoa rica, nunca faltou de nada... agarrou, um dia, foi pedir aos meus pais para eu ir viver para a casa da senhora, para acompanhá-la, vá, para ela ter ali uma companhia todos os dias, para ajudá-la e para ela não ficar sozinha. E eu era pequenita, tinha os meus nove anos, tinha acabado de fazer o exame da quarta, vê lá tu... Passado um tempo, foram lá a casa para falar com os meus pais e lá fui eu viver com ela para Nelas, porque eu vivia em Passoinhos com os meus pais e com os meus irmãos e foi a minha tia, quando soube que a senhora tinha preciso de alguém que olhasse por ela, veio dizê-lo aos meus pais, mas eles não me deixaram

[18] D. Armanda Maria Guilherme Prata, patroa da Conceição em Nelas.

ir enquanto a senhora Vitória e o senhor engenheiro não me vieram buscar lá a casa, eu era ainda pequenita, não é... Mas a minha mãe disse-me que ela me trataria bem e que estaria melhor do que em nossa casa, porque depois davam-me dinheiro, e naquela altura não havia outra coisa... era um meio pobre... pronto, e lá fui eu viver para a casa dela, mas naquele dia a minha mãe chorou tanto tanto tanto que eu dizia para comigo: para onde é que me levam! Meus Deus, para onde é que me levam! A minha mãe chorava tanto, eu era pequenina, não compreendia! Só me lembro disso, depois em casa da senhora eu fazia-lhe a cama, limpava a mesa, lavava uma roupita dela quando não era muita, só a dela era pouca, mas quando havia mais roupa a senhora Armandinha chamava uma mulher, ela vinha levava a roupa suja... quando havia muitos lençóis, muitas toalhas de mesa, ou quando vinham os filhos vê-la, havia sempre muita coisa para lavar, e então lavava-a aquela mulher, uma vez uma, outra vez era outra. Mas depois, passado um tempo quando estava mais habituada à casa e que estava mais crescidita era eu que ia lavar a roupa, ia ao tanque da Abeleira, chamavam-no assim. Ia lá eu e mais mulheres lavar a roupa... mulheres dali, daquele bairro, pois era assim. Íamos, então, de manhã cedo para apanhar o lugar, senão depois juntava-se ali uma malta que já ninguém saía dali e depois a patroa não ficava contente se me demorava muito tempo para lavar meia dúzia de farrapitos. Mas se havia ali muitas mulheres, então, eu ia depressa até ao outro tanque para aproveitar o tempo. E depois, carregava tudo à cabeça, tu nem sabes, aqueles molhos todos à cabeça, era da casa até ao tanque e depois do tanque até casa... Olha que ainda era um sacrifício! Punha a roupa molhada na bacia e acartava-a em cima da cabeça ou então ia mesmo assim numa toalha qualquer. Tu sabes como é que fazíamos? Estendia-se uma toalha no chão, punha-se a roupa limpa, bem embrulhadinha no meio, depois atava a toalha com as pontas, dum lado e doutro, dava um nó e já estava tudo feito. Depois, pegava num lenço ou num farrapo qualquer, era conforme, fazia uma rodilha, punha-a na cabeça que era para não me magoar e punha a trouxa em cima, quando não havia ali ninguém, ajudava-me com um murito, porque ainda era pesado... mas naquela altura era assim, as mulheres acartavam tudo à cabeça, não havia outros meios, remediávamo-nos como podíamos... até os rolos dos pinheiros se levavam à cabeça, é verdade, quantas vezes não nos magoámos as costas e o pescoço, tu sabes lá, filha, ou então quando a trouxa ou a bacia nos fugia para trás, olha que ainda era um tempo difícil, isso era. Não havia as máquinas de lavar, nada! E para se aquecer, isto é que era uma vida! Tinha que ir às matas, eu e as

outras, andávamos todas e todos no mesmo... tinha que ir às matas buscar a lenha, arranjar os molhos para os trazer para casa, ou um saco de pinhas, mas mais quando nos faltava o carvão. Não havia luz, nem aquecedores! Só tínhamos o fogão de lenha para nos aquecer e já não era muito mal, os meus pais, coitaditos, nem isso tinham! A luz só chegou mais tarde... alumiávamo-nos com os candeeiros de petróleo, os petrogás, era assim que se chamavam... não havia luz, só veio mais tarde, vê lá tu que ainda me lembro dos homens andarem lá em casa a pôr a luz! Já foi há uns quarenta ou quarenta e cinco anos, isso foi, é verdade, aquilo foi uma alegria, nem tu imaginas... Fomos todos ver quando o Presidente da Câmara cortou a fita para dizer que iam pôr a luz, é verdade. Naquela altura andavam os homens da câmara a pedir para pôr a luz nas casas mas eram os mais ricos e aqueles que tinham posses que davam, cada um dava uma ajuda, mas havia lá uma chamava-se a Maria do senhor Serinha que não quis dar ajuda nenhuma e ela era de família rica, os pais dela tinham muitas quintas, isso tinham, não eram pobres, não... E, então, essa mulher, era viúva mas ainda tinha dinheiro, dizem que não!, depois quando foram lá os homens a casa dela para pedir uma ajuda para a luz, ela disse-lhes que não ou não sei como foi lá isso... ficou ali o povo cheio que a Maria Serinha não quis dar ajuda nenhuma, depois cantavam-lhe assim: "Temos a luz na nossa terra, uma luz tão clarinha mas não foi inaugurada por a Maria Serinha", cantavam assim, filha, eram uns malandros, coitadita da mulher era agarrada mas olha que a minha senhora também era poupada, mas nem tanto assim, mas olha que só acendia a luz quando já não se via nadinha, quando já não se via nada e que andávamos às escuras em casa, eu dizia-lhe para ela: "Minha senhora, já não se vê nada, são nove horas, temos que acender a luz!" era só para chateá-la, já lhe conhecia o feitio, mas o raio da mulher, estava ali, não fazia nada, pois claro, não precisava de luz, mas eu? na cozinha, não via nadinha, é verdade, então só para embirrar com ela acendia o candeeiro de petróleo, só para ela ver que eu já não via nada em casa, então depois, coitadita da mulher, começava-se a rir e dizia-me assim: "Tu és uma grande espertalhona, Ção, és, és!" As vezes, penso eu, que ela fazia isto tudo só para se distrair... Pois, e era assim... mas é verdade, não havia nada como agora... no Inverno, quando estava muito frio, olha, remediávamo-nos como podíamos, acendia-se uma fogueira na chaminé ou então deixava-se a lenha no fogão a queimar para aquecer a casa. Eram daqueles fogões de lenha ou de carvão, sabes como são filha, eram bonitos, abria-se uma porteirita que tinha assim de lado, punha-se a lenha lá dentro, o carvão ou uma pinha, quando

se queria poupar no carvão, para se ir queimando, depois aquecia o forno e aquecia os bicos por cima, onde fazia a comida, e do mesmo lado também havia um pequenito... um pequeno depósito, vá, onde se deitava a água que ia aquecendo também, depois a água fervida, era água fervida, filha, dava para a comida ou aproveitava-se para o banho da senhora. Vês, a gente sempre se arranjava".

- *A casa era grande?*

- "Ainda era um casarão, filha! Só aqueles quartos todos, já fartava uma pessoa. Contando era, o quarto da senhora, já faz um, o da senhora Vitória quando vinha com o senhor engenheiro... o do senhor Carlos, já são três e depois, havia o da mãe do senhor, que esteve lá muito tempo, faz quatro. Porque, aquela casa, filha, era da mãe do senhor Prata, a sogra da senhora Armandinha, eu não a conheci, nem a ele. Mas diziam lá, em Nelas, que era muito rica, que o homem dela, portanto, o pai do senhor Prata, trabalhava para o governo. Não sei se é verdade, se mentira, mas a senhora Armandinha dizia-me que era esse senhor, o pai do senhor Prata, que tinha comprado a casa, onde estava a viver a senhora e onde depois eu fiquei tanto tempo, para a mulher, porque os pais dela eram de Nelas mesmo, e ela gostava muita daquela vila, pronto. Depois, quando morreram, foi o filho, o senhor Prata que herdou de tudo porque era filho único, como agora, aquilo ficou tudo para os filhos e para os netos... Era uma família rica, cada um ficou com sua casa... Mas a senhora Armandinha foi para lá viver porque dizia ela que já não se dava com os ares de Lisboa. Pois, então, era uma casa boa e rica com tudo o que havia de melhor".

- *Pode-me fazer a descrição da casa?*

- "Pois, então, a casa era muito linda, tomara eu! Era assim como aquelas casas mais velhas que por aí se vêem, quando se vai para Coimbra, ou como se vêem muitas em Mangualde, é do tipo das casas brancas, se tu passares por Nelas ainda a podes ver, não fica logo à entrada, fica mais no centro da vila, onde há lá agora a Farmácia, era na rua da Travessa, ainda deve ser o mesmo nome, mas fica pertinho da Farmácia, em primeiro era branquinha, alvinha de neve, agora já está mais estragada, com o tempo... não sei se já a venderam se não, quando passei por lá vi tudo fechado, que eu agora já faz há mais de dois anos que não ponho lá os pés, não se sabe de nada... e, então, a casa não era assim muito alta, vá, os telhados eram mais baixos dos que se fazem agora e as janelas

eram mais pequenitas, os quartos e a sala também, não havia assim as casas tão grandes como se vêem agora... mas era bem dividida, tinha então os quartos, uma casa de jantar, a sala de visitas, a senhora recebia muitas pessoas, e um escritório que depois ficou sendo o quarto dos miúdos, e também, em cima, a despensa e a sala de costura. Em baixo era as arrumações, onde estavam muitas arcas com a roupa do senhor Prata, os seus livros... era um homem inteligente, trabalhava num banco, havia um tanque pequenito para eu me remediar no inverno... Mas era uma casa muito linda, isso era."

- *Onde é que a senhora dormia?*

- "Ah, pois, eu dormia no que se chamava a sala de costura, onde em primeiro as mulheres cosiam, faziam renda, cada casa que fosse boa, tinha uma... a senhora Armandinha tinha daquelas máquinas de costurar já antigas, sabes daquelas com uns pedais, estava lá num canto da sala, era uma recordação, porque ela dizia-me que costurava muito bem quando era mais nova, não era o seu trabalho, ela não trabalhava, era uma senhora, mas fez coisas tão lindas, tinha umas boas mãos, isso sim, mas como depois já não via muito bem, coitadinha da mulher, já não podia utilizar-se dela. Mas ainda me ensinou a dar uns pontitos, e a fazer renda aos domingos e no inverno, quando estava a chover muito e que estava muito frio, punhamo-nos ao pé do fogão ou da chaminé e ensinava-me a coser, coitadinha da mulher, ainda me ensinou muita coisa. E então eu dormia lá, tinha lá aquelas camas antigas, eram as barras... estreititas, de ferro, a minha era branca... olha, mas ainda se vêem muitas a vender para aí, nos armazéns, deve ser moda! a milha filha gosta imenso, mas eu já não quero isso para nada, credo! não são bem iguais vá, mas já tive mais preciso do que agora, graças a Deus... E, então, depois também tinha uma mesinha de cabeceira onde punha as minhas coisinhas, não era mobília muito boa mas remediava-me, eu estava ali para ganhar a minha vida, não é. E tinha também um lavatório, como toda a gente naquela altura, havia poucas casas de banhos, a senhora tinha a dela não é, mas eu remedeava-me com uma bacia de esmalte, e um jarro, era o lavatório, e lavava-me com sabão, não era sabonete, sempre com sabão... E então, lá me arranjava naquele quartito, enchia o jarro à noite antes de me deitar para ter água limpinha para de manhã, era ali que me lavava, porque levantava-me às seis da manhã para ter a casa limpinha para quando a

senhora se levantava, tinha que estar o pequeno almoço na mesa, mas dejejuava[19] eu primeiro que era para arrumar tudo, não é. Depois, servia-lhe o leite e o pão com a manteiga quando acordava, era o que ela costumava comer e, enquanto ela comia, eu ia arejar o seu quarto, fazia-lhe a cama de lavado e limpava ali tudo o que calhava... só Deus é que sabe, filha! depois ajudava-a a lavar-se porque já não se podia amochar, entrava para a banheira e depois para sair? era velhinha, era fraca, não se tenteava bem nas pernas, era um castigo! todos os dias tinha que suster o peso dela, ela não podia, era um castigo! Olha que as minhas costas às vezes..."

- Não tinham ainda a água corrente?

- "Não, isto era o luxo! só mais tarde, filha, iam lá, uma vez por semana, os portadores da água para encher os depósitos da casa, iam lá com umas dornas e enchiam os depósitos para termos água o dia inteiro, mas quando às vezes a água não chegava, ia eu buscá-la ao chafariz, cada rua tinha o seu chafariz, ia com um cântaro de casa mas tinha que andar para trás e para frente, para ter água o dia inteiro, ainda era, filha! só para a senhora se lavar eram já uns quê... quatro e cinco, tinha que a passar por água limpa... mas antes tirava a água quente do fogão de carvão, não havia outra coisa, filha, depois misturava a água quente com a água fria porque ela não podia tomar o banho com água fria, já que era doente, dava-lhe muitas vezes o bronquite[20] e foi o que a levou mais cedo, coitadinha... Mas era assim todos os dias, todos".

- E a senhora, onde é que tomava banho?

- "Eu?! ôô! quando me queria lavar toda era no Verão, quando estava calor, ia com as minhas amigas e com as minhas primas às matas, havia lá uma poça mas não era funda, eu não sabia nem sei ainda nadar, nunca ninguém me ensinou, e, então, banhávamo-nos lá todas... com aquele solzinho a bater nas costas, era um regalo... era um rico tempo! tínhamos uma juventude mais alegre do que os jovens de agora, agora só há maldade, não se pode estar sossegado... Enfim! E, então, lavava-me lá toda, os outros dias lavava-me no meu quarto, mas quando acabava o trabalho à noite, esfregava os calcanhares na pedra do tanque e lavava-me lá as pernas, sempre era

19 É um regionalismo. O sentido é: tomar o pequeno almoço.

20 A Conceição pronuncia o substantivo no masculino.

melhor... Eu era muito limpa mas nunca me lavei na banheira da senhora, ela nunca mo propôs nem eu nunca lhe pedi, credo! Aquilo tudo era dela, não me pertencia em nada... Mesmo eu não queria... E, então, depois da senhora estar lavada, íamos fazer as compras, ela estava habituada a sair em Lisboa, vinha comigo, ali o meio era pequeno sempre era mais divertido, mas gostava de escolher tudo, cheiriscar aqui e ali, passávamos lá um tempo infinito, era muito esquisita e depois falava com esta, falava com aquela... Demorávamo-nos muito, depois quando chegávamos à casa, tinha que andar à pressa para fazer o almoço, mas eu dizia-lhe para ela quando ela convidava alguém para ir almoçar com ela, o senhor Padre ou a Dona Amália, eram os que iam lá mais vezes, eu dizia-lhe para ela: "Minha senhora, prefiro que me diga o que se há-de comprar e eu vou depressa de manhã cedo antes que haja muita gente...", senão nunca mais saía dali, filha, e eu dizia-lhe assim, "Minha senhora é melhor a senhora ficar em casa, que eu vou mais depressa sozinha, a senhora encontra sempre pessoas amigas que a entretêm e depois não temos tempo para arranjar alguma coisa de jeito"... Ela não ficava muito contente, não, era uma vadia, mas quando ficava em casa, pensava sempre em fazer alguma coisa de especial para o almoço ou para o jantar... Cozinhava bem ela, sabia fazer tudo... Quando comecei a trabalhar com ela, era ela que fazia a comida, eu não sabia, era nova, a minha mãe nunca me tinha ensinado... mas depois, ela queria que eu andasse sempre atrás dela, ensinava-me a fazer isto e aquilo, ensinou-me a fazer o arroz doce, o leite creme, o arroz com frango, os guisados, tudo".

- Comiam juntas?

- "Não, ela comia primeiro enquanto eu a servia, era para isso que eu estava ali, não é, servia-a e ela comia, lá se servia à vontade, e eu chegava-lhe o que ela precisava. Ó, mas, o mais das vezes, ela quase nunca comia sozinha tinha sempre amigas, parentas... ou o senhor Padre, todos sabiam vir ter ali com ela, dormia-lhe uma companhia, coitadinha da mulher... ela gostava tanto de falar... enquanto matava a cabeça aos outros, a minha ficava mais sossegada, não é verdade... Depois, enquanto ela fazia a sesta, depois de ter almoçado, encontrava-se cansada, eu arrumava tudo, a sala porque ela gostava de comer na sala, e arrumava a cozinha, a louça, havia sempre que fazer, eu não estava parada nem um minuto, e depois, então, é que comia eu".

- Que tarefas tinha de exercer?

- "Era sempre a mesma coisa, filha, tinha que lavar a casa, lavar a roupa, passar a ferro mas não era como agora... passava a ferro com um ferro de carvão, ou com brasas, enchia-se com as brasas do lume quando se fazia uma fogueira ou com as brasas que ficavam no fogão de lenha, mas passava-se bem, eu ia comprar o carvão à tia Carvoeira, era assim que a chamavam, enchia-se o ferro, mas eram mais pesados do que os ferros eléctricos que vieram depois, agora metemo-lhes água dentro, mas naquele tempo metiamo-lhes o carvão ou as brasas ficava mais barato, não passava mais mal mas cansávamo-nos mais, eram mais pesados, não é, e tinha que estar sempre a assoprar no buraco quando via que o carvão estava a ficar negro, era assim no tempo antigo, é verdade, filha /.../"

- Qual era a atitude da sua patroa relativamente ao seu serviço?

- "Não era má pessoa, isso não mas tinha um grande defeito andava sempre de roda de mim, sempre a falar, a falar, a falar, não se calava... não tinha mais nada para fazer, uma vez por outra escrevia aos filhos mas o resto do tempo andava sempre a ver o que eu fazia, estava eu na cozinha e ela a chamar-me da sala, ela gostava de falar, o que é que havia de fazer? contava-me a vida dela, do homem, dos filhos... não tinha ali ninguém senão eu, mas era sempre para contar a mesma coisa: "Olha, a mulher do Cardoso disse isto, é verdade?", "olha, a filha de tal outro fez aquilo, é verdade?" e era assim todo o santo dia, e eu dizia-lhe para ela: "Minha senhora eu não tenho tempo de estar a ouvir as faladeiras na rua!", e ela respondia-me assim: "Eu bem sei, filha, e fazes tu senão bem!", mas dizia isto uma, duas, três vezes no dia, eu até digo que, por fim, a cabecinha dela já não regulava muito bem, estava muito chata, perguntava-me mil e uma vez a mesma coisa, é verdade, filha, uma coisa é contá-lo, outra é vê-lo! Cada casa tem suas coisas! Não é verdade, filha? Ela não era má mas tinha que a estar ali a aturar nem me deixava fazer as coisas à minha maneira, reparava em tudo o que eu fazia, era teimosa, olha que, um dia, fez-me tirar os cortinados todos de casa, e eles limpos, vê lá tu, lavados no próprio dia! mas ela teimou que estavam mal passados, teimou tanto tanto tanto, que tive de os passar outra vez! era a velhice, se ela nem via bem! todos nós havemos de lá chegar um dia, mas assim tão chata, credo! Mas lá tinha os seus dias em que andava mais calma e, então, éramos como uma mãe e sua filha, é verdade, apesar de tudo sempre a

considerei como a minha segunda mãe, fui habituada com ela desde pequenina!"

- *Qual é o seu nível escolar?*

- "Fiz o exame da quarta e depois tive de sair da escola, porque os meus pais não tinham dinheiro para me deixar continuar. A minha Professora, a D. Lurdes, era da Covilhã, ficou com tanta pena de eu deixar a escola que até foi lá a casa dizer aos meus pais para que me deixassem continuar, porque eu tinha boa cabeça, mas os meus pais eram pobres também tinham os meus irmãos, não tinham posses para me deixar estudar... mas eu gostava de andar na escola, aprendia bem, só tenho pena é de não ter conservado o meu livro da terceira, era tão lindo, tinha lá muitas poesias e falava muito de Jesus e da História de Portugal. Ainda me lembro bem das poesias, uma dizia assim, vou ver se não me engano: "Um dia corri o mundo aqui voltei à tardinha, ó Portugal doce pátria não há terra igual à minha"; vês, era bonito não era, eram assim poesias muito lindas que falavam de Jesus também".

- *E do Salazar?*

- "Pois, é verdade, todos os dias a professora fazia-nos cantar assim: "Salazar é o nosso chefe, o nosso chefe sem igual, Salazar é aquele homem que nos salva Portugal." Mas vê lá tu o que nos ensinavam na escola, é verdade, todos os dias tínhamos que cantar isto. Naquela altura não se podia dizer nada do governo mas havia aqui os revolucionários que falavam a verdade, falavam contra o governo. Um deles, chamado o Alberto Moreira, ainda foi preso, a mulher já não sabia se ainda o via se não, era assim, filha, tínhamos todos que calar a boquinha, não se podia dizer nada, mas esse tal Alberto Moreira depois foi soltado mas passado um tempo tornou a dizer mal outra vez do governo, o que lhe valeu foi estar presente o Senhor Borges que mandava lá naquilo tudo, que lhes disse para os homens que o vinham já algemar, já o queriam levar, para onde ia já era para toda a vida, é verdade, depois o Senhor Borges disse-lhes para eles "tenham consciência que o homem é doente", o Alberto tinha o bronquite, é verdade, mas era um revolucionário, era de lá perto de Mortágua, é perto da terra de Salazar... todos aqueles que viviam perto de Mortágua eram quase sempre revolucionários, é verdade, e era assim... Mas apesar disto na escola, os professores eram muito católicos, o senhor Padre ia lá todos os Sábados à escola às onze horas, eram muito católicos,

e depois de tarde, acabávamos a escola ao meio-dia, ia com os meus pais para o campo ajudar a regar e a semear até que um dia a minha tia Isabel, a irmã da minha mãe, veio de Nelas dizer aos meus pais que a mulher do senhor Prata, a senhora Armandinha, tinha chegado de Lisboa e precisava de alguém para lhe fazer companhia. Ela, naquela altura, ainda podia fazer muitas coisas, não era assim tão velha, que tivesse lá os seus setenta e dois anos não tinha mais quando foi para lá, mas os filhos tinham medo que lhe acontecesse alguma coisa lá em casa e que ninguém desse por nada, não é, então a minha tia pensou em mim, naquela altura quem dera a muitas rapariguitas novas como eu encontrar assim uma casa! A minha tia logo me disse que era melhor para mim do que andar no campo e foi assim que fui então viver para a casa da senhora, mas eu nunca a tinha visto e fiquei admirada com a casa que tinha, que luxo! Os meus pais tinham-me dito que lá estaria melhor do que na minha casa e depois ela sempre me tratou muito bem, nunca berrou comigo, quando nos zangávamo-nos por alguma coisita de nada logo passava, mas nunca me quis despedir, nunca".

- Obrigava-a a vestir uma farda para exercer o serviço?

- "Sim, tinha que andar sempre vestida com um avental, naquela altura sujávamo-nos mais do que agora, o trabalho de antigamente não era igual e ainda agora quando se faz a limpeza de casa sempre nos sujamos, não é. Pois, então, as criadas costumavam usar o avental branco, tu bem o sabes, era o avental que metiam todas as criadas de servir naquela altura, quando íamos fazer as compras ou acompanhar a patroa, tinha sempre de andar com ele, era para a gente ver que trabalhava numa casa, mas quando íamos à missa não ou quando tinha de fazer a comida e a limpeza porque o branco sujava-se mais. Eram daqueles aventais como se vêem agora nos filmes tal e qual, alvinhos de neve! As criadas conheciam-se pelo avental, era assim, agora os aventais mais escuros, os azuis ou os aventais aos quadrados, às flores, mais escuros vá, era mais para ficar em casa mas também tinha que pôr um lenço na cabeça, era mais limpo, as patroas não gostavam que andássemos a trabalhar com as guedelhas no ar, eu atava sempre o meu, tinha mais cabelo do que agora, fazia uma banana, outra vez duas tranças e atava-as assim aqui em cima mas depois tinha que pôr um lencinho, era mais bonito, era mais limpo. Mas não era só eu, naquela altura eu e as outras usávamos muito os lenços na cabeça, quando se ia à missa, tinhamos que pôr um, era assim,

nunca se ia à missa com a cabeça descoberta, nunca, era mais, como ei-de dizer... correcto, agora já não, é o que eu digo perdeu-se a religião, mas naquela altura era costume usar um lenço preto quando se ia aos acompanhamentos[21] por exemplo, e eu tinha um meio cinzento e meio prateado, tão lindo, ainda o tenho numa mala como recordação, nunca me desfaço dele, é uma recordação, não é, mas também guardo aquele do casamento, pois claro, também muito giro, mas esse é branquinho, claro. Mas eu, para que te diga, não gostava muito de andar com o avental na rua, havia gente muito má naquele tempo, sim muita má, minha filha, quando viam as criadas diziam assim, "olha esta anda a servir" era como quem dizia "não se sabe o que fazem lá em casa dos patrões", eram maus pensamentos, filha, e vês, eu em casa só tinha a senhora e mais ninguém, de mim não podiam dizer nem tanto como isto, mas era gente má, aquelas que andavam a servir nas casas onde havia os patrões, os filhos era uma desgraça... cada uma tinha sua fama e elas talvez sem fazer nada, filha, é verdade... Não se podia falar com ninguém senão éramos corridas às sete partidas e a senhora não queria que andasse para aí feito uma doida, não queria. Um dia, quando tinha os meus, sei lá, dezasete anos mais ou menos, foi antes de namorar com o meu Vítor[22] , vinham falar-me rapazes... a mim e às outras, não é... éramos novitas mas tudo era feito na sinceridade, e um dia veio falar-me um rapaz que se chamava Manuel, ele andava nas obras, não era mau rapaz coitadinho, agora está na América iam todos para lá naquela altura, era assim, estavámos ali num meio pobre, não havia outro remédio /.../ e, então, esse tal rapaz era filho do senhor Dias, trabalhava nas obras com o pai; quando chegava ao domingo, eu andava a passear com as minhas amigas, não é, com as minhas primas e ele vinha meter-nos conversa, não era mau rapaz, isso não, e depois começámos a falar e ele apanhou a mania de acompanhar-me até a casa, gostava de vir conversar comigo mas eu tinha que estar às horas que me tinha marcado a senhora, senão não ficava contente comigo, não é, mas ela, minha filha, estava sozinha em casa, quando não iam lá as amigas ou as visistas dela, punha-se à janela mas do lado de dentro, esperta, para as pessoas que andassem lá fora a passear não dissessem que a senhora Armandinha se punha à janela feito um correio. O que é que aconteceu, passado um tempo, viu que o rapaz andava a rir-se muito para mim, então o raio da mulher não estava já a pensar o pior, um dia sai-se-me com uma: "Ó Ção, vê lá se

---

21 No sentido de "enterro". Deve ser outro regionalismo.

22 Veio a ser o seu marido.

aquele rapaz anda para bem se para mal!" e eu fiquei a olhar e pensei para comigo, o raio da velha agora a meter-se na minha vida, mas ela não gostava dele, não gostava dele e tanto cismou que um dia disse-me outra vez a mesma coisa: "O Ção, ele é fraca peça, não gosto de te ver andar com ele, o que hão-de por aí pensar?" mas ela dizia-me isso porque via-o muita vez passar com a Filomena uma rapariga lá da mesma rua, e ele, afinal, falava-me a mim e falava-lhe a ela porque ela foi pôr-se à frente dele e... são coisas que acontecem, não é. Depois, como é que eu o vim a saber do caso? A patroa não me dizia nada, um dia a minha prima Aida, a filha da minha tia Isabel, disse-me que falavam lá na terra dele e da Filomena, e pensei assim: olha, o malandro, espera aí! quando o tornei a ver só lhe disse assim: "Agora vais pagar onde deves", porque pensava assim, conforme aconteceu à Filomena também podia ser comigo, não é verdade? E a Senhora Armandinha notou logo que já não nos falavámos ao domingo porque voltava sozinha para casa. Mas ela ainda me disse: "Não quero que digam por aí que a criada da casa da senhora Armanda é uma abandalhada!" Era verdade, filha, as línguas eram muito más. Havia assim muitos casos. Aconteceu um dia que a criada do senhor Borges, um rico lá na terra, que tinha muitas quintas, diziam até que nem sabia quanto tinha dele, era rico... então o burro não fez mal à rapariga? Criada dele, vê lá tu o malandro! A senhora Helena, a mulher dele, andava doente e o estúpido desonrou a miúda, uma rapariga nova, se tinha os seus dezasséis anos não tinha mais! Olha, foi uma pouca vergonha, toda a gente ali de roda o soube, foi um cinema, a rapariga foi contar aos pais, estes agarraram chamaram-no a tribunal. A senhora Helena era uma mulher muito boa, disseram até que colheu um ódio muito grande ao homem por causa disso, nem tu imaginas! Mas tinha razão coitadinha da mulher. Foi ela que disse assim para o homem: "Se tu lhe serviste para o mal hás-de servir-lhe para o bem!" Estiveram todos em tribunal e ele teve de lhe pagar a honra e pagou-lha, ela quis que ele lhe pagasse a viagem para ela ir para a América, não sei como foi aquilo, mas ela preferiu sair dali porque senão ali nos arredores já ninguém a queria mais para nada, era assim, e ela coitadinha inocentezinha, olha, disseram que lá, na América, encontrou um homem bom e agora dizem que está rica, vês, ainda há mal que vem por bem, não é verdade? Eu, pela graça do Senhor, dei com uma boa patroa, estava ali na santa paz do senhor!"

- Como qualificaria a confiança da sua patroa relativamente a si?

- "Confiava tudo em mim mas gostava de verificar tudo, não deixava passar nada, não tinha mais nada que fazer, matava-me a cabeça, teve uma altura em que andava muito chata e era assim: quanto custa agora um pão? quanto custaram as laranjas? Sempre, sempre, sempre, era assim de manhã à noite mas por fim, coitadinha dizia-me que era como a filha dela, dizia-me onde deixava o dinheiro, tudo".

- Tinha algum dia de descanso?

- "Só ao Domingo, filha, o resto do tempo ficava lá em casa. De manhã ia à missa com a senhora, servia-lhe a comida arrumava tudo e depois é que ia fazer a minha vida, ia ver a minha tia, as minhas primas, íamos dar um passeio ou, então, outras vezes ia ver os meus pais a Passoinhos. Mas por fim ela já não podia sair de casa, coitadinha, ia eu à missa e o senhor padre vinha confessá-la durante a semana, era muito beata, é verdade! Andava muito fraquinha, coitadinha, nos útimos dias, minha filha, já nem me conhecia, nem quero que me lembre! Foi uma aflição para mim! Ainda estou a ver aquilo tudo como se fosse hoje! Já andava muito doente, coitadinha, depois apanhou o bronquite, o corpo, vá, não suportou. Tossia, tossia, tossia e eu tinha de estar ali sempre ao pé dela, não é, para ver se não precisava de nada. Um dia foi lá o senhor doutor Germano e avisou-me que dum dia para o outro, coitadinha da mulher, tinha que ir. Nem quero que me lembre! O que é que eu ia fazer depois ali sozinha? Não tinha ali ninguém, tinha a minha tia mas não lhe podia dar mais despesas do que as que ela já tinha, e, então, eu naquela altura já namorava com o meu Vítor mas ele estava na tropa, encontrava-me ali sozinha! Depois, no dia em que devia morrer, coitadinha, já não ouvia ninguém, minha filha, já não. Nunca me hei-de esquecer em toda a minha vida, filha, morreu num Domingo! Mas não sofreu nada, coitadinha, o coraçãozinho dela parou mas eu não vi, só dei conta que tinha morrido no Domingo de manhã, nem quero que me lembre! Eu já esperava isso, ela tinha oitenta e um anos! Parece que tive uma altura que não me passava da cabeça. E depois, tive que dormir ao pé do corpo dela no primeiro dia à noite porque diz-se que enquanto não se faz a missa, a alminha dela ainda está neste mundo! Nem sei como pude aguentar isto tudo! Depois vieram os filhos de Lisboa, ainda fiquei lá em casa uns dias, eles tinham preciso de mim, não é, mas depois do enterro, voltaram para Lisboa e fechou-se a casa. Então, sempre fui

viver para a casa da minha tia porque ali em Nelas sempre se encontrava mais trabalho do que em Passoinhos, o meio era mais pequeno, não é, depois tinha que andar a trabalhar no campo e eu já não queria... Mas ainda fiquei um tempo a andar aos dias fora, depois quando o meu Vítor voltou da tropa, já andávamos a namorar há mais de dois anos porque ele teve que ir para a tropa, foi para Angola, mas escrevíamo-nos sempre porque eu já estava pedida aos meus pais e eles não desgostavam do rapaz, era poupado, tinha uma bicicleta porque ele não era de Nelas, ele era daqui de Girabolhos mas trabalhava em Nelas com um tio nas obras. Depois ele vinha de Girabolhos para Nelas todos os dias de bicicleta, vê lá tu! Conhecemo-nos em casa da minha tia porque o pai dele, o Senhor Alves, o meu sogro, era filho do padrinho da minha tia Isabel, é verdade, conhecemo-nos lá e então, sabia que era de boas famílias e que ele era um rapaz trabalhador. Com a bicicleta ia e vinha-me ver todos os dias até que teve de ir para a tropa, quando voltou, sabia que eu já não trabalhava com a senhora e decidiu ir para a América, encontrou uma contrata, quis ir para a América, mas primeiro disse-me assim: "Olha, Ção, eu vou se tu me deixares ir mas acho que será melhor para a nossa vida", eu não queria que ele fosse, tinha medo, medo de muita coisa... que ele não viesse mais, que uma vez lá já não me escrevesse, houve assim muitos casos! Ao mesmo tempo pensava assim, os outros também foram e agora vivem bem, têm alguma coisinha de seu, e ele dizia-me que depois queria que fosse para lá ter com ele, lá nos casaríamos, mas eu ia assim, com as mãos sem nada, sozinha? Os meus pais não queriam, tivemos que nos arranjar de outra maneira, tive de me casar com uma procuração, filha, chamava-se assim naquela altura, não foi pior, assim pude ir ter com ele sem problema nenhum, não era clandestina[23] /.../"

- Quais eram os seus horários quotidianos?

- "Trabalhava das 6 da manhã até às dez mais ou menos, olha vê lá tu, das seis da manhã para as seis da tarde já fazia doze horas, e depois até às dez, ora... quase dezasseis horas, era uma vida, filha! Era sempre o mesmo andamento, quando vinham para lá os filhos e os netos, demorava mais tempo, era sempre o mesmo trabalho mas em dobro ou mais ainda, era mais pratos para lavar, mais roupa, mais camas para fazer era mais tudo, pronto".

---

23 A Conceição emigrou para os Estados Unidos após se ter casado por civil. Mora hoje em dia no Newjersey com o marido e os filhos.

-Quanto ganhava?

- "Ganhava por fim alguns cem escudos por mês, não era nada naquela altura, filha, mas sempre era melhor do que andar no campo, também dormia lá em casa e comia lá, não é, não estava a dar despesa aos meus pais... depois lá vinha uma vez por outra, comprava-me uns sapatitos, um vestidito, já não era muito mal, se estivesse em casa dos meus pais não tinha nada daquilo tudo... era uma miséria... mas ela estimava-me bem, não se ganhava muito naquela altura, havia mais pobres do que ricos. Mas quando comecei a trabalhar, era novita, ela não me dava nada, filha, olha, só me dava o comer e dormia lá com ela para ela não estar sozinha... lavava a louça, arrumava a mesa, fazia assim os trabalhitos mais leves... mas quando depois estava mais crescidita que tinha aí os meus doze anos mais ou menos, os meus pais disseram-me para lhe dizer que se me queria guardar havia de me pagar, porque os meus pais tinham preciso, não é, e eu podia encontrar uma casa que me desse um ordenado, pronto, não podia andar assim toda a minha vida, não é, havia mais trabalho, e eu, então, já fazia tudo sozinha em casa, e então a senhora disse-me assim: "Olha, Ção se queres ficar a trabalhar comigo dou-te quarenta escudos", não era muito mas já não era muito mal naquela altura, mas não era eu que ficava com ele[24], não, naquela altura até à idade de nos casarmos era para a ajuda de casa, para os irmãozitos mais novos... O dinheirito que eu apurava eram os escuditos do meu afolar, com ele eu comprava as minhas coisinhas um dia comprei um anel muito lindo com uma pedra vermelha, parecia um coraçãozinho, ainda o estou a ver, mas os meus pais tudo o que fizeram aos meus irmãos também mo fizeram a mim, ainda era pequenina já me tinham comprado uns brincos de ouro, a senhora dizia que eu era uma vaidosa mas não era, as raparigas todas tinham cada uma o seu ouro podia ser uns brincos, um anel, um fio de ouro, era assim. Quando depois estava comprometida, o Vítor dava-me um dinheirito para eu ir comprando algumas coisas... as coisas mais necessárias para quando nos casássemos, para depois termos alguma coisa na casa nossa, não é, e, então, primeiro comprei uma mala, depois uns lençóis, tinha que ter pelos menos meia dúzia de lençóis era assim, e meia dúzia de toalhas também, havia de ser meia dúzia de cada coisa. Eram os pais que haviam de arranjar o enxoval das filhas mas os meus eram pobres! Olha, tinha que me remediar sozinha. Quando depois o meu homem foi para a América, que ele ainda não era o meu homem, mas antes de ir embora ele disse assim: "Ó Ção, vou

---

[24] O salário.

ver como lá são as coisas se vir que bem, depois decidimos, se vir que mal então.." dizia que voltava, depois se via. Afinal, passado um mês, começou-me a mandar umas dólares, fiquei toda contente, ainda estava em casa da minha tia, andava aos dias fora, recebi aquelas notas, nunca tinha tido tanto dinheiro nas mãos como naquele dia, comprei o vestido do casamento e depois casámo-nos eu aqui e ele lá... Foi o meu Padrinho que me foi acompanhar à igreja, e foi ele que fez a parte do Vítor naquele dia /.../ "

- A que correspondia o seu salário na época?

- "Olha, deixa lá ver, com quatro ou cinco escudos podia comprar uns metros de pano do mais barato, por exemplo, para mandar fazer um vestido, não era grande coisa chamavam-se os vestidos de chita, mas não podíamos comprar do mais caro, não é, naquela altura com vinte e cinco tostões comprava-se uma broa vê lá tu... Quando, depois, fui para a América, foi uma verdadeira revolução, aquilo já era o que é agora, passei de Nelas para Newark, nem em sonho! Parece que andava lá num outro planeta, os primeiros dias enquanto não me tinha habituado, chorava e não me calava, não conhecia lá ninguém, o meu homem estava no trabalho, só vinha à noite, encontrava-me ali sozinha, não sabia falar, não tinha nada para fazer... queria comprar isto não sabia pedi-lo... se queria ir para lá para fora, não sabia para onde ir, chorava, mas, depois, graças a Deus, lá me fui habituando /.../"

- Beneficiava de alguma protecção social ou de algum bilhete de trabalhadora?

- "Não, nadinha. Eu e as outras trabalhávamos porque era preciso, não é filha, não podíamos fazer outra coisa, o meio era pequeno, não havia emprego, não... havia emprego mas não como agora, quem quisesse trabalhar empregava-se no campo, havia sempre falta de pessoal mas ganhava-se muito pouco e quem encontrava um outro trabalho devia aproveitá-lo. Mas só ouvi falar disso quando fui para a América, quando comecei a trabalhar lá na fábrica, foram as outras mulheres portuguesas que estavam lá há mais tempo do que eu que me ensinaram, tinha que se pagar um seguro à parte... mas nós aqui nada, nem sequer ouvíamos falar disso, era só os homens que sabiam tratar daquilo tudo, também ganhavam mais, nós não, sempre fomos umas infelizes".

- *Qual é hoje em dia a sua visão da criada de servir?*

- "Olha, filha, os meus pais coitados ambos no campo mal chegava o que eles ganhavam juntos para pagar a renda da casa e a comida para todos os dias, o que lhes valeu foi o meu irmão mais velho começar a trabalhar muito cedo, porque nem à escola foi... Mas eu ali, filha, não estava mal, tomara muitas terem uma casa como a minha onde ninguém me chateava, só eu e a patroa, tomara muitas, lá me chateava de vez em quando mas o trabalho também era mais leve do que se na casa vivessem mais pessoas... Agora os tempos mudaram, já nada está igual e graças a Deus, quase toda a gente vive bem agora, mas naquela altura filha era uma miséria, tínhamos que aproveitar o que nos punham à frente mas agora já não há criadas de servir, fazem elas senão bem, há tanta coisa para fazer, nós andávamos ali escravizados... vocês agora nem sabem, nem imaginam o que já passamos, muito sacrifício isso sim, o que valia aos meus pais era semear feijões e cultivar as territas senão morriam de fome, nós naquela altura, quer dizer, não havia outra coisa, não é, olha, empregávamo-nos, não havia outra coisa... mas criada de servir não era muito mal, era melhor do que andar no campo, éramos mais bem tratadas, isso sim, as outras coitaditas era como calhava".

Documento 4.

Extractos de Manuais de Civilidade.

principais do livro das despesas podem ser estes: *Casa*, *Vestir*, *Divertimentos*.

«O primeiro princípio a observar da economia familiar, é recorrer ao que se poupa».

«A dona de casa deve levantar-se cedo, para poder vigiar tudo e realizar, também, todo o trabalho que lhe cumpre».

«A dona de casa será a última pessoa da casa a deitar-se, porque antes de o fazer tem ainda muitas coisas a pôr em ordem».

Nestes três conselhos está toda uma ciência de bem administrar uma casa—e dessa boa administração dependerá, porventura, a paz e a felicidade da família.

As criadas

AS criadas e criados não deixam de ter consequências nos orçamentos domésticos. Em geral o pessoal duma casa é constituído por criadas; e por isso assim designamos este capítulo.

Cada vez vai sendo mais difícil obter uma boa criada; por isso se recorre muitas vezes ao anúncio no jornal, ou a pedir, ou a responder às ofertas. É uma cartada difícil, porque é sempre recorrer ao desconhecido. Melhor será conseguir o pessoal doméstico através de indicações de pessoas já conhecidas.

De qualquer modo, é preciso que a «dona de casa» tenha todo o cuidado em saber quem mete em sua casa. O que a «dona de casa» pretende em relação ao objectivo imediato da faina doméstica, é uma criada *capaz* para o trabalho, seja uma criada de sala, ou de quarto, ou de cozinha, ou de todo o serviço, ou pura e simplesmente para «tomar conta das crianças». Mas há mais duas condições importantíssimas e que, nas suas consequências, não são menos importantes do que o poder de trabalho; essas duas condições são: ser honesta e ser fiel.

Uma criada que não é honesta dentro duma casa (no sentido bem compreendido da palavra honestidade, referindo-se ao recato, pudor, decência, decoro e compostura que a «dona de casa» exige do seu pessoal), uma criada que não tem esta honestidade é sempre um perigo moral adentro das portas, por vezes de resultados irremediáveis.

Uma criada que não é fiel (é este o outro problema) de modo algum convirá; por maior que seja a vigilância exercida sobre ela, e como o hábito gera sempre maiores atrevimentos, este surripiar de tostões transformar-se-á, amanhã, num roubo sistemático de dinheiro, géneros e objectos. É um elemento perturbador da economia duma casa.

Antes, pois, de se tomar ao serviço uma criada (seja por anúncio ou por indicação de outra pessoa), é preciso colher informações. Não basta um certificado por escrito que a própria criada traga consigo; a «dona de casa», ou pessoa da sua inteira confiança, deve ir pessoalmente «tirar informações» onde a criada serviu nos últimos tempos, informar-se das suas possibilidades de trabalho, da sua honestidade e da sua fidelidade—sabendo as razões por que saiu das casas onde prestou serviço.

Outra coisa importante a saber é—o estado de saúde da criada. Não se esqueça que há o perigo de contágio de certas doenças, como a tuberculose. Não se deve aceitar uma criada sem que ela seja *vista* pelo médico da casa.

Agradando a criada, logo lhe devem ser postas as condições do trabalho, combinando-se o ordenado. A criada terá de entrar ao serviço sabendo já o que lhe compete fazer em relação à natureza desse serviço, para que não surjam aborrecimentos por coisas mal combinadas ou que foram insuficientemente esclarecidas.

O trato com as criadas é também merecedor de algumas considerações. Há senhoras que tratam com aspereza as pessoas que as servem, e outras há que as chamam demasiadamente à intimidade; as primeiras só conseguem ser odiadas, e as segundas não se dão ao respeito.

Não; devemos tratar as criadas com solicitude, mesmo com a estima devida a boas colaboradoras (quando de facto o são e merecem essa estima), mas devemos manter sempre uma distância que é a base de todo o respeito; seremos bons, humanos, compreensivos, mas sem permitir abusos nem o desvio dos seus deveres no trabalho quotidiano que lhes cumpre.

Não devemos pôr as criadas ao par dos assuntos da intimidade da família. Serão buzinas a espalharem o que sabem.

Não devemos, também, permitir que se intrometam nas conversas da mesa, à hora das refeições. Um dia farão o mesmo diante de visitas; não é bonito.

Outra coisa que cumpre à dona de casa, neste capítulo das criadas, é tomar todos os dias as contas à criada a quem se encarregou de compras. Não é por desconfiança, mas por método e ordem. Assim se evitam, até, motivos de desconfiança, talvez injustificados. O que é certo é que neste hábito excelente de todos os dias se tomarem as contas, logo a «dona de casa» se aperceberá se a criada é ou não de boas contas. É este um princípio essencial do governo da casa, pelo qual se pode verificar, mesmo, se a criada é ou não desperdiçada, para que se tomem as necessárias providências, disciplinando-a, chamando-lhe a atenção para os gastos desnecessários e inúteis—e ensinando-a mesmo a ser poupada e a zelar os interesses da casa que ela serve.

SANTOS, Laura, *A Perfeita Dona de Casa*, Editorial Lavores, Lisboa, [D.L.1955].

Com relação aos criados

Deveres dos amos

A etiqueta dita-nos, como em todas as coisas, a conducta que devemos seguir com os nossos criados.

Não somos nunca autorisados a falar-lhe rudemente ou indelicadamente. Se recebem o nosso dinheiro, dão-nos o seu tempo em troca e fatigam-se em nosso serviço. Não podemos pois exigir-lhes respeito senão quando os tratamos com benevolência e consideração. Proceder doutro modo é violar as leis da reciprocidade.

Um homem ou uma senhora de educação não diz nunca: «Faz-me isto. Traz-me aquilo»; mas: «Queira fazer isto. Traga-me aquilo, faz favor:» O criado obedece sempre prontamente e de boa vontade, quando se lhe ordena que faça uma coisa empregando um tom de doçura e de delicadeza.

As pessoas generosas e delicadas não se servem nunca em presença dum criado duma comparação que pode ser injuriosa para êle. Por exemplo: «Mente», ou «Porta-se como um Jacaio».

O primeiro dever do amo para com os servos, é

sobrecarregar os criados de trabalho. Devem-se conciliar as coisas de maneira que o serviço não seja um pesado fardo para os criados, é o único modo de ter uma casa em ordem e bem organisada; é sobretudo uma questão de humanidade.

Todas as manhãs, se dão ordens para durante o dia. Êste sistema que é excelente quando se tem apenas uma criada é ainda muito mais necessário adoptá-lo quando se tem pessoal numeroso a dirigir.

Só assim se consegue a regularidade do serviço. É preciso memória e reflexão para não esquecer nenhuma coisa necessária e não fazer nascer a desordem na casa.

Em última necessidade, toma-se nota em um caderno desde a vespera, conforme as circunstâncias, do que tem que se ordenar no dia seguinte. Fazendo-se isto, absorve-se muito menos os criados; não teem constantemente o espirito ocupado, poupa-se-lhes as idas e voltas. As pessoas civilisadas lastimam as fadigas de toda a gente, até as daqueles a quem pagam. Essas mesmas pessoas não se julgam desonradas, pelo contrário, por agradecer a um criado que lhes traz alguma coisa, que lhes presta um serviço directo. Sabem que o servo tem direito a um pouco de gratidão, ao mesmo tempo que aos seus ordenados. Não agradece o criado quando se lhe entrega a mensalidade ajustada? E comtudo deu o seu tempo e teve semsaborias e fadigas a suportar.

A polidez dos amos para os servos não deve degenerar em familiaridade baixa. Por exemplo, não há

conservar ou desenvolver neles as ideias de moralidade. A sua maneira de se conduzir fora do serviço, não pode, não deve ser-lhe indiferente. As raparigas sobretudo serão rodeadas duma severa solicitude.

Não convêm experimentar os criados deixando ao abandono objectos preciosos ou dinheiro. Culpado é aquele que faz nascer um mau pensamento. As criadas de quarto não teem que pensar em jóias, sua ama é quem as arruma e as guarda debaixo de chave. É claro que se pode dispensar tal excesso de precauções quando se tem criados abonados por mil provas e garantias de honestidade.

Os amos bem avisados exigem que os seus criados se tratem polidamente entre si. Não podem forçá-los a estimarem-se, mas devem obrigá-los a respeitarem-se: assim se evitam scenas e queixas desagradaveis que são dum efeito prejudicial sôbre os filhos que se pode ter. Pode-se exigir que as suas ordens sejam estrictamente executadas (quando são razoaveis, escusado é dizer), mas com a condição de as dar com precisão e clareza.

Há amos que acusam constantemente os seus criados de se atrapalharem à menor incumbência; é deles proprios que deveriam queixar-se, pela confusão das suas ideias ou, pelo menos, da maneira confusa porque se exprimem. Muitas donas de casa há que, parecendo não ter uma noção exacta do tempo, dão mil coisas a fazer duma vez, quando seriam precisas algumas horas para se realisarem. Emfim, é conveniente tomar a seu cargo alguns cuidados para não

nada pior do que ouvir os enredos dos seus criados. É mister certamente falar-lhes fora do serviço, mas faz-se bem em limitar a conversação a determinados assuntos. Interessâmo-nos pela sua familia, aconselhamo-los a fazer economias, guiâmo-los tanto quanto se pode em todas as circunstâncias da vida.

Um trabalho suplementar é sempre recompensado.

Excepto por motivos extremamente graves, dão-se oito dias ao criado despedido para arranjar nova casa. Se merece um bom atestado da sua probidade, deve-se pôr em relêvo esta qualidade, que será a sua melhor recomendação. No caso contrário, apenas se menciona no seu livrete o tempo que esteve ao nosso serviço. Êste processo não engana as pessoas em casa de quem se apresentem as quaes vêem imediatamente que esta simples indicação é cheia de reticências.

NAZARETH, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta*, 10ªed., Arnaldo Bordalo, Lisboa, 1919.

COMO SE SERVE UM JANTAR É na intimidade da família, e no serviço de todos os dias, que uma dona de casa inteligente deve achar pretexto para ensinar ao criado ou à criada a maneira de servir «quando há gente de fora».

Muitas vezes consideram-se as pequenas recepções como experiências susceptíveis de instruir os criados. Mesmo quando os convidados são pessoas íntimas, é indispensável não lhes dar o espectáculo de imperfeição do serviço ou de falta de jeito dos criados, dos quais os donos da casa se tornam sempre um pouco responsáveis.

Primeiro do que tudo, exija-se dos criados o má-

ximo asseio, uma atitude séria e reservada e um trajo decente que corresponda à sua condição.

Nos almoços ou jantares de meia cerimónia basta que os criados vistam um jaquetão preto ou branco.

As criadas estarão correctamente penteadas, de vestido de seda preto e avental de cambraia, branco, mais ou menos elegante, luvas brancas, gola e punhos brancos engomados ou de renda.

Se não puserem luvas é ao menos necessário que se apresentem com as mãos irrepreensíveis.

Criados e criadas devem ser amáveis e sempre discretos para com os convidados, mesmo que estes frequentem habitualmente a casa.

Enfim, deverão ser desembaraçados, espertos e olhar frequentemente para a dona da casa a fim de adivinharem as ordens que ela, diante de estranhos, não pode dar explicitamente.

Devem estar atentos a todos os convidados para que nem um só instante lhes falte vinho, pão ou qualquer objecto útil. Nas boas casas um convidado não deve ter que reclamar coisa alguma.

Se os criados notarem que os copos de um convidado estão vazios, devem tomar a iniciativa de tornar a encher os copos de água e de vinho.

Convém que os criados tragam sempre no braço um guardanapo desdobrado, que lhes permita acudir a qualquer incidente, limpar, se for preciso, qualquer copo, prato, etc.

Quando não há ostras a servir, os convidados ao chegar à mesa de jantar, encontram já a sopa servida em prato covo sob o qual um prato ligeiramente mais pequeno que o prato marcador, seja esto de prata, casquinha, porcelana do serviço, etc.

So se recear que esse método não permita conservar a sopa quente, far-se-á servi-la nos pratos depois de os convidados estarem à mesa. O conjunto prato covo, para sopa, com um prato por debaixo, para *consommé*, pode substituir-se, mais pròpriamente, por taça do caldo e pratinho debaixo.

Quando são muitos os convidados, é necessário fazer servir a sopa por dois criados na copa ou no aparador: um deles, enche, da terrina, os pratos aquecidos, enquanto o outro os distribui à roda da mesa.

Em todos os casos é mister não esquecer que o prato ou chávena do caldo não deve ser muito cheio: basta em geral servir uma vez o conteúdo da concha

A sopa nunca é servida duas vezes.

Depois da sopa terminada retiram-se os pratos, não os devendo colocar uns por cima dos outros, como fazem muitos criados. Isso que num restaurante se pode permitir põe má nota no serviço de uma casa particular. O criado, um por um, ou pelo menos com um prato em cada mão, transporta-os da mesa para cima do aparador e só aí os põe em pilha com o menor ruído possível. Antes de a primeira iguaria aparecer, a pilha dos pratos leva-se para dentro.

Em seguida ao criado trazer o primeiro prato, apresenta-o a cada conviva começando, porém, sempre pelas senhoras, primeiro pela senhora que fica à direita do dono da casa, depois a da esquerda.

Quando há mais de dez convivas convém serem pelo menos dois criados a servir. Um começará pela senhora que está à direita do dono da casa, e o outro pela senhora que se senta à sua esquerda. A dona da casa será servida depois de todas as outras senhoras; só a seguir serão servidos os homens, a começar pelos que estiverem sentados à direita e à esquerda da dona da casa.

A última pessoa a ser servida será o dono da casa.

O criado pega na travessa com a mão esquerda. Preserva-a com a mão direita, livre e pronta a acudir a qualquer acidente. Nos grandes jantares de doze ou mais pessoas por exemplo, torna-se impossível a um só criado trazer ao mesmo tempo por exemplo uma travessa e uma molhadeira.

O serviço tornar-se-ia demorado, as travessas teriam de vir muito cheias, o que não é bom gosto, e pesadas demais para quem serve.

Convém portanto que outro criado sirva, ou com outra travessa, ou pelo menos apresente o molho ou os legumes, etc.

A travessa, bem segura, provida dos utensílios indispensáveis — colher, faca e garfo, se for carne, colher e garfo, ou garfo e faca próprios, se for peixe, etc. — é apresentada à esquerda do conviva e pouco mais ou menos ao nível do seu cotovelo de maneira a que possa servir-se com um movimento natural e sem incomodar.

O criado não retira a travessa senão quando o conviva, depois de se ter servido, coloca de novo na travessa a faca e o garfo. Se o conviva recusa servir-se do prato apresentado, o que aliás não é correcto, o criado não tem que insistir. Passa ao conviva seguinte. A dona da casa também não deve insistir.

Pode acontecer que uma pessoa de educação medíocre e achando as fatias de carne muito grossas, peça ao criado que apresenta a travessa, que corte um dos bocados. Este deve imediatamente satisfazer essa exigência, e torna a apresentar a travessa.

A não ser em jantares de grande cerimónia, todos os pratos são servidos uma segunda vez, mesmo às pessoas que à primeira tenham recusado servir-se.

Deve-se ter sempre, à mesa, um prato em frente. Depois de cada iguaria ter sido servida pela segunda vez e de se ter esperado que todos os convidados tenham pousado o seu talher o criado tira, um de cada vez, pela ordem ao servir, os pratos servidos e substitui-os imediatamente por outros.

Os pratos, à medida que se vão tirando, colocam-se silenciosamente sobre o aparador ou de preferência, levam-se logo para uma copa improvisada ou não. Não se deve pegar numa grande rima de pratos para não se correr o risco de os deixar cair.

Um criado bom conhecedor do seu serviço nunca passa nenhum objecto a um conviva de mão a mão. Apresentá-lo-á sempre sobre um prato ou salva, excepto o pão que é sempre servido num cesto sobre

um guardanapo e com uma pinça, pá, ou mesmo duas colheres de sopa a improvisarem uma pinça.

Num jantar de cerimónia não se usa servir fatias de pão mas sim pequeninos pães individuais.

Após ser servido o prato de carne, oferecem-se cigarros aos convidados juntamente com pequenos cinzeiros individuais e lume, este geralmente numa vela acesa que o criado traz na mesma bandeja.

Desembaraçar os pratinhos de pão, os saleiros e pimenteiros, isto é, tudo quanto é inútil para o serviço que segue. A mesa é limpa com uma escova mole ou guardanapo que impele para uma espécie de bandeja denominada «apanha migalhas» todos os bocadinhos de pão que ficaram sobre a toalha.

Hoje este uso tende a reaparecer.

Assim que a desordem da mesa é reparada, põem-se diante de cada conviva, os pratos para a sobremesa juntamente com os talheres e com os lavabos.

O doce e as frutas são servidos pelos criados. A dona da casa pode servir os bombons.

O criado serve o vinho pela direita do conviva. Diz o nome dos vinhos e mesmo o ano — se se tratar duma especialidade — antes de o servir. Não o deita no copo, se lhe exprimem que recusam mas não deve deixar de encher o mesmo copo, quando lhe indicar que é já bastante. Também não deverá encher o copo até muito acima.

Quase sempre, os vinhos antigos cuja manipulação necessita muito cuidado, são servidos dentro de cestas de verga com asas que permitem inclinar as garrafas sem as chocalhar.

Quando, na intimidade, é o dono da casa que serve o vinho e desrolha as garrafas à mesa, deve sempre deitar as primeiras gotas no seu copo, de maneira a evitar que os convivas em seguida servidos achem nos copos bocadinhos de rolha ou de lacre. A entrada do gargalo das garrafas tem que ser muito bem limpa, envolta num pequeno guardanapo ou com uma argola especial que evita o cair qualquer gota de vinho.

OS NOSSOS CRIADOS

Devemos tratar os que nos servem com humanidade e com delicadeza, esforçando-nos por sermos sempre justos.

O criado não é um escravo, é um auxiliar que tomamos para nos evitar os mais pequenos trabalhos. Não o devemos humilhar.

Por mais humilde que se nos afigure a sua situação, é certo que ele tem o direito de exigir de nós delicadeza, justiça e bom trato.

Não se deve ser familiar com os criados. Isto não quer dizer que os devamos tratar com severidade.

Se formos insolentes para com os criados, arriscamo-nos a que eles o sejam para connosco.

Respeitemo-los, se queremos ser respeitados.

A bondade, a justiça, a natural delicadeza, impõem o respeito e a consideração.

Deve merecer-nos todo o cuidado o bem-estar dos que nos servem. Quando doentes, devemos tratar deles, conforme as nossas posses, nunca os forçando a trabalhar quando queixosos. Devemos enviá-los ao médico, ou mandar chamar o médico para os ver.

Quando se trata de um criado antigo, devemos ter para com ele o cuidado que teríamos para com uma pessoa de família.

Os criados antigos merecem-nos toda a estima e têm direito a todo o nosso afecto.

A MESA O sustento dos que nos servem deve ser abundante e são.

Quem não pode sustentar convenientemente um criado, não o tem. Não temos o direito de fazer passar fome àqueles que trabalham em nossa casa.

Quando contratamos um criado devemos logo expor-lhe quais os seus deveres. Isto de um modo claro e preciso, para evitar reclamações tardias.

Deve dizer-se também, nessa ocasião, o número e a hora das refeições.

Determinados os deveres dos criados, resta apenas velar pelo seu cumprimento.

Não devemos interromper as refeições dos criados. Se, por qualquer razão, tivermos absoluta necessidade de o fazer façamos-lhe ver que só um motivo de força maior a isso nos levou.

O ALOJAMENTO Devemos dar aos criados alojamentos saudáveis, higiénicos e sobretudo uma boa cama, absolutamente limpa. A dona da casa deve olhar por que a roupa dos quartos seja mudada com frequência. O asseio é um preceito de higiene.

Também não devemos interromper o descanso ou o sono dos criados.

Tendo serviços muito mais violentos do que os nossos, têm direito a maior repouso.

O PAGAMENTO No fim do mês devemos pagar o ordenado inteiro a todos os criados.

É um péssimo costume ficar a dever a quem nos serve.

Isso prejudica a nossa autoridade e estabelece, entre patrões e criados, uma familiaridade que não deve existir.

Não é muito caridoso, apesar de a lei o permitir, obrigar os criados a pagar os objectos que partem.

Devemos sempre lembrar-nos que o mesmo nos poderia suceder, a nós, se com esses objectos lidássemos com frequência.

Só quando a falta de cuidado for a causa evidente do desastre, devemos aceitar ou exigir a indemnização.

AS SAIDAS Não pode haver regra geral para a saída dos criados. Entre nós, saem normalmente aos domingos, de oito em oito dias — o que não quer dizer que se lhe não possam autorizar outras saídas mais vezes, para irem à Igreja, para fazerem compras ou quando se trate de festas especiais e isso não perturbe o serviço corrente da casa.

Aos domingos, devem ser dispensados de qualquer trabalho pesado, sigam ou não os donos da casa imperativo religioso. Para os católicos, o domingo, dia do Senhor, significa dia de descanso.

Quando se trata de raparigas novas, à dona da casa compete velar por elas, e ter o cuidado de lhes escolher as companhias, se não tiverem família a quem possam ser confiadas.

O DESPEDIMENTO Se existe justa causa, o despedimento imediato apenas implica para os patrões a obrigação de pagar aos criados o correspondente ao tempo que trabalharam. Não é pois, neste caso, obrigatório o pagamento do mês, ou do tempo ajustado, por inteiro.

Ao contrário, se a justa causa não existe, o despedimento imediato, sem aviso prévio, obriga ao pagamento integral de dois meses de ordenado.

Em qualquer caso, porém, devemos sempre dar-lhes o tempo necessário para procurar outra casa ou seja, uma a duas semanas.

Por outro lado, só o criado que se despedir com justa causa tem direito ao pagamento do ordenado por inteiro.

O que arbitràriamente, e sem aviso de uma ou duas semanas abandonar a casa, não pode exigir os ordenados relativos ao mês em curso.

O TRAJO Os criados devem vestir com extremo asseio, com simplicidade e com correcção.

Em casa, o trajo do criado é farda ou jaquetão branco, ou preto, e calça preta.

Com esse fato pode servir à mesa, a não ser em jantares de muita cerimónia, em que deverá usar casaca e igualmente, luvas de algodão brancas.

As criadas devem também vestir com a maior correcção. Para abrir a porta e anunciar visitas, o uso mais seguido é o de avental de seda preto.

Para servir à mesa devem vestir de preto, com gola e punhos bordados, de renda, ou simplesmente de piqué ou cambraia engomada, pequeninos aventais brancos, sem alças e luvas de algodão branco. Os sapatos sempre pretos.

Também costumam usar na cabeça estreita tira de cambraia branca ou renda branca engomada.

Não devemos admitir fatos demasiadamente garridos no serviço da casa. Além do azul-escuro ou preto, ou branco, só cinzento, azul, rosa, beije claros.

As criadas devem andar bem penteadas, e devem apresentar-se, sempre, extremamente limpas.

Devemos fornecer-lhes aventais brancos e de cor, mais ou menos enfeitados, conforme as nossas posses.

COMO NOS DEVEMOS FAZER SERVIR Repetimos: — devemos tratar os criados com delicadeza, mas sem familiaridade, mantendo-nos sempre dignos, sem lhes mostrarmos desdém nem arrogância.

Não devemos ser demasiadamente brandos, nem excessivamente autoritários.

Não devemos fazer confidências aos criados sobre a nossa vida particular, nem criticando pessoas da nossa família, ou outros criados; não devemos fazer-lhes perguntas curiosas sobre as outras casas em que tenham servido.

GENCÉ, Condessa de, *Tratado de Civilidade e Etiqueta*, 17ª ed.actualizada, Guimarães Editores, Lisboa, 1968.

Documento 5.

Índices de Manuais de Civilidade.

Transcrição do índice do manual de Maria Lúcia, *A Mulher Dona de Casa*, 3ª ed., Ed. Universo, Lisboa, 1945.

- A mulher e o Lar
- Carta à leitora

I- PARTE.
- A casa
- Higiene
- Método
- Ordem
- Economia
- Criadas
- Visitas
- Elegância caseira
- A atmosfera familiar

II- PARTE.
- A cozinha e a dispensa
- A sala de jantar
- Quartos
- Salas de visitas e de Estar
- Biblioteca
- Vestíbulos e corredores
- Roupas
- Férias e viagens
- Os cadernos da Dona de Casa

III- PARTE.
- Receituário doméstico

Transcrição do índice do manual de Laura Santos, *A Perfeita Dona de Casa*, Editorial Lavores, [D.L.1955].

- O nosso lar é o nosso mundo
- Grandezas e virtudes do casamento
- Primeiros conselhos a uma noiva
- A mulher e a felicidade conjugal
- As raparigas e às mães
- Quem casa, quer casa
- A administração da casa
- As criadas
- A cozinha
- As refeições
- Os quartos
- O equilíbrio do orçamento doméstico
- Não tenho nada para vestir
- Saber comprar
- Saldos - tentações ultraperigosas
- Ordem e método
- Lavar e passar a ferro
- Preparativos para passar a ferro
- Roupas de casa
- Preceitos de limpeza
- Higiene da casa de banho
- Algumas noções sobre etiqueta
- O sótão maravilhoso
- A casa dos nossos sonhos
- O quarto
- A casa de jantar
- Janelas antigas...decorações modernas
- Arrumação dos livros
- Uma velha casa
- Como vestir elegantemente as camilhas
- Móveis modestos mas muito úteis
- Um cantinho
- Cozinhas modernas
- Candeeiros e apliques
- Jarras e flores
- Centros de mesa
- Guarnições em ráfia
- (diversas receitas culinárias)

Documento 6.

Artigos principais do Código Civil.

"Os deveres e direitos de amos e serviçais regulados por leis".

Artigos principais do Código Civil.

LÚCIA, Maria, *A Mulher, Dona de Casa*, 3° ed., Ed. Universo, Lisboa, 1945, pp.75-79.

"Art. 1372.° - O contrato de prestação de serviço será regulado a aprazimento das partes, salvas as seguintes disposições:

"Art. 1373.° - Na falta de convenção expressa sobre o tempo de serviço, entender-se-á que o contrato feito por ano no serviço rústico, e por mês em qualquer outro serviço, salvo se houver costume na terra em contrário.

"Art. 1374.° - Na falta de convenção expressa acerca da retribuição que o serviçal deva receber, observar-se-á o costume da terra, segundo o sexo, a idade, e o mister do serviçal.

"Art. 1375.° - Não sendo o serviçal ajustado para certo e determinado serviço, entender-se-á que é obrigado a todo e qualquer serviço compatível com as suas forças e condição.

"Art. 1376.° - O serviçal contratado por certo tempo não pode ausentar-se nem despedir-se sem justa causa, antes que preencha o tempo ajustado.

"Art. 1377.° - Diz-se justa causa a que provém:

"1.° De necessidade de cumprir obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço ;

"2.° De perigo manifesto de algum dano ou mal considerável ;

"3.° De não cumprimento, da parte do amo, das obrigações a que este esteja adstrito para com o serviçal ;

"4.° De moléstia que impossibilite o serviçal de cumprir com o seu serviço ;

"5.° De mudança de residência do amo para lugar que não convenha ao serviçal.

"Art. 1378.° - O serviçal que se despedir com justa causa tem direito a ser pago de todas as soldadas vencidas.

"Art. 1379.° - O serviçal que abandonar arbitrariamente seu amo, antes que finde o tempo do ajuste, perderá o direito às soldadas relativas a esse tempo, vencidas e não pagas.

"Art. 1380.° - Não poderá o amo despedir sem justa causa, o serviçal contratado por tempo certo, antes que o dito tempo expire.

"Art. 1381.° - Será justa causa de despedimento:

"1.° A inabilidade do serviçal para o serviço ajustado ;

"2.° Os seus vícios, moléstias ou mau procedimento ;

"3.° A quebra ou falta de recursos do amo.

"Art. 1382.° - O amo que desepedir o serviçal, sem justa causa, antes que finde o tempo do ajuste, será obrigado a pagar-lhe a sua soldada por inteiro.

"Art. 1383.° - O serviçal é obrigado:

"1.° A obedecer a seu amo em tudo o que não for ilícito ou contrário às condições do seu contrato ;

"2.° A desempenhar o serviço que lhe incumbe com a deligência compatível com as suas forças ;

"3.° A vigiar pelas coisas do seu amo e a evitar, podendo, qualquer dano a que se achem expostas ;

"4.° A responder pelas perdas e danos que, por culpa dele, o amo padecer.

"Art. 1384.° - O amo é obrigado:

"1° A corrigir o serviçal, sendo menor, como se fora seu tutor ;

"2° A indemnizar o serviçal das perdas e danos que padecer por causa ou culpa dele ;

"3.° A socorrer ou mandar tratar o serviçal, à custa da sua soldada, se não quiser fazer por caridade, sobrevindo-lhe moléstia e não podendo o serviçal olhar por si, ou não tendo família no lugar onde serve ou qualquer outro recurso.

"Art. 1385.° - O contrato de serviço doméstico dissolve-se por morte do amo ou do serviçal. No primeiro caso, terá o serviçal direito de ser pago das soldadas vencidas e de quinze dias mais ; no segundo, só poderão os herdeiros do serviçal exigir as soldadas vencidas.

"Art. 1386.° - Não se entende que o legado deixado em testamento, pelo amo ao serviçal, é por conta das soldadas, senão quando isso for expresso no testamento. [...]"

Documento 7.

Extracto do "Jornal da Mulher". 1909.

Transcrição de um artigo que foi publicado no "Jornal da Mulher", in *O Mundo*, 7 de Julho de 1909.

"Criadas e Amas.

A propósito de um artigo que aqui publicámos há dias, recebemos uma carta assinada por uma antiga criada que muito diz na sua justiça. Concordando, em parte, connosco, confessa que nem todas cumprem os seus deveres, mas acrescenta também logo, que na sua maioria as amas é que não sabem ocupar o seu lugar.

Entre outras coisas afirma : - "que o dinheiro dado pelos maridos para o governo da casa é gasto por muitas senhoras em luxo, sendo depois as diferenças pagas pela cozinha e pelas pobres criadas.

Por sermos humildes não deixamos de ter direito a defender os nossos interesses; mas se reclamamos, chamam-nos mal-educadas; e se não protestamos somos maltratadas, espesinhadas, às vezes até esbofeteadas pelas senhoras que apresentando na sociedade muita delicadeza, são, na intimidade de uma grosseria e desabrimento insuportáveis!..." Rematando a sua queixa pede-nos a antiga criada que lhe digamos o que pensamos sobre o assunto.

Culpas de parte a parte.

Pensamos que há culpas de parte a parte. Mas pelo facto de haver amas que não sabem desempenhar os seus deveres, não ficam por isso as criadas autorizadas a não cumprir os que lhe pertencerem.

Uma falta não se pune cometendo nós falta igual.

A ama não cumpre : -não dá alimento suficiente, sobrecarrega a serva abusivamente com trabalho, ralha sem motivo, não dá bons exemplos, não paga?

É claro que assim não cumpre o seu papel de boa ama. Mas nem por isso a criada fica autorizada a tornar-se gulosa nos doces para se pagar da falta do pão; a fazer-se mandriona para se desforrar do excesso de trabalho que lhe querem exigir ou a partir os objectos mais frágeis, para se vingar dos ralhos que achou injustos ou ainda a roubar nas compras para se indemnisar do ordenado que não é pago em dia.

Criadas bem educadas.

Uma criada boa, bem-educada e de bons sentimentos, não tira desforras nem procede de modo a merecer acusações; o que faz durante o tempo que estiver servindo é deligenciar cumprir o melhor que puder e souber; e vendo, pelos motivos acima expostos que a casa não lhe serve despede-se cortezmente, tomando um pretexto delicado.

É claro que pede o seu ordenado, como se é de justiça, mas se lho não dão, a criada bem educada não discute nem alterca com palavras desagradáveis e grosseiras para haver o seu dinheiro. Tem para isso meio fácil e seguro: - vai expôr o caso às autoridades competentes, que hão-de forçosamente atendê-la se a justiça estiver do seu lado.

Conselhos amigos.

Nós sabemos que há amas que pela sua falta de saúde, génio inquieto ou por autoritarismo proveniente de orgulho que lhe dá o seu dinheiro, esgotam a paciência da serviçal com impertiencias e miudezas irritantes.

Neste caso, a criada que achar na casa apenas este defeito, e desejar, apesar de tudo conservar-se, deve revestir-se de uma grande paciência e ir de si para si fazendo considerações razoáveis; lembrar-se que em todos os modos de vida há lados espinhosos; comparar-se com outras pessoas mais infelizes; encher-se de coragem; dominar o seu mau génio, e, sufocando as impaciências, nunca se mostrar enfadada ou *respondona*...

Principiando por ser isto talvez uma grande violência ao seu temperamento, acaba por se lhe tornar um hábito e assim tem conseguido adquirir para o seu mister de criada uma das qualidades mais apreciadas pelas amas.

Boa criada, boa ama.

A boa criada faz geralmente a ama boa. Ainda que não seja por um natural sentimento de justiça, peculiar a todas as consciências rectas, ao menos por conveniência própria, as amas têm toda a tendência a estimar e a conservar as boas criadas.

O que é para desejar é que uma e outra adoptem uma norma de conduta, que tenha por base a justiça, a bondade e o afecto.

Com estes três guias a norteá-las, não haverá criadas más nem amas que não sejam boas."

Documento 8.

Crónica do *Diário Popular*. 1955.

Transcrição de uma crónica que foi publicada no *Diário Popular*, 3 de Setembro de 1955.

"A Senhora Augusta,

É endiabrada aquela Tétis! A Tétis é uma rapariga que eu conheço desde pequenina e foi sempre cheiinha de graça. Desde a figurinha aos olhos garotos, sorriso malicioso, cabecinha loira -cabeça de gavroche!- nariz incorrecto (há quem diga que o nariz não tem feição) que lhe dá um certo ar de petulância, mas que se aceita de bom grado, tudo nela é graciosidade. Ora a Tétis casou, e tudo continua a descorrer no mesmo ar simpático, desde o marido que escolheu aos móveis da casa às flores que põe nas jarras, tudo está de harmonia com a Tétis. Enfim, todo o conjunto é harmónico. Entra-se em casa de Tétis e sai-se sempre bem disposto.

Só tem havido uma contra; a Tétis não tem tido sorte com as criadas; umas têm-na roubado, outras têm-lhe feito tropelias do diabo, até que apareceu a Senhora Augusta, uma matrona entrada já na idade, ar carrancudo, génio azedado, mas... com umas certas qualidades, as tais que muito se apreciam : -cozinha bem -mãos de Vatel- e a Tétis gosta que o marido ache sempre tudo bem; e é fiel, ouro em pó pode ficar em casa, como elas costumam dizer.

Também avisaram a Tétis de que a Senhora Augusta tinha o fraco de variar de casa às vezes por nada, costumava ela ir de abalada, trouxa às costas pretextando uma doença mais ou menos grave, uma perna que lhe doía! Oh, diabo! -pensou a traquina da Tétis!- Como vou eu prender a Senhora Augusta? Eu sei que tem defeitos mas...

De que é que a Tétis se havia de lembrar? Pega numa folha de papel, disfarça a letra e escreve : "Menina, istimo que esteja bôa, eu bem flizmente. Gosto muito de a ber à janela a limpar o pó, já sei que é muito açiada..."

Uma declaração de amor cheia de erros ortográficos mas perfeita, com termos próprios de caixeiro, letra torta... E meteu a carta no correio dirigida à Senhra Augusta. A Senhora Augusta sabe ler; leu a carta, saboreou, mas jurou por tudo que não sabia quem era o admirador. Falava verdade Senhora Augusta.

Começou a aparecer o primeiro sorriso. Aquilo resultou. E então todas as semanas recebe uma cartinha, ou uma quadra em postal ilustrado -isto é quando a Tétis não tem paciência para fazer estilo e põe só; por exemplo :

Gosto de bêr-te às janelas
Na tua lida caseira
Estás mais perto das estrelas
És de todas a promeira.

Ou então

Eu quero-te com amor
Eu amo-te com desbelo
Trago na alma o esplendor
Desse abental amarelo.

Desde então à Senhora Augusta nunca mais lhe doeu a perna; anda sempre a limpar o pó e tudo é espanejado e sacudido às janelas com grande entusiasmo. A Senhora Augusta, que tinha uma certa relutância pelo avental, de tudo faz aventais e ninguém a apanha sem ele. -Prodígios de amor mesmo imaginário!

Claro está que a Senhora Augusta continua a não saber quem é o admirador.

Como mora para Santo Amaro, julga que é um empregado de Carris.

Agora, sim, é que Tétis não tem nada que a contrarie. Donas de casa : com esta dificuldade de pessoal, sigam o exemplo de Tétis.

Além disso a Senhora Augusta anda feliz, canta sempre a "Rosinha dos Limões", e não quer saídas, porque ele (?) pode não gostar."

Documento 9.

Extracto de "A Cidade". 1956.

Transcrição de um artigo que foi publicado em "A cidade", in *Diário de Notícias.*

CARVALHO, Adelaide, *As criadas de servir e o serviço doméstico*, 2ª ed., Lisboa, 1956, p.41.

"Quando se compara a "criada de servir" (empregada é mais fino, julgam elas) com a dactilógrafa de servir, a estenógrafa de servir, a arquivista de servir, a secretária de servir, a telefonista de servir, é que se vê como o "tacho" é fundamental na vida dos povos, desde Aristófanes a esta parte.

A criada tem casa, cama, mesa e roupa lavada e tide-tide. Chova ou faça sol, tem o seu ordenado. Usa o "bâton" da senhora, o leite-creme e o creme de beleza. Ferra as unhas no verniz e também nas compras. E pode, de improviso, sair com o casaco de peles, por causa da traça, enquanto a patroa está de viagem. Possui um primo que usa de quinze em quinze dias e outros parentes extraordinários. Os "bibelots" que parte já estavam partidos há muito tempo...

Há dias, com deliciosa naturalidade, uma dama dos velhos tempos, ao contratar uma cozinha, apanhou pelos respeitáveis e suaves queixos esta fascinante resposta : "Olhe, minha senhora, fazendo as compras eu, o ordenado são 300 escudos; agora não fazendo, são 500. Vem a dar na mesma".

"Há excepções, claro que sim. Mas são como o sublimado, a três por mil!"

Documento 10.

***As criadas de servir e outros versos*, Lisboa, pub. 1936.**

As criadas de servir.

As criadas de servir
Só vão à praça
Com o patrão
O que muito as embeleza
Sua esperteza
P'ra um maganão
Causa agora nas criadas
Em nós um certo azedume
As patroas são escravas
Têm de acender o lume

Mas que grande salsada
Anda tudo à toa
Já não é de estranhar
Isto até nos faz rir
Delas tanto luxar
Mesmo em casa a servir

Eu conheço uma criada
Que me contava
Que o patrão
Muitas coisinhas lhe deu
E lhe prometeu
Um belo cordão
Mas eu sou envergonhada
Guardo todos os decoros
Sou muito séria e honrada
que digam os meus namoros.

Mas que grande salsada...

Patroa, vou-lhe contar
Não posso aturar
O nosso patrão
Ele ainda só me deu
Um vestido seu
E um lindo cordão
Como rapariga linda
Aqui só passo miséria
Foi o que me deu ainda
Mas portei-me sempre séria.

Mas que grande salsada...

Com ele pouco gozei
Não julgue a patroa
Que ele que é fino
A ele pouco lhe dei
Pois tudo guardei
P'ra dar a meu primo
O meu primo tem escala
Guarda-me todo o dinheiro
É em Lisboa magala
E guarda-me o milheiro.

As modernas criadas e patroas.

Vê-se hoje certas criadas
Meias taradas
Isso é certo
Quando vêm da terrinha
E o olho aberto

Mal chegam à cidade
Julgam logo ser alguém
E enchem-se de vaidade
Presunção como ninguém

Não são más raparigas
Não há que dizer
Nas suas cantigas levar e trazer

E esta brincadeira
Não está muito boa
Trajar da sopeira
Melhor que a patroa.

Conheço uma senhorita
Que se armava em rica
E quis criada
Mas o fim do mês chegou
E não pagou
Á sua nova empregada

Como esta muitas há mais
Mas não há que fiar nelas
Só querem ter serviçais
E pagar não é com elas

Ao lado a minha vizinha
Teve uma criadinha
Um belo peixão
E como ela era boa
Armou a patroa
Fugiu com o patrão

Hoje com as suas pinturas
São levadas do diabo
Com as suas falsas juras
Um homem fica pintado.

Documento 11.

Artigos sobre a "Escola de Formação de Criadas".

(*Diário de Notícias*, 1945)

DIARIO DE NOTICIAS 15/6/941

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS

da Escola de Formação de Criadas

Durante a visita do sr. Cardeal Patriarca á Casa de Formação de Criadas

O sr. Cardeal Patriarca de Lisboa inaugurou ontem a exposição de trabalhos da Escola de Formação de Criadas na rua de Santo Antonio, á Estrela. Sua Eminência foi recebido pelo rev. Joaquim Alves Braz, director da Obra de Previdencia e Formação de Criadas, e por mais sacerdotes, assim como por muitas senhoras protectoras daquela instituição.

A exposição reune trabalhos domesticos, de costura e cozinha e está patente ao publico até ao proximo domingo, das 15 ás 19 horas.

O sr. padre Braz apresentou cumprimentos ao sr. Cardeal Patriarca, agradecendo-lhe a honra da visita. Em breves palavras o sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira felicitou os dirigentes da Obra pela meritoria acção desenvolvida e fez votos pelo seu progresso.

UM VIOLENTO INCENDIO

em que trabalharam 21 agulhetas

DESTRUIU AS AGUAS-FURTADAS DO EDIFICIO DA OBRA DE PREVIDENCIA E FORMAÇÃO DE CRIADAS

Os bombeiros atacando o incêndio

Ontem, pouco depois das 8 horas, manifestou-se incendio com grande violencia no velho palacio da familia Perestrelo, na rua de Santo Antonio á Estrela, 35, onde há cêrca de um ano está instalada a Obra de Previdencia e Formação das Criadas. O edificio, que tem mais de 60 divisões, foi adquirido por 2.000 contos e está hipotecado á Caixa Geral de Depositos.

Logo que foi dado o alarme acorreram ao local inumeras pessoas, chegando a estabelecer-se panico por supor-se que o fogo era na sede do Patronato de Santa Isabel, instituição que alberga grande numero de crianças.

As labaredas e grandes rôlos de rumo irromperam nas aguas-furtadas e chegaram a atingir mais de dois metros de altura. A directora da Obra, sr.ª D. Isabel de Jesus Pinto, acordou sobressaltada pelos gritos das pensionistas que estavam nas aguas-furtadas e que procuravam por todas as formas salvar os seus haveres. Felizmente, apenas ali se encontravam 10 das 39 pessoas, entre criadas, hospedes e pessoal, que presentemente habitam o edificio. A maior parte, como de costume, levantara-se cedo e saira para assistir á missa na Basilica da Estrela. A grande preocupação das primeiras pessoas que deram pelo fogo foi salvar a pensionista sr.ª D. Albina de Jesus Pinto, de 72 anos, uma pobre ceguinha, viuva, mãe da directora da Obra e da empregada Maria do Carmo Pinto, a qual viera para Lisboa há tempos a-fim de ser operada aos olhos, intervenção cirurgica que lhe foi feita apenas há dois dias. Antes da chegada dos bombeiros a pobre senhora foi retirada por duas criadas e recolhida no Patronato de Santa Isabel, onde tambem foram recebidas outras sinistradas. Entretanto, as chamas lambiam todos os compartimentos das aguas-furtadas, não sendo possivel salvar as roupas e outros objectos que constituiam o seu rechelo. O této do 1.º andar e o madeiramento da fachada tambem ficaram destruidos em parte. O incendio, que se manifestou no centro da cobertura da fachada, alastrou rapidamente. Os esforços dos bombeiros conseguiram evitar que ele se propagasse á ala poente.

O ataque foi feito pelos Sapadores, Bombeiros da 1.ª e 3.ª Companhias e Companhia de Reforço, superiormente dirigidos pelos 1.º e 2.º comandantes, capitães de engenharia Joaquim Gomes Marques e Luiz Ribeiro Viana, coadjuvados pelos chefes Rodrigues Ligeiro e sub-chefe Rodrigues. Foram montadas 21 agulhetas e colaboraram no ataque os Bombeiros Voluntarios de Campo de Ourique, com o seu comandante, sr. Amadeu Cesar da Silva. A origem do sinistro não está ainda concretamente apurada, mas, pelas investigações sumárias a que se procedeu, tudo indica que tivesse resultado de curto-circuito na instalação electrica.

Os prejuizos são importantes, pois ficaram reduzidos a um montão de escombros todos os quartos das aguas-furtadas. Apenas os varões das camas resistiram, ficando, no entanto, quasi inutilizados. Parte do mobiliario do 1.º andar tambem ficou estragado devido á acção da agua. A capelinha nada sofreu, bem como as instalações do rés-do-chão. O rescaldo, que terminou ao fim da tarde, foi dirigido pelo chefe Longueiro.

Documento 12.

Extracto duma crónica de Maria Archer. 1940.

Uma vez, entrando eu no *atelier* dum pintor meu amigo, vi-o a trabalhar com modelo vivo. Veio-me a ideia de lhe perguntar onde se recoltavam os modelos para artistas, em Lisboa. A resposta deixou-me assombrada:

- São geralmente criadas sem trabalho...

Obtive, por inquéritos sucessivos, a confirmação da notícia. É na grande massa dessas mulheres pobres, desamparadas, sem lar, às vezes sem trabalho, que os *ateliers* encontram modelos vivos, mesmo para estudos do nú. Soube depois que o teatro ligeiro recrutava as suas *girls* no mesmo barro humano, e que até a maior clientela feminina dos *bars* e clubes nocturnos saía dessa trágica onda de mulheres desamparadas, sem tecto e sem pão, que a província atira sobre Lisboa, a superpovoada de miséria feminina, em cada galopada dos combóios ronceiros.

Diz-me um Artista:

- Elas são tão simples que raras vezes têm o orgulho da própria beleza. Desnudam-se como animais. Só desejam que se não saiba do caso, principalmente na "terra". Tive um modelo de dezóito anos, uma linda rapariga que "posava" para um curso de escultura. Vinte a trinta alunos em volta dela, rapazes e raparigas, estudando-lhe a anatomia. Entrava e saía gente, e ela não se incomodava, permanecia insensível aos olhares. Só exigia que a paga diária, os vinte escudos, fossem adiantados. Nada mais. Um dia entrou no *atelier* um rapaz conhecido dela, um rapaz da *terra*. O modelo perdeu a cabeça, largou de corrida para a janela, e apanhámo-la pelas pernas, quando já ia de escantilhão por ali abaixo.

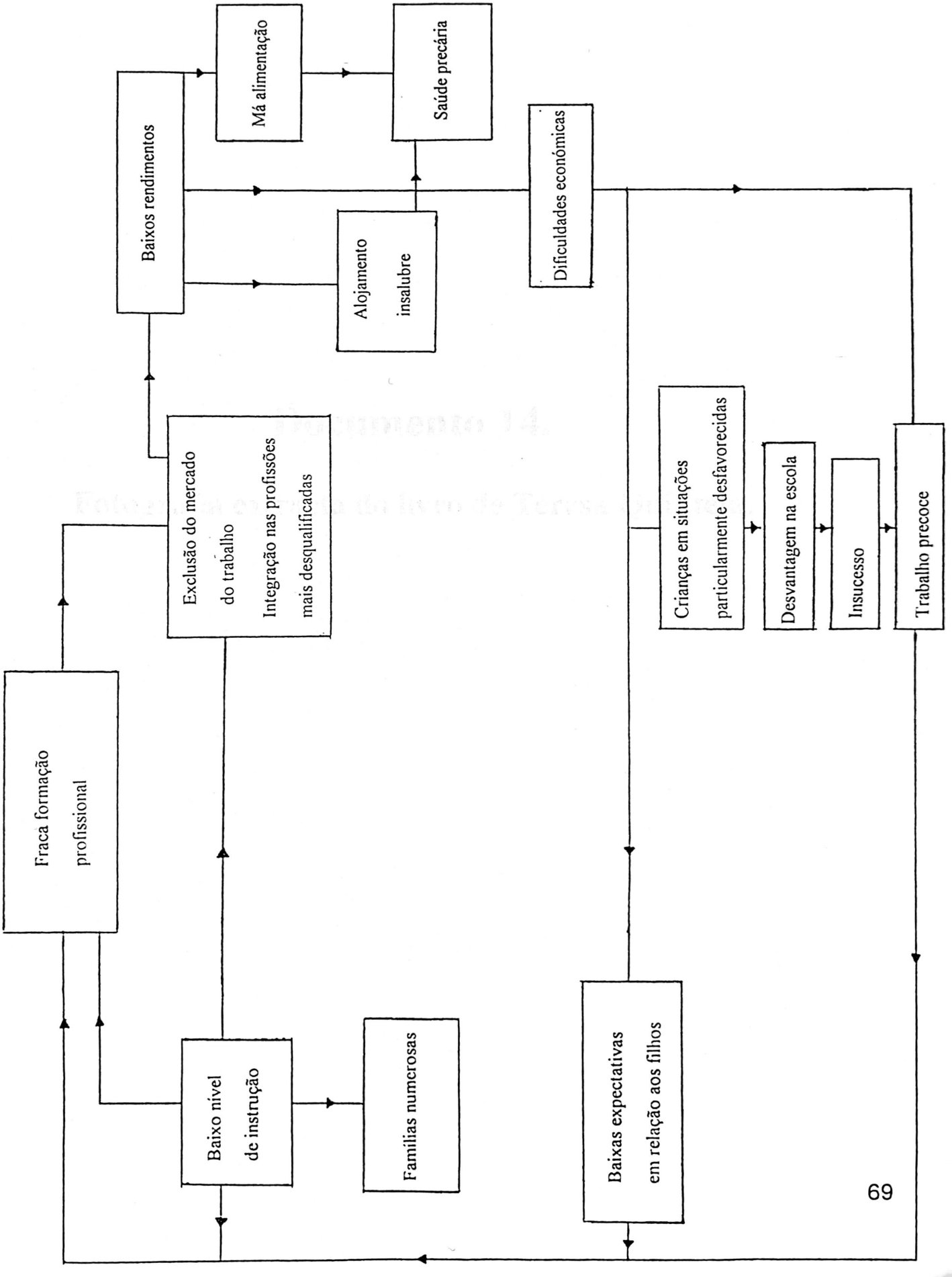
ARCHER, Maria, "Tipos Populares, a Criada de Servir", in *Revista Municipal 1940*, n°5, Lisboa, p.51.

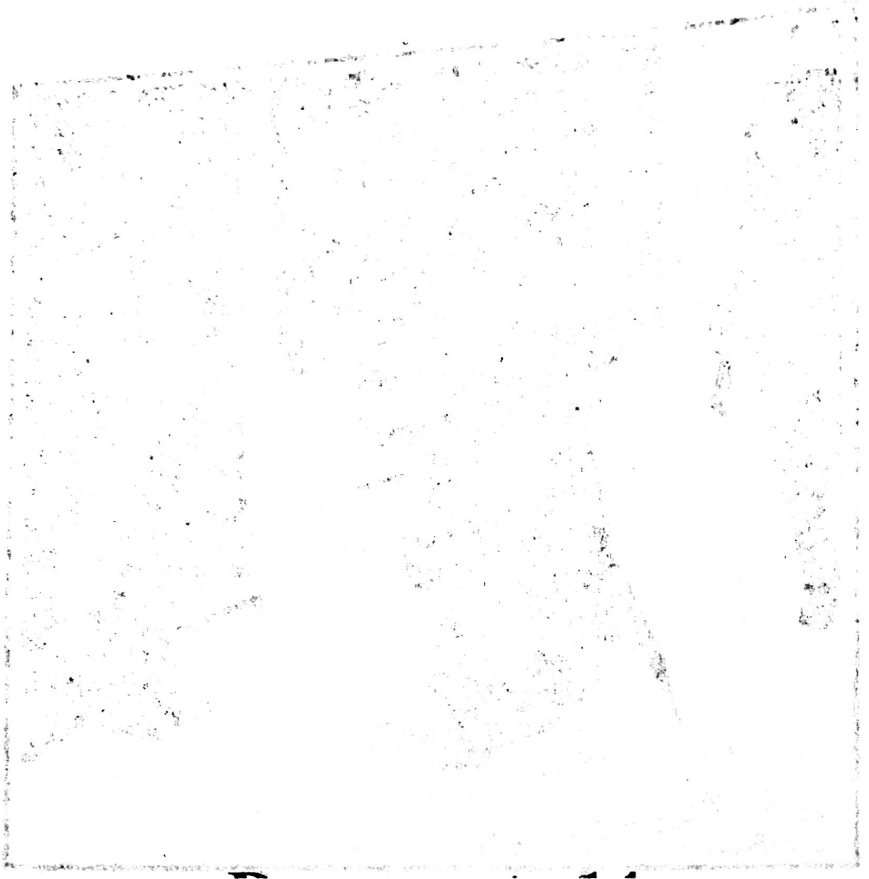
Documento 13.

Esquema do "Círculo vicioso da pobreza".

Esquema do "círculo vicioso da pobreza".

SILVA, Manuela, *Pobreza Urbana em Portugal*, C.R.C./D.P.S. e Caritas Portuguesa, Lisboa, 1989, p.192.





Documento 14.

Fotografia extracta do livro de Teresa Quintela.

No Chiado de outrora, era vulgar encontrar as costureirinnas, as criadas e as amas com farda devidamente engomada que passeavam as criancinhas de gente fina

QUINTELA, Teresa, *Chiado Meu Amor*, Pub. Lucidus, Editor Albérico Cardoso, Lisboa, 1989.